

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Daniela Batista Lima Barbosa

**NAS FRONTEIRAS DO HABITAR HORIZONTINO:
significados, sentidos e representações no modo de morar moderno**

Belo Horizonte
2020

Daniela Batista Lima Barbosa

**NAS FRONTEIRAS DO HABITAR HORIZONTINO:
significados, sentidos e representações no modo de morar moderno**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências.

Orientadora: Prof. Dra. Celina Borges Lemos.

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

B238n

Barbosa, Daniela Batista Lima.

Nas fronteiras do habitar horizontal: [manuscrito] : significados, sentidos e representações no modo de morar moderno / Daniela Batista Lima Barbosa. - 2020.

197 f. : il.

Orientador: Celina Borges Lemos.

Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Habitações - Teses. 2. Conduta - Teses. 3. Estilo de Vida - Teses. 4. Usos e costumes - Teses. 5. Propriedade - Teses. 6. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG). I. Lemos, Celina Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 728



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nas fronteiras do habitar horizontal: Significados, sentidos e representações no modo do morar moderno

DANIELA BATISTA LIMA BARBOSA

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 27 de agosto de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Celina Borges Lemos - Orientadora
EA-UFMG

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa
EA-UFMG

Prof. Dr. Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima
Universidade Estadual do Maringá

Profa. Dra. Patrícia Thomé Junqueira Schettino
UFOP

Profa. Dra. Márcia Maria Cavallieri
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2020.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Profa. Dra. Celina Borges Lemos, gratidão sempre. Obrigada pela oportunidade de conhecer um pouco sobre a nossa amada Belo Horizonte.

À equipe do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, em especial à Cirlei Rocha e à Ana Paula Silva e a todos da equipe de apoio à consulta pela paciência, incentivo e carinho de sempre no atendimento.

Ao pronto atendimento do Aldair Xavier do Museu Aeroespacial do Ministério da Defesa, da Márcia Alkmin da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro e do Matheus Orlando da Casa Borba Gato / Museu do Ouro.

RESUMO

A questão desta pesquisa tramita em torno dos efeitos da modernização do século XIX que podem ser verificados nas materializações da maneira de morar e na arquitetura da casa em Belo Horizonte. A pesquisa trata a modernização como processo e investiga o modo de vida do arraial e da cidade a partir da análise dos acervos de plantas arquitetônicas do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e no Arquivo Público Mineiro (APM). A pesquisa adota a investigação das modificações entre as fronteiras entre o público e o privado, um dos aspectos do processo de modernização do século XIX, como a maneira de realizar as aproximações sobre o habitar horizontino em suas transformações no cotidiano e na maneira de morar. A primeira aproximação relaciona a maneira de morar e as medidas modernizadoras jurídicas e administrativas de acesso à terra no arraial e na capital. A segunda aproximação, relaciona os vínculos entre sociabilidade, trabalho, ambiências da casa e as fronteiras do público e do privado e as práticas de civilidade e as materializações da modernidade no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. A terceira aproximação ocorre pela verificação das ambiências constantes nas casas horizontinas do arraial e da capital em seus anexos e em seu entorno imediato. A partir da pesquisa documental nos acervos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e no Arquivo Público Mineiro (APM) seleciona-se um conjunto de plantas arquitetônicas significativas do modo de habitar do arraial e da cidade do Belo Horizonte. Esse conjunto de plantas abrange dois acervos: as plantas das propriedades do Arraial e arredores elaborados pela Comissão Construtora da Nova Capital e as plantas arquitetônicas aprovadas na nova capital. A pesquisa aponta, no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, o privado e o público como domínios que confluem em um complexo e codificado habitar horizontino traduzido nos limites e nas dimensões precisas dos lotes, na implantação da casa arraialense junto as vias com extensos quintais, nos recuos laterais e frontais da implantação da casa da capital, no programa arquitetônico e nos elementos da arquitetura da casa. As modificações sociais e culturais inseridas no âmbito da modernização do final do século XIX e início do século XX podem ser constatadas na no modo de vida que acolhem as regras da civilidade e da vida elegante.

Palavras-chave: Habitar. Casa. Propriedade. Público. Privado.

ABSTRACT

The question of this research deals with the effects of the modernization of the 19th century that can be verified in the materializations of the way of living and in the architecture of the house in Belo Horizonte. The research deals with modernization as a process and investigates the way of life of the village and the city from the analysis of the collections of architectural plans in the Public Archive of the City of Belo Horizonte (APCBH) and in the Public Archive of Minas Gerais (APM). The research adopts the investigation of the changes between the frontiers between the public and the private, one of the aspects of the 19th century modernization process, as a way of approaching the horizon dwelling in its transformations in daily life and in the way of living. The first approach relates the way of living and the legal and administrative modernizing measures of access to land in the village and in the capital. The second approach relates the links between sociability, work, home environments and the frontiers of public and private and the practices of civility and the materializations of modernity in the late 19th century and early 20th century. The third approach takes place through the verification of the constant ambiences in the horizontine houses of the village and the capital, in their annexes and in their immediate surroundings. From the documentary research in the collections of the Public Archive of the City of Belo Horizonte (APCBH) and the Public Archive of Minas Gerais (APM), a set of significant architectural plans of the way of inhabiting the village and the city of Belo Horizonte is selected. This set of plans comprises two collections: the plans of the properties in Arraial and surroundings prepared by the New Capital Construction Commission and the architectural plans approved in the new capital. The research points out, at the end of the 19th century and in the first two decades of the 20th century, the private and the public as domains that converge in a complex and codified horizonine dwelling translated into the limits and precise dimensions of the lots, in the implantation of the Arraialense house together the streets with extensive backyards, in the lateral and frontal setbacks of the implantation of the house of the capital, in the architectural program and in the elements of the architecture of the house. The social and cultural changes within the scope of modernization in the late 19th and early 20th centuries can be seen in the way of life that embraces the rules of civility and elegant living.

Keywords: Housing. Home. Property. Private. Public.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mappa da Comarca do Sabara pertencente a Capitania de Minas Gerais	33
Figura 2 –	Panorama da rua de Sabará, 1895	35
Figura 3 –	Análises laboratoriais da Comissão d’Estudo das Localidades	46
Figura 4 –	Área integrante do distrito do Bello Horizonte, 1895. Destaque das terras devolutas em laranja.	50
Figura 5 –	Povoado do Pinto e Olaria em terrenos devolutos (destacado em laranja)	51
Figura 6 –	Detalhe da planta da área de estudo, 1894	52
Figura 7 –	Casas e cercamentos pela rua do Rosário	53
Figura 8 –	Configurações do morar no distrito de Belo Horizonte, 1895	54
Figura 9 –	Casa e quintal de J. Joaquim de Abreu	55
Figura 10 –	Edificações da Fazenda do Leitão	55
Figura 11 –	Fazenda do Leitão, 1958	56
Figura 12 –	Casa de Eduardo Edwardes, Largo da Matriz	58
Figura 13 –	“Uma morada de casas e quintal” na rua do Capão	58
Figura 14 –	Sítio do Navio, no canto inferior esquerdo da figura	59
Figura 15 –	“Plantas das casas e terrenos de Antônio Batista Vieira - Rua do Capão”	62
Figura 16 –	Implantação da casa de Antonio Baptista Vieira sobreposta ao quarteirão da nova capital constante no processo de tombamento da CCNC, 1894	64
Figura 17 –	As casas do arraial e a modernização em andamento: obras de prédios públicos da nova capital	66
Figura 18 –	Zoneamento da cidade ‘Minas’: zona urbana, zona suburbana e zona de sítios. Nota: “Planta Geral da Cidade de Minas, 1895	70
Figura 19 –	Parque central, quarteirões e lotes nas zonas urbana e suburbana, 1895	74
Figura 20 –	Casa, muros e quintais no alinhamento das vias	75
Figura 21 –	Implantação de casa em junção de 2 lotes, 1907	77
Figura 22 –	Divisão do lote lembrado em 3 novos lotes, em sobreposição na planta cadastral da PBH de 1942.	77
Figura 23 –	Inserção da delimitação constante do CP026023G do ano de 1898 em sobreposição ao CP 026058M de 1942	78
Figura 24 –	Lotes desmembrados na zona suburbana com casas no alinhamento da rua	79
Figura 25 –	Em destaque em linha verde a área do Parque constante do projeto de 1895	80
Figura 26 –	Anúncio veiculado no final do século XIX para fins de comercialização de um chalet	82

Figura 27 –	Anúncio veiculado no final do século XIX para fins de comercialização de um palacete	82
Figura 28 –	Localização e planta da casa e terreno de Francisco Antônio Vaz de Mello, 1894	86
Figuras 29 e 30	Compromisso da Irmandade dos Irmãos Pretos de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Arraial do Curral del Rey	87
Figura 31 –	Em flagrante. Após a missa do dia na Igreja S. José, 1915....	88
Figura 32 e 33 –	Parque e praças nas zonas urbanas e suburbanas	91
Figura 34 –	O caminhar sob guarda-sóis, saída da chácara em direção ao Arraial	93
Figura 35 –	“Pronto para partir um grupo de corredores, no Parque, nos primeiros dias da cidade”	94
Figura 36 –	A casa “ampliada” compartilha o enlace	96
Figura 37 –	Café no quintal	97
Figuras 38 e 39 –	“Chá das 5”no palacete Afonso Pena, 1913	98
Figura 40 –	Planta da casa no arraial do Belo Horizonte, 1894	101
Figura 41 –	Fachada frontal e planta da casa urbana, 1897	101
Figura 42 –	Planta e fachada frontal, 1902	103
Figura 43 –	Projeto e planta, 1910	104
Figura 44 –	Fronteiras: residência alinhada a via pública com acesso lateral por jardim e alpendre, 1911	104
Figura 45 –	Fronteiras: residência recuada em relação a testada do lote [1900-1934].	105
Figura 46 –	Fronteiras: a janela e a comunicação com a rua no Arraial do Belo Horizonte	106
Figura 47 –	Projeto de gradil e jardim, 1925	107
Figura 48 –	Nas fronteiras: casa alinhada à via pública com acesso lateral. O alpendre com pinturas parietais. No detalhe a inscrição da data da construção que se perpetua	108
Figura 49 –	Inscrição da data da construção na fachada, ‘1897’	109
Figura 50 –	Monograma das iniciais do proprietário ‘ASP’ na fachada da casa, 1906	109
Figura 51 –	Projeto de residência e negócios de Egydio Inlotero, 1906. Na fachada da residência, as letras iniciais do proprietário ‘EI’	110
Figura 52 –	Letras iniciais ‘JC’ do proprietário na fachada e no gradil da residência,1921	111
Figura 53 –	Pedro Carvalho Mendes, capitão da guarda nacional em 1907...	113
Figura 54 –	O monograma das iniciais do nome do proprietário na fachada da casa. Bairro Floresta, região administrativa leste, Belo Horizonte	113

Figura 55 e 56 –	“Projecto da casa para construir no lote nº.9 quarteirão 13 16 secção IIIª – propriedade do Sr. Arthur Joviano. Minas 1º de agosto 1898”	115
Figura 57 –	“Av. Affonso Penna, Belo Horizonte, MG [192-]”	118
Figura 58 –	Veículo de entrega de leite em domicílio. Década de 1910	119
Figura 59 –	“Veículo de entrega de mercadorias do Parc Royal estacionado na rua da Bahia, junto à requintada loja, na década de 1920”	120
Figuras 60 e 61–	Fronteiras: a cabeleireira e o barbeiro vão à casa	121
Figura 62 –	Engenhos de publicidade veiculados no Minas Geraes, 1898	122
Figura 63 –	Casa de Eduardo Edwardes no Largo da Matriz, 1894	123
Figura 64 –	[Planta da casa de Eduardo Edwardes - Largo da Matriz], 1894	123
Figura 65 –	Planta de residência e negócios, 1896	124
Figuras 66 e 67	Planta de residência e negócios, 1896	124
Figura 68 –	Anúncio de escritório de procuratórios, 1897	125
Figura 69 –	Planta de casa de uso misto de moradia e de negócios, 1900	126
Figura 70 –	Conjuntos de moradia e negócios em edificação, 1904	126
Figura 71 –	Anúncio de João de Salles Pereira, 1893	127
Figura 72 –	Anúncio de João de Salles, 1897	127
Figura 73 –	Localização do lote 13 quarteirão 19, I seção urbana	127
Figura 74 –	Fronteiras: casa e negócios, 1910. Nota: “À porta da Casa Salles, na São Paulo com Caetés. de terno prelo, o fundador. João de Salles Pereira”	128
Figura 75 –	Localização da Casa de J.C. Aguiar, 1895	131
Figura 76 –	Casas na rua de Sabará, 1894.	132
Figura 77 –	Planta da casa de João Carvalho de Aguiar	132
Figura 78 –	Detalhe armário. Século XIX	134
Figura 79 –	Fachada da casa da chácara	135
Figura 80 –	Localização do quarteirão 19, 5ª seção urbana.	136
Figura 81 –	Implantação da casa analisada à esquerda no quarteirão 19	136
Figura 82 –	Localização do projeto na Praça da Liberdade, 1934	136
Figura 83 –	Planta do “Prédio a construir-se nos lotes n. 1, 2, 3 e 4 do quarteirão nº.19 da 5ª secção urbana, propriedade do Exmo Sr. Desembargador Hermenegildo Rodrigues de Barros”, 1904	137
Figura 84 –	Fachadas para a Praça da Liberdade e Rua Santa Rita Durão	138
Figura 85 –	Implantação e cobertura	139
Figura 86 –	Implantação da casa analisada	139
Figura 87 –	Roça, canavial, cafezal, engenho e moradia. Fazenda de Ilídio Ferreira da Luz.1894	141
Figura 88 –	Planta da Fazenda do Cercadinho, 1894.	143
Figura 89 –	A chácara e seu elementos da vida quotidiana	146
Figura 90 –	Chácara; repertório das práticas quotidianas e domésticas: pasto, casa, engenho, telheiro, engenhoca, depósito e engenho	146

Figura 91 –	Quintal da casa do arraial, Largo do Rosário	149
Figura 92 –	Arranjos da vida doméstica, 1894	150
Figura 93 –	Casas e quintais em Belo Horizonte, 1934	151
Figura 94 –	Localização do lote 3, quarteirão urbano 8, 1ª seção urbana	152
Figura 95 –	Planta da edificação e anexo, 1902	152
Figura 96 –	Acréscimo de construção no terreno, 1915	152
Figura 97 –	Modificações de projeto, 1910.	153
Figura 98 –	Acréscimos de área construída, 1897 e 1910	153
Figura 99 –	Construção de apoio localizada no quintal, 1904	154
Figura 100 –	Projeto de casa com porão habitável e anexo de cômodos, 1911	154
Figura 101 –	Projeto de estrebaria, 1898	155
Figura 102 –	Projeto de estrebaria, 1899.	155
Figura 103 –	Nos jardins do Palácio da liberdade”, 1915	157
Figura 104 –	Localização da V Seção Urbana quarteirão 16, lotes 5, 6 e 10	159
Figura 105 –	Localização dos lotes	159
Figura 106 –	Prancha arquitetônica datada de 1903	160
Figura 107 –	Prancha arquitetônica datada de 1903: Em amarelo, a edificação existente. A proposta do acréscimo está contígua edificação existente	161
Figura 108 –	Anúncio de 1898 do escritório de Senna	162
Figura 109 –	Anúncio de 1902: “Escritorio de advocacia Dr. Nelson de Senna”.	162
Figura 110 –	Fachada proposta e fachada existente, 1903	163
Figura 111 –	‘No gabinete”, 1910	164
Figura 112 –	Acréscimo de cômodos, 1905	165
Figura 113 –	Acréscimo de cômodos em anexo localizado nos fundos do lotes 5, 1912	165
Figura 114 –	Acréscimo de ambiências e nova modificação da fachada, 1919	166
Figura 115 –	Acréscimo de ambiências e nova modificação da fachada, 1919	167
Figura 116-	A família no alpendre	167
Figura 117 –	Planta de residência, sem data	168
Figura 118 –	Fachadas rua Santa Rita e lateral	169
Figura 119 –	Gradil e muro	169

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O HABITAR E A TERRA	29
2.1 Um arraial e uma cidade capital no contexto da modernização dos séculos XIX e XX	
29	
2.2 Arranjos fundiários, propriedade privada e família no arraial.....	49
2.3 A cidade capital como pôde ser	64
3 O HABITAR E A RUA.....	84
3.1 O público e o privado e os comportamentos sociais da civilidade no arraial e na capital.....	84
3.2 O público e o privado e as materializações da civilidade	100
3.3 Oh de casa! Oh de fora!.....	116
4 O HABITAR E A CASA	130
4.1 Quem viu uma casa horizontal, viu quase todas?.....	130
4.2 Não sendo casa é, no entanto, da casa.....	139
4.3 O percurso de uma casa horizontal.....	157
CONCLUSÃO.....	171
REFERÊNCIAS.....	176

1 INTRODUÇÃO

O habitar é o tema desta Tese. Especificamente, analisa-se o *habitar horizontino*, ou seja, a pesquisa se desenrola em Belo Horizonte nome concedido ao então *Arraial do Curral del Rei* no final do século XIX pelos republicanos mudancistas em substituição à denominação de origens coloniais de outros tempos¹ e adotado, posteriormente, para a cidade capital. A permuta do nome se fez urgente para demonstrar consonância com a República tendo em vista a possibilidade dessa localidade em abrigar uma nova capital do Estado.

Ao longo do Século XIX, o Brasil experiencia diferentes formas de modernização compreendidas no bojo da instalação da Corte Portuguesa no ano de 1808, da instalação do Império no ano de 1822 e da promulgação da República em 1889. Portanto, inseridas em um processo de medidas de modernização que paulatinamente são inseridas nas relações sociais brasileiras. Acompanha-se a análise de Marshall Berman (2007) a respeito da indivisibilidade dos dois níveis integrantes das transformações que passam a ocorrer a partir do século XVIII *modernismo e modernização*: o primeiro nível refere-se ao *espiritual*, relacionado ao artístico e ao intelecto, e o segundo nível, *material*, que abrange estruturas e processos políticos, econômicos e sociais.

Durante o século XIX brasileiro várias medidas jurídicas e administrativas modificam diretamente a *escala do cotidiano* (REIS FILHO, 1991), alterando as maneiras de acesso à terra e de uso e ocupação do solo, e conferem experiências de modernização específicas em terras brasileiras. Há mudanças nas fronteiras do público e do privado; instala-se e diversifica-se a categoria *cidade*; instala-se a propriedade privada; mudam os desenhos das cidades e os materiais de construção; os códigos de postura e higiene são editados para as aglomerações urbanas nas

¹ Atribui-se os republicanos mundancistas aos concidadãos que se identificam com a questão da mudança da capital Ouro Preto. Conforme Viscardi (2007, p. 31): “A transferência da capital de Ouro Preto não era uma ideia nova. A transferência da capital de Ouro Preto não era uma ideia nova. Há notícias da ocorrência de inúmeras propostas ao longo dos anos. No entanto, as significativas transformações ocorridas após a Proclamação da República provocaram o ressurgimento da questão mudancista. Pode-se dividir a produção sobre o tema em dois grandes grupos. Um que destaca as bases políticas e regionais da disputa entre mudancistas e não mudancistas”.

escalas do lote e da edificação. Também se transforma a relação com o tempo, com a Igreja, com o Estado. Muda o comportamento social, muda a relação com o corpo.

Muda o habitar, e com este muda a casa de moradia. Muda tudo. Guardadas as proporções e especificidades das experiências de modernização no Brasil, cabe também o pensamento de Harvey (2015) a respeito do significado das reformas de Paris: *Muda a escala do pensamento e da ação*.

A profundidade da importância da “dupla revolução” – a Revolução Francesa de 1789 e a revolução industrial inglesa contemporânea de 1848 –, segundo Hobsbawm (1991) pode ser medida entre as tantas palavras inventadas ou que adquiriram seus significados modernos nesse período de 60 anos: “indústria”, “industrial”, “fábrica”, “classe média”; “classe trabalhadora”, “capitalismo” e “socialismo”, “ferrovia”, “liberal” e “conservador”, “nacionalidade”, “cientista” e “engenheiro”, “proletariado” e “crise” (econômica) e vários outros nomes das ciências modernas. A edificação que abriga a exposição de Londres de 1850, projeto de Joseph Paxton, apresenta-se com materiais e dimensões que refletem as mudanças na escala do habitar. Segundo Bryson (2011), Morris sente-se enjoado diante da “falta de gosto e veneração do excesso” no Palácio de Cristal. Nas *Notas de inverno sobre impressões de verão*, assim Dostoiévski registra as impressões da grande exposição:

O Palácio de Cristal; a Exposição Internacional... Sim, a exposição é impressionante. Sente-se uma força terrível, que uniu todos juntou aí todos estes homens inumeráveis, vindos do mundo inteiro; tem-se consciência de um pensamento titânico; sente-se que algo já foi alcançado aí, que há nisso uma vitória, triunfo [...] Olham-se estas centenas de milhares, estes milhões de pessoas que acorrem docilmente para cá de todo o globo Terrestre, pessoas que vieram com um pensamento único, que se aglomeram plácida, obstinada e silenciosamente neste palácio colossal [...] Sente-se a necessidade de muita resistência espiritual e muita negação para não ceder, não se submeter à impressão, não se inclinar ante o fato e deificar Baal, isto é, não aceitar o existente como sendo o ideal... (DOSTOIÉVSKI, 2000, p. 43-44).

Os novos termos que se desenvolvem chegam à cidade e à casa para acolherem as sensações e o *estado de espírito* e nomear as múltiplas ambiências. Os termos privacidade, domesticidade, conforto, confortável, solidão, indivíduo se espacializam pelas ambiências da casa. Rybczynski (2002) considera que a introdução de palavras na língua assinala a introdução simultânea de ideias na consciência. Para esse autor, o uso de palavras existentes com um significado diferente objetiva justamente refinar a linguagem para suprir uma necessidade específica. Rybczynski (2002) destaca o pensamento de Lukács a respeito do progressivo surgimento da vida interior, ou seja, a casa vista como conforto. Daí surgem os termos "autoconfiança", "autoestima", "melancolia" e "sentimental" apontando para a emergência de algo novo na consciência humana: o surgimento do mundo interno do indivíduo, do próprio ser e da família que configuram o conforto doméstico.

A casa burguesa, que se conforma a partir do século XVII, torna-se por excelência o cerne da *domesticidade*. Segundo Mota (2011) o mundo ocidental de maneiras distintas redefine as fronteiras entre o público e o privado e procura um espaço para a família. "Os homens e principalmente as mulheres descobrem a intimidade e transformam a casa numa *home*, onde o *comfort* se torna exigência" (MOTA, 2011, p. 522). Para Prior e Sousa (2014), "o binômio público/privado ganham relevo nas Ciências Sociais, uma vez que as noções de público e privado têm funcionado, ao longo dos tempos, como componentes estruturantes do mundo simbólico".

No Brasil, as experiências da modernização e das fronteiras do público e do privado perpassam necessariamente pela terra. A propriedade privada demarca um dos aspectos da modernização que se implementa no século XIX e situa os limites dos terrenos, medidos precisamente. Surge o loteador, o lote, o loteamento. A casa inserida nos limites definidos do lote aos poucos se afasta da rua. A questão central que se coloca, e que constitui o **problema** norteador da presente pesquisa, diz respeito à abrangência dos efeitos que a modernização impõe, observando-se os agentes sociais e as consequências socioespaciais para as cidades brasileiras. *Que impactos as modernizações que ocorrem paulatinamente no decorrer do século XIX trazem para os espaços e a vida urbanos?*

Esta Tese sobre o *habitar horizontino* apresenta os aspectos articulantes entre o público e o privado a partir do morar no arraial e na cidade capital. A realização de aproximações sobre o habitar se insere na integração entre as escalas proposta por Reis Filho (1991) acerca do estudo da escala como parte de uma análise mais ampla. Reis Filho esclarece:

Articulamos o estudo da urbanização em diversas escalas: a história global da urbanização, a história da urbanização no país que se estuda, que é a escala em que, no mundo contemporâneo, se definem as estruturas de poder e de controle da produção e as relações de classe. Em terceiro lugar, estudamos, a nível regional e na escala do cotidiano, o que nós chamamos corretamente de cidade e sua estruturação interior. A cidade para nós é artefato. Aí sim, realmente nós estamos tratando como artefato: querer estudar relações de classe dentro da cidade, só como exemplo de um estudo mais amplo de poder (REIS FILHO, 1991, p. 15).

A partir do estudo desta pesquisa sobre o habitar na *escala do cotidiano*, disposto na perspectiva integrada de escalas, acrescenta-se a concepção de *organização espacial* elaborada por Corrêa (2000). As experiências da modernidade do século XIX gradualmente modificam as relações com o Estado e adicionam categorias às relações sociais entre os indivíduos, as famílias, as percepções sensitivas sobre o *gosto*, a própria sociedade e nas especificidades do morar. Essas se assentam e aclimatam em solo mineiro, especificamente em terras horizontinas.

Como materialidade, a *organização espacial* é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história, correspondendo às marcas do homem que, organizadas espacialmente, constituem tanto o espaço do homem quanto a organização espacial da sociedade. De acordo com Corrêa (2000, p. 53), “ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez, também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade espacializada”.

É nessa direção a análise do geógrafo Carlo Cattaneo, utilizada por Rossi (2001) nas reflexões sobre a *Arquitetura da cidade*, em que aquele autor não

diferencia campo e cidade, pois, todo o conjunto dos lugares habitados constitui obra do homem. Para o geógrafo (CATTANEO *apud* ROSSI, 2001, p. 22), “toda região se distingue das selvagens pelo fato de que é um imenso depósito de fadigas [...]. Aquela terra, portanto, em nove décimos não é obra da natureza, é obra das nossas mãos, é uma pátria artificial”. Rossi (2001) arremata a reflexão de Cattaneo ao afirmar: “enquanto pátria artificial e coisa construída, também são testemunhos de valores, são permanência e memória. A cidade é na sua história” (ROSSI, 2001, p. 22).

Também, associa-se a composição investigativa desta pesquisa ao pensamento de Lamas (2011) na obra *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. O autor esclarece que há diferentes instrumentos de leitura da forma que possibilitam o desvelamento dos conteúdos de um objeto. Para Lamas (2011, p. 73), “[o] homem vive numa continuidade ambiental, e as formas urbanas ou territoriais são constituídas pela composição de diferentes unidades espaciais e elementos morfológicos”. É por esse caminho que se adota nesta pesquisa uma maneira de investigar o habitar em suas configurações urbanas e arquitetônicas tomando-se como referência alguns aspectos das fronteiras do público e do privado.

O significado de ‘habitar’ vai ao encontro das definições de ‘casa’ na língua portuguesa como o local onde se passa o tempo continuamente. No *Novo Dicionário crítico e etymologico da lingua portuguesa*, de Francisco Solano Constancio (1836), a etimologia do verbo ativo ‘habitar’ encontra origens no latim *habito*, *habitare* frequentativo de *habeo*. Constancio (1836, p. 601) explana que “Court de Gebelin a deriva de *Beth*, casa em Chaldaico e Hebraico, mas o termo he derivado do Egypcio *hep*, cobrir-se, abrigar-se, e *Kot*, edifício”. Santos e Maia (2016) destacam que a língua latina está presente nas raízes de cada palavra portuguesa com a ocorrência de alterações e metamorfoses em seu sentido original. Desse modo, no verbo latino *habĕo* (-ĕs, -ĕi, -ĕtum, -ĕre) tem-se as acepções no português arcaico de “ter, possuir, estar senhor, conter, encerrar, ter que, ter, considerar, reputar como, ter em conta”; além de passar (o tempo) e, no português moderno “aver muito, passar muito tempo”.

Conforme Santos e Maia (2016), o verbete *habĕo* é utilizado como pleno e, como auxiliar, expande-se em português: a cognação latina *habĭto* (-as, -āvi, -atum, -ārel) deriva da ação *habĭtum*, que significa “ter muitas vezes, trazer habitualmente, habitar, morar”, donde se tem a raiz culta *habit-*, “habituair, acostumar-se” e a raiz culta

hab(il), “hábil, que tem mestria, que tem habilidade, que atende ao estabelecimento por lei”. Sua utilização, como verbo pleno, ocorre com o significado de “ter, possuir ou julgar, ter para si” e, com função impessoal, nas acepções de “existir, ter transcorrido ou ser decorrido (tempo), acontecer”.

Nesse entendimento, o habitar e a habitação possuem significados de “local que se ocupa habitualmente, em que se despende o tempo”. Veja-se ‘casa’ no *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva de 1789, definida como “[o] edifício onde habita gente, morada, habitação” e, igualmente, como “peça, ou quarto do edifício, casa de jantar, de dormir, de música” (SILVA A., 1789, p. 241). Em sentido figurado, habitar se vincula à geração, à família, por exemplo: “Casa dos Noronhas”. Nas suas várias escalas, a casa, portanto, agrega as acepções de acolhimento, de recepção, de localização, de abrigo, tal como se apresenta por exemplo na abertura da roupa, onde entram os botões do vestido, nas pinturas do tabuleiro do gamão e dos tabuleiros dos jogos de dama.

Tratar do “habitar” então pode discutir questões de ordem privada e pública, que são cambiantes e não devem ser vistas de maneira dicotômica. Ao analisar as fronteiras do público e do privado, Thompson (2010) notifica o inevitável retorno ao pensamento de Hannah Arendt no que se refere ao uso e significados dos termos na Grécia Antiga. O domínio privado compreende o domicílio e a família em contraste com a esfera pública, domínio da liberdade, em que os seres humanos satisfazem todo seu potencial como seres humanos (THOMPSON, 2010). Ariès (2009) adverte que não se deve tratar *privado* correspondendo ao cotidiano, ao doméstico, pois a abrangência dessa temática é bem mais ampla. Colocado em perspectiva, há um conjunto de alterações, como aponta o autor, que ocorrem desde a Idade Média e perpassam e alinham as vidas material e espiritual, as relações com o Estado, a família, a economia, os rituais coletivos, a interiorização das atitudes religiosas e os grupos de convívio e conduzem à diversificação da noção e dos aspectos da vida privada. Essa diversidade se estende desde a morada às áreas privatizadas como a oficina, a loja, o escritório e a fábrica e aqueles locais vinculados às cumplicidades e ao lazer masculino, como bares e clubes.

Thompson (2010) esclarece que a esfera pública burguesa tem gênese no domínio da literatura e, gradativamente, transforma-se em uma esfera pública que

incidia diretamente sobre questões políticas. “No final do século XVII e início do XVIII os salões e cafés de Paris e de Londres tornaram-se centros de discussão e de debate – primeiro, literário, a esfera pública no mundo das letras, e depois, crescentemente, para a discussão de questões de interesse mais geral, a esfera pública no domínio do político” (THOMPSON, 2010, p. 16-17).

Portanto, Ariès (2009) assevera que há sim uma área particular, com delimitações privadas, que corresponde ao local onde se encontra o que se possui de mais precioso, mas que não se refere somente à casa de moradia, embora seja naturalmente inscrita no interior da casa. O espaço privado compreende, para Ariès (2009, p. 8), “uma zona de imunidade oferecida ao recolhimento, [...] onde relaxamos, onde nos colocamos a vontade [...] Esse lugar é de familiaridade. Doméstico. Íntimo”.

Na casa, segundo Rybczynski (2002), o sentido de privacidade é construído pelo ser humano, não nasce com ele, surge junto com o senso de intimidade, pois, no século XVI, conforme esse autor, não havia a distribuição específica nas ambiências, um mesmo cômodo, no decorrer do dia, servia como ambiente de trabalho, de refeições e dormitório. As casas eram locais de encontro público conjugando entretenimento e negócios. Além desses usos, a casa albergava, para além da família direta, segundo Rybczynski (1987, p. 41): “empregados, criados, aprendizes, amigos [...] Como todas estas pessoas viviam em um ou, no máximo, dois compartimentos, não se conhecia a privacidade [...]. Até dormir era uma atividade comunitária”.

No final da Idade Média, conforme Ariès (2009, p. 9), “encontramos um indivíduo enquadrado em solidariedades coletivas, feudais e comunitárias [...] encerram o indivíduo ou a família num mundo que não é nem privado nem público no sentido que conferimos a esses termos”. Segundo esse autor, no século XIX, a sociedade se torna uma vasta população anônima na qual as pessoas já não se conhecem. O trabalho, o lazer e o convívio com a família são doravante atividades separadas em compartimentos estanques. Nesse percurso, a família muda de sentido, pois não corresponde somente a uma unidade econômica e passa a abranger o local de refúgio, de afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância.

Ariès (2009) aponta indícios do processo de privatização ocorridos na literatura da civilidade, entre os séculos XVI e XVIII, com a introdução paulatina de pequenas

mudanças na maneira de se portar com a execução de gestos discretos em relação ao próprio corpo e ao do outro e no isolamento interior com a disseminação da escrita íntima nos diários. Essas modificações encaminham, segundo esse autor, ao surgimento do *gosto*, que compreende a exteriorização de si mesmo e dos valores íntimos que cada um cultiva em si e que conduz à dedicação à vida quotidiana dentro de casa ou no próprio comportamento e a introdução de exigências de refinamento que demandam tempo e monopolizam o interesse.

Todos esses aspectos se refletem na arquitetura da casa que reduz o tamanho dos cômodos e, ao mesmo tempo, multiplica-os. Os cômodos se especializam em funções diversas, conectados por escadas, corredores e a distribuição do calor e da iluminação. A casa, segundo Ariès (2009, p.17),

[...] resume, talvez, todo o movimento dessas constelações psicológicas [...], suas inovações e suas contradições. É uma história muito complexa, e só podemos assinalar sua importância. Relativamente estável do século XII ao XV, ela depois não para de se transformar até nossos dias.

A respeito da casa e das maneiras de morar, nos estudos do objeto arquitetônico as questões relacionadas aos vínculos entre o modo de vida e a conformação do programa e das ambiências da casa têm sido pouco recorrentes. A intenção nesta pesquisa é identificar, caracterizar e demonstrar que há uma complementaridade entre o programa da arquitetura da casa e seu exterior e uma relação indissociável entre o modo de vida e a casa.

Rossi (2001) destaca as conexões entre a relação estrutural da arquitetura com a sociedade em que está inserida ao tratar do tipo e da essência da arquitetura. Ele considera revelador o estudo de Freyre na obra *Casa Grande e Senzala*. Freyre aponta, para Rossi (2001, p. 10): “a influência de certas tipologias edificatórias e urbanas levadas ao Brasil pelos portugueses, e de como estas eram estruturalmente ligadas ao tipo de sociedade estabelecida no Brasil”.

Freyre (2006) na obra *Sobrados e Mucambos*, apresenta a casa como um conjunto de edificações emblemáticas dos arranjos sociais onde se conectam costumes, comportamentos e relações sociais. Para ele, o conhecimento sociológico acerca do brasileiro, está vinculado diretamente ao conhecimento de suas origens e de seu desenvolvimento e viabiliza-se pela sociologia genética: a sociologia da família. A casa, consoante Freyre (2006, p. 52), “corresponde ao tipo dominante de família, inseparável, por sua vez, das condições físicas e sociais de ocupação ou dominação do espaço por grupo humano [...] Sempre eco, isto é, casa”.

Portanto, o **objetivo geral** da pesquisa deriva de seu problema central, podendo ser formulado, sinteticamente, da seguinte maneira: *analisar as implicações das modernizações do século XIX a partir de aspectos públicos e privados no habitar horizontino e identificar os efeitos socioespaciais das modernizações nas configurações urbanas e arquitetônicas do habitar horizontino.*

Como **objetivos específicos**, concebidos enquanto desdobramentos do objetivo geral, podem ser elencados os seguintes: *recuperar a trajetória do acesso à terra, da produção do espaço e dos marcos legais em matéria de legislação federal no Brasil, com ênfase na propriedade e na modificação do uso e ocupação do solo que ocorre a partir da Lei de Terras no ano de 1850 e na promulgação da República; identificar e explicar as relações entre o público e o privado na maneira de morar e nas ambiências da casa; especificar as permanências e mudanças na casa e em seu entorno imediato diante das relações entre o público e o privado que se instalam como medidas de modernização.*

É neste contexto que a pesquisa sobre o habitar se refere ao estudo do mundo interior do convívio familiar, no interior da casa, mas igualmente é discorrer sobre a casa e suas relações tanto com o seu entorno imediato quanto com o mundo exterior. Esse entendimento vai ao encontro da *supercasa* definida por Freyre (1979), pois reforça a nossa argumentação da existência de graus de complementaridade entre a casa e o mundo exterior. Portanto, a decisão de analisar o habitar pela “ampliação” da casa consiste em uma visão particular, adquirida na experiência vivida e vivenciada na vida privada e no trabalho cotidiano de profissional de arquitetura e urbanismo. E que suscita questionamentos sobre a possibilidade de identificação na produção do solo da uma complexidade de processos, formas e interações espaciais que resultam

o *habitar* e que são passíveis de identificação nas configurações urbana e arquitetônica.

Nesse caminho, se inserem os ensinamentos de Lemos (1999) sobre a casa brasileira compreendida em um processo cultural. Para esse autor, no Brasil, a ação de morar deve ser compreendida como uma manifestação de caráter cultural tendo o sincretismo como elemento formador na conjunção de origens lusitanas, indígena até a África e o Oriente. Assim, habitar um espaço, para Lemos (1996, p. 7), “além de manter vínculos com a modernidade também está relacionado com os usos e costumes tradicionais da sociedade”. A análise desse autor conduz à compreensão da configuração interior da casa, onde a forma do edifício, ou o seu partido arquitetônico, como o resultado da imbricação entre programa de necessidades, as atividades no espaço arquitetônico, técnicas construtivas e meio ambiente.

Esses fatores resultam no programa e no zoneamento da casa: na zona de recepção, o convívio social e na zona íntima, privada, em que se desenvolve o trabalho doméstico. Assim, pesquisar sobre o habitar no final do século XIX e começo do XX significa necessariamente retomar a casa brasileira em suas origens e acomodações nas *minas gerais* recuperando e entendendo a maneira de morar e as ambiências da casa que se perpetuam no Arraial e na cidade capital e em que e como se modificam nos primeiros anos após a sua inauguração. Concomitantemente, o estudo da casa urbana significa retomar as casas rurais, pois que estas constituem a gênese da casa e do modo de vida urbanos no Brasil.

Para a compreensão das experiências da modernização no habitar utiliza-se os testemunhos dos tempos passados tal como instrui Costa (2005, p.17), “não na busca de um tempo perdido, mas ao encontro do tempo que ficou vivo para sempre porque entranhado na arte”. Os testemunhos levantados, nesta Tese, constituem as representações das casas constantes nos levantamentos das fazendas e terrenos urbanos do Arraial, nos projetos arquitetônicos da cidade capital e no conjunto de documentos textuais e fotografias constantes nos acervos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), do Arquivo Público Mineiro (APM), do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), Museu do Ouro / Casa Borba Gato/ Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) / Ministério do Turismo, da Biblioteca Nacional (BN) e do Arquivo

Histórico do Museu Aeroespacial (MUSAL) / Ministério da Defesa/ Comando da Aeronáutica.

As plantas arquitetônicas pesquisadas referentes ao morar do arraial são compostas pelos levantamentos arquitetônicos elaborados pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) e contém a implantação das edificações e seus terrenos no Arraial bem como, em alguns casos, a planta arquitetônica da edificação. Os projetos arquitetônicos da cidade capital de Belo Horizonte se subdividem em dois arcabouços. No primeiro, estruturam-se as casas concebidas e construídas previamente para abrigarem os funcionários públicos vindos da então capital mineira Ouro Preto. Essas casas, conforme definido no Decreto nº. 818/1895, são compostas de 6 tipologias de casas correspondentes à 6 classes de valores monetários, relacionados aos vencimentos anuais dos funcionários. O segundo, compreende o eixo das casas elaboradas por meio das demandas dos moradores do Arraial e dos novos moradores vindos de procedências variadas que aportam na capital do Estado de Minas Gerais. Portanto, constituem vestígios de uma ação.

Conforme Leão (1992, p. 164), “vestígio é o anúncio. Indica o que não se mostra em si mesmo, mas se faz representar pelas referências que dá de si com a presença de outro”. Neste sentido, esta pesquisa contempla os vestígios das casas do arraial e das casas predominantemente do segundo arcabouço, ou seja, as casas de particulares, uma vez que condensam o acontecimento do cotidiano e o modo de vida particular que se quer investigar. Para Leão, a investigação é a viagem por dentro do vestígio, sendo justamente nas raízes do óbvio que se esconde a questão essencial. “Não óbvio o pensamento não silencia, desce-lhe ao invés, até às raízes, para, fazendo-se radical sentir no silêncio do óbvio a maior provocação de pensar” (LEÃO, 1992, p. 164).

Viollet-le-Duc², em seu *Dicionário*, ao tratar das artes compreendidas entre os séculos XII e XV, explica que não podem ser captadas em um ponto. As artes, para Viollet-Le-Duc (2015), correspondem a “uma cadeia ininterrupta em que todos os anéis são atados com pressa pelas leis imperiosas da lógica”. Os argumentos de

² Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc, “Préface”, em: *Dictionnaire Raisoné de L'Architecture Française du XI e au XVIe siècle*, Tomo I, pp.I-VIII, 1854-1868. Tradução de Igor Fracalossi. Disponível em:< <https://www.archdaily.com.br/br/765284/dicionario-razoado-da-arquitetura-francesa-prefacio-parte-ii-ii-eugene-emmanuel-viollet-le-duc>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Viollet-le-Duc e Leão são aplicados nesta análise sobre a casa, na busca pelos vestígios que se anunciam nas plantas arquitetônicas vinculadas aos pensamentos dos autores referenciais e tornam-se oportunos por ser impossível abranger todos os aspectos do habitar, tal como exposto por Flick (2009):

A pesquisa social tem seus limites [...] o objetivo de desenvolver uma única grande teoria para explicar a sociedade e seus fenômenos que existem dentro dela [...] não pode ser alcançado. E não existe um método que estude todos os fenômenos relevantes. Além disso, não se pode esperar que a pesquisa social vá proporcionar soluções imediatas para problemas atuais e urgentes (FLICK, 2009, p. 21).

Para a realização dessa pesquisa adota-se a metodologia da pesquisa social proposta por Flick, que compreende a análise sistemática das questões de pesquisa por meio de métodos empíricos a partir da análise de dados. Conforme Flick (2009, p. 26), “a natureza sistemática dos procedimentos e o acesso concreto a questões práticas na pesquisa empírica nos estudos e no trabalho profissional posterior [...] podem proporcionar novos *insights*”. De fato, inicialmente, a pesquisa objetivava abordar as primeiras plantas da cidade capital. A análise dessas plantas, contudo, conduziu, naturalmente, a um questionamento de certas configurações arquitetônicas e urbanas detectadas que demandaram a análise do habitar arraialense, no momento anterior à cidade capital.

Os vestígios do habitar são então buscados nas plantas arquitetônicas e nos pensamentos de autores selecionados da literatura, da filosofia, da arquitetura e da história, campos distintos e complementares. Na realização da pesquisa esses vestígios convergiram para uma interpretação do habitar a partir das relações entre o privado e particular nas configurações urbanas e arquitetônicas do habitar horizontal. A partir dessas considerações, as escavações arquivísticas enunciam uma transcendência: o acervo da paisagem belo-horizontina transcende em forma estética, vivência e representação para as décadas posteriores.

A pesquisa aborda o acervo inventariado dos levantamentos arquitetônicos da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) com data de 1894 e os projetos arquitetônicos que se encontram sob a guarda do APCBH, compostos dos exemplares

originais sendo analisados no recorte de tempo entre 1896 e 1920. De acordo com o Arquivo em tela, esses projetos deram origem às construções, reformas ou adaptações de edificações de finalidades diversas, públicas e privadas. Nesta pesquisa, fez-se uso, principalmente, dos projetos de edificações apresentados por particulares. Para a explicação do conteúdo desses documentos analisados, é necessário remeter à formação da Comissão Construtora e sua instalação no Arraial do Belo Horizonte. Esse é ponto de partida dos trabalhos de geodésia e topografia realizados pela CCNC para o cadastro, com fins de desapropriação, dos terrenos e edificações inseridos na área delimitada para receber a nova capital do Estado de Minas Gerais. A CCNC procede as medições de fazendas e suas edificações e de terrenos urbanos e suas edificações no arraial. Os produtos desses trabalhos se constituem de documentos textuais, referentes aos processos de tombamento e documentos de desenho, constituídos de implantação da edificação em terreno e, em alguns casos, tem-se a elaboração da planta da edificação com a indicação textual do uso de cada ambiência componente da casa.

A pesquisa das plantas das casas ocorre em dois fundos pertencentes ao APCBH: o Fundo da Secretaria Municipal de Administração (SMA) que abriga mapas e plantas da CCNC e o Fundo da Secretaria Municipal de Regulação Urbana (SMARU). O Fundo SMA se constitui dos levantamentos das propriedades do Arraial do Belo Horizonte. Em alguns desses levantamentos, apresenta-se as divisões internas das casas e até mesmo a indicação dos usos dos compartimentos e que são utilizados nesta Tese.

O Fundo SMARU percorre o período entre 1896 e 2006 e é de extrema importância pela diversidade de abrangência dos projetos que abarcam as zonas urbana e suburbana da cidade capital. Para se ter uma ideia, grande parte do acervo ainda não está cadastrada e planejada. Portanto, a pesquisa realizada nesta Tese constitui uma pequena parte do potencial do acervo do APCBH. O acervo consultado está cadastrado em fichas armazenadas em 8 caixas sem ordem cronológica. Após a seleção das fichas, planilhou-se os projetos de edificações para possibilitar uma visualização do conteúdo das fichas. Somente na solicitação da visualização dos projetos listados se fez possível verificar realmente qual o conteúdo das plantas.

A pesquisa revela que muitas plantas compreendem a representação da fachada principal ou de uma modificação, alteração ou acréscimo de edificação realizada e, muitas vezes, não há a representação da planta baixa da edificação existente, inviabilizando, por isso, a compreensão da edificação pré-existente a alteração representada em planta arquitetônica.

O recorte do período 1896-1920 analisado ocorre justamente pela quantidade de projetos a serem verificados e o tempo de pesquisa demandado no APCBH, já que, a cada solicitação de consulta, há um período para a separação dos projetos e a efetiva disponibilização para a nossa análise. Este período, em especial, é rico pela diversidade de profissionais desenhistas, projetistas, engenheiros e arquitetos, pois não havia a exigência de diploma profissional, aceitando-se os profissionais de formação prática.

Salgueiro (1997, p. 23) explica que “a acepção ‘arquiteto’ merece reservas; muitos que se diziam portadores do título não o eram realmente e se matriculavam como desenhistas”. Consoante Salgueiro (1997), o próprio José de Magalhães, possuía formação na Escola Politécnica de engenheiro-geógrafo. Conforme essa autora, embora Magalhães tenha estudado na *École des Beaux-Arts* de Paris não obtém o diploma, o que não constitui impedimento para o desenvolvimento dos projetos de arquitetura da CCNC.

No ano de 1932, as matrículas da maioria dos profissionais de diferentes categorias cadastrados na Diretoria de Obras são canceladas. Conforme o *Dicionário Biográfico dos Construtores e Artistas* (INSTITUTO..., 1997), esses cancelamentos possivelmente decorrem de legislação sobre o regulamento geral de construções em Belo Horizonte editada no ano de 1930 que estabelece diretrizes para o registro profissional e define a abrangência da atuação de arquitetos, desenhistas, mestre-de-obras e “oficiais-artífices”.

Na análise das plantas arquitetônicas do arraial e da capital houve a identificação de ambiências e edificações comuns nos projetos. Essa identificação permitiu a elaboração de considerações gerais sobre a produção do espaço, sobre as ambiências das casas e sobre os traços e atributos culturais da sociedade que as produziu. Uma grande vantagem da organização dos projetos arquitetônicos da capital planejados do APCBH é que, muitas vezes, a pasta de um projeto consultado contém

também o sequenciamento dos projetos aprovados para o lote analisado, o que possibilita acompanhar a “vida” daquela edificação em sua gênese e desenvolvimento, ou seja, é possível espacializar no tempo, pelo menos em parte já que se trata de plantas formais, a “vida” da casa. Não são raros esses casos de continuidade, muito pelo contrário, a cada pesquisa de nova planta vê-se a planta da edificação para, na sequência, apresentar-se as plantas de modificações com acréscimo, reformas e novas construções. Além da constância de modificações nas casas analisadas, também foi observado nas consultas a alta frequência de demolições das casas urbanas analisadas na década de 1930, quando a cidade do Belo Horizonte inicia o processo de verticalização das edificações.

Em 11 de janeiro de 1895, expede-se o Decreto nº. 803, que estabelece as bases para o levantamento do plano geral da capital e para as concessões, vendas e distribuições de lotes urbanos e suburbanos para construções naquele distrito. Essa norma inicia a comercialização de lotes e a ocupação destes por edificações. Em pesquisa ao acervo SMARU, no período compreendido entre 1896-1920, seleciona-se o conjunto de aproximadamente de 300 plantas de casas e uma seleção final de aproximadamente 20 projetos apresentados na Tese. Barreto (1996) relata que o engenheiro-chefe da Comissão Construtora aprova a primeira planta particular em 28 de outubro de 1895, para construção de prédio particular Hotel Monte Verde na Cidade de Minas do sr. Carlos Eduardo Monte Verde e a segunda aprovação efetivada ocorre em 04 de maio de 1895, construção do sr. Luís Lourenço Rodrigues. Em relatório do engenheiro-chefe da CCNC, datado do mês de abril de 1896, consta a aprovação de 28 plantas de casas particulares, sendo 17 em execução com as devidas licenças (BARRETO, 1996). No acervo SMARU, a planta constante mais antiga, no momento da pesquisa, é datada de 1896, o que não significa divergência de datas, apenas que não constam dessa série analisada as plantas arquitetônicas do ano de 1895.

O acervo consultado está organizado em 8 caixas no seguinte arranjo: Fundo SMARU 1896 a 2006, Subfundo Gerência de Licenciamento Urbanístico, Série Exame e Aprovação de Projetos de Edificações, Subsérie Projetos Arquitetônicos recebidos com o seguinte código de referência: BR. APCBH – AJ.19.02.01. Para o acesso aos projetos de arquitetura, houve a seleção das fichas catalográficas por meio da análise do conteúdo de cada caixa com a utilização do dado referencial a datas de aprovação do fim do século XIX e os primeiros 20 anos do século XX. A partir daí, fez-se o registro

fotográfico das fichas escolhidas, seguido da elaboração de uma planilha com os dados a serem utilizados para a seleção dos projetos.

Dessa forma, concebe-se uma planilha intitulada 'Projetos Arquitetônicos 1896-1920' composta das seguintes colunas: Código de referência do projeto e Índice cadastral para fins de identificação dos projetos no APCBH; Tipo de projeto (acréscimo, decréscimo, edificação, levantamento, modificação e acréscimo. modificação, outros); Logradouro; Nome da edificação; Identificação do proprietário; Autoria do projeto; Data da aprovação; Data inicial da aprovação e Data final da aprovação.

Cabe ressaltar dois aspectos iniciais desse processo de seleção das fichas catalográficas: o primeiro, a grande maioria dos dados listados para a completa identificação da edificação não estão totalmente preenchidos, devido à dificuldade de leitura ou pela ausência, na prancha de arquitetura, da indicação textual do proprietário, do desenhista ou do arquiteto, entre outros. Assim, nem todos os campos da planilha organizada estão devidamente preenchidos. A segunda consideração se refere à falta de indicação na ficha catalográfica do tipo de projeto. Por vezes, há uma nota, por exemplo, junto ao dado 'edificação' consta inscrições textuais assim especificadas, dentre outras: 'moradia'; 'casa para moradia'; 'casa para negócios e moradia'; 'casa para residência e negócios'. Assim, para a seleção dos projetos arquitetônicos a serem analisados estabeleceu-se as fichas com a identificação 'edificação' e as especificações: casas exclusivamente para moradia e casas para moradia e negócios e, ainda, as especificações de casas que continham alterações com acréscimos e/ou modificações que possibilitasse o nosso acompanhamento, no período analisado, dos tipos de alterações demandadas no cotidiano do morar.

No APCBH, a consulta aos projetos arquitetônicos se realiza pela localização do código de referência no acervo da SMARU e pelo índice cadastral do imóvel. Cada projeto fica armazenado em pastas individualizadas que, geralmente, guardam a série histórica dos projetos arquitetônicos elaborados ao longo do tempo no lote analisado, contendo a "vida" de cada lote e do quarteirão que o abriga, conforme comentado. Uma boa parte desse acervo não possui o projeto completo, são representações de cortes, modificações, acréscimos ou fachadas. Contudo, é possível verificar a presença habitual de determinadas ambiências nas modificações na edificação da

moradia e nas edificações de apoio existentes nos lotes, e que são consideradas também resultado desta pesquisa.

Ao apresentar as assertivas introdutórias, sucede-se, por conseguinte, as medidas tomadas para a composição e a construção desta pesquisa sobre o *habitar horizontal* e as relações do público e do privado. Sua estrutura seguirá o seguinte plano: o segundo capítulo intitulado *O habitar e a terra* apresenta os contextos históricos e os arranjos fundiários em que se conformam as casas do arraial do Belo Horizonte e, posteriormente, as casas da cidade capital e suas relações com a família e o trabalho. O terceiro capítulo, *O habitar e a rua*, versa sobre as interações entre o público e o privado na perspectiva das sociabilidades e relações entre a casa, a vizinhança e o trabalho. O quarto capítulo *O habitar e a casa* apresenta a aproximação sobre as relações entre a casa, a família e seu entorno imediato e as práticas espaciais que se efetuam no entorno imediato da casa. Por fim, na conclusão, retorna-se à verificação do alcance dos estudos empreendidos referentes ao público e ao privado no *habitar horizontal*.

2 O HABITAR E A TERRA

2.1 Um arraial e uma cidade capital no contexto da modernização dos séculos XIX e XX

No ponto central do Estado, na bacia do Rio das Velhas junto à Serra das Congonhas, em tempos distintos, um arraial e uma cidade capital se instalam. Um e outra resultados de modelos europeus de cidades e de modos de viver em contextos e especificidades distintas e que põe em discussão a questão central brasileira sobre o entendimento de cidade e campo, de rural e urbano, de público e privado. O arraial, na América Portuguesa³, povoa-se no contexto dos desdobramentos da mineração do século XVIII e tem seu fim justamente quando da implantação da cidade, a partir de mudanças sociais, econômicas e administrativas que se desenrolam no Brasil desde o início do século XIX (RESENDE, 2007). O primeiro, após a independência brasileira, tenta-se alçá-lo à *vila*, mas não lhe oferecem consentimento, permanecendo assim, arraial, sede de uma freguesia. A segunda, é concebida sob a designação de *cidade* e mais, capital do Estado de Minas Gerais. Nessa primeira abordagem do *habitar horizontal* localiza-se as fronteiras do público e do privado no modo de acesso à terra, e em seu uso e ocupação.

Entre o final do século XVII e início do XVIII, ocorrem as descobertas de pedras e metais nos sertões da América Portuguesa. As intensas migração e imigração nessas áreas distantes do litoral assomam as demandas de elaboração e de implementação de um conjunto de medidas administrativas, jurídicas e de infraestruturas técnica e social, cujo fim é controlar a ocupação e o uso do solo (RESENDE, 2007). João Antônio de Paula (2000) situa Minas Gerais como “matriz da modernidade”, capitania com a “vocação semeadora de cidades” em que se fixam as instituições da modernidade transplantadas e aclimatadas à realidade mineira entre os séculos XVIII e XIX. Do movimento do homem nas excursões de bandeiras e picadas paulistas espacializam - se as minas e se instalam os currais de gado. O estabelecimento das rotas comerciais que articulam os currais da *Bahia* e as *minas*

³ Adota-se “América Portuguesa” como utilizado por Luiz Felipe de Alencastro na obra *História da Vida Privada* (ALENCASTRO, 1997).

gerais forma a “região do Curral d'El Rei e entorno”⁴ motivada inicialmente pela ocorrência de ouro e que se consolida pela atividade criatória destinada ao abastecimento das *minas gerais* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2009).

No plano fundiário, o *sistema de sesmaria* é a forma de acesso à terra entre os séculos XVI aos primeiros anos do século XIX, especificamente no ano de 1822. Silva (2017) assevera que a apropriação territorial brasileira se encontra institucionalizada em três formas de propriedade da terra: a sesmaria ou forma concessionária; a propriedade plena introduzida pela Lei de 1850; e o conceito de função social da terra introduzido na Constituição de 1946 e aperfeiçoado, posteriormente, através da viabilização da desapropriação para uso social.

Segundo Treccani (2006), inicialmente Portugal não cria uma legislação específica para o solo brasileiro. Aplica-se a legislação da *sesmaria* do ano de 1375 e se refere às terras reconquistadas e reincorporadas pelos portugueses, durante a campanha de combate aos mouros, ao patrimônio real com posterior destinação àqueles comprometidos em fazer a terra produzir. Um aspecto importante do sistema sesmarial corresponde ao vínculo entre a concessão e a condição da cultura da terra. Caso não cumprida a determinação, a terra retorna ao doador, ou seja, à coroa portuguesa; por isso, o emprego do termo *terra devoluta*.

Segundo Silva e Secreto (2016, p.114), “o termo, entretanto, passou ao vocabulário jurídico brasileiro como sinônimo de terra vaga, não apropriada, e finalmente, de terras públicas”. Como se verá adiante neste capítulo um dos objetivos da execução da *Lei de Terras* é o cadastro das terras públicas.

Outra questão analisada, se pauta pela não existência da figura do proprietário de terras como conhecemos, o que se encontram são os sesmeiros e os posseiros. Os primeiros, beneficiários das terras cedidas pelo Estado e os segundos, resultado da ocupação dessas terras, muitas vezes adquirida mediante pagamento. Há vários estudos que se dedicam à questão da concessão de terras e a sua posição como propriedade plena. Silva (2017) argumenta que sistemas condicionais não estão corretamente caracterizados como propriedade plenas, pois implicam na existência

⁴ Conforme a publicação *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*, “a toponímia registra de forma didática as funções que estão na origem dessa região. Curral d'El Rei e entorno pertenciam a uma das zonas curraleiras de Minas Gerais que ao longo do Século XVIII e parte do Século XIX garantiram o abastecimento alimentar das áreas de mineração” (IBGE, 2009, p. 87).

de dois proprietários: aquele que é ao mesmo tempo usufrutuário e aquele que possui o domínio eminente, no caso a Coroa portuguesa.

Para Carrara (2007) o sistema sesmarial aporta no sertão de maneira distinta nas *minas* e nos *currais*. Nas primeiras, as sesmarias correspondem à institutos secundários para a legitimação da terra, em decorrência de uma intensa dinâmica de compra e venda devido à máxima circulação de moeda (ouro em pó) nessa região. Já nos *currais*, embora tenham ativa participação de diversos espaços econômicos internos da Capitania, a circulação monetária é relativamente menor. As concessões desses institutos consolidam um domínio mais duradouro, na falta de outros instrumentos legais, como escrituras de compra e venda (CARRARA, 2007).

Portanto, o domínio útil da terra de João Leite da Silva Ortiz na *Fazenda do Cercado* no Curral del Rei⁵ localiza-se no consentimento das sesmarias dos *currais*. Treccani (2006) demonstra, em estudo sobre o regime sesmarial, que o domínio é transferido se cumpridas certas cláusulas contratuais, como a exigência de cultivo da terra, a medição e a demarcação da sesmaria, o registro da carta e o pagamento do dízimo. Para Treccani (2006), cumpridas todas estas obrigações o rei confirmaria a carta e a terra seria incorporada no patrimônio particular. Na carta de sesmaria de Ortiz aponta-se a fixação do bandeirante no ano de 1701 nas terras denominadas do “Cercado” onde “fabricou fazenda em as minas” dedicada ao plantio e criações (BARRETO, 1996). A Carta datada de 1711 reconhece *João Leyte da Silva* como “primeiro povoador”. De acordo com Barreto (1996, p. 93), na Carta determina-se: “as ditas terras se cultivarão, e povoarão dentro de dous annos, e não o fazendo nelles se lhe denegará mais tempo, e se julgarão por devolutas”.

A instalação e o desenvolvimento das aglomerações urbanas coloniais é assunto tratado no artigo *Pensando a cidade no Brasil do passado* de Maurício Abreu (1996). Esse autor registra as ações da Administração Portuguesa na organização territorial e urbana do Brasil e afirma a importância dos estudos precursores de Reis Filho (1968) a respeito da existência de um projeto de política territorial abrangente, militar e urbana, na criação de cidades e vilas coloniais. Igualmente, Santos (1988), pioneiro dos estudos urbanos brasileiros, descarta com firmeza a espontaneidade das cidades brasileiras. Para Santos (1988, p. 39): “os portugueses trouxeram regras

⁵ Segundo Abílio Barreto, a freguesia do Curral del Rei é uma das mais antigas de Minas. A designação e seu nome ‘Curral del Rei’ “provem de um curral ali estabelecido por Tomé Portes del Rei ou por algum membro dessa família” (BARRETO, 1996, p. 132).

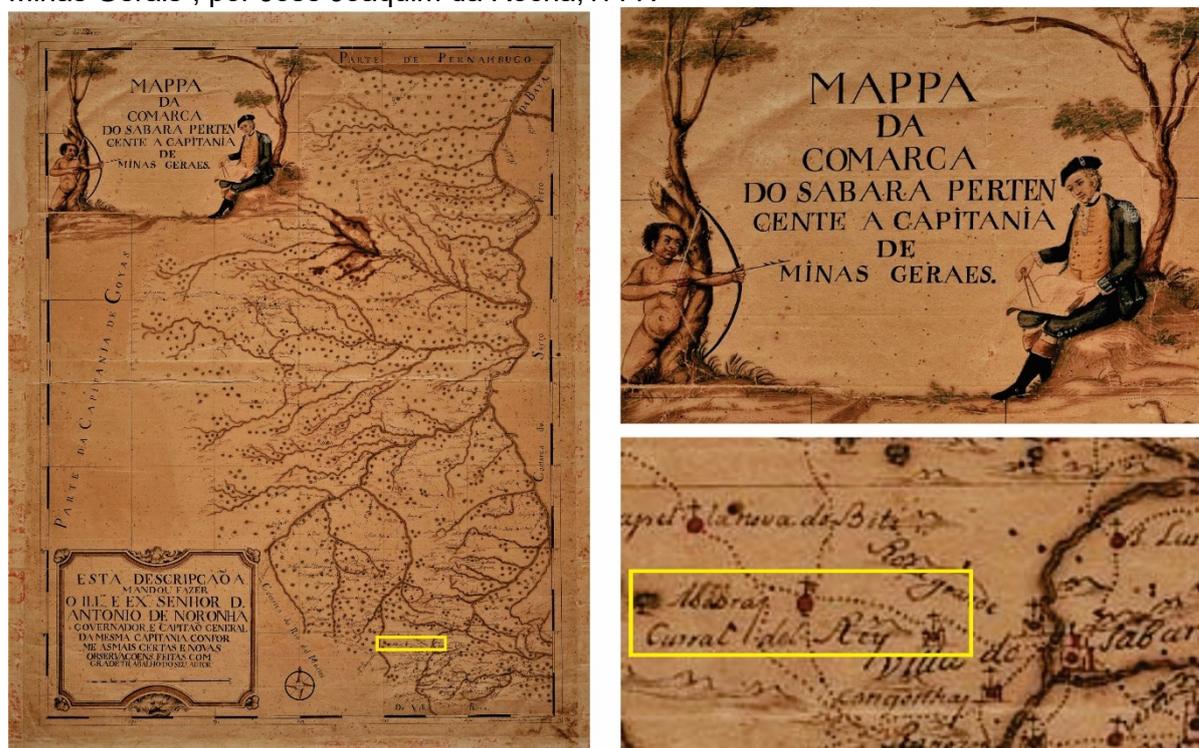
claras para definir público e privado, para localizar equipamentos, para separar as terras particulares doadas hierarquicamente aos pioneiros das indispensáveis ao atendimento de necessidades coletivas”. Complementa Santos (1988, p. 40): “‘remexedores de mapas e papéis velhos’ provam que muitas cidades disseminadas pelo Brasil cruzam o Atlântico sob a forma de ‘riscos’ (traçados reguladores) e regulamentos que ordenavam a boa disposição espacial, o abastecimento e a defesa”.

Paulo Santos (2001) acompanha o raciocínio de Abreu (1996), de Reis Filho (1968) e de Santos (1988). Na obra *Formação de cidades no Brasil Colonial*, Paulo Santos assevera que a configuração das cidades erguidas nos tempos coloniais apresenta uma coerência orgânica. “Uma coerência orgânica, uma correção formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade [...] expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida” (SANTOS P., 2001, p. 18). Para Abreu (1996), os engenheiros ocupam a posição central na implantação da rede urbana e na organização interna dos núcleos, embora não haja indícios materiais de códigos de normas e posturas.

Nessa direção, Maria Efigênia Lage de Resende (1995, p. 20) aponta que: “algumas ordens régias demonstram que a questão da cartografia das Minas foi, desde muito cedo, uma preocupação da administração metropolitana”. Pode-se constatar a importância da delimitação do território na cartografia produzida nos séculos XVIII e XIX, nos importantes mapas elaborados por José Joaquim da Rocha da Capitania de Minas Gerais e em especial, o mapa da Comarca de Sabará datado de 1777, onde se vê a indicação da localização do *Curral del Rei* (FIG.1).

Conforme Furtado (2006), Rocha elabora a geografia humana da Capitania de Minas e que se insere no processo civilizador preparado pela colonização portuguesa. Segundo a Furtado (2009), “todas as informações de interesse da Coroa estão ali dispostas e integradas ao mundo civilizado que os portugueses construíram nas Minas a partir das estradas que cruzam o território, interligando-o”. No mapa elaborado por Rocha, em relação à engenharia, no canto superior esquerdo do documento cartográfico estão as representações de um indígena e de um engenheiro (FIG. 1). O indígena está representado com o arco e flecha nas mãos e o engenheiro, munido de esquadro e papel. Para Furtado (2009, s/p), “o alheamento do cartógrafo, o fato do observador não ser inundado pelo medo do iminente, mas tranquilizado pela cena pastoril, revela o domínio de uma cultura civilizada frente a outra mais primitiva e selvagem”.

FIGURA 1 – Destaques em “Mappa da Comarca do Sabará pertencente a Capitania de Minas Gerais”, por José Joaquim da Rocha, 1777.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em ROCHA, 1777.

Em relação aos lotes urbanos doados para a formação da cidade, as decisões relativas à medição e à armação das sesmarias de chãos aparecem desde os primeiros tempos e se estendem pelo período colonial (ABREU, 1996). A esse respeito, encontram-se alguns indícios nos documentos reunidos por Barreto (1929) referentes à regulamentos e a orientações de formação de assentamentos nas cartas administrativas do governador da Real Capitania das Minas de Ouro e dos Campos Gerais dos Cataguases, o Conde de Assumar, endereçadas ao Ouvidor Geral do Rio de Janeiro. Este é o caso da carta do ano de 1719 que define a instalação do quartel dos Dragões na paragem do Curral del Rei, junto à Igreja, para acomodar soldados, forragens e mantimentos. Em outra carta, datada de abril de 1720, estão arroladas as instruções para a implantação de infraestrutura para os soldados e os animais, especificamente junto ao Engenho da Paciência do Capitão Domingos de Souza Barros. São as instruções:

[...] faça hum rancho com mangedouras junto ao Engenho de Domingos de Souza Barros para se dar milho a trinta cavalos e hua

caza fechada aonde assistão quatro soldados, e em que guardem o milho e será preciso que o dito Rancho e caza se faça perto da agoa para mayor comodidade dos cavalos e em sitio comodo para os soldados, fora do mato, dentro do pasto, e junto ao Engenho, e a primeira diligência que naquela parte se deve fazer, he fechar o pasto com hua estacada (BARRETO, 1929, p. 226).

Ortiz, em mudança para Goiás, transfere a posse da *Fazenda do Cercado* para terceiros que se sucede até chegar ao Alferes dos Dragões Antônio Teixeira Pinto (BARRETO, 1996). Após a morte do Alferes, a fazenda é levada à praça e arrematada por Antônio de Souza Moraes, que recebe no ano de 1759 a confirmação e ratificação da posse da sesmaria (BARRETO, 1996). Na estrutura do regime sesmarial permite-se a sua comercialização após um determinado período de sua concessão. O arremate em hasta pública e a possibilidade de compra e venda são aspectos do regime de sesmaria que se veem aplicados nas terras de Ortiz.

A possibilidade da compra e venda de sesmarias, explica Silva (1996), aparece nos forais dos donatários das capitanias, sendo estipulado que estes podem comprar sesmarias de terceiros após transcorridos oito anos da doação e somente se as terras tivessem sido aproveitadas. Essa autora aponta que no final do século XVII as autoridades coloniais demonstram preocupações com a prática que surgiu na colônia de se demandar sesmarias imensas para vendê-las retalhadas. Para Silva (1996, p. 44): “a prática de requerer sesmarias para vendê-las era facilitada pelo fato de que a legislação não impedia que uma pessoa recebesse mais de umas sesmarias, pelo menos até o século XVIII”.

Na região curralense, ergue-se a capela em devoção à Nossa Senhora da Boa Viagem e tem-se a sua elevação em paróquia, portanto, constituída por um corpo eclesiástico permanente. Conforme Marx (1991), a designação *paróquia* é substituída pelo nome corriqueiro *freguesia*, correspondendo à unidade mínima territorial reconhecida. “[A] institucionalização da vida dessas tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida, de sua capelinha visitada por uma cura, pela sua elevação um dia a matriz” (MARX, 1991, p. 18-19). O povoado eleva-se à freguesia com o reconhecimento da importância e abrangência da Matriz de Nossa Senhora de

Boa Viagem do Curral del Rei (FIG. 2), cuja designação usual será de “arraial freguesia”, como expõe Fonseca (2011), em referência à sua condição administrativa e política.

FIGURA 2 – Panorama da Rua de Sabará, 1895. À esquerda, a Matriz de Boa Viagem.



Fonte: APM/CCNC, 1895.

O povoado do Curral del Rei alçado à condição de freguesia está inscrito nos marcos do termo da Vila de Sabará, esta sim detentora das prerrogativas políticas vigentes no período colonial e correspondente aos poderes legislativos, administrativos e judiciários próprios. A questão da autonomia permite aos municípios administrarem e, conseqüentemente, concederem terras dentro de seu termo, isto é, na área de sua jurisdição. Raquel Gleser (2007) situa a diferença entre terras urbanas e sesmarias na colônia. Estas, obtidas por ato do rei, diretamente, ou via donatário. E a terra urbana colonial, segundo Gleser (2007, p. 58), “era cedida pela Câmara, instância de poder local, detentora de um 'termo' sobre o qual tinha jurisdição legal, jurídica, militar, econômica e administrativa”. Para a autora, concede-se a terra para moradias e exploração gratuitamente ou por meio do 'foro', que corresponde à parte de seus rendimentos. Recorre-se a Abreu (1996) sobre a distinção entre *vilas*, *cidades* e *arraiais*. Naquelas se localizam a sede de um governo local e a se referem a um *termo*, ou seja, uma área de jurisdição, dentro da qual se situam os arraiais e o patrimônio fundiário: as *terras do Conselho*.

Ainda em relação à terra urbana no Curral del Rei, Barreto (1996) destaca que logo após a Independência do Brasil, houve a elaboração de proposta de organização da província que, dentre outras indicações, a de elevação do Curral del Rei à categoria de Vila, sob a designação de *Vila do Imperador*. Contudo, a solicitação é negada pelo Conselho, afirmado, contudo, a importância da continuidade de o arraial abrigar a

matriz da freguesia. É importante o entendimento das distinções entre arraiais, vilas e cidades pois a Constituição de 1891 muda significativamente o *status* dessas condições. Embora a tentativa de elevação à vila não tenha obtido êxito, a situação dessas terras do distrito do Bello Horizonte onde se situam o Arraial e seus arredores muda totalmente no final do século XIX. Essas terras são desapropriadas e incorporadas ao patrimônio do Estado, como uma das medidas para a efetivação da instalação da nova cidade capital no final do século XIX. Portanto, o agente social produtor do espaço naquele momento é o Estado de Minas Gerais, ou seja, em tese, todas as terras são públicas.

O relato do Padre Francisco Martins Dias sobre o patrimônio paroquial da Freguesia de Boa Viagem questiona a existência de terras pertencentes à freguesia e que naquele final do século XIX não existiam no arraial. Segundo Padre Dias, em tempos passados a freguesia possivelmente é detentora da área de abrangência composta de terras, o que não condiz com a realidade da Freguesia do Curral del Rei. “[...] Nenhuma freguesia se fundava no Brasil sem um patrimônio que era ordinariamente constituído em terras; e é este o espírito do direito canônico: ora, foi fundada a freguesia do Curral D’el Rey, há mais de cem anos; logo devia ter tido seu patrimônio” (DIAS, 1897, p. 40). Apesar de aventar a possibilidade de possíveis ilegalidades ocorridas ao longo dos anos na ocupação das terras da igreja, o padre não possui evidências do patrimônio da paróquia. Complementa Dias (1897, p. 40):

Esse patrimônio consistia na grande área em que descança o arraial e seus pequenos arrabaldes, a qual retalhada por propriedades de particulares, que nella tinham seus prédios e suas herdades, hoje pertence ao Estado, que tudo desapropriou para execução dos serviços da nova capital.

No decorrer do século XIX ocorrem mudanças decisivas no acesso à terra com a instituição da propriedade privada e o surgimento, no âmbito urbano, de novas normas de ordenamento urbano e controle social, resultado da concepção higienista de cidade. Cabe recordar que na França no século XVII as palavras *commode* (cômodo) e *commodité* (comodidade) se referem à limpeza da cidade e, paulatinamente, passam a integrar o ambiente doméstico (DEJEAN, 2012). As

normatizações de salubridade e de limpeza que se aplicam à cidade, aos poucos, adentram as casas particulares sob as formas de códigos de posturas e de edificações. Um exemplo no Brasil, são as ações referentes ao sistema fundiário nos anos de 1822 e 1850.

A distribuição de terras realizada sem a medição e a demarcação adequadas, provocam conflitos entre os ocupantes e geram requisições de concessões. Uma das requisições, gera a edição da Resolução nº. 76/1822⁶. Essa resolução suspende as concessões de sesmarias até a convocação de uma Assembleia Geral Constituinte, fato que se prolonga até o ano de 1850 com a promulgação da Lei nº. 601, denominada *Lei de Terras*.

A resolução, que data de julho de 1822, portanto, data próxima à declaração da independência do Brasil, em setembro do mesmo ano, não deve ser vista como coincidência, pois o fim do sistema de sesmarias confunde-se com o processo de emancipação da colônia e, portanto, da instalação de uma outra forma de acesso à terra. Segundo Silva (1996), os ajustes e compromissos do sistema escravista que sustentam a situação fundiária brasileira protelam a adoção de “medidas modernizadoras” que adaptem a sociedade aos novos tempos, em que o capitalismo inicia sua dominação em escala internacional.

O projeto legislativo para normatizar o acesso à terra é apresentado no ano de 1843 e tramita por sete anos até sua aprovação na Câmara do Senado, sofrendo uma série de prorrogações e alterações desde o projeto inicial até sua versão final, em 18 de setembro de 1850. A Lei foi sancionada, composta de 23 artigos, tem por principais finalidades regulamentar o acesso à terra e angariar recursos financeiros para serem

⁶ “N. 76 - Reino – Resolução de consulta da mesa do desembargo do paço de 17 de julho de 1822. Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléa Geral Constituinte. Foi ouvida a Mesa elo Desembargo do Paço sobre o requerimento em que Manoel José dos Reis pede ser conservado na posse das terras em que vive ha mais de 20 annos com a sua numerosa família de filhos o netos, não sendo jamais as ditas terras comprehendidas na medição de algumas sesmarias que se tenha concedido posteriormente. Responde o Procurador da Corôa e Fazenda: Não é competente este meio. Deve, portanto instaurar o supplicante novo requerimento pedindo por sesmaria as terras de que trata, e de que se acha de posse ; e assim se deve consultar. Parece á Mesa o mesmo que ao Desembargador Procurador da Corôa, e Fazenda, com quem se conforma. Mas V. A. Real Resolverá o que Houver por bem. Rio de Janeiro, 8 de Julho ae 1822. RESOLUÇÃO Fique o supplicante na posse das terras que tem cultivado, e suspendam-se todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembléa Geral, Constituinte e Legislativa. Paço, 17 de Julho de 1822. Com a rubrica de S. A. Real o Príncipe Regente. José Bonifacio de Andrada e Silva”.

usados com a imigração estrangeira, uma das soluções apontadas, tendo em vista o fim do tráfico internacional, para suprir o déficit da mão de obra cativa.

A Lei Imperial nº 601/1850 somente é regulamentada quatro após sua homologação, publicado o Decreto nº 1.318 de 20 de janeiro de 1854, composto por nove capítulos e cento e oito artigos. O vácuo entre os anos de 1822 e 1850 mediante a ausência de regulamentação do acesso à terra é o período em que novas terras são ocupadas livremente e os *grileiros* refinam suas estratégias. Holston (1993) identifica uma série de mecanismos de burla para o acesso à terra e que conferem “uma fachada de legalidade às transações ilegais”. De acordo com Holston, “a expansão econômica, avariz e ambição familiar moviam o arrebatamento de terras, o qual se tornou uma batalha campal quando novos piratas de terras apareceram para competir com os latifundiários já estabelecidos” (HOLSTON, 1993, p.20).

É importante assinalar que a Constituição de 1824 garante o direito de propriedade em sua plenitude, mesmo não existindo naquele momento as normas administrativas que regulamentassem a sua aquisição o que ocorre com a promulgação da *Lei de Terras*. Essa norma legitima a terra como mercadoria e equivalente ao capital, garantindo, um movimento de passagem de um patrimônio de mão de obra escrava para o patrimônio da terra.

Rolnik (1997) salienta que conhecer as mudanças nas regras do jogo do acesso à terra no Brasil é fundamental para compreender o que foi o processo de construção da cidade e da legalidade urbana a partir daí. “[A] separação entre a propriedade e a efetiva ocupação ocasionou uma transformação radical na forma da cidade, na medida em que aparecem a figura do *loteamento* ou *arruamento*, o desenho das ruas e lotes prévios ao próprio ato de construir” (ROLNIK, 1997, p. 25).

Nessa direção é o esclarecimento de Martins (1999) sobre a instituição, a partir da *Lei de Terras*, de um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário depende da condição de homem livre e da disponibilidade de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado. Segundo esse autor, a maneira estabelecida para acelerar a entrada do país no mundo moderno resulta da institucionalização da propriedade da terra como propriedade territorial capitalista, que preside o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo. Também Marx (1991) aclara que a mudança nas regras do jogo transforma o adquirente de um

lote em proprietário para todos os efeitos, anteriormente, concessionário, posseiro, ocupante eventual ou precário. Para esse autor, o lote possibilita que a própria acumulação da terra-mercadoria e não sua produção, viabilize o lucro.

De fato, Thompson (2010) ao discorrer sobre o público e o privado nos séculos XVII e XVIII afirma que a proteção da propriedade privada é vista como o único caminho confiável no qual esse espaço privado pode ser assegurado. Essa racionalização, otimização e demarcação precisa de propriedades e territórios, segundo Harvey (2008), a “trajetória do espaço-tempo” tem se desenrolado desde as navegações. Este põe em relevo a importância da revolução renascentista e os conceitos de espaço e de tempo que assentam em muitos aspectos os alicerces conceituais para o projeto do Iluminismo. Os pensadores iluministas, segundo Harvey (2008, p. 227), “se apropriaram das concepções renascentistas de espaço e de tempo, levando-as ao seu limite, na busca da construção de uma sociedade nova, mais democrática, mais saudável e mais afluyente”.

No Brasil, no ano de 1854 é criada a *Repartição de Terras Públicas* e regulamentada a legislação de terras por meio do Decreto nº. 1318/1854. Esse decreto trata do registro das propriedades rurais, ou seja, todas as terras localizadas fora das demarcações urbanas. O decreto tem por objetivo mapear as terras sob domínio privado e, assim, identificar as *terras devolutas*. É importante destacar que os grandes proprietários apresentam grande resistência à aplicação da *Lei de Terras*. Conforme ensina Silva (1996), a definição legal implica a delimitação física das terras e dos direitos de propriedade e ao mesmo tempo impede o acúmulo de reservas de terra para apropriação futura. Até a República, a Igreja cumpre funções administrativas de emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito e, no caso aqui analisado, o registro das terras rurais. A *Lei de Terras* cria o primeiro cadastro de terras conhecido como “registro paroquial”.

O Art. 91 do Decreto nº 1.318/1854 determina que todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade, ou posse, são obrigados a fazer registrar as terras, que possuírem. É importante ressaltar que a abrangência desse registro que se refere às terras rurais, portanto, localizadas em áreas exteriores à da cobrança da décima urbana, o imposto sobre os imóveis urbanos. Além disso, a *Lei de Terras* vincula a ocupação da terra ao seu cultivo e, por isso, nota-se a

constância das referências ao uso agrícola e ao uso pastoril da terra nas transcrições das declarações de terras do registro paroquial, como é o caso do Registro da Freguesia do Curral del Rei.

No ano de 1854, quando da regulamentação da *Lei de Terras*, o Padre Bernardino José Aquino é o pároco da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem localizada no Arraial do Curral del Rei. Portanto, Aquino é o responsável pela instrução de seus fregueses no tocante à obrigação da declaração das terras, pelo recebimento das declarações e pela transcrição das terras possuídas na freguesia conforme o estabelecido no Decreto nº.1318/1854. Sabe-se que a Igreja cumpre certas funções administrativas como o registro do nascimento, casamento e óbito e, no caso aqui analisado, o registro das terras das freguesias. Essas normas estabelecem os vigários das freguesias como autoridade responsável pelos registros e, por isso, tais registros são correntemente conhecidos como *Registros do Vigário* e *Registros Paroquiais de Terras*.

É nesse contexto que se encontra o *Livro nº. 67 de Terras Públicas* (LTP) do Curral del Rei sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM). Nele estão transcritas cento e noventa terras declaradas, contudo, faltam algumas páginas no registro que é interrompido na declaração de numeração 55 e retorna na declaração de numeração 66, por isso, não constam todas as transcrições. O Vigário Aquino procede a abertura do LTP na data de 20 de maio de 1854 com o seguinte texto inaugural: “Este livro hade servir para nelle se lançar o registro das terras nesta Freguesia de Curral de ElRey, e contem cem folhas que vão todas por mim assignadas, e rubricadas com a rubrica de que uso – diz Aqº” (APM, 1975).

A primeira declaração é transcrita em vinte e seis de junho de 1855. Portanto, um ano após a abertura do livro. A declaração de José Gonsalves Marques se refere às *terras de capoeiras, de campos e de capim gordura* na Fazenda do Henrique e possui a indicação da data de 19 de junho. A última transcrição corresponde a *hum pedaço de terras citas no subúrbio deste Arraial por compra* datada de vinte de abril do ano de 1856 e transcrita em 22 de abril, ou seja, o documento é elaborado em data anterior ao registro. Muito provavelmente a declaração é elaborada na propriedade do declarante como se observa na Declaração nº.6 de Francisco Ferreira referente à

campos e terras de cultura no lugar denominado Mato Grosso. O declarante assina Mato Grosso sinco de novembro de mil oito centos e sincoenta, e sinco.

Nas descrições das terras do LTP, é possível averiguar alguns caminhos dos desdobramentos da então Fazenda do Cercado e a existência de uma dinâmica ocupação de terras adquiridas de distintas formas por particulares, sendo constante as heranças e a aquisição por compra e venda. Notabiliza-se terras declaradas como propriedades individuais, em sociedade e *terras em comum*. Portanto, há um mercado de terras ativo na Freguesia do Curral del Rei. As seguintes declarações envolvem a Fazenda do Cercado e atestam seus desdobramentos: o senhor Felicíssimo Alves do Valle⁷ possui, *por herança de Dona Úrsula de Souza Guimarães, 5 alqueires de terras de cultura e campos na Fazenda do Cercado*; Cândida Maria de Sousa Guimarães⁸, *350 alqueires na Fazenda do Cercado, divisando com as fazendas do Calafate, Cercadinho, Bom Sucesso e com terras de João Damasceno, coronel Damaso da Costa Pacheco e com campos da Lagoa Seca*; Antônio Luís da Silva⁹ possui, *por compra à Cândida Maria de Souza e Manoel da Matta, 3 alqueires de terras de cultura no Capam do Tejuco, Fazenda do Cercado*.

Há importantes aspectos nas declarações do registro de terras que atestam a presença da administração portuguesa por meio da concessão de sesmarias nas terras da freguesia. Anastácio Synfronio de Abreu¹⁰ declara *quatro partes de terras de cultura na Fazenda do Braga*, conforme adquirida por compra de Julia Hypolita Pereira da Costa e que consta da Carta de Sesmaria de 1760 medida e demarcada a Francisco Fernandes Braga. Em outra declaração analisada referente à Jozé Antônio da Costa Araújo,¹¹ que declara *terras em sesmaria concedida à Francisco da Silva Portes em 15 de janeiro de 1761 no lugar denominado Caxoeirinha*.

Barreto (1995), na *Memória Histórica e Descritiva* de Belo Horizonte, apresenta os “vizinhos” da sesmaria de Ortiz, como a de Bento Pires, localizada na atual região administrativa da Pampulha no território de Belo Horizonte. Esse autor demonstra que Bento Pires, em 1708 e João leite da Silva Ortiz, nos anos de 1709, 1711 e 1714 estão arrolados no livro da Real Fazenda do período de 1700 a 1721 referente à cobrança

⁷ Declarações nos 48, 96 e 97 do Livro nº 67 de Terras Públicas.

⁸ Declaração nº 159 do Livro nº 67 de Terras Públicas.

⁹ Declaração nº.82 do Livro nº. 67 de Terras Públicas.

¹⁰ Declaração nº. 49 do Livro nº. 67 de Terras Públicas.

¹¹ Declarações nos 22 e 26 do Livro nº 67 de Terras Públicas.

do quinto do ouro. Esse autor também aponta a existência da Carta de Sesmaria do ano de 1717 concedida à Inácio da Rocha Feio. Conforme Barreto (1995, p. 105), “estava em um sítio chamado Bento Pires, cujas benfeitorias houvera por compra a Custódio da Costa, onde lançara gados e roças”.

Outro aspecto da *Lei de Terras* é a inauguração do instituto das *terras devolutas* que são as terras das sesmarias não cultivadas e que, por isso, retornam ao patrimônio nacional. Essas terras passam a ser consideradas na Constituição de 1891, que adota o regime federal como a base de ordenamento jurídico e outorga autonomia a seus estados membros. Duas questões da Constituição interessam à esta pesquisa: os estados podem declarar *cidade* toda e qualquer sede municipal e as *terras devolutas* passam ao patrimônio dos Estados. Marx (1991) aponta que essa mudança acarreta nos séculos XIX e XX “muito mais cidades do que urbanização”.

Ao estabelecer a possibilidade de instalação das cidades, toda sede de unidade autônoma territorial se torna adaptável à categoria de *cidade*, não importando seu tamanho, população ou sua posição relativa nas redes urbanas regionais.

O engenheiro da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) Fábio Nunes Leal (1895, p. 12) assim comenta a independência dos estados: “a república entregará cada Estado aos próprios impulsos, e os que se sentiram fortes e ricos, como Minas, atiraram-se às amplas vias do progresso”. Na Constituinte Mineira de 1891, o desdobramento da autonomia da criação e instalação de cidade concedida aos Estados efetiva-se com a determinação da mudança da capital e da criação de uma nova capital¹²: *fica mudada a capital para um ponto central, no Vale do Rio das Velhas, que se preste à edificação de uma grande cidade com indispensáveis condições higiênicas*. Assim, a nova capital, para Bomeny (1997, p. 9), “nasce ‘filha única da República’, sendo construída sob os auspícios e a força de um projeto ‘positivista’ de ampliação e higienização do espaço urbano”.

A outra questão fundamental facultada aos Estados é a responsabilidade pela regularização fundiária por meio da incorporação das *terras devolutas* situadas em seus territórios, cabendo à União as áreas de fronteira. Nota-se assim que, a partir

¹² Segundo Viscardi (2007, p.30): “As pressões para a mudança da capital se iniciaram no ano de 1890 por meio da imprensa. A campanha começou em Juiz de Fora, no seu principal jornal, *O Pharol*. Aos poucos, outros jornais foram se posicionando a respeito do tema”.

desse momento, os Estados recebem a competência administrativa para elaborar sua política fundiária específica e, ao mesmo tempo, herdaram todo o problema fundiário não solucionado pelos governos dos tempos coloniais ou imperiais.

Sobre as *terras devolutas*, verifica-se nos debates da Constituinte Mineira, reunidos em texto por Assis (1997, p. 179), o seguinte trecho: *acresce que o Estado possui no bello horizonte cerca de uma légua quadrada de terrenos, que se prestam perfeitamente à edificação de uma cidade enorme*. A importância da existência de terras devolutas no perímetro da cidade capital pode ser constatada na caracterização das localidades escolhidas para receber a nova capital. Ao fator *terras devolutas* soma-se a determinação para a escolha de terreno com “relevantes aspectos sanitários e higiênicos”. Por isso, cada uma das localidades candidatas a receber a nova capital é submetida à criteriosas análises laboratoriais ambientais que veremos mais adiante.

A Constituição Mineira ao estipular a instalação de uma nova capital declara a ruptura com o passado por meio da materialização de uma nova cidade. Assis (1997) aponta a simbologia da nova cidade construída, descartando as usuais remodelações ou reformas de embelezamento ou obras de adequação à uma estrutura pré-existente, como ocorre no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Segawa (1996) destaca que desde o Renascimento a cidade é objeto privilegiado compreendida como “repositórios de crenças filosóficas, sociológicas e teológicas”. A questão da materialização de uma cidade como questão política é assinalada por Garin¹³ em reflexão a respeito da “cidade ideal”, onde os aspectos estéticos não estão dissociados de uma concepção política de cidade. Expõe Garin (1984, p.110):

a cidade medieval, crescida desordenadamente em torno de si mesma, com seus edifícios concentrados ao longo de estreitas e tortuosas vias, deverá ser substituída por uma nova cidade planejada de acordo com um desenho racional. Paralelamente, se persegue a

¹³ Segundo Garin (1984, p.110), “Por lo general, al hablar de este famoso proyecto suele hacerse hincapié en sus aspectos estéticos, pero lo cierto es que éstos no se hallan disociados lo más mínimo de una muy concreta concepción política de la ciudad; antes bien, constituyen un solo cuerpo con ella”.

transformação de ordenamentos sociais complexos e contraditórios em arranjos organicamente articulados¹⁴.

A contribuição fundamental desse autor se refere à revelação do vínculo entre a estrutura política e a estrutura arquitetônica nos diferentes projetos de cidades ideais da Renascença. “A *res publica*, que em suas formas arquitetônicas materializa objetivamente uma estrutura político-econômica apropriada à Figura do homem que delinea a cultura do humanismo”¹⁵ (GARIN, 1984, p.111). Santos (1988) reforça que *cidade* se consolida repleta de proposições civilizadoras, vira emblema e meta do progresso. Conforme Santos (1988), essa cidade não é uma cidade qualquer, ela deve ser conformada sob certas regras e características que permitem a expansão capitalista. Nessa direção, destaca-se o pensamento de Bomeny sobre o significado de um projeto positivista de um espaço racional e neutro para a nova capital do estado de Minas Gerais. O projeto unificado do estado, para Bomeny (1997, p. 8), “compreende um cenário privilegiado para a fermentação de um imaginário sobre os traços característicos de um grupo reconhecidos pela prudência, moderação, conciliação e capacidade de harmonização”.

É nessa perspectiva, que no ano de 1891, o Estado determina a mudança da capital do estado “para um ponto central, no Vale do Rio das Velhas”. A nova capital, no discurso do presidente do Estado Augusto de Lima no ano de 1891, “[...] seja o centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade” (LIMA, 1891, p.2).

¹⁴ Segundo Garin (1984, p.110), “La ciudad medieval, crecida desordenadamente en torno a sí misma, con sus edificios hacinados a lo largo de estrechas y torruosas calles, deberá ser sustituida por una nueva ciudad planificada de acuerdo con un diseño racional”.

¹⁵ Conforme Garin (1984, p. 111),

Lo que se pretende aquí es llamar la atención sobre la estrecha conexión entre estructura política y estructura arquitectónica en los diferentes proyectos renacentistas de ciudad ideal, sobre la sólida soldadura existente entre el cuerpo y el alma de la nueva *polis*, en cuyo fondo es fácil entrever muy a menudo el perfil de la antigua versión griega. El estado ideal de que se habla es siempre el estado-ciudad, es decir, la *res publica*, que en sus formas arquitectónicas materializa objetivamente una estructura económico-política adecuada a la imagen del hombre que ha ido delineando la cultura del Humanismo. El proyecto fija en líneas racionales lo que una determinada experiencia histórica parece revelar como perfectamente ajustado a la auténtica naturaleza humana.

A possibilidade de protagonizar a candidatura de capital do estado, entre Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Paraúna, impulsiona uma campanha dos sabarenses¹⁶ para que o distrito abrigue a nova capital. Também se altera o nome do arraial de Curral del Rei para Bello Horizonte¹⁷ conforme encaminhamento do *Clube Republicano* (BARRETO, 1996)¹⁸ e promulgado por Decreto pelo Presidente do Estado João Pinheiro. A mudança do nome do arraial pode ser vista como um sinal de sintonia ao espírito de modernidade e caráter civilizatório.

No ano de 1892 forma-se a *Comissão d'Estudo das Localidades* para a elaboração de uma série de estudos em cinco localidades pré-escolhidas para sediar a nova capital. Segawa (1998) esclarece que a *cidade* como “palco do moderno-modernização” tem por referência a organização, as atividades e o modo de viver europeu. Os engenheiros assumem o status de “agentes da modernização”, posto que a corporação aposta “na ciência e na técnica como instrumentos de progresso material para o país” (SEGAWA, 1998). À vista disso, pode-se compreender a razão pela qual a escolha da localidade a receber a nova capital de Minas é delegada às equipes de profissionais engenheiros. Essas equipes realizam uma série de estudos do solo, do ar e da água das localidades candidatas a fim de caracterizar cientificamente as condições sanitárias de cada localidade (FIG.3).

O coordenador geral dos estudos engenheiro Aarão Reis convoca a integrar a Comissão Construtora o médico José Ricardo Pires de Almeida, autor de um estudo a respeito da higiene das habitações no Rio de Janeiro¹⁹. O médico realiza o levantamento dos níveis de salubridade em cada localidade estudada pela Comissão (SALGUEIRO, 1997).

¹⁶ A Lei Adicional nº 1/1891 determina os pontos que devem ser estudados para a construção da Nova Capital.

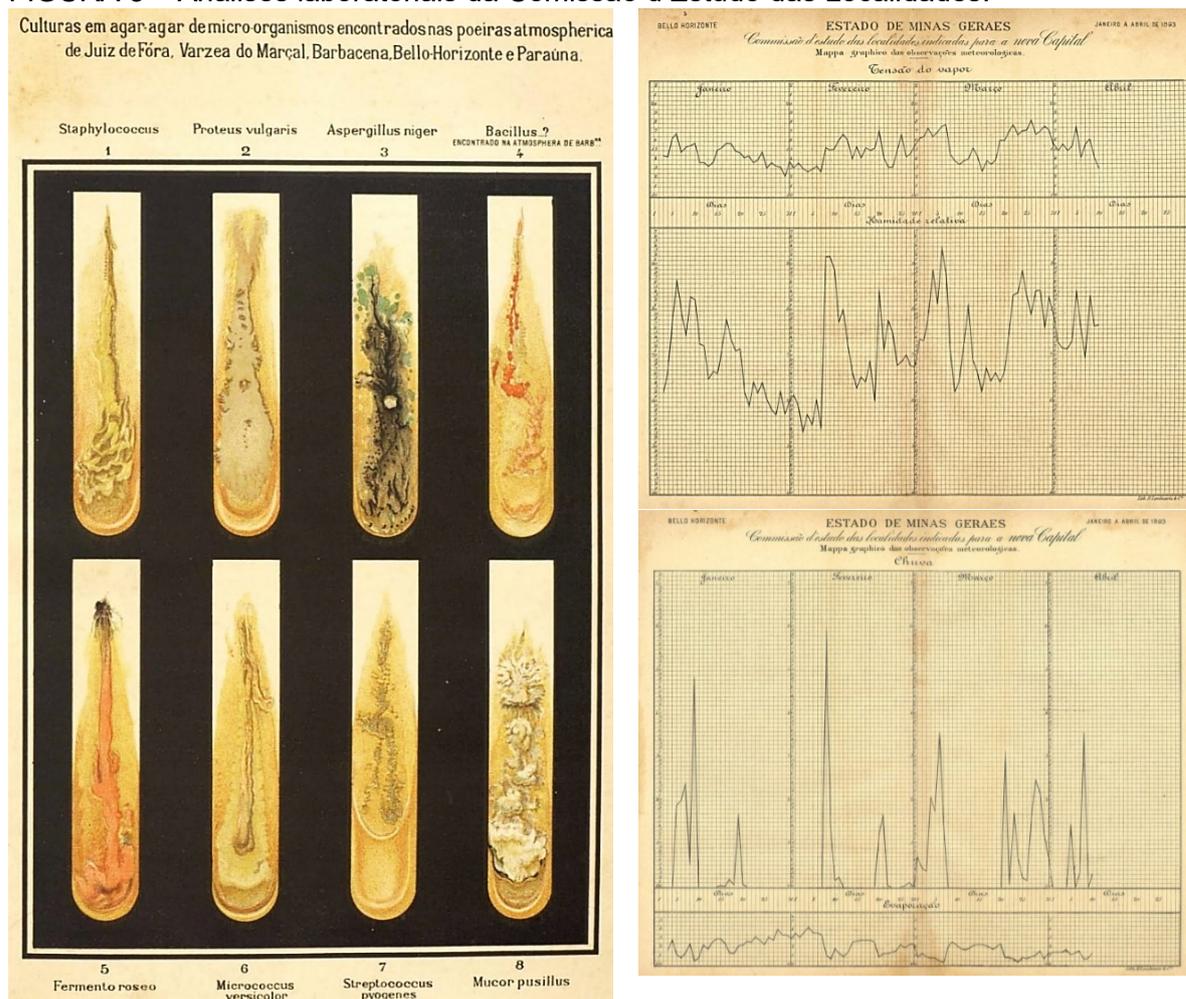
¹⁷ O Decreto nº 36/1890, muda a denominação da freguesia do Curral del Rei, município de Sabará, para Belo Horizonte.

¹⁸ Ver também o periódico O CONTEMPORÂNEO, 1890.

¹⁹ No *Diário de Notícias* Anno II nº 627 de 26 fev. 1887 consta a notícia “Higiene das Habitações”, relatório apresentado por José Ricardo Pires de Almeida à Inspetoria Geral de Higiene. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/369365/2553>>. Acesso em: 25 ago.2019.

Não limitou-se o autor a apontar os males, procurou-lhes as origens, investigando a história da fundação desta cidade; estudou os elementos naturais, a água, as montanhas, o ar, os pântanos, o mar e o clima, pôz em evidência as causas efficientes das epidemias e endemias (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1887, p.1)

FIGURA 3 – Análises laboratoriais da Comissão d'Estudo das Localidades.



Fonte: REIS, 1893.

A vinculação da higiene e salubridade às cidades tem sua gênese no alcance dos estudos sobre a circulação sanguínea de William Harvey publicados no início do século XVII e que impactam tanto a concepção sobre o corpo humano quanto à vida urbana. Richard Sennett (1997) afirma que essa compreensão do corpo coincide justamente com o “advento do capitalismo moderno” e tem papel decisivo sobre o desenvolvimento do *individualismo*. O autor demonstra que a revolução de Harvey favorece mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo e os construtores e reformadores passam a imaginar cidades de artérias e veias e a dar ênfase a tudo que promova a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio.

As ressonâncias dos discursos médicos nas cidades podem ser verificadas em vários dos modelos de cidades idealizados nos séculos XIX e XX e nos códigos

de posturas municipais e modificam a acepção do termo 'progresso'. A modificação da acepção do termo "progresso" é constatada no dicionário de Antônio de Moraes Silva dos anos de 1813 e de 1891. Naquele ano, o termo significa o "adiantamento em proveito nas artes, nas ciências, o progresso da vida e da idade" (SILVA A., 1813, p. 511). No ano de 1891, já estão acrescidos os vínculos entre progresso e desenvolvimento material entendido como "o conjunto dos melhoramentos materiais que tanto têm enaltecido a moderna civilização. O progresso das artes, das indústrias, das ciências, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento" (SILVA A., 1891, p. 571). A respeito do iluminismo, Le Goff (2003, p. 180) aclara que nesse se substitui "a ideia de um tempo cíclico, que torna efêmera a superioridade dos antigos sobre os modernos, pela ideia de um progresso linear que privilegia sistematicamente o moderno".

No Brasil, Martins (1999) esclarece que quando a riqueza se moderniza sobretudo no final do século XIX, ela não se moderniza por ações e medidas que revolucionam o relacionamento entre a riqueza e o poder, como acontece na história da burguesia dos países mais representativos do desenvolvimento capitalista. Diversamente, na sociedade brasileira a modernização se dá no marco da tradição e o progresso ocorre no marco da ordem. "[P]ortanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho [...]" (MARTINS 1999, p.30).

A modernização, como progresso material, chega à Minas Gerais nas discussões sobre a mudança da capital do estado de Minas Gerais. O termo 'progresso' de acordo com Assis (1997, p. 143-144), [...] serviria de baliza e de alicerce para, de fato, bancar-se a decisão de mudar a capital" e por isso incompatível com reformas ou adequações e sim alinhada a uma nova capital planejada e construída a partir de um marco zero. A nova capital configurará, segundo o autor "um lugar onde o futuro se estabeleceria sem as marcas do passado. Lugar que o tempo não se repetiria (ASSIS, 1997, p. 143-144). Na concepção da cidade capital de Minas Gerais estão firmadas as simbologias do status de *cidade capital*, entendida como modernização e como referência das transformações sociais, culturais do século XIX. Salgueiro (2001, p. 22) assim explicita a importância da cidade capital:

[...] além das funções governamentais, fiscais e judiciárias e dos recursos humanos e materiais, o conceito de cidade capital apoia-se em representações que se constroem nesse momento sobre o papel que assumem como centros de informação e difusão cultural, destacando-se na posição de liderança educacional e editorial e ainda, pelas possibilidades de consumo e divertimento oferecidas.

Neste contexto, a Lei Adicional nº. 03/1893²⁰ designa a área localizada no distrito de Belo Horizonte para a construção da capital do estado que denomina *Minas*. A legislação determina a desapropriação dos terrenos particulares compreendidos na área da capital e a elaboração do plano da cidade com a divisão do terreno em lotes destinados a edificações urbanas, a quintas ou chácaras e o estabelecimento de seus preços em categorias de acordo com a sua colocação, proximidade do centro da cidade e outras condições que possam influir no respectivo valor.

Instalada a CCNC, no ano de 1894, sob a chefia do engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis, iniciam-se os trabalhos de topografia e geodésia e o cadastro das propriedades inseridas na área delimitada para receber a nova capital²¹. Conforme demandado em legislação, a cidade de *Minas* está dividida em três zoneamentos de uso e ocupação do solo: a zona urbana delimitada por uma avenida circundante, a zona suburbana que abraça toda a zona urbana e uma zona a receber os sítios. Entre os dias 23 de março e 15 de abril de 1895, a Planta Geral da Cidade de Minas é apresentada pela CCNC e aprovada pelo governo do estado. É nesse momento que Aarão Reis pede exoneração de seu cargo, processo que é completado em 22 de maio, quando assume o engenheiro Francisco Bicalho (BARRETO, 1995). Sobre o pedido de demissão, assim se expressa Salgueiro (1997, p. 134),

[O] pedido de demissão de Aarão Reis, meses após estar à frente da Comissão Construtora da Nova Capital, é exemplar dos

²⁰ Lei Adicional nº. 3/1893 (revogada pela Constituição Estadual, de 30/7/1935). Fixa o lugar em que deve ser construída a Capital do Estado e dá outras providências (MINAS GERAIS, 1893).

²¹ Consta uma planta topográfica do terreno da localidade de Belo Horizonte elaborada no âmbito dos estudos das localidades candidatas. No meses iniciais de 1893, o engenheiro Samuel Gomes Pereira, integrante da *Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital (Minas Geraes)*, acompanhado de sua família, ele estuda a localidade de Belo Horizonte para a composição do dos trabalhos do *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna (Presidente do Estado): janeiro a maio de 1893*.

desentendimentos latentes desde a fase preparatória. Queixa-se do desrespeito e das intervenções “descabidas” do secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais, ou do próprio governador, das irresoluções e modificações solicitadas nos projetos prontos e nos editais redigidos cuidadosamente e de acordo com as ordens recebidas.

No prazo pré-determinado, em 12 de dezembro de 1897, a cidade capital é inaugurada e em 3 de janeiro de 1898, o governo estadual concede à Francisco Bicalho a exoneração do cargo de engenheiro-chefe e extingue a CCNC. Os serviços de caráter municipal são agora de responsabilidade da Prefeitura Municipal (BARRETO, 1995). O Decreto nº 803/1895 estabelece as bases para o levantamento do plano geral no distrito do Belo Horizonte, desmembrado do município de Sabará²² e determina as concessões, vendas e distribuições de lotes urbanos e suburbanos para as construções no distrito. Essa norma inicia a comercialização de lotes e a ocupação destes por edificações. A área definida para receber a capital é parcelada, dividida em lotes de tamanhos variados conforme o zoneamento em que está inserida e, partir daí, são objeto de concessão, de doação, de venda e até de aforamento como se expõe no subcapítulo 2.3 desta Tese. A seguir expõe-se a composição fundiária dos terrenos do arraial e arredores.

2.2 Arranjos fundiários, propriedade privada e família no arraial

A configuração espacial do Arraial e das terras de fazendas, chácaras e sítios localizados em seu entorno é dada pelo precioso levantamento da CCNC elaborado no ano de 1894 no contexto da preparação dos processos de tombamento e a incorporação das terras ao patrimônio do Estado. A área definida para receber a capital do estado de Minas Gerais está inserida no distrito do Belo Horizonte, na sub-bacia do *Ribeirão do Arrudas*. A CCNC produz duas plantas que possibilitam o conhecimento do arraial. A primeira, abrange toda a área estudada para a implantação

²² Atualmente, Sabará integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Disponível em: <<http://www.rmbh.org.br/mapa-rmbh.php>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

da nova capital (FIG. 4) e a segunda, abrange a área urbana que compreende o Arraial.

FIGURA 4 – Área integrante do distrito do Belo Horizonte, 1895. Destaque das terras devolutas em laranja.



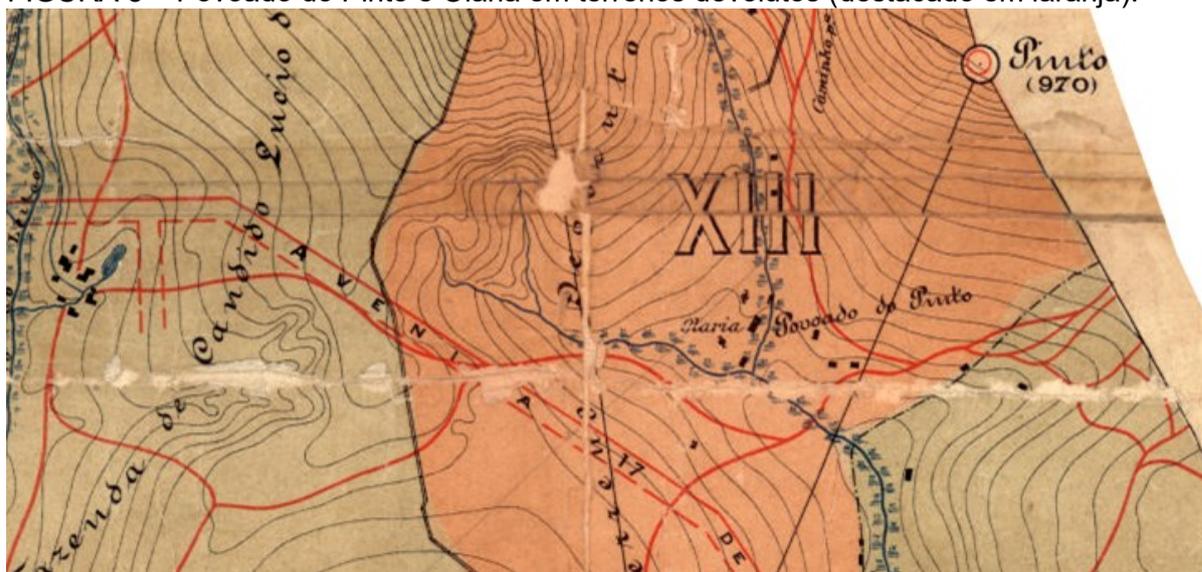
Fonte: Elaborado pela autora, com base em APM/CCNC, 1894.

Na primeira planta, a representação do perímetro da área estudada contém a representação física do terreno com a indicação das curvas de nível e a drenagem da bacia hidrográfica, as delimitações administrativas das *terras devolutas* e as práticas espaciais: o Arraial do Belo Horizonte, o Povoado do Pinto, as fazendas, os sítios e as chácaras e os *terrenos devolutos* constantes na área analisada, como se verifica na figura 4 destacada em vermelho. Essa área estudada pela CCNC está inserida no

distrito do Belo Horizonte, município de Sabará²³. Quando da homologação da escolha da localidade para abrigar a nova capital, é esse o perímetro, portanto, desmembrado do município de Sabará.

O relatório da *Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital* do ano de 1893 apresenta as considerações sobre as possíveis três áreas para a instalação da capital na localidade *Bello Horisonte*: o “vasto e amplo amphitheatro [...] encostando-se, ao sul, à Serra do Curral”; o “pentágono [...] sob a denominação de Santa Cruz, ao sul da actual povoação[...] sobre a totalidade de 300 hectares, 220 hectares de terras devolutas” e ainda, “na confluência do *córrego do Pinto* com o *ribeirão do Arrudas* [...] há vasta área de terrenos devolutos” (FIG. 5).

FIGURA 5 – Povoado do Pinto e Olaria em terrenos devolutos (destacado em laranja).



Fonte: APM/CCNC, 1894.

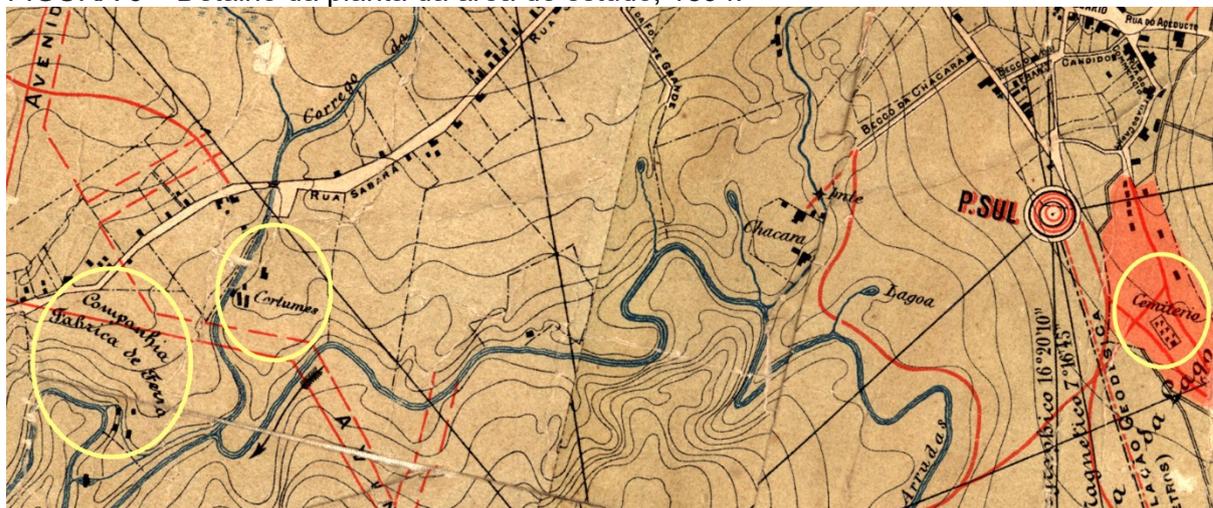
A configuração urbana do arraial ocorre junto as drenagens da bacia hidrográfica do *Ribeirão do Arrudas* com seus córregos contribuintes do *Leitão*, do *Cercadinho*, do *Acaba Mundo*, da *Serra*, entre outros. Nos arredores do arraial verificam-se a *Companhia Fábrica de Ferro*, curtumes e um cemitério instalado em *terras devolutas* (destaques na FIG.6). No momento em que a CCNC se instala no

²³ Segundo o IBGE (2000): Borba Gato fundou a então Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabarabussu, em 1711. A vila foi um dos maiores produtores de ouro da Coroa portuguesa, tanto que recebeu a Casa da Intendência para a cobrança do quinto (o imposto de 20% que o governo português cobrava de toda a extração mineral na colônia). Em 1823. Em 6 de março de 1838, foi elevada à categoria de cidade, quando recebeu o nome de Sabará.

arraial, além da fábrica de ferros, há também uma fábrica de velas de sebo, fundadas por volta do ano de 1885 (PBH, 1997). Há também olarias e pedreiras nos arredores do arraial. Segundo Pederzoli, Julião e Passos (1997, p. 10):

[...] há notícias de algumas tentativas, nem sempre bem-sucedidas, de implantação de fábricas no arraial no século XIX [...] São exemplos, o estabelecimento da fiação e tecelagem, no distrito de Venda Nova em 1838; a fundição de ferro e bronze, em 1845; a instalação de uma companhia inglesa de mineração de ouro na região do Taquaril, por volta de 1865, as fábricas de manufatura de ferro e de vela de sebo, ambas criadas por volta de 1885, e existentes à época da Comissão Construtora.

FIGURA 6 – Detalhe da planta da área de estudo, 1894.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de APM/CCNC, 1894.

Na figura 6 visualiza-se a Chácara de Guilherme Vaz de Mello, imóvel que abriga o engenheiro-chefe e sua família durante os trabalhos da CCNC. Na notícia veiculada de 1885, ocorre a exposição regional sabaraense participam os municípios de Santa Luzia, de Caethé, do Pará, de Itabira de Matto Dentro, de Santa Barbara, e as freguesias do Curral del Rei, da Contagem, de Santo Antonio do Rio Acima e de Raposos.

Os curralenses são premiados: medalha de cobre para duas garrafas de vinho puro de uvas, fabricado por João José da Cunha e em dois meios de sola, fabricados por José Joaquim de Abreu; medalha de prata em meia dúzia de “fogos de artificiaes” fabricados por Manoel Pinto da Conceição e uma barra de ferro, fabricada por Francisco Cândido Fernandes; cinco garrafas de vinho de jaboticabas, fabricado por

Luiz Daniel Cornélio de Cerqueira, duas garrafas de vinho virgem de uvas, fabricado por José Carlos Vaz de Mello e um punhal, fabricado por Sérgio Cassimiro. Um par de meias de algodão e um par de meias encarnadas fabricadas por D. Antônia Rosalina de Jesus recebem o diploma de honra e medalha de prata respectivamente

Ainda a respeito da configuração urbana do Arraial, na carta do coronel Júlio César Pinto Coelho do ano de 1890 destaca-se o seguinte trecho sobre a implantação das casas e presença dos quintais: “casas longe umas das outras, com grandes quintais com arvoredos e frutos, todos com abundância de águas nascidas dos quintais e do rego grande, que abastece em parte este arraial” (BARRETO, 1996, p. 236). Essa configuração é percebida nos registros fotográficos da CCNC: casas intercaladas pelos muros baixos dos quintais, terrenos de pastos ou de roças (FIG. 7).

FIGURA 7 – Casas e cercamentos pela rua do Rosário.



Fonte: APM/CCNC, 1894.

Na configuração formada pelos terrenos vê-se o acomodamento das edificações à topografia, o “encolhe e espicha”, nas palavras de Sylvio de Vasconcellos (2010), conformando vias, becos, praças e os lotes particulares (FIG. 8). Segundo Vasconcellos (2010, p. 24), as povoações mineiras resultam, em grande medida, das estradas ou caminhos existentes entre as minerações. Portanto, pode-se notar na representação do arraial, nos caminhos em que se estabelecem as casas *curralenses-horizontinas* a condução à Sabará, à Congonhas, à Vila Nova Lima e a outros tantos arraiais e vilas mineiros.

FIGURA 8 – Configurações do morar no distrito de Belo Horizonte, 1895.



Fonte: CCNC, 1895.

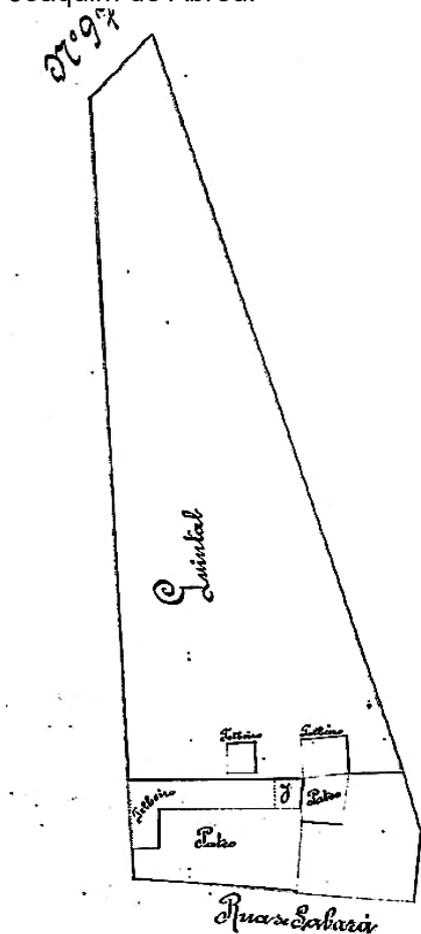
Pelos caminhos do arraial destacam-se os dois largos formados pela locação de dois templos religiosos: a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e a Igreja do Rosário, locais das manifestações das festividades religiosas da freguesia. Essas localizações dos templos religiosos são, segundo Vasconcellos (2010), características mineiras, em contraponto aos templos situados no interior das quadras das povoações litorâneas. Desse modo, locadas em largos e praças, as igrejas ganham notoriedade nas paisagens mineiras. Segundo Lemos (1989), a arquitetura mineira respeita o perfil natural do terreno, ao contrário do “paulista taipeiro” que artificializa o sítio de implantação as casas por meio de terraplenos.

Esses terrenos urbanos do Arraial, em sua maioria, são ocupados por casa e quintal. São nos quintais que se localizam os telheiros, a horta, o pomar e o pátio ou terreiro, como se constata na propriedade de José Joaquim de Abreu localizada na *rua que vai para Sabará*, composta de casa, quintal e dependências. Na planta do terreno identifica-se a edificação alinhada à rua com sua constelação de telheiros no quintal. Na planta consta a observação seguinte: *terreno cultivado: pomar*, portanto, depreende-se repleto de árvores frutíferas (FIG.9).

Na área rural, localizada no entorno do arraial, notam-se os conjuntos de edificações que conformam a morada rural. Na planta da fazenda de Cândido Lúcio da Silveira junto ao Córrego do Leite (FIG. 10), designada *Fazenda do Leite*,

constata-se as edificações que abrangem a casa de moradia e as edificações de apoio ao seu redor, que abrigam o celeiro, o engenho, o depósito, entre outros. A sede da fazenda preservada abriga desde a década de 1940 o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), museu da cidade de Belo Horizonte (FIG. 11).

FIGURA 9 – Casa e quintal de J. Joaquim de Abreu. FIGURA 10 – Edificações da Fazenda do Leitão



Fonte: APCBH/CCNC, 1894.



Fonte: APM/CCNC, 1895.

Pederzoli, Julião e Passos (1997) detalham que essa fazenda é derivada da sesmaria da Fazenda do Cercado e a designação *Leitão* deve-se ao antigo proprietário, Domingos Gomes Leitão. A fazenda está declarada no *Livro das Terras Públicas*²⁴ por seu proprietário Antônio da Silva Porto em 65 alqueires, cujas terras dividem de João da Costa Torres, capitão Francisco Antonio Vaz de Mello, com terras da Fazenda do Calafate e com terras dos sócios do Capam

²⁴ Declaração nº. 67 do LTP 1855 - 1857.

Grande, que faz divisa na lagoa seca e terras da Olaria. Na implantação da *Fazenda do Leitão* pode-se constatar o conjunto de edificações erguidas junto ao *Córrego do Leitão* que abrigam o cotidiano de trabalho e moradia da fazenda (FIG.10).

FIGURA 11 – Fazenda do Leitão, 1958.



Fonte: IBGE, 1958.

Uma pista sobre a situação fundiária no distrito do Belo Horizonte consta do relato do Pe. Dias (1897) referente ao cotidiano do arraial. No período de segunda-feira a sábado, segundo Dias (1897, p. 29), “as ruas do arraial ficam desertas e as casas parecem desabitadas, pois os homens encontram-se na lavoura ou nas indústrias”. As mulheres, no interior das casas realizando as atividades domésticas ou nos “labores roceiros” acompanhando os maridos, pais ou irmãos, “para os duros serviços da lavoura”. Depreende-se da exposição de Pe. Dias que um mesmo proprietário possui terras no arraial e em fazendas ou sítios localizados na área do distrito.

Inicialmente interessa demonstrar que ocorrem desdobramentos das propriedades formando novas fazendas e a existência de um mercado de terras. Embora o registro no LTP seja apenas uma “fotografia” das declarações efetivamente realizadas, ainda assim, o registro possibilita o conhecimento das fazendas e permite verificar os indícios das sucessões realizadas no decorrer do tempo por meio de partilhas, heranças e compra em funcionamento na freguesia e distrito do antigo Curral del Rei. Vale ressaltar apenas no Código Civil de 1916 determina-se o registro de imóveis. Não se pode esquecer a intensa campanha realizada por um grupo de sabaraenses para a escolha da área inserida no distrito do Belo Horizonte para

recepcionar a nova capital do estado e os vínculos econômicos e de status de privilégio dessa empreitada. Por isso, apresenta-se a seguir alguns casos que evidenciam a dinâmica da terra na freguesia e distrito do Belo Horizonte e seus desdobramentos inclusive nos terrenos da capital.

O primeiro caso apresenta indicativos de que as terras sob a designação de “fazenda” não necessariamente se restringem a apenas um proprietário bem como, conforme apontado por Pe. Dias (1897), muitas famílias possuem uma casa rural e uma casa urbana. Assim na declaração no LTP do Alferes Serafim Nogueira de Souza²⁵ do ano de 1855 consta: *um corte de terras que lhe coube por partilhas de 60 alqueires na fazenda denominada Engenho e 62 alqueires e meio em sociedade com Manuel Caetano de Carvalho nessa mesma fazenda. Souza também declara 20 alqueires de terras em comum com o Capitão Camillo de Miranda Costa, Francisco Luís de Carvalho, herdeiros de Jose Cupertino Fernandes e Dona Anna Nogueira dos Prazeres em um total de 100 alqueires na Fazenda da Caxoeira.* Nota-se na declaração algumas das formas de acesso à propriedade, sendo a transmissão da terra pelos processos naturais de transferência da posse, como nos casos de partilhas e casamentos.

No inventário *pos-mortem* do Alferes datado de 1867, que se realiza na *Fazenda do Engenho* no distrito do Curral del Rei, a inventariante, a viúva Dona Felisberta Justina Cândida declara os seguintes bens de raiz: *huma morada de casas em que mora a viúva; hum engenho de mandioca com cobertura de telha, hum dito de bois, hum paiol, senzalas, quatro tanques de curtir, moinho, uma arruinada no arraial (casa), partes no sobrado velho da Fazenda, 61 alqueires de terras contíguas a Fazenda, 31 dictos na Serra 20 dictos na Capoeira e parte na casa de José Caetano* (CÂMARA MUNICIPAL DE SABARÁ, 1867). Além da casa da fazenda, o casal possui uma casa no arraial. Possivelmente, o uso da casa do arraial esteja vinculado aos dias de mercado e de festejos religiosos.

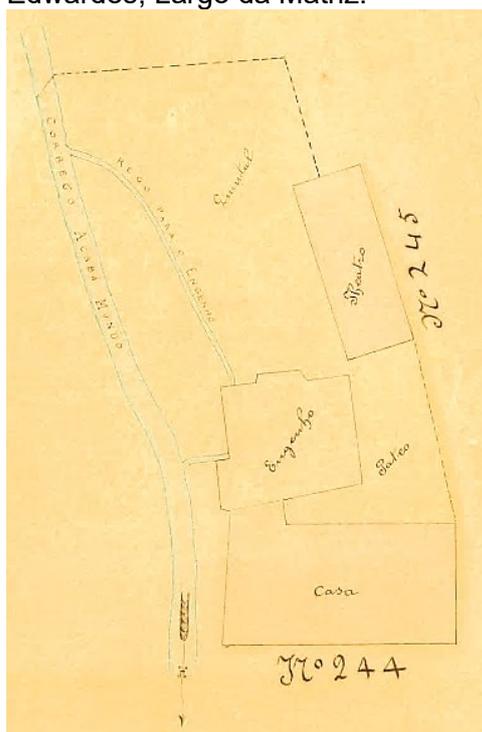
Na documentação da CCNC de 1894, encontram-se as propriedades dos herdeiros de Manoel Caetano de Carvalho, um dos filhos do Alferes, entre elas as terras da *Fazenda do Engenho dos Nogueira*. O inventário e a partilha estão sob a responsabilidade da viúva, a inventariante Dona Felisberta Justina Cândida. Não é

²⁵ Declaração nº 17 do LTP 1855 - 1857.

raro que as mulheres assumam seus papéis no âmbito público, administrando bens e tomando decisões importantes nos assuntos familiares. De acordo com Soihet (1997, p. 290), “[...] mulheres assumiam o mando de casa, gerindo negócios e propriedades”.

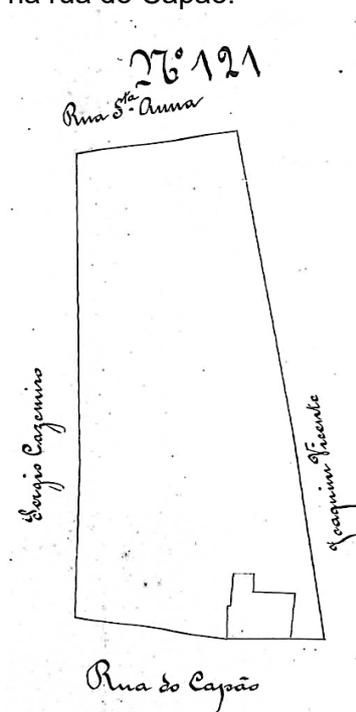
Outra verificação desta pesquisa aponta as distintas propriedades de Eduardo Edwardes no distrito do Belo Horizonte: casa e quintal no Largo da Matriz (FIG. 12): *uma morada de casas térrea e quintal com uma bica d’água na rua do Capão*²⁶ (FIG.13) onde há cafeeiros e árvores frutíferas²⁷; *um terreno e quintal na rua de Congonhas, que faz divisa no pé de Araticum*²⁸; uma casa no *Sítio do Navio* e *terras em comum na Fazenda do Palmital* com José Carlos Vaz de Mello. Na planta da área estudada para receber a nova capital é possível localizar o Sítio do Navio contíguo ao Ribeirão do Arrudas (FIG.14).

FIGURA 12 – Casa de Eduardo Edwardes, Largo da Matriz.



Fonte: APCBH/ CCNC, 1894.

FIGURA 13 – “Uma morada de casas e quintal” na rua do Capão.



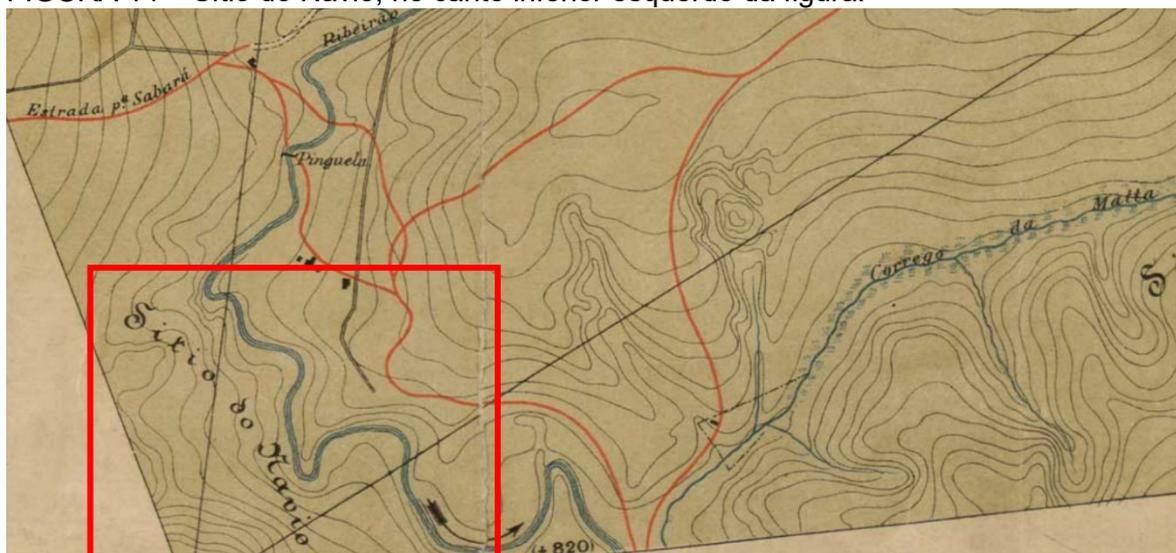
Fonte: APCBH/ CCNC, 1894.

²⁶ Processo de tombamento da casa e quintal de Eduardo Edwardes - Rua do Capão Al.01.04.01 - 310 (121).

²⁷ “uma morada de casa térrea, cita na rua do capão deste arraial, com seo quintal plantado de cafeeiros e de algumas arvores fructiferas, é devidido pela maneira seguinte, pelo lado de cima devide com propriedade de Sergio [Casemiro] de Alcantara, sendo devidido por um muro, pelo lado de baixo devide com propriedade de Joaquim Vicente, devidido por um outro muro e pelo fundo devidido com o rego grande deste arraial”.

²⁸ O araticum-do-cerrado (*Annona crassiflora*), da família Annonaceae, é uma fruta nativa do cerrado brasileiro, popularmente chamada de marolo, cabeça-de-negro ou bruto.

FIGURA 14 – Sítio do Navio, no canto inferior esquerdo da figura.



Fonte: BN, 1895. Disponível em:<

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168278/cart168278.jpg>. Acesso em: 20 out.2019.

Essas constatações conduzem a um necessário e breve entendimento do termo “família”, pois nesta pesquisa identifica-se um forte vínculo entre a casa e seu terreno de entorno como componentes complementares e indissociáveis. Perrot (2009) expõe que a família, como rede de pessoas e conjuntos de bens, é um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido. Nesse contexto, Rodarte (2012), no competente *O trabalho do fogo acerca do censo em Minas Gerais no ano de 1830*, delimita a família como um grupo de consumo e de produção, em que a casa simboliza e efetiva boa parte do que se entende por economia.

É nessa direção o estudo *História da Família e da Demografia Histórica* em que Sheila Faria (1997) afirma que o termo família aparece ligado a elementos que extrapolam os limites de consanguinidade e pouco faz referência ao indivíduo enquanto figura isolada, sendo sua identificação é a de um grupo mais amplo. Segundo Faria (1997, p. 256), “foi da ou para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originaram ou se convergiram”. Contemporaneamente, Da Matta (1987) também explicita a localização fundamental que a *família* assume no Brasil,

Há uma ‘escolha’ por parte da sociedade brasileira, que valoriza e institucionaliza a família como uma instituição fundamental à própria vida social [...] Pertencer bem ou mal a uma ‘família’ [...] é mais significativo do que ter um elo com pessoas e instituições de fato, esse pertencer é tão crítico que vale por uma classificação social. Uma pessoa que ‘vem’ de uma ‘família sem pai’ permite definir uma linha dramática precisa; do mesmo modo, quem faz parte de uma família sem ‘eira nem beira’ encontra dificuldades ao realizar certas coisas em determinados ambientes, no caso brasileiro. É curioso observar que tomamos o ‘legal’ e a lei como um valor (daí o adjetivo legal para exprimir o certo, o positivo e o bom: aquilo que é realizado de acordo com as boas normas de sociabilidade e de moralidade) da mesma forma que tomamos a ‘família’ para exprimir um dado empírico e um modo de ser, bem como um valor e até mesmo a condição de existência (DA MATTA, 1987, p. 125).

A respeito do Curral del Rei, Botelho (2019) apresenta, no trabalho sobre terra e família realizado a partir da análise de documentação datada de 1861, os produtos produzidos e aqueles importados pelo distrito. São cultivados a “mandioca, a cana, milho, feijão, arroz, café, e algodão” e há criação de animais *vacum* e cavalari. O distrito importa “fazenda seca, vinho, ferro, louça, sal, velas de cera e drogas” e exporta “sola e algodão em pequena quantidade”. Trata-se de economia modesta voltada ao autoconsumo com a exportação de poucos excedentes, apanágio da maioria dos distritos da província mineira ao longo do século XIX (BOTELHO, 2019).

Ao analisar a inserção produtiva do *fogo* pelo recenseador na conformação do domicílio explicita Rodarte (2012, p. 15): “[a] estreita relação entre o universo laboral e a organização da vida nas residências mineiras, e, em outras palavras, sinaliza uma forma específica de vinculação entre economia e demografia nessa sociedade”. De fato, na planta da casa urbana de Edwardes localizada no Largo da Matriz e na documentação textual da CCNC é possível identificar a estrutura de funcionamento da moradia (FIG. 14) compreendida por pátio, quintal, engenho e moinho de mandioca. Na planta da moradia há outro dado importante a existência de uma ambiência dedicada ao comércio localizada no canto da edificação que se abre em vãos de portas para o Largo da Matriz. No terreno há também um teatro, essa

estrutura, segundo Barreto, decorre da refuncionalização de um “rancho de tropas” (BARRETO, 1996)²⁹ e se vincula à socialização das famílias do arraial.

Após a desapropriação dos imóveis, verifica-se que alguns ex-proprietários se tornam locatários do Estado e mantém, parcialmente, o cotidiano familiar da casa e do trabalho conforme demonstram os contratos da CCNC³⁰. É nesse caminho que se encontra a permissão ao Sr. Edwardes de *continuar com casa de negócio no prédio que foi de sua propriedade no Largo da Matriz e aluga para Eduardo Edwards o pasto no lugar denominado Navio que foi de sua propriedade*. A pesquisa demonstra que um terreno ou um conjunto de terrenos pertencentes a um mesmo proprietário, quando da realização dos processos de tombamento da CCNC, são permutados mediante o recebimento do valor dos terrenos em lotes na nova capital e parte em pecúnia. Esse fato indica a continuidade de algumas das propriedades e proprietários do arraial na nova capital e a também a gênese das transações de compra e venda que ocorrem na nova capital.

Segundo Marx (1991), o termo *loteamento* tem origens no fim do século XIX nos fundos documentais públicos, especialmente nos municipais relacionados diretamente com as questões da terra urbana e, já no início do século XX se torna corriqueiro nos textos legais que se sucedem nesta como em outras matérias, nas solicitações de interessados e nas decisões das autoridades envolvidas. Esse autor ensina que o adquirente de um lote, anteriormente, *concessionário, posseiro*, ocupante eventual ou precário, transforma-se em proprietário, para todos os efeitos. E o lote passa a ser a “concreta razão de ser” do loteamento, uma parcela regida como outra qualquer nas mãos de particulares ou do Estado e a precisa demarcação dos seus alinhamentos é fundamental para a definição do privado (MARX, 1991).

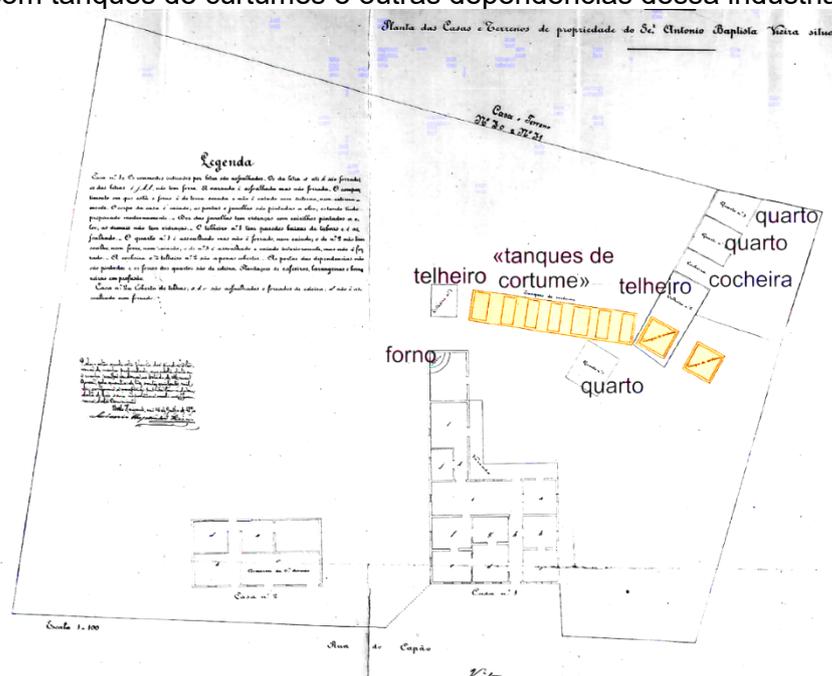
Retoma-se a análise do mercado de terras do arraial. Antônio Baptista Vieira e sua esposa D. Maria Francisca de Carvalho são proprietários de terras na área delimitada para receber a nova capital o que direciona a análise para o entendimento da família como posto por Perrot (2009b), uma rede de pessoas e conjunto de bens,

²⁹ Conforme Barreto, “Não havia casas de diversões no povoado, a não ser um grande e térreo rancho de tropas, junto à casa do Sr. Eduardo Edwards, no Largo da Matriz, improvisado em teatro, sem o mínimo conforto, onde a companhia dramática do grande ator Brandão havia trabalhado em 1890, conforme verificamos por um agradecimento que ele dirigiu ao povo de Belo Horizonte pelo O Contemporâneo de Sabará, datado de 31 de agosto, já de regresso” (BARRETO, 1996, p.243).

³⁰ Contrato da CCNC nº 33, de 7 de novembro de 1895 e o Contrato da CCNC nº41, de 10 de dezembro de 1895.

um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido. Entre as propriedades estão: “uma morada de casas de vivenda com 3 janelas de frente e 1 porta” em terreno devoluto na rua Sant’Anna³¹, obtida por compra de Francisco J. de Souza Netto e Alípio A. Martins; uma casa em terreno devoluto na rua Boa Vista³²; uma casa grande de vivenda e quintal na rua do Capão³³, que adquire por compra de D. Anna de Miranda Freitas, *uma casa de vivenda assobradada toda assoalhada forrada coberta de telhas, com quintal com tanques de curtumes e outras dependências dessa indústria* (FIG.15), parte do terreno obtido por compra a José da Cunha e sua esposa Dona Maria A. da Cunha em 1881 e parte por compra de Manoel Martins em 1889, que por sua vez houve por herança de sua mãe, Maria Clara em 1883; um terreno, parte de um quintal adquirido por compra da casa e quintal murado de Rita Caetana e sua filha A. Borges, herança do marido e pai Francisco Borges e 2 ranchos de telhas na Fazenda do Capão (CCNC, 1894).

FIGURA 15 – “Plantas das casas e terrenos de Antônio Batista Vieira - Rua do Capão”. “Uma casa de vivenda assobradada toda assoalhada forrada coberta de telhas, com quintal com tanques de curtumes e outras dependências dessa indústria”, 1894.



Fonte: APCBH/CCNC, 1894.

³¹ Notação AI.01.04.01-310 (235): Processo de tombamento da casa de Antônio Baptista Vieira (APCBH/CCNC, 1895).

³² Notação AI.01.04.01-310 (310): Processo de tombamento da casa de Antônio Batista Vieira (APCBH/CCNC, 1895).

³³ Notação:AI.01.04.01- 310 (002): Processo de tombamento da casa e quintal de Antônio Batista Vieira (APCBH/CCNC, 1895).

A casa e o quintal indicados na figura 15 reforçam a constância da conjugação *casa e trabalho* no *habitar horizontal*. Essa relação é discutida por Jablonski (1994, p. 79): “Todos os membros da entidade familiar são irmanados na necessidade de sobrevivência, perpetuação e preservação patrimonial, configurando-se a família como um núcleo econômico, como uma unidade de produção”.

A casa na rua de Santana e um dos terrenos do casal, quando das negociações de desapropriação, são permutados por três lotes de terreno de dimensões 10 X 50 m, correspondendo aos lotes 14, 16 e 18 do quarteirão 10 da V Seção Urbana da capital. As demais propriedades são vendidas ao Estado de Minas Gerais. A localização desses lotes está prevista como condição da permuta nos documentos de tombamentos desses imóveis. Nesses documentos constam as anotações de verificação de disponibilidade da mesma localização.

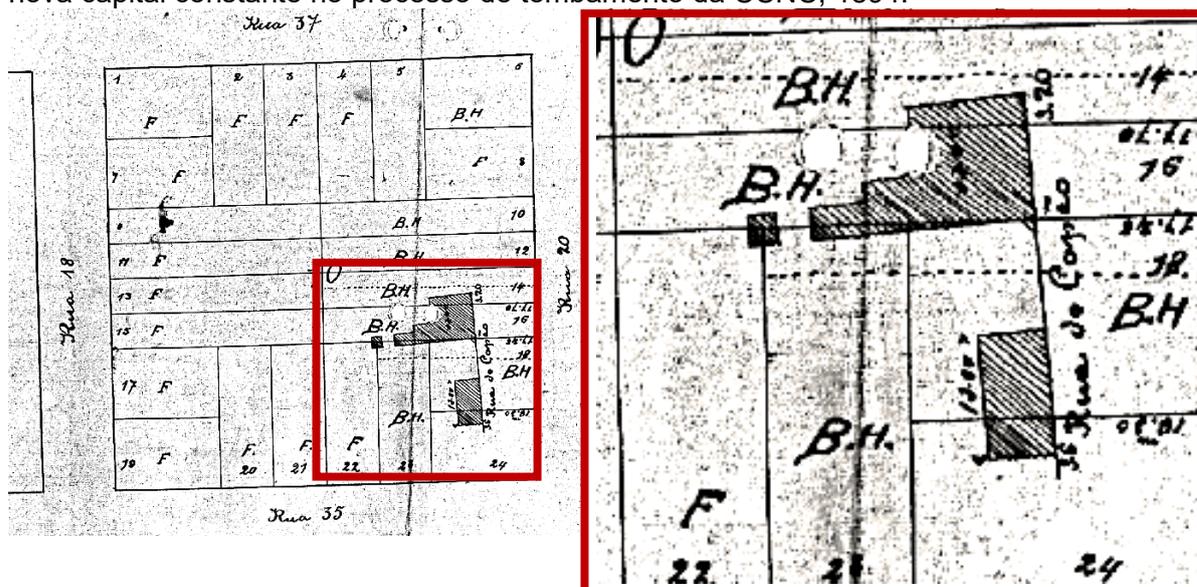
Dessa forma, no ano de 1896, Vieira é proprietário dos lotes na nova capital, coincidentes com a propriedade da rua do Capão e solicita à CCNC: “a conservação das construções, todas de data recente sendo o prédio de moradia assoalhado forrado, perfeitamente ventilado e dotado de boas condições higiênicas”. Também solicita a autorização para cercar e efetuar as plantações em seus lotes. Outros dados revelados na nossa pesquisa merecem destaque: além de manter as estruturas da casa de moradia e seguir com negócio, Vieira quer iniciar as plantações no terreno que garante o abastecimento da família e, possivelmente, renda dessa. Portanto, confirma-se a continuação da propriedade familiar e a complementaridade casa e seu entorno como local de produção da família.

Encontra-se anexada aos documentos da CCNC a planta contendo a representação da casa de Vieira e edificações vinculadas aos trabalhos quotidianos da família em sobreposição ao quarteirão da nova capital (FIG. 16). Observa-se que essas estruturas estão localizadas exatamente nas áreas dos lotes 14, 16 e 18 permutados e, que, portanto, evidenciam a perpetuação do modo de vida do Arraial para a Capital.

Também aqui se quer demonstrar que o mercado de terras está ativo, reforçando as fronteiras do público e do privado na ocupação solo da nova capital. Constata-se que Antônio Vieira compra o lote 23, de Pedro Raymundo de Siqueira Coutinho, havido por compra de Ilídio Ferreira da Luz, proprietário de terras no Arraial,

e que recebe o lote na capital em permuta decorrente de sua propriedade no Arraial. Portanto, antes mesmo da inauguração, o mercado de terras na nova capital está em pleno funcionamento sob o plano urbanístico de Aarão Reis como se apresenta a seguir.

FIGURA 16 – Implantação da casa de Antonio Baptista Vieira sobreposta ao quarteirão da nova capital constante no processo de tombamento da CCNC, 1894.



Fonte: APCBH/CCNC, 1894.

2.3 A cidade capital como pôde ser

O título é emprestado do estudo de C. N. F Santos (1988)³⁴ e devidamente adaptado à designação deste subcapítulo dedicado aos arranjos fundiários da cidade capital que “cresce sob si mesma” como ensina Rossi (2001). A nova capital, vista como construção humana, como *artefato*, se desenvolve conforme a “lógica que lhe é pertinente” (CORRÊA, 1988).

A planta elaborada pela CCNC e aprovada pelo governo de Minas Gerais, com as divisões das zonas urbana, suburbana e de sítios, não significa a sua efetiva implantação como se demonstra a seguir. Na prática, a cidade “entregue” em dezembro de 1897, representa apenas uma parcela do plano aprovado de 1895. Ainda

³⁴ O capítulo *As cidades brasileiras como puderam ser* integra a publicação *A Cidade como um jogo de cartas*. SANTOS, 1988.

há muito a fazer: a abertura e a pavimentação das vias, a demarcação de quadras e lotes e inclusive, persistem as edificações do arraial (MONTEIRO, 1900).

A respeito da nova capital e das remodelações, essas tentativas de “modernização pelo progresso” geram um ciclo de reformulações no mundo urbano brasileiro que, para Santos (SANTOS, 1988), “já não era mais o que fora, mas nunca chegou a ser o que se queria que fosse”. Esse autor examina ser significativo que, bem no início desse período, se tenha tentado construir um núcleo artificial que funcionaria como uma espécie de cidade-padrão. “Modelo das novas expectativas para a ocupação do território, mudança da economia, gestão administrativa e política. Surge Belo Horizonte, proposta espacial de disciplina, de ordem para progresso... logo superada” (SANTOS, 1988, p. 41).

Salgueiro (1995) em estudo sobre as reformas de Paris e a implementação de Belo Horizonte revela que na primeira, os equipamentos e a infraestrutura são executados simultaneamente e integram um programa coletivo de salubridade e urbanidade. Na nova capital, como expõe Salgueiro (1995, p. 201), “as infraestruturas foram executadas parcialmente e de modo descontínuo [...] e o mobiliário urbano e os transportes também não foram objeto de um programa integrado”. Na figura 17, no primeiro plano, pode-se averiguar as casas do arraial e, aos fundos, a construção dos prédios públicos na Praça da Liberdade.

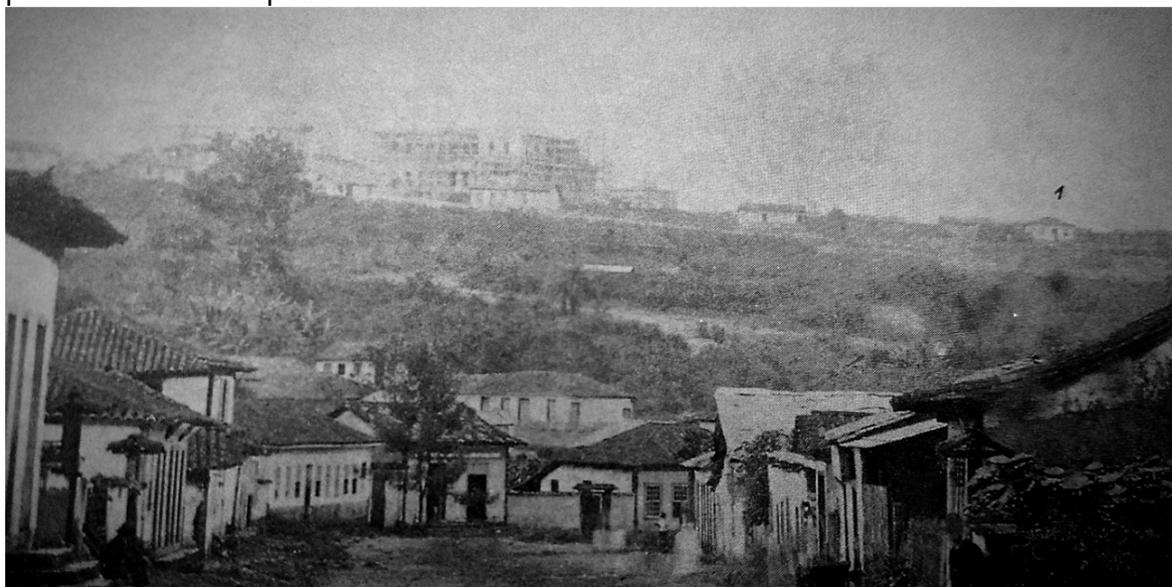
Pe. Dias revela a convivência dos dois tempos. “Casas velhas, cafuas, choupanas, ruas estreitas e tortas [...] um contraste de velharias e novidades: ao pé de uma cafua de barro, coberta de capim ou zinco, eleva-se um edificio elegante e sólido” (DIAS, 1897, p. 105). Esse autor complementa: “junto de uma estreita e pobre rua, formada de casas e choupanas de todos os tons e categorias [...] estira-se, desafrentada, larga e extensa rua da nova cidade” (DIAS, 1897, p. 105).

Embora conste nos contratos de desapropriação a obrigação, por parte de proprietários, de demolição de seus imóveis, verifica-se nas publicações do jornal *Minas Geraes* alguns indícios da convivência das estruturas urbanas do arraial e da capital. Encontram-se no *Minas Geraes* no ano de 1898 e 1899 os seguintes anúncios: *encarregou-se o engenheiro Augusto de Andrade Sousa a proceder a avaliação das casas velhas existentes nesta Capital, e cujo massame resultante de sua demolição teve de ser vendida ao sr. Alberto Bressane Lopes; a aceitação de proposta de Angelo*

Nappo, de *compra do massame de uma casa velha situada no seu lote*, sob a condição de demolição da mesma; Antônio Ferreira da Luz propõe a *compra do massame da fazenda do Capão*; João Cruz propõe a *compra do massame da casa velha nº.75*; Avelino Fernandes, *pedindo a demolição da casa velha existente no lote urbano adquirido do estado* e concede-se a licença à Penélope R. Pierucetti *para cercar os lotes urbanos mediante a demolição de casa velha e a construção de nova edificação*.

Também a Prefeitura põe à venda o massame da Fazenda do Capão *sita no subúrbio desta cidade, constante de três casas, um engenho e um moinho*. Outro aspecto que demonstra a configuração espacial e a maneira de ocupação dos lotes é a constância da prática de cessão de lotes conjugada à um ciclo de venda e de revenda de lotes que geram uma alta concentração de terras na capital e, concomitantemente, provocam uma extensa área urbana que se prolonga inclusive na zona suburbana.

FIGURA 17 – As casas do arraial e a modernização em andamento: obras de prédios públicos da nova capital.



Fonte: BARRETO, 1996.

Outra questão que se revela é a implantação de um sistema métrico brasileiro. Carvalho (1982) no importante *A modernização frustrada* expõe o caminho de gestão da *Lei de Terras* esclarece que nas discussões acerca da implementação de uma legislação do acesso à terra no Brasil em substituição ao sistema sesmarial aponta-

se para a necessidade de definição de uma forma de delimitação dos terrenos para a viabilização da acumulação capitalista. Conforme esse autor, entre as propostas discutidas estão o “modelo Wakefield” adotado na Austrália e o modelo aplicado nos Estados Unidos da América do Norte de comercializar em hasta pública terras previamente demarcadas em lotes quadrados de 500 braças, ou 121 hectares. Já a proposta de “colonização sistemática de Wakefield” prevê o aumento artificial das terras pelo governo, o que faz com que o imigrante trabalhe algum tempo antes de poder comprar seu lote. Esses sistemas, de acordo com Carvalho (1982, p. 45), “seriam usados para importar mais colonos, o que por sua vez contribuiria para baratear o trabalho e encarecer mais as terras”.

Ressalta-se que desde as primeiras décadas dos tempos do Império são realizadas campanhas em prol de um sistema métrico. Sarmiento (1997) refaz a trajetória da aprovação e implementação do *metro* no Brasil. No ano de 1830, o deputado Cândido Batista de Oliveira apresenta ao parlamento a proposta de adoção das unidades métricas do sistema francês. Esse autor revela que essa proposta é “surpreendente” pois antecede “à consolidação do sistema em seu próprio país de origem, não havendo ainda, portanto, um resultado prático da eficácia de suas medidas”.

Sarmiento (1997, p. 9) analisa: “o metro seria assim o padrão do progresso, o estalão pedagógico da consolidação do Império e da evolução da nação. Deveria então ser adotado como símbolo da perspectiva civilizatória, referencial do caminho a ser percorrido” A adoção do sistema internacional é lenta, sendo fixada pela Lei Imperial nº. 1157/1862 que estabelece o caráter oficial e único do sistema métrico decimal em todo o Império do Brasil, contudo, prescreve um prazo de dez anos para a transição definitiva. Assim, a regulamentação definitiva do sistema métrico no Brasil foi promulgada em dezembro de 1872. Os estudos realizados pelo Ministério da Agricultura nas décadas de 1930 e 1940 confirmam o baixo grau de aplicabilidade das medidas métricas em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos. Sarmiento (1997, p. 13) detalha: “então prevaleciam ainda a libra, a toesa, o martelinho e uma infinidade de unidades de medida de valores os mais variados”.

O *loteamento* torna-se a maneira pela qual as aglomerações urbanas no Brasil se expandem. Conforme já registrado, a alteração no sistema de representação do

espaço ocorre, segundo Harvey (2008), do projeto iluminista europeu que, ao introduzir a noção de perspectiva, permite o aprimoramento dos princípios matemáticos e o alcance de levantamentos cadastrais extremamente precisos (HARVEY, 2008). Quando ocorrem as medições das terras no distrito do Belo Horizonte para a efetivação das desapropriações, a CCNC aplica os saberes da ciência utilizando-se os métodos que determinam com precisão os limites das propriedades que são representadas em plantas individualizadas em detrimento de marcações realizadas precariamente à base de corda e estaca, de descrições com referências a valos, árvores, muros e cercas com as dimensões em *braças* (REIS FILHO, 1978).

Na cidade capital, modernamente, os limites e áreas precisos dos lotes alinhados e dimensionados são definidos em metros e metros quadrados. Os lotes do arraial descritos e medidos equivalem os lotes precisamente dimensionados na capital. *A morada de casas cobertas com telhas na Rua de Sabará deste Arraial com seu quintal de Felisberta Rosa de Jesus que parte pelo lado de cima com Theodoro José da Silva e pelo de baixo com o Corrego de Luiz Pires e pelo fundo com o mesmo córrego*³⁵, além do valor vendido, tem direito a 1 lote de terreno de 10m X 50m na área da estação central da nova capital.

A forma do lote que corresponde a figura de um quadrado ou retângulo possui testada de frente para a via pública como privilégio é privilegiada e interessa tanto ao loteiro, ao loteador e ao governo municipal (MARX, 1991). É o próprio governo que determina a geometrização dos terrenos, via legislação de terras no ano de 1850 – com o intuito de vender as *terras devolutas* em hasta pública –, e estabelece a obrigatoriedade da medição e da demarcação das terras. A unidade *metro* ainda não foi implementada, mas o termo dessa lei determina a exigência da geometria: *A medição e divisão serão feitas, quando o permitirem as circunstâncias locais, por linhas que corram de norte a sul [...] e por outras que a cortem em ângulo reto, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado, demarcados convenientemente*. Os terrenos localizados na área definida para a nova capital por meio de desapropriações realizadas pela CCNC são consolidados e passam a pertencer a um único proprietário: o estado de Minas Gerais. Toda a área é então

³⁵ Processo de tombamento da casa e terreno de Felisberta Rosa de Jesus - Rua de Sabará. Notação: AI.01.04.01 - 310 (144).

loteada em três zoneamentos nas condições estabelecidas pelo governo mineiro conforme exposto no subcapítulo anterior. A zona urbana formada por quarteirões de lotes quadrados e retangulares, todos com frente para as ruas; a zona suburbana, que corresponde à transição entre a urbana; e, a zona de sítios, formada por terrenos de dimensões variadas e de maiores dimensões que os suburbanos (FIG. 18). Conforme Salgueiro (1997) , o traçado geométrico e regular da zona urbana tem fundamento nos códigos e diretrizes urbanísticas racionalistas defendidas no Brasil naquele período, além da referência em projetos urbanos internacionais. Aarão Reis (1895) assim apresenta a configuração dos quarteirões na planta da nova cidade:

os quarteirões urbanos, serão em geral, quadrados regulares de 120 metros de lado, divididos em 24 lotes, dos quaes os normais terão 10 metros de largura na frente por 50 metros de comprimento para o fundo. Os quarteirões suburbanos terão em geral, 250m X 250m e os lotes normais apresentam 50 metros de largura na frente por 125 metros de comprimento nos fundos, havendo outros muito maiores, e alguns, nas proximidades da parte urbana menores.

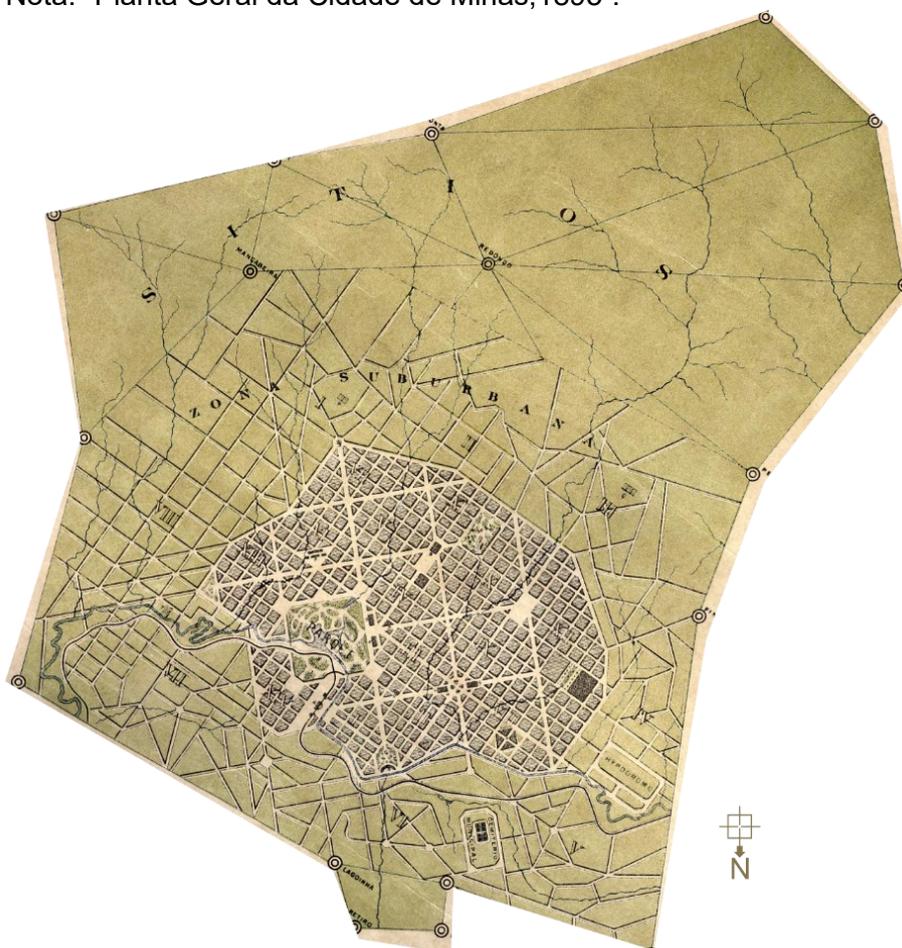
As medidas de modernização implantadas na cidade Paris durante o século XIX como remodelação da cidade, modificam as relações sociais, as rotinas diárias, o comércio e o consumo. Harvey (2015) assinala precisamente que as reformas de Paris se referem à *mudança de escala do pensamento e da ação da cidade*. Guardadas as especificidades da modernização brasileira, na apresentação de Reis desatacam-se as ruas largas inclusive com a demonstração das medidas na unidade *metro* e que constituem a indicação da *condição moderna* do plano de Reis assim como as medidas dos lotes que delimitam com exatidão as fronteiras do público e do privado. É bom lembrar Berman (2007): o fenômeno da modernidade pode ser traduzido em experiências do tempo e do espaço. As configurações delimitadas dos lotes aliadas aos códigos de posturas municipais visam garantir o morar saudável, higiênico e tornam a cidade moderna. De acordo com Lemos (2010, p. 24-25),

o caráter determinista do traçado denota ordem, principalmente através da coerência e da integridade dos espaços, a simetria, criada

para valorizar o culto aos eixos, caracteriza-se pelos pontos fixos que estruturam a Figura do plano, concebida de acordo com os pressupostos da perspectiva barroca francesa.

Na proposta da nova capital as ruas abrigam atividades tanto em sua superfície, que recebe arborização e aparta o trânsito de pedestres e veículos, quanto em seu subsolo, em que estão instaladas as redes de escoamento das águas e esgotos. Assim, no relatório da Prefeitura Municipal do ano de 1902, prioriza “fazer desaparecer as águas estagnadas [...] para facilitar o escoamento de águas estagnadas, fizemos colocar tubos de ferro em diversas ruas da zona suburbana” (MONTEIRO, 1902, p. 159). Infelizmente, sucessivamente, ao longo de décadas, essa infraestrutura se instala, inclusive realizando e efetivando a canalização sistemática da drenagem das águas da cidade capital.

FIGURA 18 – Zoneamento da cidade ‘Minas’: zona urbana, zona suburbana e zona de sítios.
Nota: “Planta Geral da Cidade de Minas, 1895”.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em BN/CCNC, 1895.

Marins (1998) ao analisar as relações entre a *habitação e a vizinhança* nas primeiras décadas da República em um contexto de práticas urbanísticas e higienistas afirma que nesse período a privacidade não mais se confunde com os limites da casa, agora ela se expande à vizinhança, ou seja, se estende à dimensão coletiva e pública com padrões de uma privacidade controlada e estável. Sucedem-se experiências de um “enquadramento” da dimensão pública com o estabelecimento de regras e posturas sanitárias pelas capitais brasileiras. O Rio de Janeiro, capital do Brasil até os anos 1960, é a primeira cidade em que ressoam ecos das reformas *haussmanianas* em sucessivas reformas (MARINS, 1998).

Na nova capital de Minas Gerais, as regras do ordenamento e saneamento também podem ser medidas na recorrência das designações *nivelamento*, *medição* e *alinhamento* frequentes nas solicitações dos particulares à administração municipal e nos relatórios da prefeitura de Belo Horizonte. Ao tratar do direito urbanístico, Silva (1981) aponta que a delimitação do alinhamento concretiza os limites do domínio privado dos lotes e do domínio público. Também Marx (1991) ressalta a importância do alinhamento de construções e de terrenos que ganha notoriedade nas questões relacionadas à vizinhos e na garantia da correta delimitação entre o espaço público e espaço privado. As cartas endereçadas à CCNC em 6 de agosto de 1896 solicitam o alinhamento e nivelamento dos lotes urbanos 2 e 3 do quarteirão 7 seção I para iniciar a construção e em 19 de novembro de 1897 solicita o “nivelamento e a marcação dos lotes 1, 2 e 4 do quarteirão 16 da 4ª seção urbana [...] a fim de dar começo à construção”.

Os trabalhos da administração municipal visam garantir o estabelecimento das fronteiras entre o particular e o público como se percebe no relatório do prefeito que versa sobre as demarcações e alinhamentos de lotes urbanos e suburbanos nos trabalhos de campo realizados no período entre os anos de 1904 e de 1905. Conforme o relatório (AZEVEDO, 1905, p. 27): “Têm prosseguido com regularidade os serviços de demarcação de terrenos a cargo do agrimensor [...] demarcados 62 lotes urbanos e 96 suburbanos; divididos os quarteirões 24, 25 e 29 da 13ª secção [...] alinhadas e abertas parte da rua 17 de dezembro e a rua Erê”. Também as cafuas dos operários estão alinhadas conforme se constata no relatório do prefeito em 1900 (MONTEIRO, 1900, p. 9): “As cafuas são todas alinhadas, e guardam entre si certa distância”.

Outro instrumento recorrente nas solicitações realizadas à Prefeitura se refere ao aforamento de lotes e regulamentado pela Prefeitura no Decreto nº1118/1898 e, no mesmo ano, suspenso também por um decreto. Ao que parece a aplicação dessa forma de acesso à terra não está prevista inicialmente pela CCNC ou pela Administração Municipal e sua regulamentação ocorre somente após sucessivas solicitações de particulares conforme se verifica nas publicações do *Minas Geraes*. O *aforamento* é o contrato por meio do qual a União atribui a terceiros o domínio útil de imóveis da União, espécie de direito real sobre a propriedade. Esse instrumento é utilizado nas situações em que coexistirem a conveniência de dar destinação ao imóvel e, ao mesmo tempo, manter o vínculo da propriedade pública (§ 2º, Art. 64 Decreto Lei nº 9760/1946). Esse instrumento é utilizado desde a América Portuguesa, pela Câmara Municipal, detentora de uma sesmaria.

Segundo Abreu (1997), apesar da possibilidade da comercialização, usualmente os *Concelhos* realizam o aforamento dos terrenos, ou seja, alienam o domínio útil da terra e permanecem como senhorio direto. Essa estratégia é utilizada como garantia de manutenção de um rendimento anual. O *aforamento* aplicado na nova capital ao que parece tem a intenção de ocupar certos lotes, pois impõe-se à permissão de aforar a exigência de realização de edificação do lote. A extinta autarquia de Planejamento Urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) elabora no ano de 1979 um importante relatório sobre o desenvolvimento urbano da capital. A PLAMBEL (1979)³⁶ aponta que o instrumento *aforamento* utilizado nos primeiros anos da capital é novamente aplicado no período de 1917 a 1922, em terrenos concedidos aos operários e extinto pela Lei nº 832/1922 como a retomada do sistema de vendas em hasta pública.

O que se quer salientar é a existência de várias formas de acesso à terra que conferem volume e complexidade aos arranjos fundiários na capital. Verifica-se nas

³⁶ A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi instituída no ano de 1973 pela Lei Complementar nº. 14, que criou também as regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Originalmente a RMBH compõe-se de 14 municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Em 1974 foi criado o ente gestor da RMBH sob a forma de uma autarquia estadual, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), que surge a partir do grupo técnico da Fundação João Pinheiro responsável pelo Plano metropolitano de Belo Horizonte. A PLAMBEL é extinta no ano de 1996 (RMBH, 200-). Disponível em: < <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/pt-br/content/rmbh.htm>>. Acesso em: 14 jun.2020.

publicações do periódico oficial *Minas Geraes* no ano de 1898 as seguintes propostas de aforamento de lotes urbanos por particulares: Ancilla Ricci, *aforar o lote 5, quarteirão 12 seção IV*; Leopoldo Cesar Gomes Teixeira *aforar os lotes 2, 3 e 4, quarteirão 20, seção IV* e Miguel Donato, *aforar o lote 6, quarteirão 21, Seção 1*. Em dois casos analisados há a permissão do aforamento mediante o cumprimento de prazo para a edificação: Rodolpho Bovo, *aforar o lote 13, quarteirão 25, seção 4, sob a condição de construção em 9 meses* e Francisco Albuquerque *aforar o lote 1, quarteirão 28, seção 6, sob a condição de construção em 9 meses*. Por fim, o caso de um particular já instalado no terreno e, provavelmente, acionado pela Prefeitura, propõe aforar o lote: *Júlio da Silva Rodrigues, propõe o aforamento do terreno em que acha sua padaria, no lugar denominado – Cardoso*.

Na pesquisa realizada no documento *Índice de Lotes* do APCBH e nos periódicos consultados revela-se uma expressiva concentração de lotes nas mãos de um único proprietário. A propriedade privada instalada pela *Lei de Terras* confere uma certa “finitude da terra” que intensifica seu comércio e a sua concentração. Segundo o relatório da PLAMBEL (1979), apesar da Lei nº 3/1893 estabelecer a cessão de lotes aos proprietários de Ouro Preto, não há interesse pela posse de 711 lotes doados. Contudo, segundo esse documento (PLAMBEL, 1979, p. 55-56): “Não faltou nesse momento, o espírito especulador de alguns negociastas que adquiriram a preços extremamente baixos esses lotes e os venderam posteriormente aos que ocorriam à zona urbana”. A PLAMBEL apresenta o caso emblemático do Sr. José Francisco de Macedo que adquire com essa finalidade um considerável número dos lotes recebidos em doação.

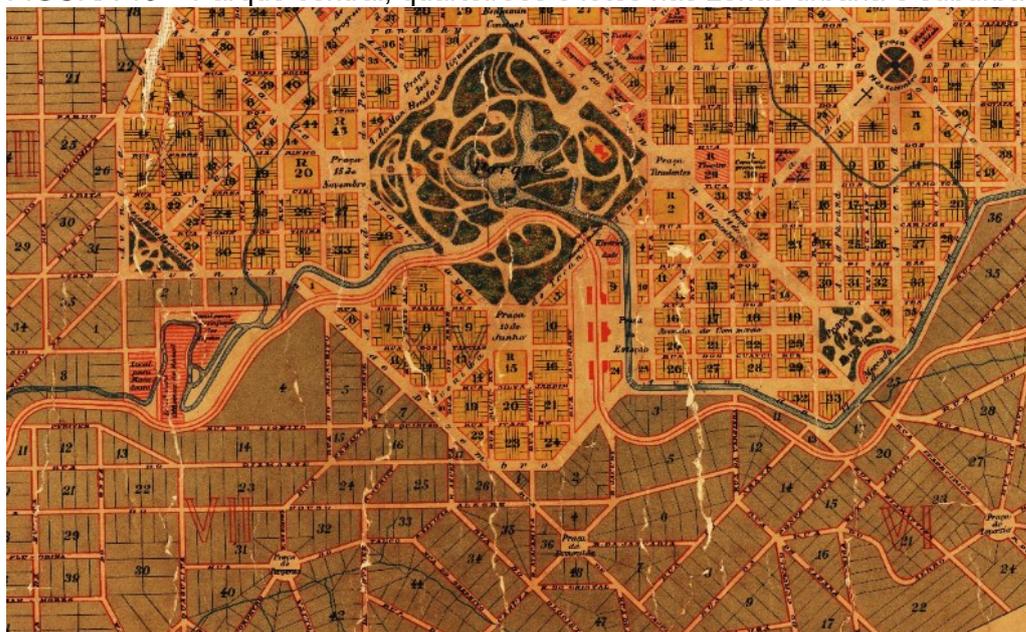
O Decreto nº1211/1898 estabelece que as vendas de imóveis a particulares, assim como a transferência de imóveis entre particulares, devem ser registradas em livro de tombamento, na Prefeitura da Cidade de Minas. Com o advento do Código Civil, a obrigatoriedade do registro imobiliário torna a forma de aquisição e de transmissão da propriedade imóvel regularizadas mediante os documentos cartoriais. Em consulta ao *Índice de Lotes* do APCBH tem-se escrituras de vários lotes vinculadas ao sr. Macedo datadas dos anos de 1899, 1900, 1901, 1902, 1906 e 1910 localizados nas seções urbanas I e II. A esse respeito, a PLAMBEL (1979) afirma que a introdução em Belo Horizonte das leis do mercado imobiliário resulta da ação do

Estado. A desapropriação iniciada pelo Estado e, conseqüentemente, a apropriação pelo mesmo de extensas áreas, significam o lançamento do solo urbano no mercado.

Salienta-se que o Decreto nº 803/1895 estabelece as obrigações do adquirente do lote, a partir da expedição do título, que deve edificar no prazo de quatro anos com a implementação de cercamento na frente do lote por muro ou jardim; executar o passeio em dois anos e cultivar flores, árvores frutíferas, hortaliças em pelo menos na metade do terreno. Condições similares são impostas aos adquirentes dos lotes suburbanos, que também devem ser edificados no prazo de quatro anos, contados a partir da data do título de compra, e instalar cerca com arame farpado ou muro e o cultivo em pelo menos metade do terreno.

O engenheiro da CCNC Fábio Nunes registra no relatório de 1895 a frequência do quintal nas casas do arraial, contudo, “plantado sem método”. Presumivelmente, a percepção de Nunes (1895) é a de que na cidade planejada a vegetação organizada possui papel fundamental na saúde da cidade. E é o que se constata na proposta urbanística da capital. A reserva de um destacado parque (FIG.19), várias praças e uma grande área reservada ao zoológico revelam a organização das áreas verdes da capital. Conforme Segawa (1996), a visão ordenada da cidade com elementos vegetais por meio de jardins e passeios públicos se desenvolve no Brasil nos fins do século XVIII.

FIGURA 19 – Parque central, quarteirões e lotes nas zonas urbana e suburbana, 1895.



Fonte: APM/CCNC, 1895.

No dia 9 de agosto de 1895 publica-se no *Minas Geraes* o resultado do sorteio de lotes urbanos e suburbanos com a discriminação nominal dos funcionários estaduais e seus lotes. Em seguida, no dia 10, publica-se a venda de lotes urbanos em hasta pública localizados nos quarteirões da 1ª e 2ª seções urbanas com a permissão de aquisição de até cinco lotes segundo as exigências acima citadas e a exigência de edificação conforme *as regras de construção, hygiene e segurança dos prédios*. Para o caso de até três lotes contíguos, permite-se erguer apenas uma edificação, contudo, sob a condição de no mínimo da metade do terreno desocupado, implantar-se o cultivo de flores, árvores frutíferas e hortaliças.

Em outra publicação no *Minas Gerais*, datada de 1896, anuncia-se a venda em hasta pública de lotes suburbanos localizados na I e VI seções sob as mesmas condições dos lotes urbanos: o consentimento de compra de até cinco lotes com prazo de construção de quatro anos e a instalação de cercamento da frente do lote por muro ou arame farpado em até um ano. Quando contíguos até três lotes, permite-se a construção de uma edificação apenas, contudo, obriga-se a cultivar flores, árvores frutíferas e hortaliças em pelo menos a metade de todo terreno desocupado (MINAS GERAIS, 1896)³⁷.

As doações de lotes, os incentivos a compras de lotes contíguos e as exigências para a ocupação dos lotes configuram quarteirões de ‘casas, muros e quintais’ (FIG. 20) à semelhança do arraial e estimulam a concentração da terra em correspondência com a afirmação de Martins (1999) sobre “o novo surge sempre como um desdobramento do velho”.

FIGURA 20 – Casa, muros e quintais no alinhamento das vias.



Fonte: APM, 1900 -1934.

³⁷ MINAS GERAIS, 1896, n.229, p. 14.

No relatório do prefeito Dr. Olyntho Meirelles datado do ano de 1912 verifica-se o registro da existência de extensos muros na área urbana, fruto de lotes conjugados e com apenas uma edificação. Segundo o relatório (MEIRELLES, 1912, p. 43), “a concessão de concessão de 4 lotes (2400m²) para um prédio commum foi um dos grandes factores do mal que hoje procuramos corrigir [...] a Prefeitura é obrigada a calçar, iluminar, capinar, varrer muitos trechos de ruas onde liga 2 ou 3 prédios somente quando nesse mesmo espaço de terreno poderiam ser folgadamente 6 casas”. O relatório também aponta que esse sistema de doação de lotes acarreta a ausência de terras da Prefeitura no centro da cidade (MEIRELLES, 1912, p.43). A saber:

[A Prefeitura] ficou, rapidamente, sem terreno no centro da cidade e para satisfazer aos que actualmente desejam construir é obrigada a vendê-lo em zonas e secções onde se tornam necessários a prévia abertura, desaterro, alinhamento e nivelamento de ruas e extensas e custosas canalizações de água, exgottos e luz. E a cidade vai ficando cada vez mais esparsa com o seu custeio difficilimo.

Todas essas configurações de ocupação dos lotes e a existência de lotes contíguos para um mesmo proprietário estão presentes nas plantas arquitetônicas do APCBH que contém dados valiosos sobre o histórico da ocupação dos lotes. Embora o acervo consultado nesta pesquisa corresponda aos projetos formais, ou seja, aos projetos regulares aprovados e por isso registrados na Prefeitura, entende-se que ainda seja significativa a sua contribuição na compreensão dos arranjos fundiários e formas de morar horizontal. Todavia, é importante salientar que a prática quotidiana e as demandas do morar nem sempre são registradas oficialmente e o que está representado e formalizado, pode não apreender todas as práticas espaciais.

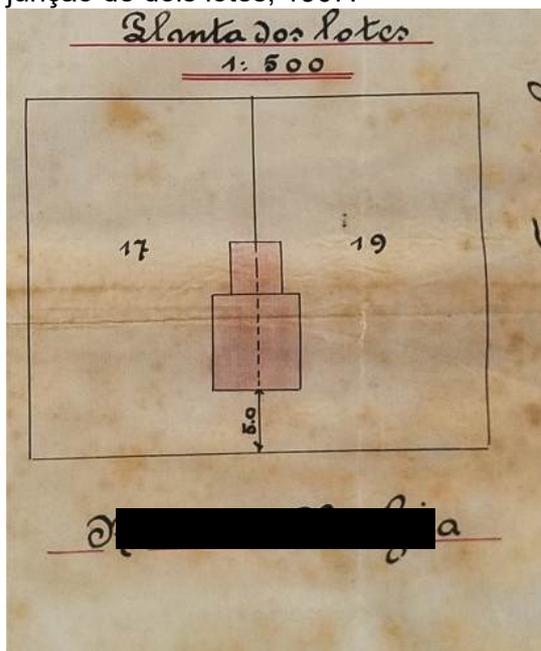
Na análise das plantas arquitetônicas das casas do APCBH, nas publicações no *Minas Gerais* e na documentação da CCNC verifica-se no *habitar horizontal* a constância da aplicação dos instrumentos *remembramento* e *desmembramento*. O primeiro, compreende a junção de um ou mais lotes que conforma um novo lote maior e, o segundo, promove a divisão do lote conformando lotes menores. O Estado de Minas Gerais, por meio da CCNC e, posteriormente, pela administração municipal da nova capital, permitem esses arranjos, ou seja, são aprovados e, portanto, estão

regulares. Aponta-se três casos práticos constatados na pesquisa ocorridos nas seções urbana e suburbana.

O primeiro caso pesquisado é referente à ocorrência de remembramento de lotes e, posteriormente, executa-se o desmembramento do lote gerado. Inicialmente, houve a junção de dois lotes urbanos de numerações 17 e 19 e recebe uma edificação residencial (FIGS. 21-22). Na planta elaborada por Aarão Reis, o quarteirão que abriga esses lotes se insere contíguo ao terreno reservado ao jardim zoológico e faz divisa com a 'Avenida 17 de Dezembro', via de circulação com perímetro que contorna a zona urbana da capital.

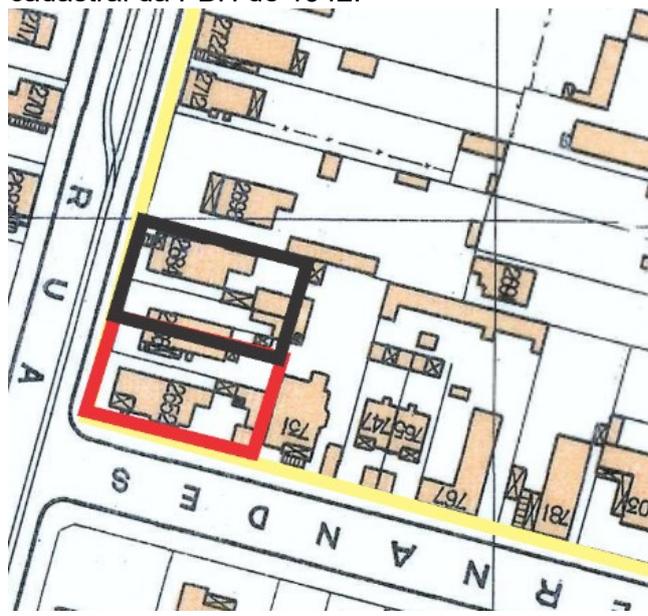
Na prancha arquitetônica do ano de 1907 com aprovação em 1908, a residência está locada recuada da via de circulação no centro dos dois lotes. Considera-se que, em atendimento às normas municipais, para a ocupação do terreno, em parte do lote fez-se o plantio de flores, de árvores e de hortaliças. No ano de 1928, encontra-se a nova planta aprovada, desta vez para parte do lote 19 e, no ano de 1932, uma nova edificação é aprovada para parte do lote 17. Assim, o lote inicial resultante da junção de dois lotes, posteriormente, dá origem à três lotes (FIGS. 21-22).

FIGURA 21 – Implantação de casa em junção de dois lotes, 1907.



Fonte: APCBH/ SMARU, 1907.

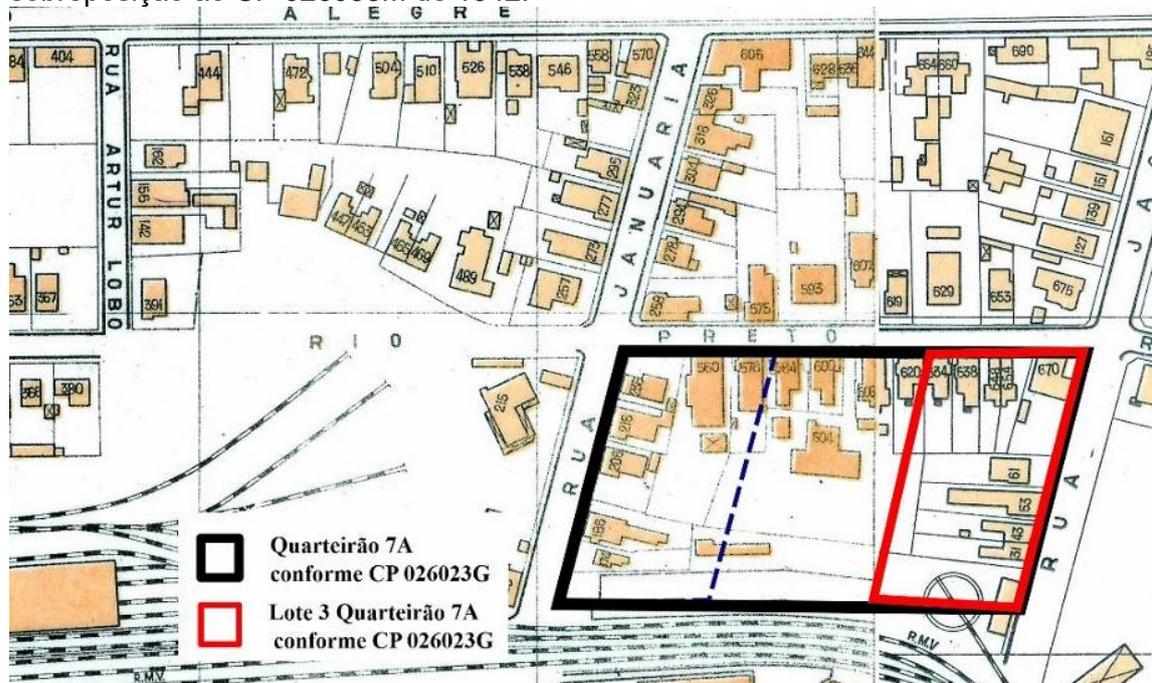
FIGURA 22 – Divisão do lote remembrado em três novos lotes, em sobreposição na planta cadastral da PBH de 1942.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em PBH/JK, 1942.

Os segundo e terceiro casos referem-se ao desmembramento de lotes que ocorrem tanto na seção urbana quanto na suburbana. Consta na carta endereçada à CCNC em 11 de novembro de 1896, onde lê-se: “José Aghinetti, proprietário da metade do lote 23, quarteirão 13, seção I” requer a aprovação da planta da edificação e o alinhamento e as estacas do passeio”. O terceiro caso, se refere à casa localizada na zona suburbana. No ano de 1910, Antônio da Cruz Miranda e esposa compram de Eugênio Honold e esposa, o lote 3 do quarteirão 7 da 6ª seção suburbana. Nesse mesmo ano, o casal vende uma parte do lote, ao Capitão Pedro de Carvalho Mendes (FIG. 23). O lote está localizado na Rua Rio Preto, bairro Floresta.

FIGURA 23 – Inserção da delimitação constante do CP026023G do ano de 1898 em sobreposição ao CP 026058M de 1942.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em BH/JK, 1942.

Na planta cadastral de 1942 vê-se os desmembramentos ocorridos na zona suburbana com a sobreposição do parcelamento do ano de 1898 e a delimitação do lote 3 (FIG.23). Verifica-se na fotografia da PLAMBEL (1981), na configuração urbana rua Rio Preto, o desmembramento dos grandes lotes suburbanos em lotes menores conformando casas em seqüência no alinhamento da rua (FIG. 24).

FIGURA 24 – Lotes desmembrados na zona suburbana com casas no alinhamento da rua.



Fonte: PLAMBEL, 1981, não paginado.

Os casos apresentados não são exceções, não são casos isolados, a zona suburbana é sistematicamente ocupada mediante os desmembramentos sucessivos dos lotes previstos no projeto inicial da capital. Os relatórios de prefeitos são importantes fontes de dados sobre o parcelamento, a ocupação e o uso do solo da nova capital. No ano de 1902, o prefeito Bernardo Monteiro notifica o alto valor monetário dos lotes urbanos. Os preços dos lotes estão, segundo o relatório do prefeito (MONTEIRO, 1902, p. 20), “a afugentar os que demandam a cidade para a zona suburbana, cujos lotes têm sido vendidos com facilidades, dispersando assim as construções e ampliando o centro”. Nesse mesmo relatório, o prefeito relata a modificação de zoneamento do plano da nova capital realizada em sua gestão com a alteração de um trecho da zona urbana para zona suburbana e também a realização de cessão de lotes à particulares no período de setembro de 1899 a agosto de 1902, totalizando a transmissão de 286 títulos provisórios de concessão gratuita de terrenos a operários e soldados.

Também estão arrolados dois casos de cessões realizadas à particulares com a apresentação das respectivas justificativas de tais cessões. Assim, cede-se ao sr. José de Ávila Goulart, 8 lotes urbanos, números 4, 5, 6, 8, 10, 12, 14 e 16 no quarteirão 14 da seção 4, localizados em área nobre, na avenida da Liberdade, por escritura de 25 de novembro de 1899. A doação apresenta a seguinte justificativa: “as condições

topográficas do terreno, de grande atero, de conservação difícil, pela necessidade de embelezar a avenida e de impedir desmoronamentos na mesma”.

A política de cessão de lotes e a intensa comercialização de terras via desmembramento e o parcelamento de áreas públicas expandem e adensam a zona urbana e a zona suburbana, como se observa no desmembramento e parcelamento de área reservada ao parque municipal. Ainda sobre a cessão de lotes pela Prefeitura Municipal, o sr. Antônio Nunes de Almeida recebe os lotes urbanos n^{os}. 01 a 7 do quarteirão 1, n^{os}. 1 a 8 do quarteirão 4 e n^{os}. 1 a 3 do quarteirão 10, todos na seção I, perfazendo uma área de 10.663,58m², em escritura datada de 13 de abril de 1901. Também é importante registrar o gradual desmembramento dos lotes suburbanos conforme se observa no canto inferior da Figura (FIG.25).

FIGURA 25 – Em destaque em linha verde a área do Parque constante do projeto de 1895 (ver figura 19). Observar no canto inferior direito da aerofoto de 1953, a área suburbana.



Fonte: APCBH, 1953.

A área do parque municipal é desmembrada sucessivamente, como se observa com a notícia veiculada da construção da Diretoria da Agricultura na área do parque nos anos 1900. Nos termos do relatório do prefeito de 1907-1908 (JACOB, 1908, p.

25): “o governo do Estado já concluiu o prédio para a Diretoria da Agricultura, na parte do Parque, fronteira à Avenida Mantiqueira, já estando ali funcionando a respectiva repartição, que mantém igualmente, naquele local, um campo prático de agricultura”. E complementa (JACOB, 1908, p. 25): “[...] em ponto convenientemente escolhido [...] está sendo preparado um terreno para o “Sport Club” construir o seu pavilhão e área para jogos”. Na justificativa apresentada pelo prefeito para a cessão, indica-se a localização dos terrenos em frente à praça da estação e que apresentam configuração topográfica irregular. Esses lotes, segundo o relatório do prefeito (MEIRELLES, 1912, p. 66), *necessitando de aterros, cuja consolidação indispensável para segurança das edificações, dependia de algum tempo, julguei consultar os interesses os interesses da Capital fazendo esta cessão.*

Também no relatório de prefeito do ano de 1907, referente à gestão municipal no período compreendido entre os anos de 1903 e 1907, verifica-se a continuidade do fomento à concentração das terras na capital, sob a argumentação de que o Governo Federal concede *favores especiaes aos dignos funcionarios dos Correios, que foram obrigados a fixar residência nesta Capital.* Assim, prossegue o relatório, o Governo Municipal quis (JACOB, 1907, p. 27), “ir em auxílio dos distintos funcionarios (...) a conceder-lhes gratuitamente um lote de terreno e a vender-lhes o contíguo, mediante o pagamento em prestações”. O relatório da PLAMBEL (1979) apresenta uma análise sobre a dinâmica imobiliária na capital por meio dos anúncios referentes às comercializações imobiliárias registrados no periódico *Minas Gerais*. Esse relatório (PLAMBEL, 1979, p. 92) revela:

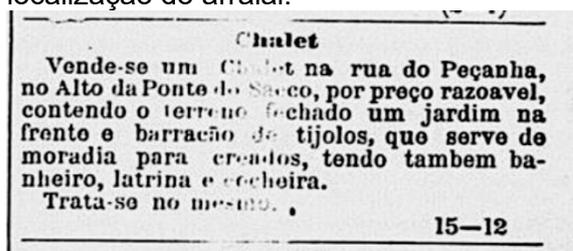
mesmo considerando que se trata de jornal oficial, portanto, de importância publicitária relativamente pequena presume-se que, pelo crescente número de anúncios, o Estado perde o controle que inicialmente exercia sobre o solo urbano.

Nesta pesquisa, verifica-se a intensa trajetória da comercialização de lotes na nova capital como a seguinte: No dia 15 de outubro de 1896, Cypriano de Carvalho compra de João Baptista Palermo o lote 17 do quarteirão 23 da 2ª seção urbana. Nos meses de fevereiro e março de 1897, publicam-se, respectivamente, a expedição do título do lote 13, quarteirão 29 da 1ª seção urbana e a licença de construção. Palermo

é sucessor de Francisco Antônio dos Santos, proprietário em Ouro Preto, com título do lote 8, quarteirão 28 da 1ª seção urbana. Em julho desse mesmo ano, consta a aprovação da planta da edificação de Palermo a ser edificada na metade do lote 8 do quarteirão 28 da 1ª seção urbana. Em sociedade com Balthazar Genzoni e Miguel Boffalo, propõe compra do lote 23, quarteirão 18, seção XIII, pedido indeferido. Em 1898, propõe aforar o lote 8, quarteirão 14 da 1ª seção urbana, contíguo a sua casa³⁸. No *Índice de lotes* do APCBH, constam as escrituras de propriedades de Palermo nas seções urbanas I, II e IV: lote 13, quarteirão 29 da I seção urbana; lote 17 quarteirão 23 e lote 5 quarteirão 24 na seção urbana II e lotes 1, 2, 3 e 9 quarteirão 9 e lote 1 quarteirão 1 na seção urbana IV.

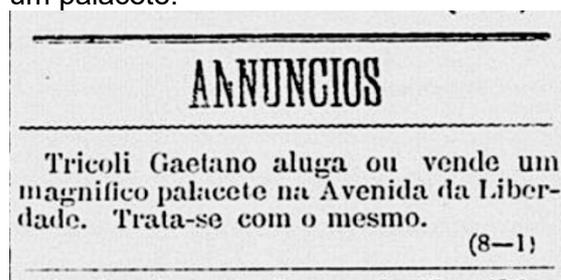
Ainda segundo o relatório da PLAMBEL (1979, p. 8), os muitos “adquirentes iniciais de lotes, tinham interesses puramente comerciais”. Nos periódicos pesquisados verifica-se a diversidade dos engenhos publicitários em que se oferecem lotes, casas construídas para famílias e negócios para venda ou para locação (FIGS. 26-27). A pesquisa revela a disposição de lotes urbanos, de lotes suburbanos, chácaras, palacetes, *chalets*, casa térrea e sobrados oferecidos nos anúncios veiculados oficialmente entre os anos de 1896 e 1899.

FIGURA 26 – Anúncio veiculado no final do século XIX para fins de comercialização de um chalet. Nota-se as referências de localização do arraial.



Fonte: MINAS GERAES, 1898.

FIGURA 27 – Anúncio veiculado no final do século XIX para fins de comercialização de um palacete.



A cidade capital projetada para uma população inicial de 30.000 habitantes a ocupar determinadas seções das zonas urbanas e suburbanas, a capital cresce espalhada e abriga no ano de 1900, 13.472 habitantes; no ano de 1912 a população de 33.822 habitantes, no ano de 1920, são 55.563 habitantes e no ano de 1940, a população é de 211.377 habitantes, sendo 3,3% estrangeiros (PLAMBEL, 1979). No

³⁸ MINAS GERAES, 1898, n.221, p.3.

Officio n. 26 de 23 de Março de 1895, apresentando ao Governo as plantas da cidade, o engenheiro-chefe (REIS, 1895 *apud* SALGUEIRO, 1997) afirma:

o preparo, porém, das ruas, avenidas e praças, deverá ser feito lentamente e à medida que a influência da população o for exigindo, o que poderá ser regulado por meio das concorrências a que terá de ser submettida necessariamente, a venda dos lotes nas diversas secções.

Em decorrência da política de distribuição de lotes, do mercado de terras que se instala na nova capital, a ideia de Reis, de uma paulatina ocupação fica “atropelada” pelo devir. Ratifica-se assim o relatório da PLAMBEL (1979, p. 56): “a desapropriação inicial não considerou o espaço urbano como bem coletivo, mas comercializável. Incentivou, assim, a apropriação e o comércio de terras urbanas”.

No próximo capítulo, a aproximação sobre o *habitar horizontal* se faz pelas fronteiras do público e do privado no contexto das sociabilidades entre a vizinhança e a arquitetura da casa.

3 O HABITAR E A RUA

3.1 O público e o privado e os comportamentos sociais da civilidade no arraial e na capital

A vida privada é essencialmente a vida da casa, a vida em família (LA RONCIÈRE, 2009). Ainda assim, é possível identificar no espaço habitacional as interações entre o privado e o público. Há ambiências da casa de morada e em seu entorno imediato que se configuram como locais públicos e que guardam relacionamento entre o espaço habitacional e a rua. Para dar conta da abrangência das interações público e privado que perpassam gradualmente a casa, o quintal e a vizinhança, admite-se nesta Tese que a casa e seu entorno, entendido como o habitar, são complementares e que há mobilidade nas fronteiras do público e do privado, ou seja, as fronteiras do habitar “aumentam” ou “encolhem” a depender de certas situações cotidianas como se expõe neste capítulo. Esse entendimento está esteado nas importantes discussões sobre o modo de morar e a casa no Brasil constantes nas obras de Gilberto Freyre, Roberto Da Matta e Carlos Nelson Ferreira dos Santos, entre outros.

As relações entre público e privado se destacam na obra de Antoine Proust (2009). Ao discorrer sobre *fronteiras e espaços privados* este não considera a vida privada uma realidade natural existente desde a origem dos tempos, e sim, uma realidade histórica, que se desenvolve de distintas formas em distintos meios sociais. Não há que se pensar em uma vida privada de limites estanques, o que há é um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública. À explanação de Proust se ajusta o pensamento de Corrêa (1986) sobre como a *organização espacial* que é realizada pela sociedade segundo uma lógica que lhe é pertinente. A ideia de “mobilidade” de fronteiras exposta por Proust (2009) é fundamental nessa empreitada, pois está a se observar uma sociedade em movimento sujeita continuamente às experiências da modernização que resulta em permanências e transformações nas interações público e privado no transcorrer do tempo.

De acordo com Giddens (1991, p. 117), “a orientação para o passado que é característica da tradição não difere da perspectiva da modernidade apenas em ser voltada para trás ao invés de para frente”. O autor explica que nem o “passado”, nem o “futuro” são fenômenos discretos apartados do “presente contínuo”, como é o caso da “perspectiva moderna”. “O tempo e o espaço não são as dimensões sem conteúdo que se tornaram com o desenvolvimento da modernidade, mas estão contextualmente implicados na natureza das atividades vividas” (Giddens, 1991, p. 117).

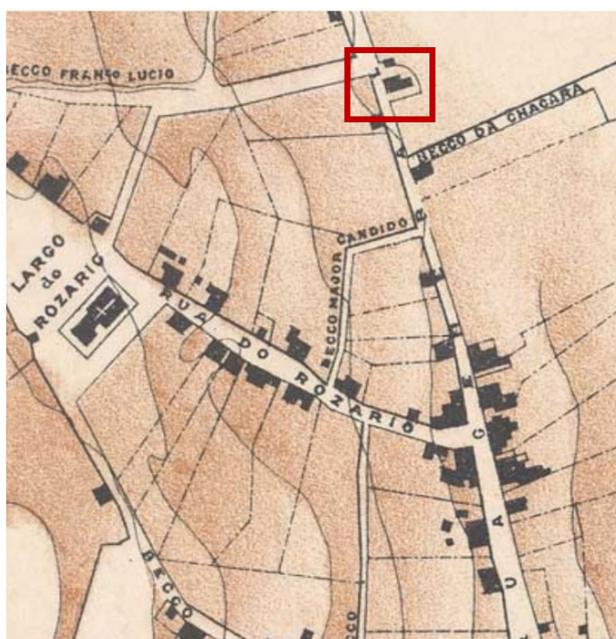
Um primeiro entendimento para a identificação do público e do privado está na obra *Oh de casa!* de Freyre (1979). Esse autor analisa a casa brasileira em sua arquitetura e os vínculos com o familiar e o doméstico. A casa, representa para Freyre (1979, p.41), a "base do supercomplexo biossocial que constitui o ser brasileiro: o homem nacionalmente, teluricamente, expressivamente brasileiro que já tanto se distingue pelos seus modos de falar, de andar, de sorrir (mas) também pela sua maneira de morar, de residir e de estar ou não estar em casa". Entre as argumentações formuladas pelo escritor para o desvelamento das relações da arquitetura, cultura e sociedade, uma em particular interessa a este capítulo: a *supercasa*, compreendida pelo entorno imediato dos limites físicos da edificação que abriga a família. A *supercasa* completa, amplia e integra a residência num todo além do residencial, que deixa de ser privado para ser público, solidário e comunitário.

Nesta pesquisa, identifica-se a *supercasa* nas festas comemoradas no arraial horizontino e evidenciadas por Barreto (1996, p. 210). “[...] em tais dias, após as cavalhadas ou touradas, que sempre as havia, sobretudo nas festas da padroeira, realizavam-se bailes ou teatrinhos de amadores em casas particulares”. Portanto, verifica-se na narrativa de Barreto a existência de um calendário de celebrações religiosas e procissões que propiciam o convívio social e faz a conexão entre “casa e rua” com o sentido “comunitário” defendido por Freyre (1979).

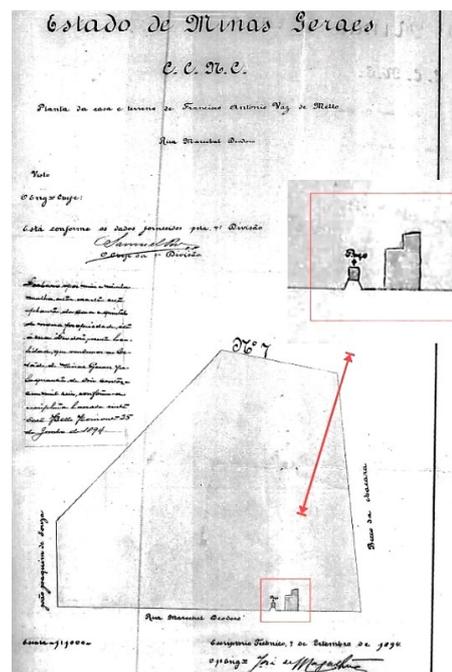
Fonseca (2011) demonstra que nos núcleos de povoações mineiros do século XVIII desenvolvem-se formas de sociabilidade tipicamente urbanas e uma cultura artística e literária. No arraial do Belo Horizonte há três templos religiosos: a Matriz, dedicada à Nossa Senhora da Boa Viagem; uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário e uma pequena capela erguida à Nossa Senhora de Santana. Também, há quatro oratórios ou “passos” dedicados aos ofícios da Semana Santa (BARRETO,

1996). Um desses oratórios (FIG. 28), em geral pequeno cômodo com um pequeno altar, está apontado no documento da CCNC que contém o levantamento de casa e quintal localizado na Rua Marechal Deodoro próximo ao beco que dá acesso à chácara de Guilherme Vaz de Mello, local que abriga o engenheiro-chefe da CCNC.

FIGURA 28 – Localização e planta da casa e terreno de Francisco Antônio Vaz de Mello, 1894. Destaques para a localização do oratório.



Fonte: CCNC, 1894-1895.



Conforme destacado no capítulo anterior, o arraial é sede de uma *freguesia* e, por isso, consoante Marx (1991), é detentor do acesso à necessária assistência religiosa. E mais do que isso, a freguesia possui o reconhecimento como comunidade de fato e direito perante a Igreja oficial, assim sendo, perante o próprio Estado. Além dos moradores disporem dos sacramentos do batismo e do casamento, do amparo aos enfermos e dos sacramentos na morte, também estão aptos às garantias dos registros oficiais de nascimento, de matrimônio e de óbito, com todas as implicações jurídicas e sociais. Para Marx (1991, p.18-19), “não era somente o acesso ao rito litúrgico que propiciasse no cotidiano, nos faustos e infaustos, o conforto espiritual; era também o usufruto da formalidade civil com todo o direito e a segurança que pudesse propiciar”.

Uma efetiva participação da Irmandade do Rosário no Arraial pode ser conferida nos relatos de Padre Dias (1897) e de Barreto (1996); nos documentos do

início do século XIX constantes no notável projeto *Manuscritos*³⁹ da UFMG; no acervo do APM e na constatação da perpetuação das irmandades até os dias atuais registrada em estudos específicos como o de Vilarino (2007) sobre o *congado belo-horizontino*. Sabe-se que a expressão da religiosidade em torno da devoção a um santo pode ser praticada em casa e nas capelas particulares nos oratórios e altares domésticos e na devoção comunitária, em irmandades.

Ishaq (2017) afirma que uma rede de relações sociais se tece por meio das capelas e igrejas com alcance além da participação nos ofícios religiosos. Segundo essa autora, os laços de solidariedade e de auxílio mútuo são fortalecidos pelo pertencimento à congregação de devoção ao santo patrono, e assim, promovem os sepultamentos dignos, os sufrágios às almas dos irmãos falecidos e prestam assistência às suas viúvas e órfãos. Em um dos capítulos do *Compromisso da Irmandade do Rosário* (FIGS. 29 e 30), do ano de 1807, se constata no Arraial do Curral del Rei: “Se algum iramam escravo tiver a vontade de seo senhor para se libertar, e não tendo todo o seo valor, a Irmandade lhe emprestará o resto, dando fiador a contento, e havendo designação de tempo”.

FIGURAS 29 e 30 – “Compromisso da Irmandade dos Irmãos Pretos de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Arraial do Curral del Rey”, 1807.



Fonte: ILUMINART, 200-.

³⁹ O projeto *Manuscritos* se refere à caligrafia e pintura em Manuscritos do século XVIII e compreende um banco de dados e Figuras, resultado de pesquisa desenvolvida desde 2004 com objetivo de localizar, identificar e catalogar manuscritos pintados realizados na América portuguesa entre os séculos XVII e XIX.

No arraial, nos dias de celebração somam-se à rotina da casa as distintas atividades vinculadas à efetivação das festas da Padroeira, do Divino, de Santo Antônio, do Reinado do Rosário e das solenidades da Semana Santa. Padre Dias (1897) fornece uma preciosa descrição dos preparativos das festas que ocupam as ambiências da casa de *gamellas de massas para sequilhos, latas, cestas cheias de ovos, sacas de açúcar, panellas de barro vidradas cheias de verdes e fructas*. Relata Dias (1897, p.51): “logo na primeira sala ou quarto, vistosas peças de panno, fitas, rendas, crochets, canutilho etc., de variegadas côres, para dançantes e corredores cavaleiros”. Na capital, o registro de assuntos relacionados à vida religiosa constantes nos periódicos da época são as quermesses e as saídas da missa. A materialização da modernidade, além do plano da capital como demonstrado no capítulo anterior, está nos corpos dos moradores, na elegância do andar e do vestir⁴⁰ (FIG. 31).

FIGURA 31 – “Em flagrante. Após a missa do dia na Egreja S. José”, 1915.



Fonte: A VIDA DE MINAS, 1915.

Ao analisar a modernidade e modernização, Berman (2007, p. 177) aponta que a obra de Baudelaire: “nos mostra [...] como a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos”. A orientação da educação do corpo é vista como ruptura dos costumes arraigados daí a

⁴⁰ A VIDA DE MINAS, Anno I, nº.2, 15 jan. 1915.

promoção da adequada inserção de seus movimentos nas calçadas, nas praças e nos parques (THOMPSON, 2011). “O corpo vigoroso, ativo, autônomo, é o primeiro sinal de um mundo em estruturação. A figura da elegância, de sobriedade, de comedimento de perfeito autodomínio” (SOARES, 2005, p. 11). Em umas de suas crônicas, Camarate (1894) descreve no arraial um grupo de pessoas que se desloca à uma casa comercial cuja finalidade é a compra de louças para ofertá-las a seus familiares. Consoante o escritor (RIANCHO, 1894, p. 1, 2):

[A]s seis horas da manhã, quando o crepúsculo ainda conserva, em entoações violáceas, as cristas das montanhas, já se encontram senhoras passeando pelas ruas de Bello Horizonte. [...] os encantos do clima, as bellezas da paisagem devem influir um tanto na feição madrugadora das senhoras residentes em Bello Horizonte [...] Ha dias, por volta das seis horas da manhã, vi entrar para uma loja um rancho de senhoras acompanhadas por um cavalheiro. Era o doutor Hermillo Alves e sua família, que procuravam exemplares de celebre louça de Caethé, para os enviar, como recordação, a parentes e amigos de S. João d’Elrey.

A cena descrita por Camarate pode ser associada as figuras do corpo em movimento. O cronista revela a composição do grupo formada pelo engenheiro Hermillo Alves da CCNC e sua família. Apesar da ausência do suporte técnico da infraestrutura de uma cidade moderna, pode-se notar a cena moderna: o grupo vai à rua, ao comércio, e escolhem, de maneira moderna, os artigos que querem comprar. Prossegue Camarate:

[...] A atenção que, desde há muito, presto à bela e característica louça de Caethé, ficou até certo ponto lisonjeada, com ver engenheiro tão eminente e preparado fazer atenção neste produto cerâmico mineiro e tão mal apreciado por mineiros, e observar como uma família, tão habituada às facilidades e luxos de grandes centros civilizados, comprava, com risos de apreço, aquellos trabalhos

exóticos e que exatamente, do seu exotismo, tiram o maior quinhão do seu valor.

Durante quinze ou vinte minutos, houve uma completa *razzia* de louça, na loja do bom e singelo negociante, que nunca esperou, em sua vida, uma tão grande saída daquela especialidade e, demais a mais, provocada por um rancho de moças elegantemente vestidas e calçadas!

Pires e pratos, tigelas e chicaras, e até modelos cerâmicos para as mais arriscadas e espinhosas aplicações, tudo saiu daquela modesta loja, levado ostentadamente em triunfo, e com aquela liberdade e sem cerimônia própria de quem tem a mais absoluta consciência da inteireza dos seus actos (RIANCHO, 1894, p. 1, 2).

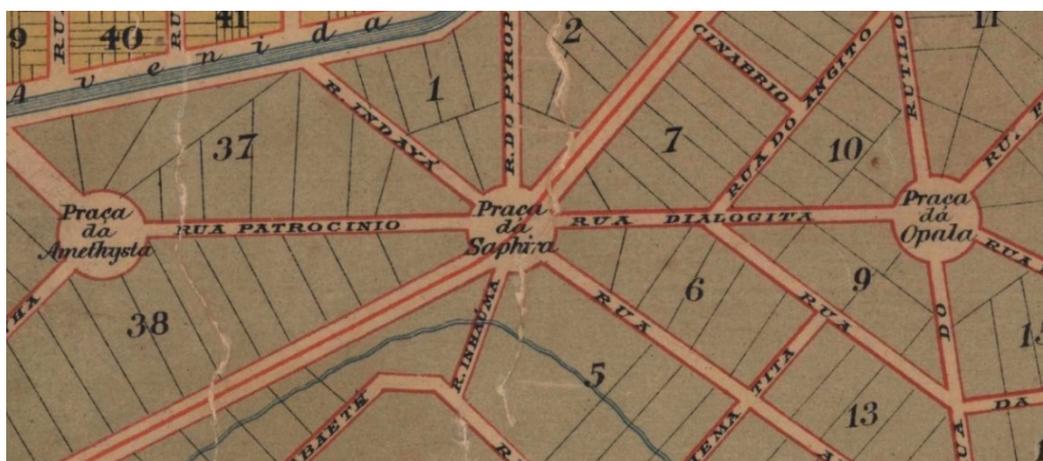
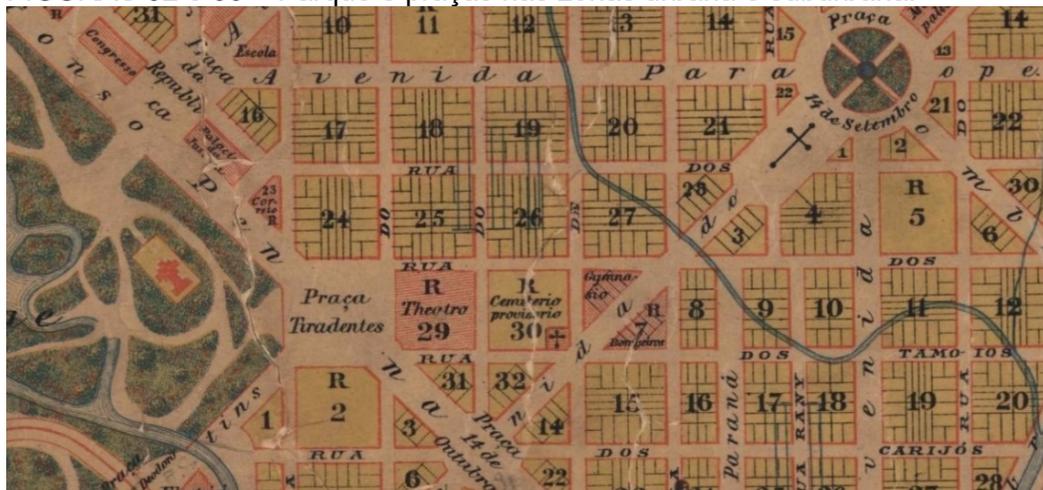
O plano urbanístico para a nova capital concebido sob bases da salubridade, comodidade e embelezamento, deve também tornar moderno o habitante da nova capital. Como exposto no capítulo anterior, a infraestrutura técnica do plano recebe a ação dos agentes modeladores do espaço e suas práticas espaciais. Um dos aspectos do *tornar-se moderno* identificado na pesquisa se refere à apropriação paulatina dos espaços públicos. De maneira gradual, os espaços públicos são incorporados ao uso cotidiano, à medida que se instalam na capital os salões, os cafés, os cinemas e os teatros, pondo em curso a efetivação da cidade moderna.

Para Lemos (2010, p. 53), “os cafés, assim como as confeitarias e salões, conhecidos como Clubes Literários, representam locais onde a impessoalidade do indivíduo moderno cede lugar para uma peculiar interioridade”. Conforme a autora, esses locais geram convivência, sociabilidade e autonomia. Nos registros fotográficos da revista *A Vida de Minas* revela-se a sociabilidade nas saídas das matinés do *Cinema Modelo*. Na avenida Afonso Pena, vê-se de um lado, o vasto *parque* de Aarão Reis, e do outro, o comércio e as atividades de lazer. Por essa avenida extensa e larga e na rua da Bahia desfila o *corso*, o desfile de carros abertos, de camionetas e carros alegóricos no carnaval horizontal. Muzzi (2013) relembra as comemorações dos carnavais em suas memórias da cidade capital nos fins da década de 1940 e 1950: “Na época do carnaval, havia desfiles motorizados em veículos abertos pela avenida Afonso Pena, um belo *boulevard* com altas e frondosas árvores dos dois lados

e os bondes tráfegando pelo meio. Com o passar do tempo, tanto as árvores quanto os bondes desapareceram” (MUZZI, 2013, cap.2).

As praças, os parques e as calçadas também desempenham papel fundamental nas fronteiras do público e do privado. Já no final do século XIX a compreensão da rua e do parque como espaços arborizados está amplamente difundida e são considerados como “pulmões urbanos” não apenas em sua dimensão salubrista, mas por um “suposto caráter cívico” (SEGAWA, 1996). De fato, Tuan (1983) explana que há um contexto global que provoca modificações nas relações com a natureza que ganha contornos de ‘sublime’. Assim, na concepção do plano da cidade capital e nas posturas de ocupação dos lotes urbanos e suburbanos notabiliza-se a introdução da natureza na vida privada e na vida pública. Aarão Reis concebe a cidade articulada a um grande parque central e várias praças são previstas tanto na zona urbana quanto na zona suburbana da cidade (FIGS. 32-33).

FIGURAS 32 e 33 – Parque e praças nas zonas urbana e suburbana.



Fonte: APM, 1895.

Segundo Salgueiro (1997), esse aspecto do plano se impõe pelo interesse na vegetação e em espaços verdes. “As árvores acompanham a perspectiva das ruas e um parque é previsto, situado no sítio mais acidentado, conforme a tradição do pitoresco e a exemplo da Paris haussmanniana” (SALGUEIRO, 1997, p. 160). A respeito da vegetação no plano da capital, o engenheiro da CCNC assim se expressa:

Cortado o arraial de ribeirões e outros pequenos veios d'agua crystalina e pura, facilita esta abundancia o abastecimento da nova capital, e embellestará as futuras construcções entremeando a cidade de parques e jardins, onde as fontes e os repuchos dêem donaires, bellezas e frescura que só a peso de ouro se conseguem em outras localidades, garantindo ao mesmo tempo na abundante vegetação, tão recommendada á salubridade, quanto própria ao enfeite e ornamento (NUNES, 1895, p. 13).

Ao pensamento da CCNC associa-se a análise de Berman (2007) a respeito do significado dos bulevares de Paris na revolução da vida urbana. “[O]s novos bulevares permitiram ao tráfego fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta, de um extremo ao outro, um empreendimento quixotesco e virtualmente inimaginável até então” (BERMAN, 2007, p. 180).

Na fotografia da CCNC, os gestos e posturas modernos, adaptados às experiências de modernização de outros locais, são praticados na caminhada sob guarda-sóis à saída da chácara em que se instala o engenheiro chefe Aarão Reis e sua família (FIG. 34). Segundo Corbin (1987), o aroma das plantas desperta os sentidos e anima as emoções e assim, os exercidos praticados nos passeios pelo campo e na caminhada ao ar livre, entre outras atividades, estimulam corpo e mente.

Segawa (2005) ao estudar sobre os jardins no século XVIII revela que ao se adentrar um jardim público, implica o “aceite silencioso” das normas de comportamento social. “Um dos aspectos marcantes no ambiente dos jardins era a germinação da ideia do silêncio em público” (SEGAWA, 2005, p. 46). No decorrer do século XIX a gradual intensificação dos comércios e serviços como confeitarias, os cafés, livrarias e casas de moda favorecem a consolidação do *footing* e das *promenade*, hábitos estrangeiros incorporados ao dia a dia da nova capital.

FIGURA 34 – O caminhar sob guarda-sóis, saída da chácara em direção ao Arraial.



Fonte: CCNC, 1894.

A perspectiva do movimento, conforme exposto no capítulo anterior, desencadeada pelos estudos de William Harvey, no século XVII, sobre a circulação sanguínea, se aplica à estrutura social em múltiplas dimensões da vida quotidiana: na propriedade privada, no consumo, na arquitetura da casa e na prática de esportes. O próprio corpo, suporte da mudança social e cultural, se adequa aos novos costumes do caminhar, da postura corporal e do vestir. Conforme Melo e Peres (2006), no século XIX, as atividades físicas inicialmente vinculadas aos jogos, dialogam com a higiene e a regeneração física são identificados como símbolos da modernidade. Soares (2005) assinala o grande fascínio que o circo exerce sobre a sociedade europeia durante o século XIX. O corpo como o centro do espetáculo circense se reflete na pintura de tantos pintores como Georges-Pierre Seurat, Edgar Degas e Pierre-Auguste Renoir. Além disso, a ginástica ganha espaço como forma específica de treinamento do corpo e correspondente ao novo homem do século XIX.

É nessa direção o relato de Barreto sobre a circulação pelo arraial da primeira bicicleta, pertencente ao engenheiro da CCNC, Fernando Esquerdo. “Montado na sua bela e admirada máquina ‘Cleveland’, aí por voltas de 1896, ele, franzino, trajado sempre de branco e de botas, percorrendo os serviços a seu Cargo” (BARRETO, 1945, p.92). Formado assim o *Velo Clube* (FIG. 35), Barreto relata que o prefeito Adalberto Ferraz instrui a execução de uma arquibancada no parque municipal que viabilize aos familiares assistirem aos eventos realizados. As corridas são sempre agendadas às quintas-feiras e domingos à tarde tendo em vista a “iluminação da pista era deficientíssima”. As práticas do *footing* e da *promenade* se destacam no relato de Barreto (1945, p. 92): “antes das corridas, passeavam pelos arruamentos do Parque, em charretes e carros de praça ou a pé”.

FIGURA 35 – “Pronto para partir um grupo de corredores, no Parque, nos primeiros dias da cidade”.



Fonte: ALTEROSA, 1945.

É importante observar que o “tempo da festa” incorpora não somente os dias em que efetivamente ocorrem os festejos. Também os dias antecedentes e os dias posteriores à realização da celebração ganham notoriedade nas atividades que envolvem as preparações. Como apontado por Da Matta (1997), os rituais possuem caráter extraordinários, ou seja, escapam o habitual do cotidiano, ainda que o dia a dia seja ele mesmo repleto de comportamentos ritualizados.

Nesse sentido, esse autor assinala que os eventos que criam uma outra atmosfera que não a do tempo comum das tarefas domésticas e demais atividades da esfera do trabalho e criam “o tempo do ritual”. Esse tempo compreende as atividades preparatórias que antecedem a festa e, logo nos dias a seguir da celebração, envolvem as atividades e afazeres para a retomada do aspecto e da utilização quotidianos. No contexto do *tempo do ritual* e do *tempo da festa*, La Roncière (2009) ao tratar da vida privada na Renascença, esclarece que o limiar do grupo privado não coincide naturalmente com o do lar. Na cidade e no campo, cada um tem tios, primos, enfim, parentes passíveis de compartilhar à sua maneira a intimidade dos membros de um mesmo lar” (LA RONCIÈRE, 2009, p.170). É nessa direção a narrativa de Barreto (1996) sobre o comparecimento ao arraial de familiares e amigos vindos “a cavalo ou em carros de bois ou a pé”, nos dias que antecedem as celebrações, trazendo os gêneros e os utensílios necessários à hospedagem em casas alugadas ou próprias ou em casas de parentes e amigos.

Outra celebração que aparece nos periódicos das primeiras décadas da nova capital são os “enlaces”. Assim se observa a participação do “consórcio” realizado no

Arraial do Belo Horizonte em fevereiro do ano de 1893 e publicizado no periódico sabaraense *O contemporâneo: casamento do sr. Eduardo Eduards, honrado negociante [...] e d. Petrina Maria de Mello, digna professora d'instrução primária [...] agradecendo a comunicação desse consorcio, desejamos aos noivos toda a sorte de felicidades*. De acordo com Campos (2010, p. 193), “ao se publicizar a cerimônia acertada no privado, os nubentes não apenas no curso do simbólico, mas também nas experiências práticas da vida declaravam diante da sociedade o desejo de legalizar a convivência até que a morte os separasse”.

Os ritos do casamento estão presentes nas memórias de Martins (2013). A autora relata a persistência dessa celebração em sua família em tempos distintos. As cerimônias são realizadas no ambiente doméstico tanto no casamento dos seus pais da autora em 1909, quanto no de sua irmã, no ano de 1932. Assim relata Martins (2013, p. 19): “Como era de praxe na época, a cerimônia foi realizada na casa de vovó, com tudo supervisionado por Tia Neneca, que era a ‘chique’ da família, pois tinha um filho diplomata e ia, de vez em quando, à Europa”.

A celebração do casamento também povoa as memórias familiares de Nava (2012) que participa da festa em meados da década de 1910 “por liberação em caráter extraordinário do colégio Anglo em Belo Horizonte”. Em suas palavras (NAVA, 2012, cap.2): “Lembro a sensacional [saída] que me coube para ir ao casamento do Nelo. A cerimônia foi no chalé onde iam morar os nubentes, pintado de novo, paredes verdes, janelas brancas, ficava à esquina de Januária com Pouso Alegre”. O escritor prossegue: “Guardei viva a lembrança da noiva envolta numa nuvem de gaze e toucada de flores de laranjeira feitas com pelica; do noivo, de fraque [...] do cortejo de carruagens, capotas arriadas, seguindo para a igreja”.

Um ponto importante no relato de Nava é que a cerimônia se realiza não na casa de familiares, mas já na própria casa dos noivos, ou seja, soma-se aos festejos a apresentação da nova casa à sociedade. O compartilhamento e a celebração de alguns casamentos na cidade capital estão registrados nos periódicos que circulam na capital⁴¹ tal como o selecionado a seguir (FIG. 36) em que se observa os noivos e convidados em frente a uma casa; possivelmente, o local da realização da cerimônia

⁴¹ Revista Vita, Anno I, n.5, jul. 1914.

de casamento e das festividades. Antes dos salões especializados nas recepções das bodas, é na casa que o casamento se torna público.

FIGURA 36 – A casa “ampliada” compartilha o enlace.



Fonte: VITA, 1914⁴².

Lynn Hunt (2009) ao tratar da *revolução francesa e vida privada* assevera que no Antigo Regime, o casamento consiste na troca do ‘sim’ e o padre desempenha apenas o papel de testemunha desse mútuo consentimento. É no final do século XVIII que o casamento é secularizado e sua legitimidade é vinculada à presença de um funcionário municipal. Nas palavras de Hunt (2009, p.31): “desse momento em diante, a autoridade pública assumiu uma participação ativa na formação da família”. No Brasil, com a edição do Decreto nº. 181 no ano de 1890 o Estado Republicano aprova a secularização do casamento, sendo estabelecido na Constituição de 1891: a *República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita*. No Código Civil de 1916 determina-se a habilitação para a celebração do casamento perante o oficial do registro civil que emite a certidão de registro do casamento.

Nas recordações de Nava (2012, cap.2, posição 3543): “a mesa fabulosa cheia dos perus, dos leitões, dos doces”. Nessa lembrança do escritor expressam-se os preparativos que antecedem o dia da festa. A escolha da moradia futura do casal e os preparativos do enxoval pela família da noiva têm como ponto inicial o estabelecimento do noivado. Martins (2013) revela que os preparativos do enxoval do casamento de sua irmã na década de 1930 são inaugurados quando seu pai procede

⁴² Revista Vita, Anno I, n.14, jul. 1914.

a compra de uma “partida de linho belga”, que compreende um conjunto de peças de tecidos de linha branco. O conjunto de peças gera a mobilização das bordadeiras da família para a execução do enxoval da noiva. Martins (2013, p. 96) complementa: “eram quatro gerações bordando: minha bisavó, vovó, mamãe e Santuzza”. Após o relato do casamento de seus pais realizado em casa, Martins conta que o casamento de sua irmã, realizado no ano de 1932, também se realiza em casa, no ambiente doméstico. Martins (2013, p. 98) conta: “como se usava na ocasião, a cerimônia foi realizada na casa do papai, onde arrumaram um altar. Nessa época ninguém se casava em igreja”.

Outro aspecto a ser destacado a respeito do público e do privado dos eventos sociais que se desenrolam no interior da casa e em seu entorno imediato, correspondendo ao quintal da casa, são as cerimônias de chá e encontros de café. Santos (1985) afirma que os quintais podem se transformar em “uma sala informal”. Nota-se que algumas ambiências dedicadas à família, às crianças e aos trabalhos domésticos como o quintal, por vezes, se transformam em ambiências de recepção, locais de sociabilidade. Pode-se verificar o registro de um café nessa “sala informal” na fotografia do ano de 1915 (FIG. 37).

FIGURA 37 – Café no quintal.



Fonte: A VIDA DE MINAS, 1915⁴³.

Segundo DeJean (2012), a vivência da “informalidade” está alinhada ao morar moderno que se caracteriza pelos valores do conforto, da intimidade e da

⁴³ Revista Vida de Minas, número 02, Agosto de 1915.

informalidade (DEJEAN, 2012). Cabe assinalar que em meados do século XIX, o café é a bebida predileta dos brasileiros (FRIEIRO, 1966). Na casa mineira, segundo Frieiro (1966, p. 73), “não se deixa sair o visitante sem que lhe ofereçam uma xícara de café – elo de cordialidade e convivência social. A recusa pode ser interpretada como desfeita aos donos da casa”.

Ao longo do século XIX e especialmente na primeira metade do século XX, há publicações sucessivas de manuais de *saber-viver*, de boas maneiras ou de bom-tom que disseminam as regras gerais de higiene individual, das maneiras de comer, de se portar e de vestir. É importante destacar que as regras de comportamento, como ensina Rybczynski (2002), têm origens nas normas de higiênicas estabelecidas nos mosteiros desde o século VI e nos manuais que se publicam desde o século XVI na Europa. Schwarcz (1997) afirma que *O Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, obra do cônego J. Roquete, publicado em Portugal, em 1845, tem o propósito de ensinar o ritual do cotidiano de maneira didática para que ele se interiorize e pareça cada vez mais ‘natural’. Depreende-se que os eventos sociais gradativamente incorporados ao cotidiano da casa são constituídos por uma série de regras e códigos de comportamento que põe em evidência o grau de educação e o domínio dos protocolos da etiqueta. Dentre os eventos na cidade capital destaca-se o encontro registrado em 1913 que expõe a prática da cerimônia e a etiqueta do “chá das 5” (FIGS. 38 e 39).

FIGURAS 38 e 39 – *Chá das 5* no palacete Afonso Pena, 1913.



Fonte: VITA, 1913.⁴⁴

⁴⁴ Revista Vita, Anno I, n.5, novembro de 1913.

Friero conta que o chá da Índia é inserido no Jardim Botânico de Ouro Preto em 1825 e não significa ameaça ao café. Segundo esse autor, (FRIEIRO, 1966) em análise ao relato de Rodrigues Wash a respeito de uma senhora moradora das imediações de Ouro Preto que desconhece o *chá* e o considera como remédio, sendo conhecido pelos mineiros como qualquer *infusão* ou *tisana*. “[T]rês tipos de chá são o que mais aprecia como bebida alimentícia: o chá de congonha, o chá verde ou preto da Índia e o chá de folha de laranja, todos os três também usados como remédio” (FRIEIRO, 1966, p.73).

Em crônica de 1908⁴⁵, João do Rio (2015) explana a “transformação súbita” operada pelo *chá e as visitas* impondo-se como hábito social. “[N]o Chá e nas Visitas é que está toda a revolução dos costumes sociais da cidade neste interessantíssimo começo do século” (JOÃO..., 2015, p. 125). O cronista arremata: “Há dez anos o Rio não tomava chá senão à noite, com torradas, em casa das famílias burguesas [...] o chá estava apenas à espera das avenidas para se apossar do carioca” (JOÃO DO RIO, 2015, p. 125). Na publicação *O lar doméstico* do ano de 1902, Cleser ao tratar da organização de um banquete a ser realizado em casa ensina como deve ser a condução do convite aos convidados. Pode-se ver importância do *convite* que corresponde à formalização da permissão do acesso à esfera privada. Segundo Cleser (1902, p. 197-198):

Para um banquete os donos da casa farão os convites de oito a doze dias de antecedência, verbalmente ou por escripto. [...] os convidados devem chegar poucos minutos antes do jantar, a pontualidade é de rigor. Chegar tarde, por conseguinte fazer esperar, é faltar às regras do bom tom.

Nas figuras 38 e 39 nota-se que o chá está servido no alpendre da casa, elemento localizado junto ao jardim e que faz a conexão entre a arquitetura da casa, o comportamento social e cultural e as fronteiras do público e do privado, assunto que se trata a seguir.

⁴⁵ Crônica de João do Rio publicada no jornal *A Notícia* em 2 de abril de 1908 *O chá e as visitas*.

3.2 O público e o privado e as materializações da civilidade

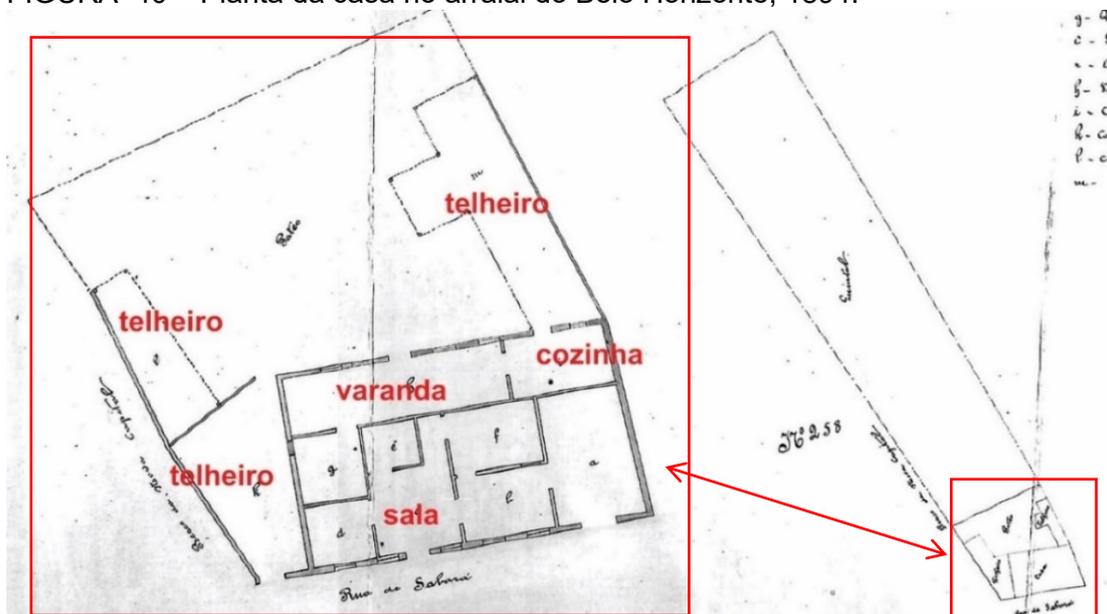
É pertinente acompanhar na arquitetura da casa o movimento da localização do conjunto das ambiências 'varanda/alpendre, sala e cozinha'. Na representação das casas do arraial, as ambiências varanda e cozinha estão localizadas nos fundos da edificação. Nas plantas arquitetônicas das casas da capital percebe-se a movimentação da varanda para a frente da casa e, gradualmente, muda de designação para *sala de jantar*. Para essa demonstração evidenciam-se quatro projetos de casas, uma casa no arraial (FIG. 40) e três casas projetadas para a capital com as datas de projetos dos anos de 1897, 1902 e 1910 (FIGS. 41 a 43). Ressalta-se que os projetos arquitetônicos da capital apresentados a seguir compreendem distintos projetos aprovados em lotes distintos, portanto, essa análise não se trata da mesma casa e que, porventura, tem seu projeto modificado de tempos em tempos.

Na casa térrea urbana do arraial, varanda e cozinha estão localizadas nos fundos da edificação (FIG. 40). Na planta elaborada pela CCNC, há um cômodo que acessa a varanda. O acesso à moradia é realizado diretamente na via pública. No quintal, estão indicados dois telheiros. Provavelmente o telheiro localizado contíguo à cozinha corresponda à "cozinha suja" da casa. Cabe aqui recordar os ensinamentos de Lemos (1993) sobre distinções entre alpendres e varandas na casa brasileira. O alpendre qualifica, para Lemos (1993, p. 98), "a cobertura situada fora do perímetro das paredes mestras de uma construção". Dessa forma, o alpendre pode "ser um mero prolongamento do telhado principal, apoiado em sua extremidade inferior por colunas equidistante ou pode ser, também, outra cobertura, situado abaixo do beiral do dito telhado principal". Já a *varanda* é um "refrescante local de lazer, de estar" da família, seja alpendrada ou não.

No projeto do ano de 1897 (FIG. 41) o acesso à casa não é mais realizado diretamente pela via pública. Há uma pequena entrada lateral que acessa uma "sala de visitas". Um pequeno corredor conecta essa ambiência à "sala de jantar", que está locada nos fundos da casa "com o olhar para o quintal". Nota-se que há "cômodos encarreirados" e, ao final da edificação, posiciona-se uma circulação, nessa planta designada por "varanda". Por essa circulação acessa-se a cozinha e o banheiro e uma pequena escada aí posicionada que acessa o quintal. Veja-se que, ainda não há a

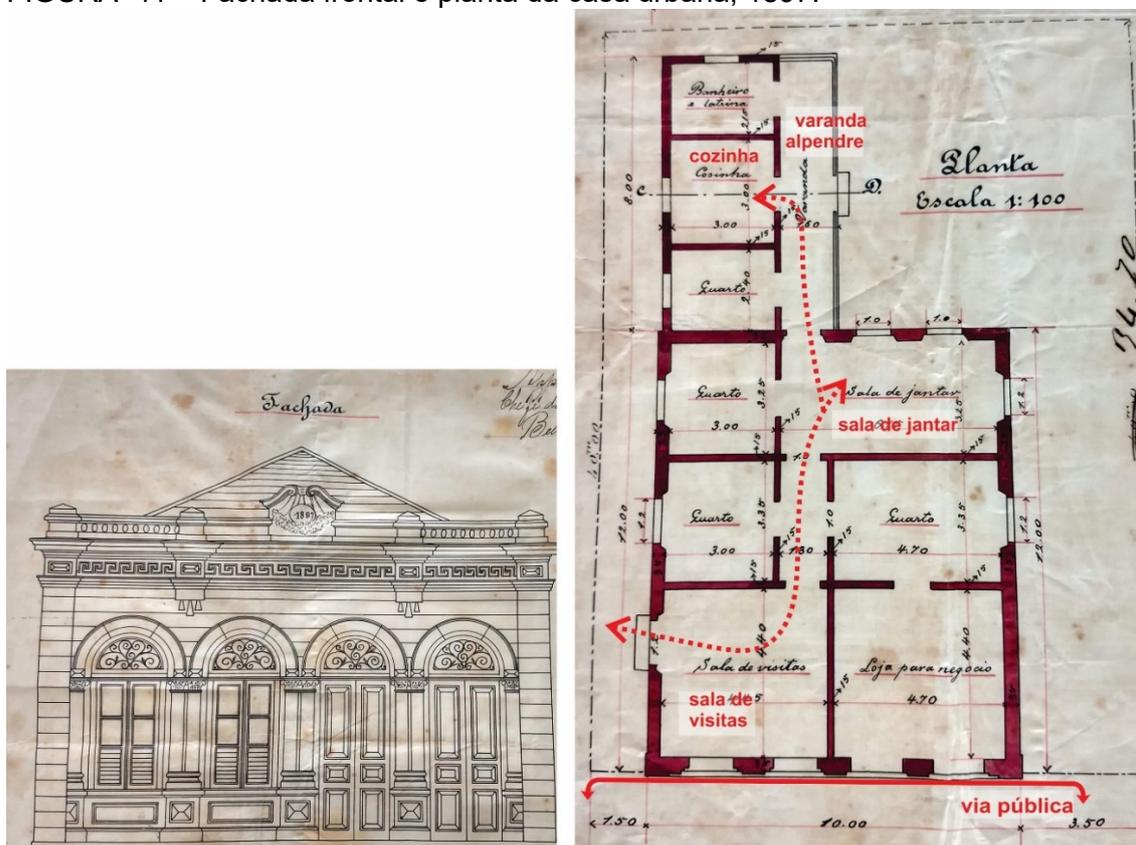
inserção do alpendre lateral conforme a representação da fachada principal, elemento que caracteriza a casa urbana no fim do século XIX e início do século XX.

FIGURA 40 – Planta da casa no arraial do Belo Horizonte, 1894.



Fonte: CCNC, 1894.

FIGURA 41 – Fachada frontal e planta da casa urbana, 1897.



Fonte: APCBH/SMARU, 1897.

Lemos (1999) na importante obra *A República ensina a morar* explicita que essa maneira de morar se instala na cidade de São Paulo sendo denominada *morar a francesa*. Esse *morar* se dissemina na arquitetura da casa apoiado pelos aspectos de salubridade e da higiene e difunde-se sob a designação *palacete*. O *morar à francesa*, para Lemos (1999, p. 14):

[...] era a sujeição à planta do palacete eclético introduzido em São Paulo pelos arquitetos de fora e, sobretudo, pela insistência à “modernidade” do grande formador de opiniões que foi Ramos de Azevedo, portador de diploma de arquiteto conquistado brilhantemente na Universidade de Gand, Bélgica. A principal característica do palacete eclético era o afastamento, mesmo que parcial, das divisas do lote e do alinhamento da rua. Com isso, poderia ter ar e luz diretos em todos os cômodos. Sua planta distinguia-se pela independência entre as zonas de estar veículo repouso e serviço da moradia: ia se Dilma a outra sem a obrigação de cruzar a terceira.

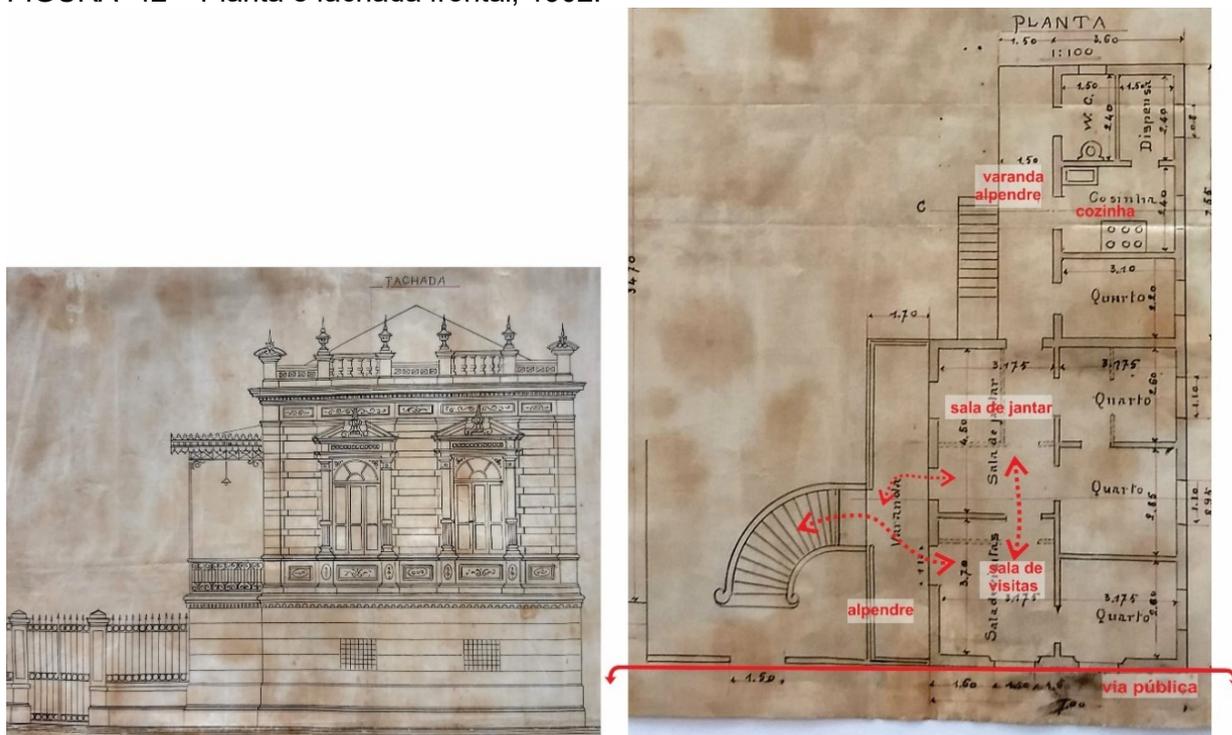
De maneira gradual, os cômodos destinados à recepção do público são posicionados contíguos à entrada da casa como se vê nos projetos dos anos de 1902 e de 1910 (FIGS. 42 e 43). As salas de visitas e de jantar são posicionadas juntos a alpendres e varandas ou diretamente abertas para o jardim conformando uma *zona de recepção da casa*. Observa-se que a concepção e a execução da arquitetura da casa absorvem as normas de comportamento social e de higiene sob a forma de parâmetros urbanísticos de afastamentos frontais e laterais e coeficientes de permeabilidade. Nos projetos das casas datados de 1902 e 1910 (FIGS. 42 e 43) persiste a fachada frontal sem recuo, alinhada à via de circulação. O porão alto se estabelece realizando também a separação entre casa e rua, público e privado.

Na planta residencial datada do ano de 1902 (FIG. 42) o acesso à casa ocorre por um gradil que faz o cercamento do lote. Surge o alpendre lateral. O significativo depoimento de Pereira em seu livro sobre o bairro *Carlos Prates* aponta os limites das fronteiras do público e do privado na casa de seus pais. Segundo Pereira (2009, p. 25): “como os alpendres não ficam dentro da casa, as pessoas conhecidas passavam e não – e não eram poucas – sentiam-se à vontade para cruzar o portão, subir uns

poucos degraus e prosear com papai”. E prossegue: “Já para a mãe, alpendre era casa sim. Se a conversa passasse de 5 minutos, lá vinha ela com a quitanda do dia: um pedaço de broa de fubá, uma brevidade e principalmente o campeão de todas, o biscoito de polvilho”.

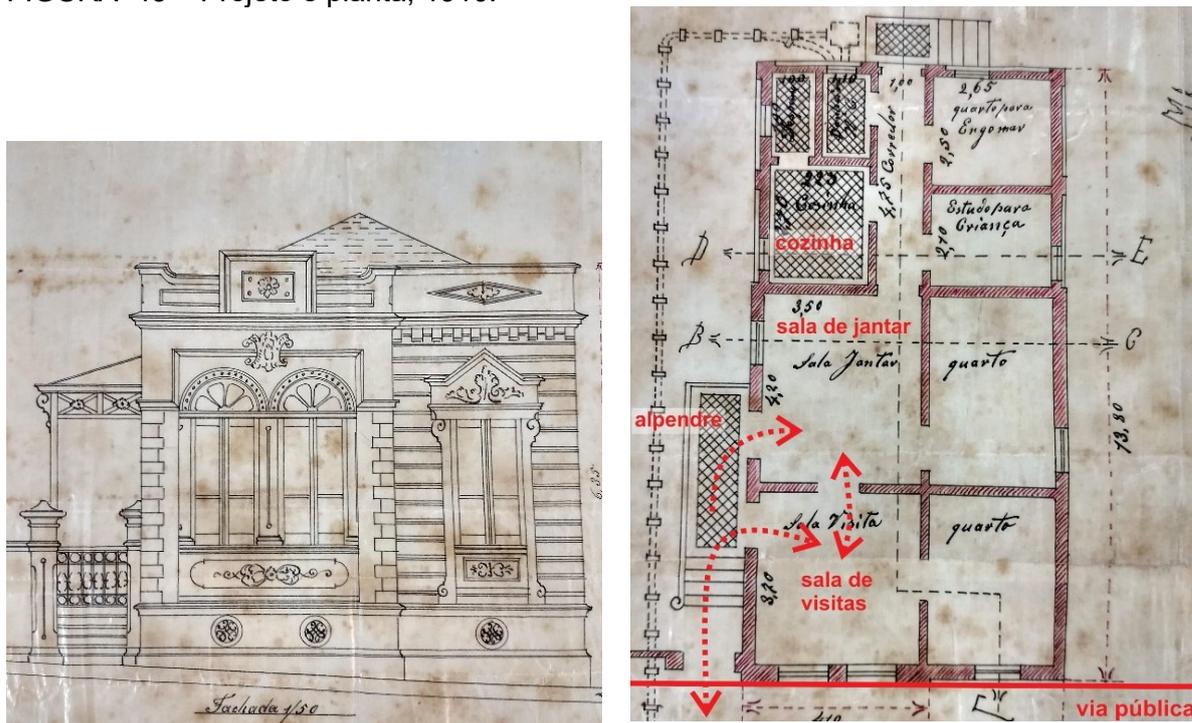
Alpendres, varandas e gradis são, portanto, elementos modernizadores que contribuem para a distinção entre a rua, pública, o privado, garantindo o resguardo da vida familiar. Cabe observar os elementos ainda persistentes nos projetos pesquisados: os cômodos designados “quartos” em todas essas casas ainda têm abertura para as salas e o banheiro ainda se localiza aos fundos da edificação, composições que se modificam posteriormente na arquitetura da casa. O auge do conforto ocorre quando aos quartos da casa são conjugados aos banheiros (DEJEAN, 2012.). Ao alinhamento e ao nivelamento do lote estão vinculadas a distinção da propriedade privada que ocorre na arquitetura da casa pelo “recolhimento” da porta principal da casa, deslocada para o interior do lote e localizada na lateral da casa de maneira a evidenciar o caráter restrito da residência como se nota no registro fotográfico do acervo do APM (FIG. 44).

FIGURA 42 – Planta e fachada frontal, 1902.



Fonte: APCBH/SMARU, 1902.

FIGURA 43 – Projeto e planta, 1910.



Fonte: APCBH/SMARU, 1910.

FIGURA 44 - Fronteiras: residência alinhada a via pública com acesso lateral por jardim e alpendre, 1911. Título: Vista parcial de uma residência em Belo Horizonte. Notação: SA-1-001(156).



Fonte: APM, 1911.

O alpendre, elemento de fronteira do público e do privado, localizado junto ao jardim lateral se destina a receber as visitas para o *chá das 5* e para a conversa com café ao fim da tarde. Essa configuração demonstra que as concepções da arquitetura da casa adotam progressivamente a *fluidez* e a *qualidade atmosférica*, características

específicas da *vida moderna* identificadas por Berman (2007). Essas duas características, segundo esse autor, “se tornarão atributos fundamentais na pintura, na arquitetura e no design, na música e na literatura modernistas, autoconscientes que emergirão no fim do século XIX” (BERMAN, 2007, p. 173).

Conforme Mota (2011), é a partir do século XVII que se cria a conjuntura que encaminha à definição de limites dentro e fora da casa. Para a burguesia, segundo esse autor, “o espaço doméstico torna-se um espaço crescentemente fetichizado, um espaço que adquire propriedades quase mágicas [...]” (MOTA, 2011, p. 521). Para Mota, a transição entre as esfera do público e do privado corresponde a um dos domínios mais sensíveis no fetichismo do espaço doméstico burguês.

A entrada principal é, segundo Reis Filho (1978, p. 171), “deslocada para a lateral, passando pelos jardins, que recebiam, por isso, um tratamento formal, inspirado em modelos franceses e eram protegidos do exterior, muito solenemente, por grades e portas de ferro”. Esses jardins repletos de paisagismo floral e arbustos, são organizados por “canteiros de perfeitos traçados geométricos” protegidos por muretas (REIS FILHO, 1978). Esses jardins laterais, gradualmente, se expandem para a área fronteira da casa e, assim, a edificação, antes alinhada a via pública, aumenta sua área de transição do público e privado com o recuo frontal (FIG. 45).

FIGURA 45- Fronteiras: residência recuada em relação a testada do lote [1900-1934].



Fonte: APM, 1930-1934.

Ainda a respeito das fronteiras estabelecidas na arquitetura da casa, Freyre (1979) assinala que também o luto se expande para as portas e as janelas frontais da

casa compartilhando à vizinhança os sentimentos da família. Também Santos (1985) destaca a existência de gradações de acesso público à casa. Esse autor aponta a existência de uma variedade de significados que janelas e portas possuem para a comunicação com a rua, “sem que para isso se tenha que abrir a porta de casa”. As janelas, segundo Santos (1985, p.54), são dedicadas “à observação do que se passa, as mães acompanham a brincadeira das crianças nas calçadas e no leito da rua”.

Assim, se vê na fotografia constante na obra de Barreto (1996), que registra a moradora da casa, que parece ter vindo à janela acompanhar o trabalho do fotógrafo (FIG. 46). Já as portas, Santos as considera (1985) como o lugar de sentar-se para ver a rua, de reunir-se para a conversa, de atender pessoas e mais que tudo, é o limiar da casa. Para Santos (1985, p.54): “um lugar privilegiado para os ritos de incorporação ou separação [...] em última análise, é principalmente através das portas que o espaço da casa extravasa para a rua”.

FIGURA 46 – Fronteiras: a janela e a comunicação com a rua no Arraial do Belo Horizonte.



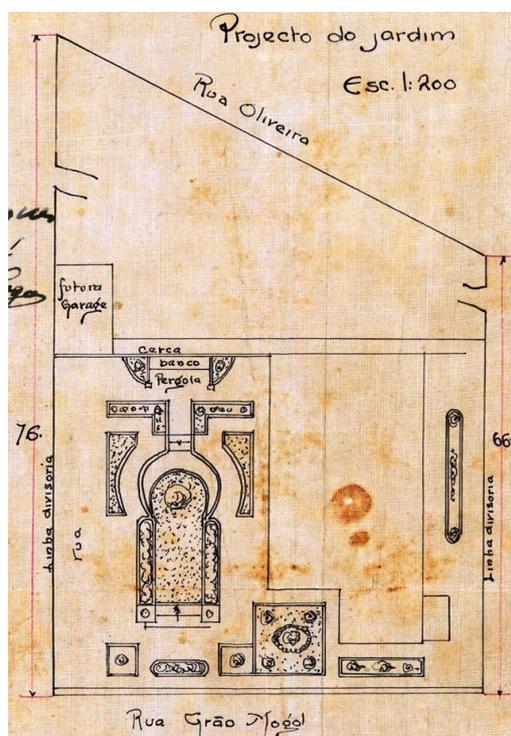
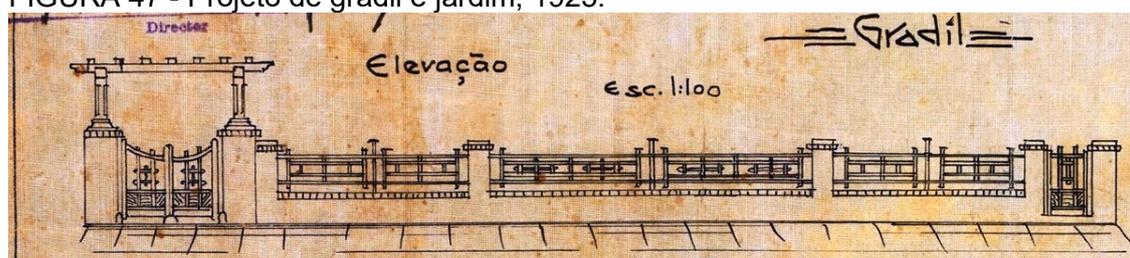
Fonte: BARRETO, 1996.

Na análise dos projetos arquitetônicos evidenciam-se os distintos detalhes dos elementos que conferem os limites entre o privado e o público: são gradis, muros e cercas (FIG. 47). Além dessas delimitações, destacam-se as inscrições de datas e monogramas nas fachadas e gradis (FIGS. 47 a 51), indicativos de comunicação com o mundo exterior. Na pesquisa sobre as grades ornamentais em Belo Horizonte,

Goulart realiza um notável levantamento desses elementos de fronteira. Esses elementos refletem, segundo Goulart (2020, p.115): “o modo com que as casas conversam com o bairro e se vestem para a rua; a estabelecer os lugares em que se traduz a fronteira entre o público e o privado”.

O projeto de “gradil e jardim” do ano de 1925 (FIG. 47) para o lote 5 do 10º quarteirão da 2ª seção suburbana. Apesar de a data do projeto localizar-se fora do recorte desta pesquisa considera-se o conteúdo válido para o registro de um projeto específico para a delimitação da propriedade e do jardim que abrange a lateral e a frente do lote. Destaca-se a inserção da “garagem” a acolher o carro, novo elemento que se incorpora ao programa da casa.

FIGURA 47 - Projeto de gradil e jardim, 1925.



Fonte: APCBH/SMARU, 1925.

A pesquisa revela a constância das inscrições das datas da construção como se observa no registro fotográfico do Museu Abílio Barreto, sem data. A casa de residência traz a inscrição da data '1898' na fachada frontal. A casa implantada alinhada junto a via pública possui acessos por jardim lateral e alpendre. O automóvel anuncia os novos tempos da cidade capital rumo à metropolização (FIG.48).

FIGURA 48 - Nas fronteiras: casa alinhada à via pública com acesso lateral. O alpendre com pinturas parietais. No detalhe a inscrição da data da construção que se perpetua.



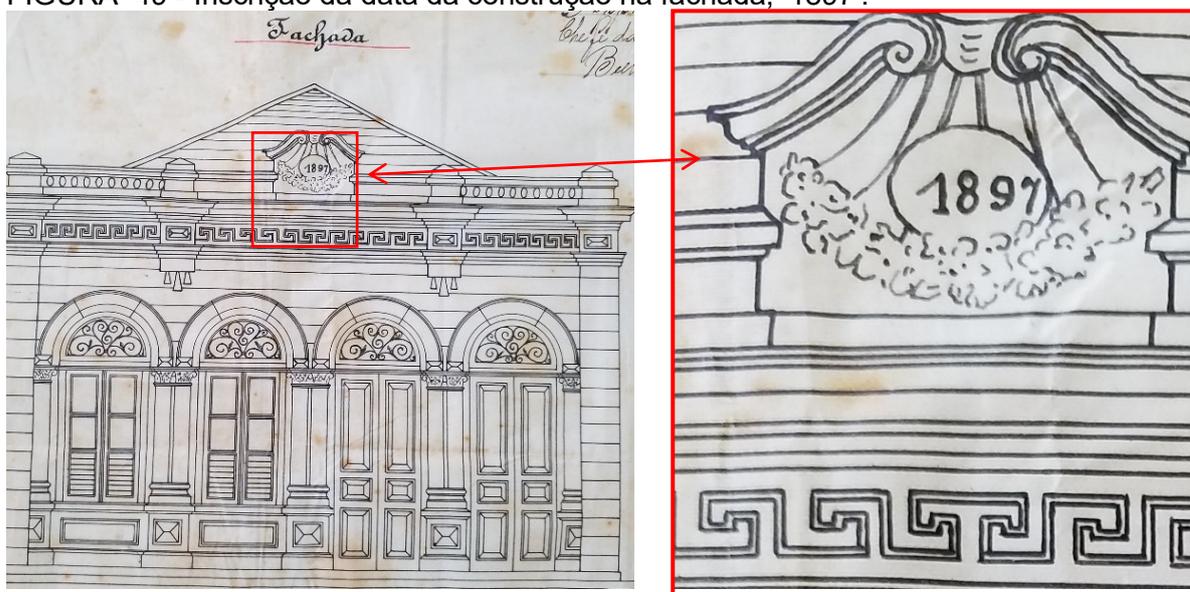
Fonte: MHAB, sem data.

Assim também se constata nos projetos arquitetônicos analisados as inserções das datas de construção, como na fachada da residência com a inscrição '1897' (FIG. 49). Também são frequentes as inserções das letras iniciais do proprietário, como se observa na fachada de uma residência as letras iniciais "ASP" do proprietário Augusto

de Souza Pinto (FIG.50). Essas inscrições realçam as fronteiras da casa e conferem o *status* de “proprietário” e “propriedade” aos imóveis.

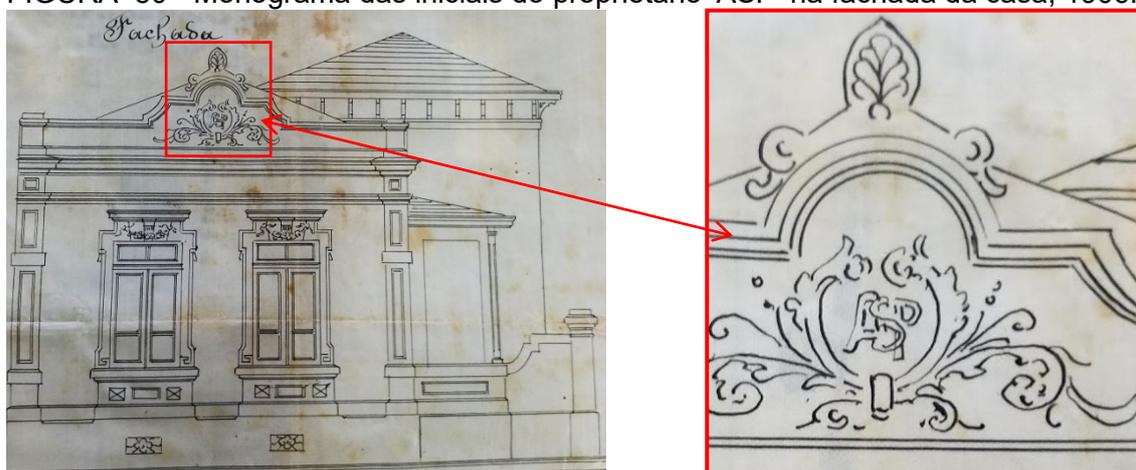
A respeito das residências rurais paulistas, Saia (1944) aponta a existência de inscrições das datas de construção nos portais dessas casas. Para Saia (1944, p. 242), “as residências do fim do século XVII e do século XVIII adotaram o costume de inscrever a data da construção na verga da porta principal”. Apesar desse autor não apresentar uma justificativa para a realização dessas inscrições, pode-se apontar uma intenção de “aprisionamento do tempo” registrado para se perpetuar na materialidade da edificação além de estabelecer o *status* de “proprietário”, que na composição da fachada frontal são traduzidos na aplicação de datações e de monogramas.

FIGURA 49 - Inscrição da data da construção na fachada, '1897'.



Fonte: APCBH/SMARU, 1897.

FIGURA 50 - Monograma das iniciais do proprietário 'ASP' na fachada da casa, 1906.

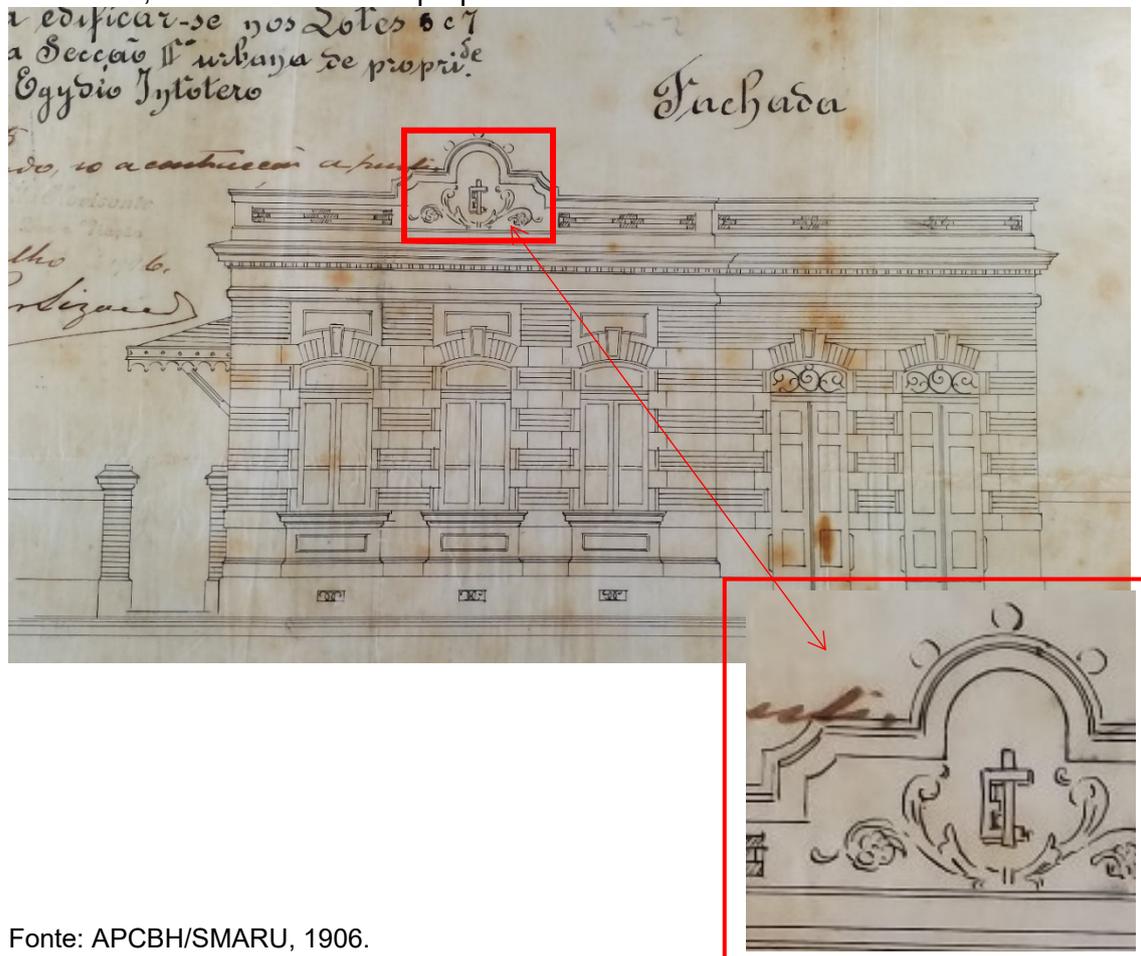


Fonte: APCBH/ SMARU, 1906.

A inserção das inscrições nas fachadas frontais das edificações com vistas à demarcação da propriedade relaciona-se diretamente com a casa urbana dos burgueses. Rybczynski (2002) explana que os habitantes da cidade, os *francs bourgeois*, os *burghers*, os *borghese* e os *burgess* criam uma civilização urbana e é justamente pela casa que a burguesia se insere no centro da discussão sobre o conforto doméstico. A casa é para a burguesia um importante sinal da sua identidade, é o seu território, a sua propriedade. “Ao contrário da aristocracia que vivia num castelo fortificado, ou do clérigo que vivia num mosteiro, ou do servo que vivia num casebre, os burgueses viviam numa casa” (RYBCZYNSKI, 2002, p. 25).

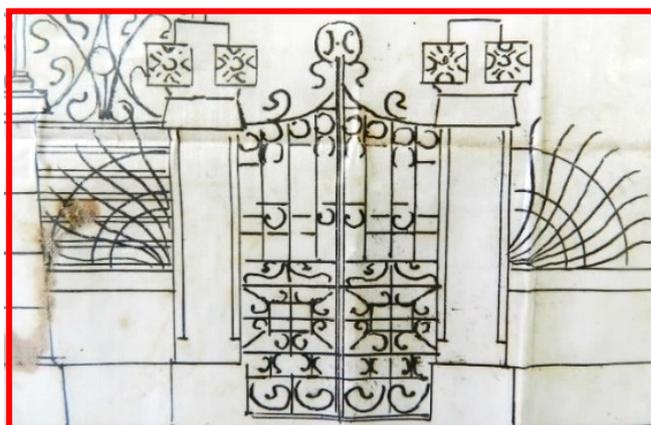
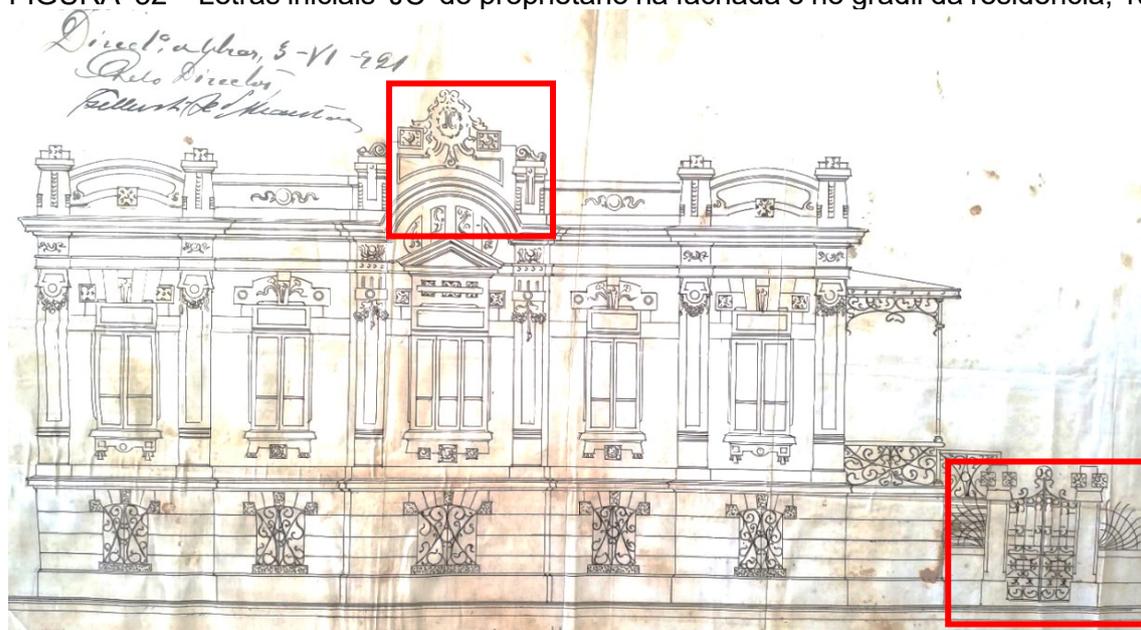
No projeto da seção urbana para a residência do sr. Egydio Inlotero, do ano de 1906, é possível constatar a casa como identidade, tendo na fachada as letras iniciais “EI”, do nome do proprietário. Também, no projeto de 1921, as iniciais “JC” de João Gonçalves da Costa nas fachadas e gradis das residências (FIGS. 51 e 52).

FIGURA 51 – Projeto de residência e negócios de Egydio Inlotero, 1906. Na fachada da residência, as letras iniciais do proprietário ‘EI’.



Fonte: APCBH/SMARU, 1906.

FIGURA 52 – Letras iniciais 'JC' do proprietário na fachada e no gradil da residência, 1921.



Fonte: APCBH/SMARU, 1921.

A respeito da aplicação de monogramas no ambiente doméstico, Carvalho (2008, p. 109) no estudo sobre *gênero e artefato* assevera que a aplicação de monogramas se faz como distinção e como demarcação do território masculino. “[O] monograma é uma das formas mais abstratas da expressão da presença masculina na casa, mas sua invenção não é burguesa. O uso das letras iniciais do nome e sobrenome difundiu-se no medievo europeu” (CARVALHO, 2008, s/p). Segundo essa autora, a partir da dinastia merovíngia na França, os reis usam o monograma como uma assinatura em documentos públicos e solenes e seu uso difunde-se, distinto do brasão, com uso livre e versátil, e por isso, apropriado por famílias abastadas dos oitocentos como uma marca da propriedade.

Na casa burguesa, segundo Carvalho (2008), as aplicações dos monogramas incorporam um caráter prático ao distinguir os objetos de uso pessoal e doméstico, como no caso do vestuário dos componentes da família. Também a presença masculina pode ser observada no interior das residências com funções instrumentais explícitas na sua forma de apresentação como é o caso de arquivos, estantes giratórias de livros, instrumentos de escrita como o tinteiro, mata-borrão, sinete, abridor de cartas entre muitos outros. Conforme Carvalho (2008, s/p), o “monograma marcando os objetos apontam para a construção de uma masculinidade voltada para a máxima individualização”.

Portanto, os monogramas identificam a propriedade no contexto da propriedade do solo e das delimitações do privado, servindo para “cientificar” um território, como *objeto que pertence a alguém de modo exclusivo* tal como expõe Giuliano Martignetti (1998). De acordo com esse autor, a etimologia e a trajetória do substantivo *propriedade* apontam a derivação do adjetivo latino *proprius* correspondente ao *que é de um indivíduo específico ou de um objeto específico*.

O conceito que daí emerge é o de “objeto que pertence a alguém de modo exclusivo”, logo seguido da implicação jurídica: “direito de possuir alguma coisa”, ou seja, “de dispor de alguma coisa de modo pleno, sem limites”. A implicação jurídica (de enorme importância sociológica) surge logo: ela é, com efeito, um elemento essencial do conceito de Propriedade, dado que todas as línguas distinguem, como já fazia o direito romano, entre “posse” (manter “de fato” alguma coisa em seu poder, independentemente da legitimidade de o fazer) e Propriedade (ter o direito de possuir alguma coisa, mesmo independentemente da posse de fato) (MARTIGNETTI, 1998, p. 1021).

É nessa direção que, no ano de 1910, o capitão da guarda nacional Pedro de Carvalho Mendes⁴⁶ compra o terreno para edificar a casa de moradia para sua família na zona suburbana da capital. O terreno localizado em esquina foi utilizado para a implantação da casa em formato de “L” apresentado duas fachadas principais e

⁴⁶ Sobre a compra do imóvel e a ocupação do terreno conferir capítulo 2 subcapítulo 2.3.

alinhadas às vias. Em uma das fachadas, o proprietário insere a data da construção da casa '1911', e na outra, aplica as letras 'PM', letras iniciais do seu nome e do último sobrenome (FIGS. 53 e 54). A fotografia do capitão revela a *pompa da vida militar, da vida galante* apontada por Baudelaire (2010).

FIGURA 53 - Pedro Carvalho Mendes, capitão da guarda nacional em 1907.



Fonte: Acervo Família Mendes, 1907.

FIGURA 54 - O monograma das iniciais do nome do proprietário na fachada da casa. Bairro Floresta, BH.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Elias (1994) ensina que no decorrer dos séculos XVII, o termo *civilidades* se sobressai e corresponde ao *comportamento social e aceitável*. “[C]ortesias, civilidade e civilização assinalam três estágios de desenvolvimento social, indicando a mudança no comportamento das classes altas e a expansão de modelos de comportamento considerados civilizados” (ELIAS, 1994, p. 112-113). Esses comportamentos da *civilidade* são transmitidos de forma ampla nos inúmeros manuais que apontam todo

um sistema de comportamentos sociais. Nesse sentido, outro aspecto que se quer destacar na arquitetura da casa brasileira diz respeito a hospitalidade e a prática da hospedagem comum desde a época colonial. Antonil (1711) orienta, no século XVIII, sobre o “recebimento de hóspedes” nas casas. “[T]er casa separada para hóspedes é grande acerto, porque melhor se recebem e com menor estorvo da família e sem prejuízo do recolhimento que hão de guardar as mulheres e as filhas e as moças de serviço interior, ocupadas no aparelho do jantar e da ceia” (ANTONIL, 1982).

Tendo em vista as frequentes demandas por pernoites, acarretadas pelas longas distâncias entre as propriedades e os núcleos urbanos e pelos percursos vagarosamente realizados a pé ou a cavalo, a prática da hospitalidade urbana e rural, desde os tempos coloniais, torna-se habitual e é incorporada ao programa arquitetônico da casa (LEMOS, 2012).

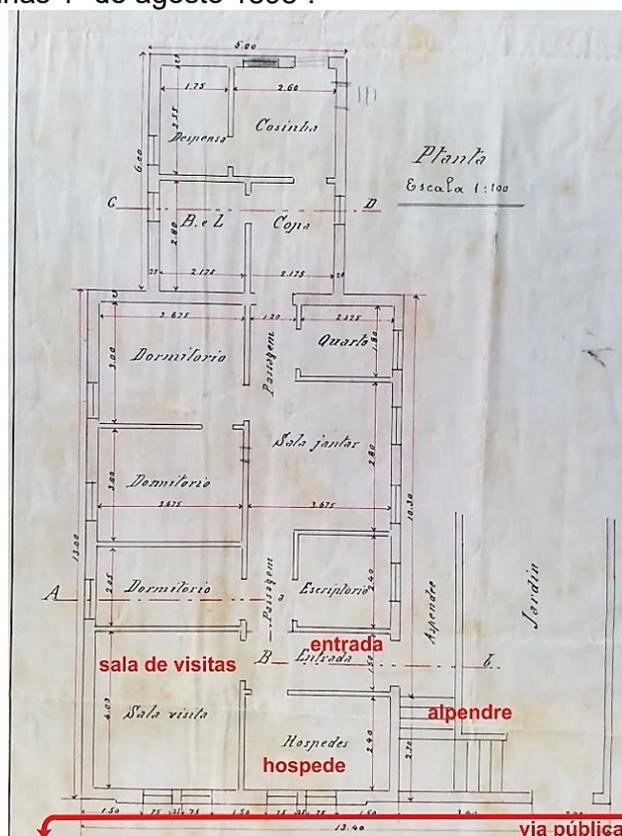
Os cuidados que envolvem a hospedagem, desde a recepção e acolhimento, à alimentação e entretenimento são cuidadosamente tratados nos guias dedicados à organização da casa, como no *Lar doméstico* de Vera Cleser (1902) em tópico especialmente dedicado ao quarto de hóspedes. Essa autora orienta sobre como cuidar desse cômodo a fim de garantir a demonstração ao hóspede do “prazer com que é recebido”. Para receber o convidado, orienta Cleser (1902, p. 154), “faz-se a cama, põe-se água fresca na moringa e no jarro, toalhas e enxugador no porta-toalhas [...] Em cima da mesa deve ficar o necessário para escrever uma carta, papel, enveloppes, sellos, tintas etc.”.

A incorporação da prática da hospedagem às ambiências componentes da casa é constatada no projeto arquitetônico residencial datado de 1898 onde está reservado o “quarto de hóspede”. A ambiência, localizada junto à entrada casa e contíguo à sala de visitas, integra a *zona de recepção* da casa tal como usualmente localizada nas casas rurais de tempos coloniais (FIGS. 55 e 56). Na planta pesquisada, nota-se a inserção da ambiência designada “escritório” localizada junto à entrada da edificação e que também se vincula à recepção de pessoas externas a casa, e por isso, implantada próxima à rua, à circulação do público.

FIGURAS 55 e 56 – “Projecto da casa para construir no lote nº.9 quarteirão 13 16 secção IIIª – propriedade do Sr. Arthur Joviano. Minas 1º de agosto 1898”.



Fonte: APCBH/SMARU, 1898.



Conforme Perrot (2009a), as relações entre o público e o privado ganham fôlego após a Revolução Francesa com ênfase em delinear as fronteiras dos interesses particulares. Segundo essa autora, a família é posta no cerne da sociedade, representante dos interesses privados e, por isso, vital para o progresso do Estado e da humanidade. Dessa maneira, delimitam-se e asseguram-se os patrimônios, a produção das gerações futuras e os meios para a transmissão de seus valores e da memória fundadora.

É possível verificar esse encaminhamento da preservação da família, da casa e da propriedade desde a instalação das propriedades no arraial e a sua continuidade na cidade capital. Nos documentos de desapropriação da CCNC estão juntadas as escrituras de compra e venda dos lotes urbanos e terrenos rurais e, na capital, de certa maneira, delimita-se com maior precisão essa preservação dos patrimônios a partir dos limites específicos dos lotes. A seguir, trata-se dos vínculos entre o trabalho, o comércio, a casa e vizinhança revelados nas pesquisas realizadas.

3.3 Oh de casa! Oh de fora!

Outro aspecto que viabiliza as interações entre a casa e a vizinhança são os alimentos e sua cadeia de beneficiamento e produção. Reafirma-se que as ambiências domésticas, rurais ou urbanas, não se restringem à casa, elas se expandem ao quintal composto de hortas, de jardins, de pomares e das edificações de apoio à casa. Além da produção de alimentos para a subsistência da casa, os cultivos e as criações são geradores de interações entre a casa e a vizinhança em diferentes escalas, negociados em feiras nas vizinhanças e até mesmo na porta de casa (DIAS, 1897).

Essa questão da produção da casa e da divisão do trabalho, é brevemente citada no relato do Padre Francisco Dias (1897). Segundo Dias, no Arraial, no período compreendido entre as segundas-feiras aos sábados, as ruas e as casas até parecem desabitadas, pois os homens encontram-se na lavoura ou nas indústrias. As mulheres, segundo seu relato, estão no interior das casas absorvidas pelos trabalhos domésticos ou outras, “já afeitas aos rudes labores roceiros”, acompanham a seus maridos, pais ou irmãos, aos serviços da lavoura. Já aos domingos instala-se a feira local que reúne os do arraial e os lavradores e fazendeiros dos arrabaldes da freguesia que estabelecem uma complexa rede de transações de trocas e vendas. “[U]m compadre que oferecia a seu compadre, para comprar carro, uma boiada [...]; outros contractando troca de milho por café, de café por feijão etc., todos, enfim, compravam, vendiam ou trocavam” (DIAS, 1897, p. 29-30). No caso específico das frutas dos quintais horizontinos, segundo Pe. Dias, suas comercializações ocorrem somente a quem vai à porta da casa chamar pelo dono. Na porta da casa, fronteira entre o público e o privado, portanto, efetiva-se a negociação.

O pesquisador da Escola de Chicago Robert Ezra Park (1979), ao tratar da cidade americana moderna nas primeiras décadas do início do século XX, situa a *vizinhança* como uma das formas mais estreitas de sociabilidade. O sociólogo assevera que, para além da geometria do tabuleiro em xadrez, a cidade tem raízes nos hábitos e costumes de seus habitantes e é o elemento *quarteirão* que, no decorrer dos anos, assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes, convertendo-se em expressão geográfica para designar a *vizinhança*.

Na carta de 1894 endereçada à CCNC, o proprietário da fazenda do Barreiro, relata que o fubá produzido na fazenda se destina à troca do milho entre os vizinhos da fazenda “que vêm diariamente trocar por fubá”. Castro (2019), em relato a respeito da agricultura familiar mineira, assinala que a pessoa planta milho para comer e para dar de comer aos animais, que, por sua vez, produzem a carne. Como lembra Castro (2019, p.17): “se tinha milho, tinha carne, ovos, gordura; tinha lavoura e tinha indústria doméstica rural, tudo feito na família e nos engenhos”.

Nas memórias de Martins (2013) na nova capital nas décadas de 1920 e 1930 estão presentes as várias idas à casa vizinha a comprar flores e ovos frescos. Também a moradora da Floresta, em entrevista à esta pesquisa⁴⁷, conta que o enorme quintal da casa da avó, no Barro Preto, na rua Paracatu, abastecia as casas dos parentes. Um importante hábito é exposto na entrevista: os produtos do quintal são entregues pelo tio sempre à porta de casa, ele não entra na casa. O portão define o público e o privado.

Lá na casa de vó, lá tinha quintal com galinheiro, ah... ali tinha muita coisa... tinha cachorro, o Peteleco – e Tio Alfeu vinha a pé na casa de mãe, na rua Congonhas, trazer ovo, manga e fruta do conde pra gente, mas não entrava em casa. Entregava na porta de casa. Tinha cerimônia. (Entrevista A, em 10 maio 2019).

Em depoimento à esta pesquisa, uma moradora da área central de Belo Horizonte⁴⁸ se recorda do vendedor do armazém que vai à casa anotar os pedidos de compra. Segundo a entrevistada: “O moço do armazém ia em casa. Fazia as anotações dos pedidos conforme solicitado pela mamãe e voltava no dia seguinte com as compras da casa”. A prática de comércio ambulante e da entrega de mercadorias em casa é frequente na nova capital e pode ser verificada nas várias solicitações junto à Prefeitura publicadas nos periódicos *Minas Geares* e *O Contemporâneo*.

⁴⁷ Entrevista A, em 10 maio 2019.

⁴⁸ Entrevista B em 15 ago.2109.

São inúmeros os pedidos de autorizações para a circulação ambulante a pé ou por carroças que comercializam todo o tipo de produtos e que abastecem a casa. Circulam pelas ruas urbanas e suburbanas o capim, a lenha, as frutas, os ovos, as verduras e as quitandas que compreendem a produção dos muitos quintais horizontinos próprios ou alugados para esses fins. Em janeiro do ano de 1899 estão publicadas no *O Contemporâneo* as solicitações das licenças de Candido Cesario dos Reis, para venda ambulante de capim e de lenha e de Serali Giovanni, para negociar galinhas, ovos e frutas. Indícios da constância do comércio ambulante de aves está expressa no decreto municipal que proíbe nas zonas urbanas e suburbanas sem respeito aos códigos sanitários municipais. “[T]ocadas em bandos pelas ruas e praças, conduzidas suspensas, de pernas ou azas atadas”⁴⁹. Também no registro fotográfico da cidade capital na década de 1920 verifica-se a convivência ente os automóveis e o vendedor ambulante com seu cesto, no canto inferior esquerdo da foto (FIG. 57).

FIGURA 57 – “Av. Affonso Penna, Belo Horizonte, MG [192-]”.



Fonte: BN, [192-]. Disponível em:<
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1575963/icon1575963.jpg>.
 Acesso em: 10 ago. 2019.

No relatório municipal do prefeito dos anos 1910, ao tratar dos assuntos do mercado municipal, confirma-se a existência na capital do trabalho ambulante, cujos produtos comercializados são provenientes dos quintais e da produção disponível no mercado municipal. “[P]resta ele [o mercado] optimos serviços ao pequeno commercio ambulante de gêneros e produtos da pequena lavoura, que ahi se abastece e em

⁴⁹ Decreto n. 1436 de 27 de dezembro de 1900. Regulamento sobre aves, cães e cabritos.

seguida vae revendê-los a população, levando-os à porta das casas” (MEIRELLES, 1910, p. 11). O próprio Abílio Barreto que chega ao arraial em fins do ano de 1895 conjuga o trabalho desenvolvido na 9ª Divisão da CCNC com a atividade de entrega dos jornais *Belo Horizonte* e *A Capital* aos domingos “de casa em casa”.

Por esse tempo, fui distribuidor dos dois primeiros jornais fundados aqui: o *Belo Horizonte* e a *Capital* [...] palmilhei todas as velhas ruas do antigo arraial, ainda quase intacto, de casa em casa, aos domingos, pela manhã, levando aos assinantes as duas primeiras folhas que se editaram em Belo Horizonte. Que saudades sinto desse lindo tempo que já vai tão longe! (BARRETO, 1996, p. 72)

Também vão à casa os serviços de entrega de mercadorias conforme se constata nos anúncios da *Padaria e Confeitaria Brasil* que realiza a distribuição dos produtos com uma *frota de 17 carroças e entregas 2 vezes ao dia* (SEMANA..., 1928). Na figura 59 o registro do veículo conhecido como “vaquinha” que faz a distribuição do leite pelas ruas da capital (FIG. 59).

FIGURA 58 – Veículo de entrega de leite em domicílio. Década de 1910.



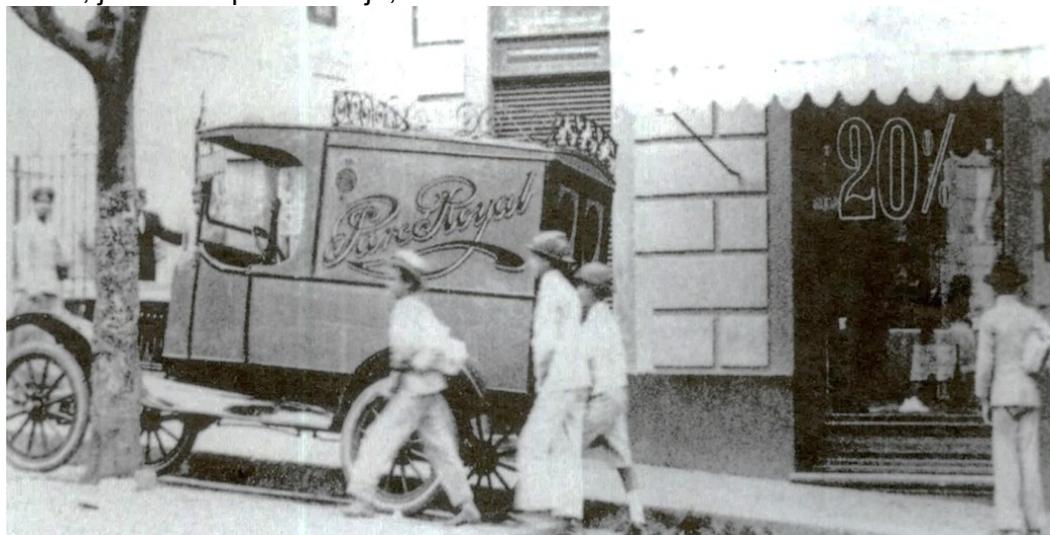
Fonte: FJP, 1997.

Os serviços de jardinagem também vão à casa, inclusive, contemporaneamente, como relata em entrevista a moradora da Floresta que se

lembra da geração da família de jardineiros que cuida dos jardins da casa desde a década de 1940. Eunice Vivacqua (1997) em suas memórias publicadas relata: “o jardineiro do Palácio da Liberdade é quem fazia, nas horas vagas, os serviços de jardim de sua residência”. A respeito da entrega de mercadorias em casa, Vivacqua (1997, p. 65) conta: “Já de manhãzinha vinha o padeiro com sua carroça puxada a burro, carroça chiadeira, cheirosa, repleta de pães torrinhos”. E prossegue: “vinha o leiteiro de burrico ensinado, sacolejando os latões de leite; vinha o jornaleiro todo lépido, lançando e acertando o jornal direto na varanda; e, logo depois, o italiano verdureiro, com balaios repolhudos”.

As entregas em domicílio juntamente com as vendas realizadas por telefone constam na publicidade da alfaiataria *Casa Gagliardi* que assim anuncia: “A uma simples telefonada V. Exc. Receberá em sua casa a visita de uma pessoa que receberá e executará as suas ordens”. Também vão à casa as entregas das lojas comerciais de fazendas, roupas (FUNDAÇÃO..., 1997) como se vê na fotografia o veículo de entrega da empresa *Parc Royal*, filial de loja carioca que se estabelece em Belo Horizonte em 1920 (FIG. 59). A roupa desempenha papel fundamental na sociabilidade. Segawa (2005) relaciona o vestuário e a *promenade*. “Se a *promenade* demandava um palco, a ação recomendava um traje. Na particularidade da vestimenta, temos uma visão do leque social caminhando pelos passeios” (SEGAWA, 2005, p. 47).

FIGURA 59 - “Veículo de entrega de mercadorias do *Parc Royal* estacionado na rua da Bahia, junto à requintada loja, na década de 1920”.



Fonte: FJP, 1997.

Esclarece-se que coexistem na capital os serviços de alfaiate e de costureira. São personagens que vão à casa dos seus clientes costurar roupas para toda a família e no comércio de rua, encontra-se as roupas já confeccionadas, prontas para o uso. Em muitas entrevistas realizadas para esta pesquisa, os entrevistados relatam também a roupa feita em casa pelas mães. Uma entrevistada rememora: “mamãe colocava a máquina de costura na sala e fazia roupas pra todo mundo”.

Simmel (2008) considera a moda um fenômeno cultural que une e diferencia ao mesmo tempo, pois condensa a necessidade de pertencimento e inclusão e a necessidade de diferenciação e autoafirmação dos indivíduos. A moda, segundo Simmel (2008, p. 24), “satisfaz igualmente a necessidade de distinção, a tendência para a diferenciação, para mudar e se separar”.

Também os serviços da cabeleireira e barbeiro vão até a casa, como se vê nos engenhos publicitários de 1915 de *Madame Adrienne Jorand* em que se anuncia a visita em domicílio (FIGS. 60 e 61). Observa-se, contudo, que ambos os serviços também funcionam em estabelecimento comercial.

FIGURAS 60 e 61 – Fronteiras: a cabeleireira e o barbeiro vão à casa.

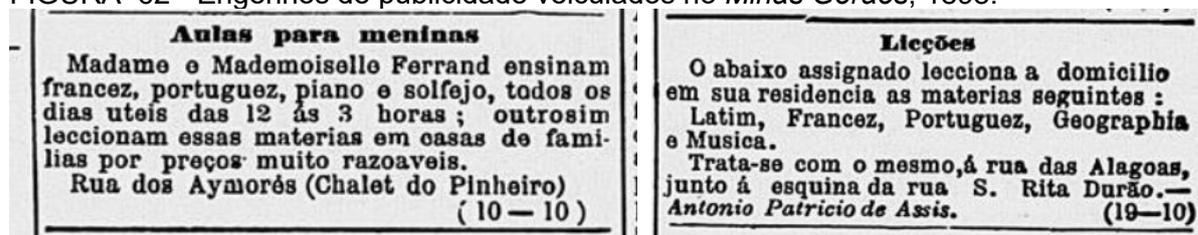


Fonte: A VIDA DE MINAS, 1915⁵⁰.

⁵⁰ A VIDA DE MINAS, números 5 e 6, setembro de 1915.

Os professores também usualmente vão à casa para ministrarem aulas particulares de piano e de línguas como o francês e o latim como anunciado no *Minas Geraes*: “Piano e francez - Madame e Mademoiselle Ferrand leccionam essas matérias em casas de famílias por preços muito razoáveis” (MINAS GERAES, 1899⁵¹). O pianista Augusto José de Souza oferece os serviços de afinar e consertar pianos e comercialização de músicas. Assim ele anuncia (MINAS GERAES, 1899, p.8): “Pianista Augusto José de Souza – Offerece aos senhores e senhoras o seu trabalho. Afina e concerta pianos, em qualquer estado que estiverem, e traz um variado sortimento de muzicas modernas não só para pianos, como para orchestra” (FIG. 62).

FIGURA 62 - Engenhos de publicidade veiculados no *Minas Geraes*, 1898.



Fonte: MINAS GERAES, 1898, p.4.

Outro aspecto identificado na arquitetura da casa, é a conjugação dos usos moradia e comercial presentes tanto nas plantas das casas do arraial como constantes nos projetos de casas da capital. Denominadas edificações de uso misto, no arraial, por exemplo, a casa de Edwardes localizada no Largo da Matriz possui a indicação de um cômodo comercial designado como ‘venda’ e que está indicada na planta elaborada pelo CCNC e nos registros fotográficos da CCNC (FIGS. 63 e 64).

Também consta o comércio de Edwardes os anúncios publicizados nos periódicos sabaraenses. Assim anuncia-se em 1890⁵²: “Vende-se um excellente piano de Erard meia cauda. Dirija-se a Eduardo Edwards” e no anúncio do ano de 1893: “Vende-se um piano de meio armário [...] Bello Horizonte”. Na nova capital, Edwardes prossegue com a atividade comercial conforme verifica-se no *Minas Geraes* de 1897: *inaugurada [...] casa comercial de que é proprietário o sr. Eduardo Edwards. O prédio*

⁵¹ MINAS GERAES, N.267, 14 nov. 1898, p.4.

⁵² O CONTEMPORANEO, N.56, 1890, p.4.

é situado à rua da Bahia, recebeu antes a benção ecclesiastica, dada pelo revm. Padre Francisco Martins Dias⁵³.

Um aspecto importante da casa de Edwardes é a existência de um telheiro que abriga um teatro quando da instalação da CCNC. Anteriormente, segundo Barreto (1996), essa edificação tinha a função de um rancho de tropeiros. No período colonial, segundo Frieiro (1966), em decorrência das grandes distâncias entre as áreas mais habitadas e do aumento do trânsito regular de tropas e viajantes, surgem os pousos, ranchos, vendas, estalagem ou hospedaria. Segundo Frieiro (1966), os ranchos desempenham uma função de abastecimento e dormitório fundamentais na rede econômica das regiões transitadas por tropeiros e viandantes.

FIGURA 63 – Casa de Eduardo Edwardes no Largo da Matriz, 1894.



Fonte: CCNC, 1894.

FIGURA 64 - Planta da casa de Eduardo Edwardes - Largo da Matriz, 1894.

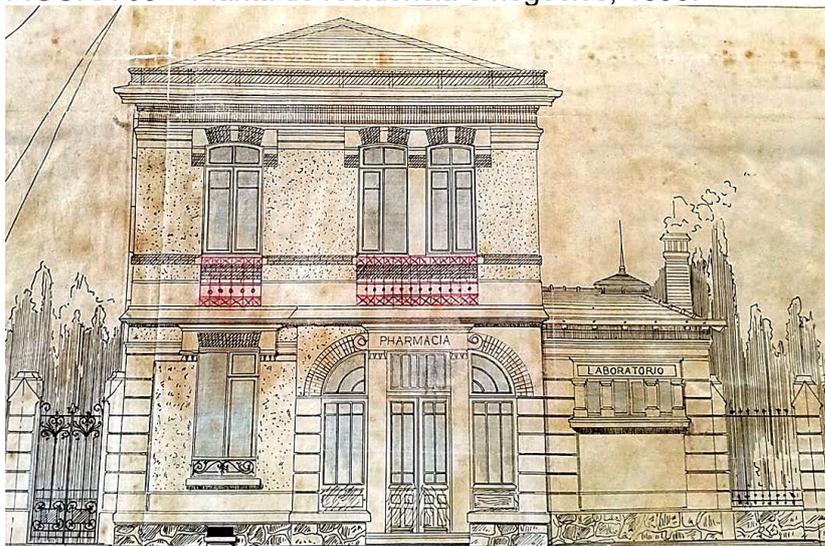


Fonte: APCBH/SMA, 1894.

⁵³ MINAS GERAES, N. 127, 1897, p.5.

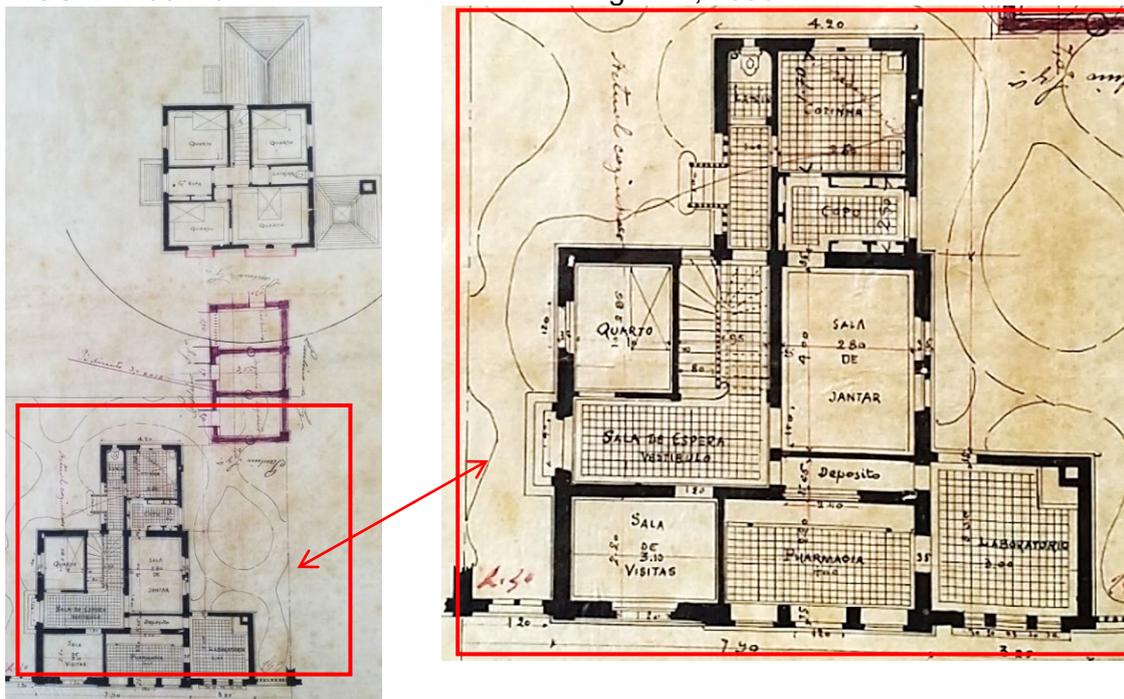
A pesquisa nas plantas arquitetônicas residenciais demonstra a coexistência na mesma edificação que abriga a moradia de ambiência reservada à negócios. Os acessos à casa e ao comércio são independentes, apresentando-se, geralmente, uma conexão direta entre uma ambiência da moradia e o acesso ao negócio. No projeto de 1896, elaborado por José de Magalhães, vê-se a edificação de dois pavimentos concebida para residência e uma atividade comercial (FIGS. 65, 66 e 67).

FIGURA 65 – Planta de residência e negócios, 1896.



Fonte: APCBH/SMARU, 1896.

FIGURAS 66 e 67 – Planta de residência e negócios, 1896.



Fonte: APCBH/SMARU, 1896.

Trata-se de uma farmácia que tem acesso pela via pública. Um laboratório e um pequeno depósito completam o conjunto comercial. Pelo depósito, acessa-se a moradia da família. A entrada para a moradia se faz de maneira independente pela lateral da edificação em meio ao jardim. No pavimento térreo, pelo jardim chega-se a um vestíbulo/sala de espera que faz a distribuição às ambiências 'quarto, 'sala de visitas', 'sala de jantar', 'cozinha' e 'latrina'. No pavimento superior estão os quartos, a 'latrina' e o 'guarda-roupa". Há um acréscimo elaborado em 1897 que acrescenta ao quintal uma pequena edificação de três cômodos, destinados a cocheira e depósitos (FIGS. 67 e 68). O acréscimo foi representado na própria planta de 1896 em lilás (FIG. 67).

É importante analisar a relação entre o trabalho e o a casa pois desde o século XVII, na Europa, paulatinamente, a casa burguesa dissocia esses dois aspectos à medida em que as questões de intimidade e de domesticidade se instalam nas ambiências da casa. Nada obstante, no final do século XIX e início do século XX, os laços entre esses dois mundos não estão completamente desagregados nas casas horizontinas. Portanto, apesar da especialização das ambiências domésticas, o mundo do trabalho está fortemente ligado à casa, seja em atividades comerciais ou nas ambiências que abrigam os escritórios, bibliotecas ou gabinetes. Há sim alguns indícios que anunciam a separação entre esses mundos como se observa no anúncio no *Minas Geraes de 1897*, em que o profissional advogado comunica seu escritório de procuratórios no *Grande Hotel de Bello Horizonte* e sua residência na rua Santa Rita Durão (FIG. 68).

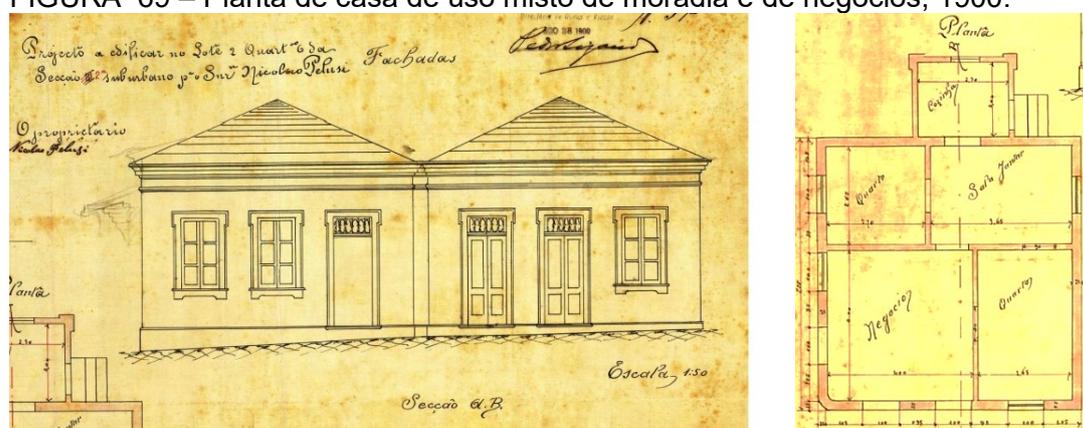
FIGURA 68 – Anúncio de escritório de procuratórios, 1897.

ANNUNCIOS	
<p>ESCRITORIO DE PROCURATORIOS</p> <p>O abaixo assignado previne aos seus-constituintes, aos funcionarios publicos e aos aposentados de Ouro Preto que se acha estabelecido em BELLO HORIZONTE com o mesmo ramo de negocio, sendo o seu escriptorio no GR. ND HO. KL, e sua residencia particular na rua Santa Rita Durão.</p> <p>Outro sim, participa ás pessoas e aos seus patricios que quizerem constituir seus-procuradores e receber seus ordenados em Ouro Preto, apresentem suas procurações aos seus caixas residentes nesta cidade, os srs. Palmhas & Irmãos, negociantes á rua do dr. Claudio, e Adriano & C., negociantes á rua das Lages, os quaes fazem pagamento á vista, medeante a-commissão de 2% sobre seus vencimentos.</p> <p>Ouro Preto, 25 de outubro de 1897.— Carlos Augusto Soares de Magalhães.</p> <p style="text-align: center;">(60—56)</p>	<p>In se de si çã e di re n. 2. te m m e'</p>

Fonte: MINAS GERAES, 1897.

Também no projeto analisado de lote suburbano encontra-se uma pequena casa com a ambiência para os negócios voltada para via pública (FIG. 70). O projeto arquitetônico assinado pelo arquiteto Luiz Olivieri data do ano de 1900 e está elaborado para o proprietário sr. Nicolao Pelusi. O lote está localizado na esquina da Avenida do Contorno com Rua Carangola, no atual bairro Santo Antônio, 2ª Seção Suburbana da capital. A ambiência destinada ao comércio está localizada na esquina conectada à via pública por vãos de portas e está conectada à moradia com acesso por uma porta que conduz a ambiência designada 'sala de jantar' (FIG.69).

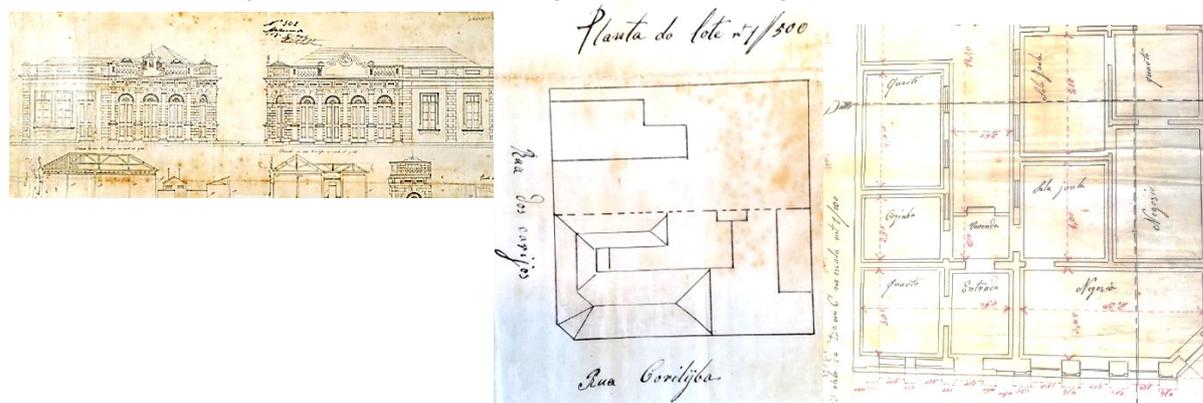
FIGURA 69 – Planta de casa de uso misto de moradia e de negócios, 1900.



Fonte: ACPBH/SMARU, 1900.

Uma composição também encontrada nas pesquisas realizadas se refere ao projeto de edificação que abriga várias conjugações dos usos comercial e residencial: “Projecto a edificar nos lotes 15 16 do quarteirão 16 da Secção IIª urbana de propriedade do [...] José Garavello”, 1904 (FIG. 70).

FIGURA 70 – Conjuntos de moradia e negócios em edificação, 1904.



Fonte: APCBH/SMARU, 1904.

Outro caso que se destaca é o do comerciante João de Salles Pereira que instala seu armazém de molhados em Ouro Preto no início dos anos 1880 (FIGS.71 e 72) (MINAS GERAES, 1893). No ano de 1895 seu nome consta na *Relação de proprietários de casas em Ouro Preto com direito a lotes de terras para construções na futura Capital do Estado, conforme a lei n.3, de 17 de dezembro de 1893* (MINAS GERAES, 1895b).

FIGURA 71 - Anúncio de João de Salles Pereira, 1893.

ANNUNCIOS

ARMAZEM DE MOLHADOS
João de Salles Pereira

Participa aos seus amigos e freguezes que mudou o seu estabelecimento da PRAÇA DA INDEPENDENCIA para a RUA BOADELLA N. 40, onde espera continuar a merecer a confiança de seus numerosos amigos e freguezes.

(4-2)

Fonte: MINAS GERAES, 1893.

FIGURA 72 - Anúncio de João de Salles, 1897.

RUA DIREITA N. 40
Grande sortimento de armas

ALUGAM-SE ANIMAES

por 5\$000, das 6 horas da manhã às 5 horas da tarde; passando das horas pagarão mais 1\$000 por hora.

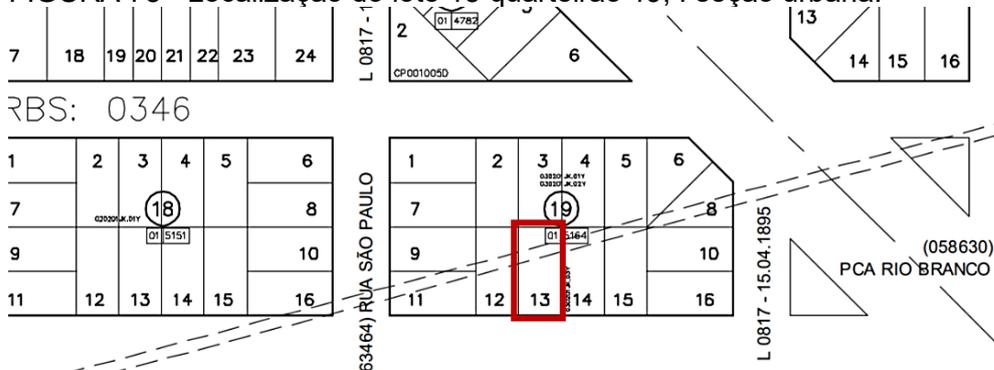
Sendo para dous ou mais dias, terão o desconto de 10 por cento.

Ouro Preto, 1.º de janeiro de 1897.
JOÃO DE SALLES PEREIRA.
(6-5)

Fonte: MINAS GERAES, 1897.

Contudo, no depoimento de Edmar Salles (FJP,1996), seu avô não procede imediatamente a mudança de Ouro Preto para a capital. Segundo Salles (FJP, 1996, p. 6): “Não acreditou de jeito nenhum na capital e continuou em Ouro Preto”. No *Termo de Sorteio dos Lotes* destinados aos proprietários de casas em Ouro Preto⁵⁴ do ano de 1895 está designado à Salles o lote 13 do quarteirão 19 da 1ª seção urbana. Esse lote está localizado na atual Avenida Santos Dumont, área central (FIG. 73).

FIGURA 73 - Localização do lote 13 quarteirão 19, I seção urbana.

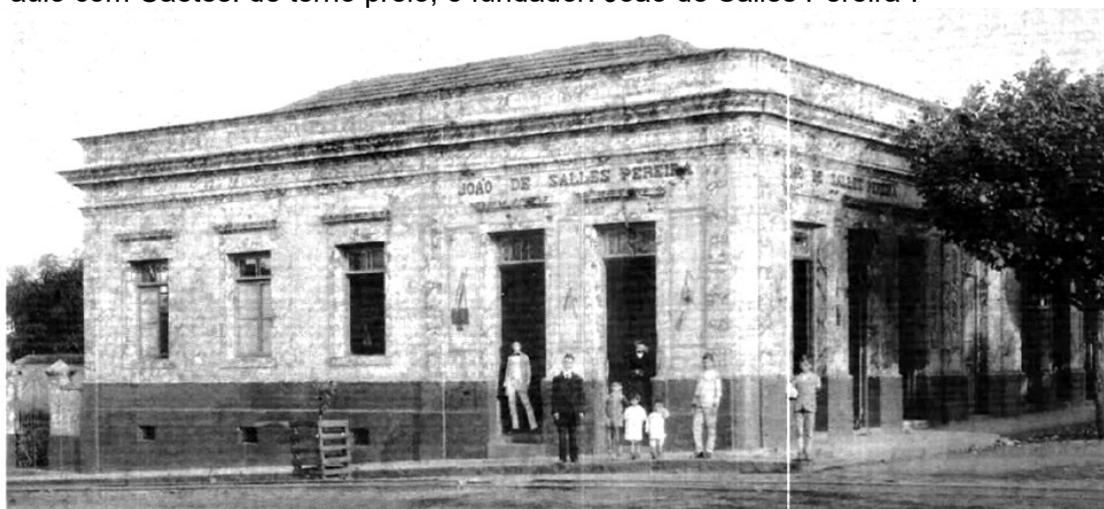


Fonte: PBH, 2011.

⁵⁴ MINAS GERAES, 1895, N.220, p.3.

De fato, consta o anúncio do comércio de João Salles em Ouro Preto no ano de 1897⁵⁵. Provavelmente João de Salles comercializa o lote a terceiros ou não se apresenta para o recebimento do lote. No depoimento, Salles explica que após alguns anos da inauguração da nova capital, no ano de 1904, seu avô se muda para a nova capital e adquire então um imóvel que utiliza como moradia e negócios (FIG. 74). Segundo Salles (FJP, 1996, p. 8), “[...] comprando um prédio, na rua São Paulo com Caetés, na mão de pintores espanhóis que pintaram a Igreja São José [...] Ele ficou morando em uma residência ao lado, ligada à loja”.

FIGURA 74 - Fronteiras: casa e negócios, 1910. Nota: “À porta da Casa Salles, na São Paulo com Caetés. de terno preto, o fundador. João de Salles Pereira”.



Fonte: FJP, 1996, p.9.

Por fim, a pesquisa revela na relação público e privado no habitar horizontal o relato de Martins (2013) sobre as suas aulas de francês e a trajetória de sua professora. Ela conta que mais ou menos aos sete anos de idade começa a ter aulas de francês duas vezes por semana em casa. A professora, segundo Martins (2013, p. 68), “tomava lanche lá em casa e, a propósito ia nos ensinando: *pain, lait*”. Após passar alguns anos na França, em retorno à capital mineira, a professora “morou em algumas casas que alugavam quarto, mas não gostou, a convite da mamãe foi morar no porão na nossa casa que era grande e tinha um pé direito muito alto com janelas dando para fora”. E completa (MARTINS, 2013, p. 68): “o papai transferiu a sua

⁵⁵ MINAS GERAES, 1897, N.13, p.8.

biblioteca para o andar de cima da casa nova, na sala grande onde era a biblioteca ela instalou a sua sala de aula”.

Longe de esgotar o assunto, o que se quer indicar é a existência de complexa rede de relações entre o público e privado que merece ser apontada e registrada no *habitar horizontal* e que vai além da simples ocupação e uso do solo enquadrados como residencial ou comercial. Ainda há muito o que se desvendar. No próximo capítulo procede-se a aproximação nos usos das ambiências da casa e nos usos de seu entorno imediato, os quintais.

4 O HABITAR E A CASA

4.1 Quem viu uma casa horizontal, viu quase todas?

Os projetos arquitetônicos das casas horizontinas pesquisadas se inserem no recorte temporal compreendido entre os anos de 1894 e 1920. Esse período alberga as edificações do arraial e de seus arredores e as edificações da cidade capital. Os projetos arquitetônicos analisados se referem aos projetos elaborados tanto para os lotes integrantes da zona urbana quanto da zona suburbana da capital e, sobretudo, aqueles situados na primeira e na segunda seções do plano urbanístico. As análises das plantas arquitetônicas revelam ambiências em comum constantes em ambas as casas e permitem a elaboração de considerações gerais sobre o habitar horizontal. A pesquisa também identifica uma maneira de ocupação do lote que reforça o entendimento sobre a existência de uma complementaridade entre a casa da moradia familiar, o lote e a vizinhança.

A pesquisa aponta que as casas tanto do arraial quanto das duas primeiras décadas da capital caminham no ritmo do amálgama rural e urbano existente nos tempos coloniais. Paulatinamente, a planta arquitetônica e o programa arquitetônico se modificam mediante as imposições dos códigos de postura e sanitário para o uso e a ocupação do solo e perante a intensa fiscalização da diretoria de higiene da Prefeitura Municipal.

De acordo com os dados analisados é constante na capital a construção de barracões nos fundos dos lotes que são aprovados pela Prefeitura para uso como despensa e que, aos poucos, mudam de uso para moradia. Essas construções são utilizadas como moradia para aqueles que se mudam de outros locais para a capital em busca de trabalho (MONTEIRO, 1902).

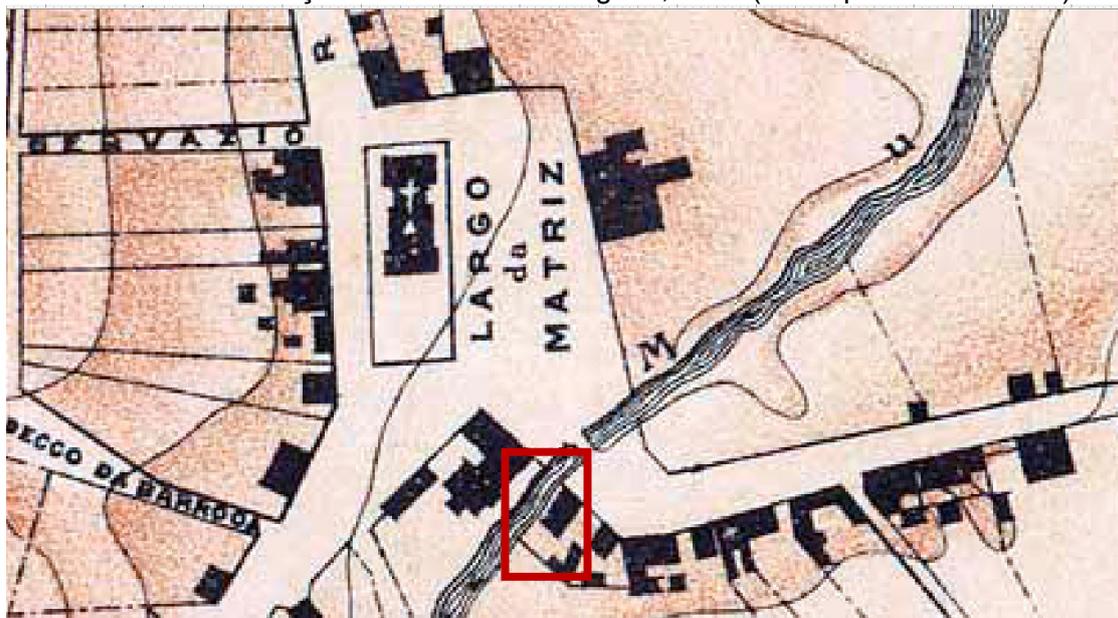
Observa-se também a constante construção de cômodos que abrigam galinheiros, quartos de engomar, lenheiros, entre outros. Essas muitas construções fragmentadas se espacializam pelos quintais horizontinos do arraial e da capital e são tipicamente brasileiras. Na casa brasileira é constante a presença de edificações de apoio às atividades domésticas em torno da casa de moradia (LEMOS, 1993).

Evidencia-se, assim, nas casas horizontinas, em seus vestígios rurais e urbanos, a intrínseca complementaridade entre o quintal e a casa.

Também se verifica a configuração da casa baseada nas atividades do convívio com estranhos, da intimidade doméstica e do trabalho caseiro, especialmente na culinária (LEMOS, 2015). No decorrer do tempo, essas atividades conferem zoneamentos na conformação da casa, respectivamente, zonas de recepção, de intimidade e de serviço. Justamente devido à dinâmica da casa, usada como residência e para fins de negócio, verifica-se também a ocorrência habitual de alterações em suas ambiências com a elaboração de ampliações e acréscimos de novos cômodos.

De maneira geral, nos levantamentos das casas e nas documentações de desapropriação da CCNC verifica-se a constância da composição sala fronteira, quartos, corredores, varanda e cozinha. Nos quintais, é habitual a presença dos telheiros. Na casa do sr. João Carvalho de Aguiar localizada na Rua de Sabará observa-se a implantação junto à via de circulação e o muro do quintal. No registro fotográfico da CCNC identifica-se sua localização junto ao Córrego do Acaba-Mundo, próximo ao Largo da Matriz (FIGS. 75 e 76).

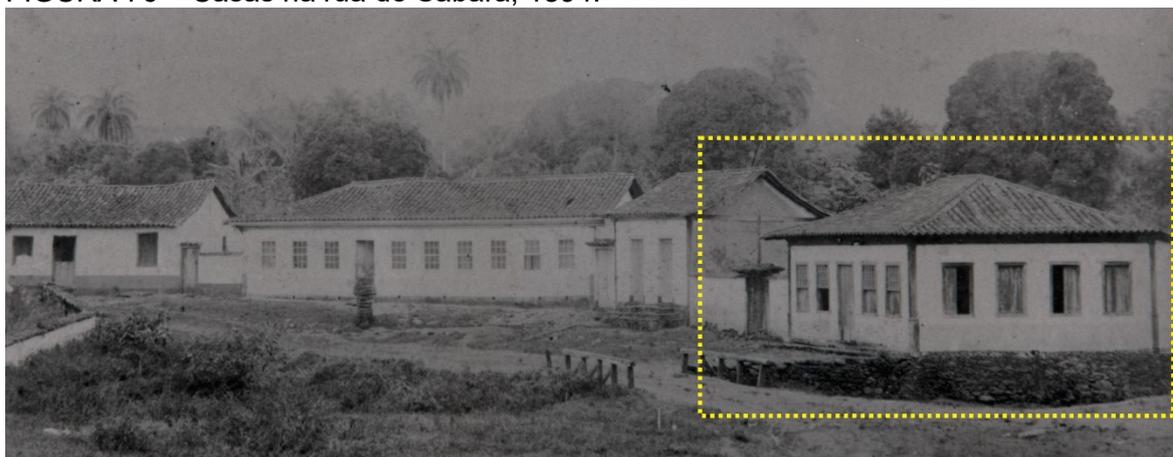
FIGURA 75 – Localização da Casa de J.C. Aguiar, 1895 (destaque em vermelho).



Fonte: APCBH, 1895.

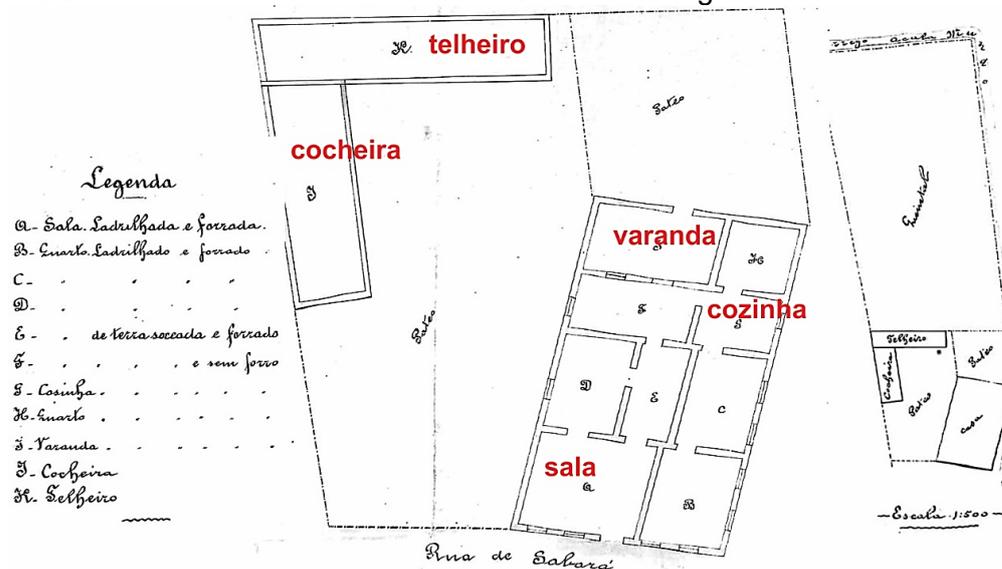
O registro fotográfico (FIG. 76) demonstra que tanto essa casa analisada quanto a casa vizinha possuem janelas em guilhotina envidraçadas. Esses elementos se inserem nas transformações do espaço habitacional advindas do século XIX, e se iniciam com a chegada da Corte Portuguesa no Brasil (LEMOS, 1989). “[A]s janelas residenciais eram providas somente de tábuas, os chamados ‘escuros’ que eram sistematicamente fechadas nas horas de chuva ou muito vento” (LEMOS, 1989, p. 44). Esse aspecto das janelas e, posteriormente, o surgimento dos lampiões e da energia elétrica altera totalmente os horários da casa e da família, inclusive muda o aspecto das casas em sua configuração urbana. Iluminada, a casa cria ambiência propícia à reunião da família em tertúlias, jogos, leituras e costuras (LEMOS, 1989).

FIGURA 76 – Casas na rua de Sabará, 1894.



Fonte: APM, 1894.

FIGURA 77 – Planta da casa de João Carvalho de Aguiar.



Fonte: APCBH, 1894.

Na planta analisada, a sala, integrante da zona de recepção da *casa horizontal* está localizada, como é usual, na parte frontal da edificação, junto à via pública e à esquerda da porta de entrada de quem chega pela rua (FIG. 76 e 77). Lemos (1989), ao tratar dos sobrados, diz que o zoneamento das casas é muito parecido nas construções brasileiras. Em geral, as construções reúnem as salas de receber na frente, as alcovas na zona central e o estar da família e serviços nos fundos da edificação. Nos fundos da edificação da família Aguiar está indicada a localização da varanda (FIG. 77). Portanto, é na varanda, ambiência íntima da família Aguiar, em que se transcorre o tempo do lazer e dos trabalhos caseiros. Essa ambiência, portanto, possui o atributo de transição entre a casa e o quintal. Posteriormente, a ambiência assume as designações *sala de jantar* ou *copa* e adquire funções de organização, distribuição e conexão (LEMOS, 1993).

Em relação ao mobiliário da sala de jantar, Rodrigues no *Moveis antigos de Minas Gerais* relata: “a sala de jantar, poucos móveis: a mesa antiga, a arca, o armário embutido sempre contendo surpresas em louças ou cristais. Cadeiras modernas. Pelas paredes: quadros, folhinhas e arranjos com cartões postais” (RODRIGUES, 1943, p. 85). O pesquisador expõe que o armário encaixado na parede é comumente utilizado em todas as salas de jantar, brasileiras e portuguesas. Primitivamente, esses armários são executados com portas de almofadas, duas folhas em cima e duas embaixo enfeitadas com molduras, cordões e um ou outro esmalte e quando o vidro plano se torna acessível é utilizado tanto nas janelas, quanto nas portas desses armários.

Camarate (1893) orienta que o mobiliário da sala de jantar deve ser composto por *um guarda-prata, uma mesa elástica, dois trinchantes, um guarda-comida e doze cadeiras de espaldar, lisas ou ornamentadas, constituem um typo de mobília muito aceitável e suficiente*. Além disso, “Na mesa, sempre coberta com um panno, de lavar, no verão e, por um de lã ou casimira, no inverno, deve estar um Centro ou todo de Crystal ou de vidro e christofle; com flores, no receptáculo superior” (RIANCHO, 1893, p. 1). A respeito da mobília, no Museu do Ouro em Sabará, MG, encontra-se um pequeno armário do século XIX, e que talvez tenha integrado a sala de jantar (FIG. 78). Na parte interna de suas portas estão representados duas personagens em gestos que parecem oferecer aos visitantes a hospitalidade da casa por meio da gastronomia mineira. Em uma das figuras a personagem carrega o que se parece com uma gamela repleta de frutas.

FIGURA 78– Detalhe armário. Século XIX.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Del Priore (1997) aponta dois aspectos importantes nas casas construídas no período colonial que contribuem para essa explanação sobre domesticidade, acolhimento, hospitalidade. A primeira referência é que nas famílias abastadas, as refeições correspondem a um ritual doméstico que auxilia a demarcação do tempo da intimidade e a segunda, se refere a existência de pinturas executadas nos tetos dessa ambiência de intimidade da representação de frutas típicas e de alimentos nos tetos das casas senhoriais.

Também na cidade capital encontram-se os vestígios de pinturas parietais nas zonas de recepção da casa. Nava (2012) recorda com clareza as pinturas murais da sala de jantar da chácara de Júlio Pinto, na zona suburbana da capital, atual bairro Floresta. O escritor confirma a hospitalidade e a intimidade com que o visitante é acolhido na sala de jantar da casa horizontal.

A de jantar era a única peça alegre e clara: dava para um pátio interno ajardinado, transbordando avencas e suas paredes eram cobertas de afrescos pintados pelo dono da casa. Só paisagens de Minas. De suas estradas, de suas montanhas [...] (NAVA, 2012, cap. 2).

A respeito da hospitalidade, Alexander Caldcleugh em terras mineiras nos primeiros anos do século XIX relata a composição da mobília da sala de jantar. Na narrativa do viajante, a varanda da casa em Mariana está composta de *vulgar mesa de jacarandá, meia dúzia de cadeiras de vime, bancos, um velho relógio e um oratório tosco* (FRIEIRO, 1966).

Na pesquisa ao inventário *post-mortem* do Alferes Nogueira datado de 1867 que se realiza na *Fazenda do Engenho* no Curral del Rei, constata-se os seguintes *bens de raiz* referentes ao mobiliário na casa da fazenda: *huma mesa pequena sem gaveta, huma dita grande de jantar, huma pequena com gaveta, huma dita, tres catres velhos, huma dita inferior sem gaveta, três bancas ordinárias hum espiriguceiro velho e hum armário*. Na casa dos Nogueira no Arraial, declara-se uma mesa pequena, uma mesa grande, uma banca e um catre de armação. Frieiro (1966) também apresenta as considerações do viajante Herman Burmeister que viaja pelas *minas* no ano de 1851. O viajante narra que a casa acorda entre 6 e 7 da manhã e os criados ou a dona da casa acendem o fogo e preparam o café. “[M]istura-se o açúcar com os grãos para torrá-los numa panela coberta, e o açúcar derretido forma ao esfriar-se uma massa com o café. Não se usa cafeteira, servindo-se separadamente cada xícara, pequena sem alça, numa bandeja” (FRIEIRO, 1966, p.130).

Outra casa analisada nesta pesquisa é a chácara localizada nos arredores do Arraial (FIG. 79). A casa pertencente a Guilherme Vaz de Mello, abriga o engenheiro-chefe da CCNC e sua família quando instalados os trabalhos da concepção da nova cidade capital. O alpendre, ambiência de fronteira, transição para a vida interior, opõe-se à varanda aos fundos voltada para o quintal, transição para o exterior.

FIGURA 79 – Fachada da casa da chácara.



Fonte: APM, 1894-1895.

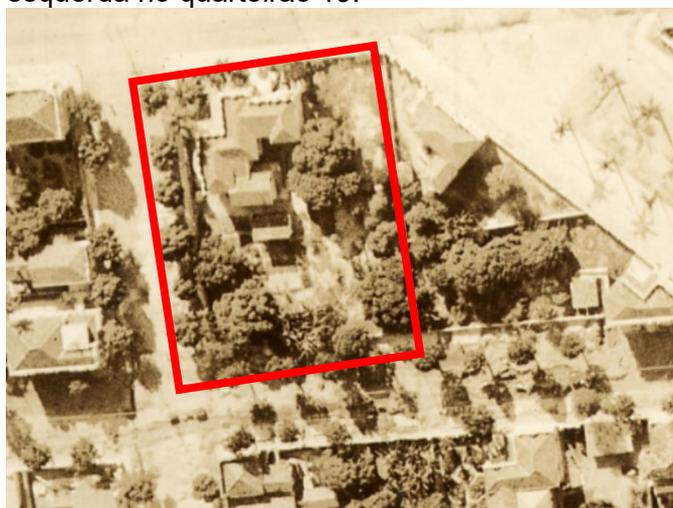
Na planta arquitetônica da casa selecionada da nova capital verifica-se que está projetada para o Desembargador Hermenegildo Rodrigues de Barros localizada nos lotes 1 a 4 do quarteirão 19 da 5ª seção urbana. A localização é privilegiada, com testada do lote para a Praça da Liberdade, localizada entre as ruas Santa Rita Durão e Cláudio Manoel (FIGS. 80 a 82). Na imagem do MUSAL do ano de 1934 (FIG. 81), notam-se os lotes 1 a 4 com a edificação implementada. Muito provavelmente é a casa analisada nessa pesquisa, pois a configuração se assemelha à do projeto de arquitetura constante no APCBH demonstrado na figura 83.

FIGURA 80 – Localização do quarteirão 19, 5ª seção urbana.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em APM, 1895.

FIGURA 81 – Implantação da casa analisada à esquerda no quarteirão 19.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em MUSAL, 1934.

FIGURA 82 – Localização do projeto na Praça da Liberdade, 1934.

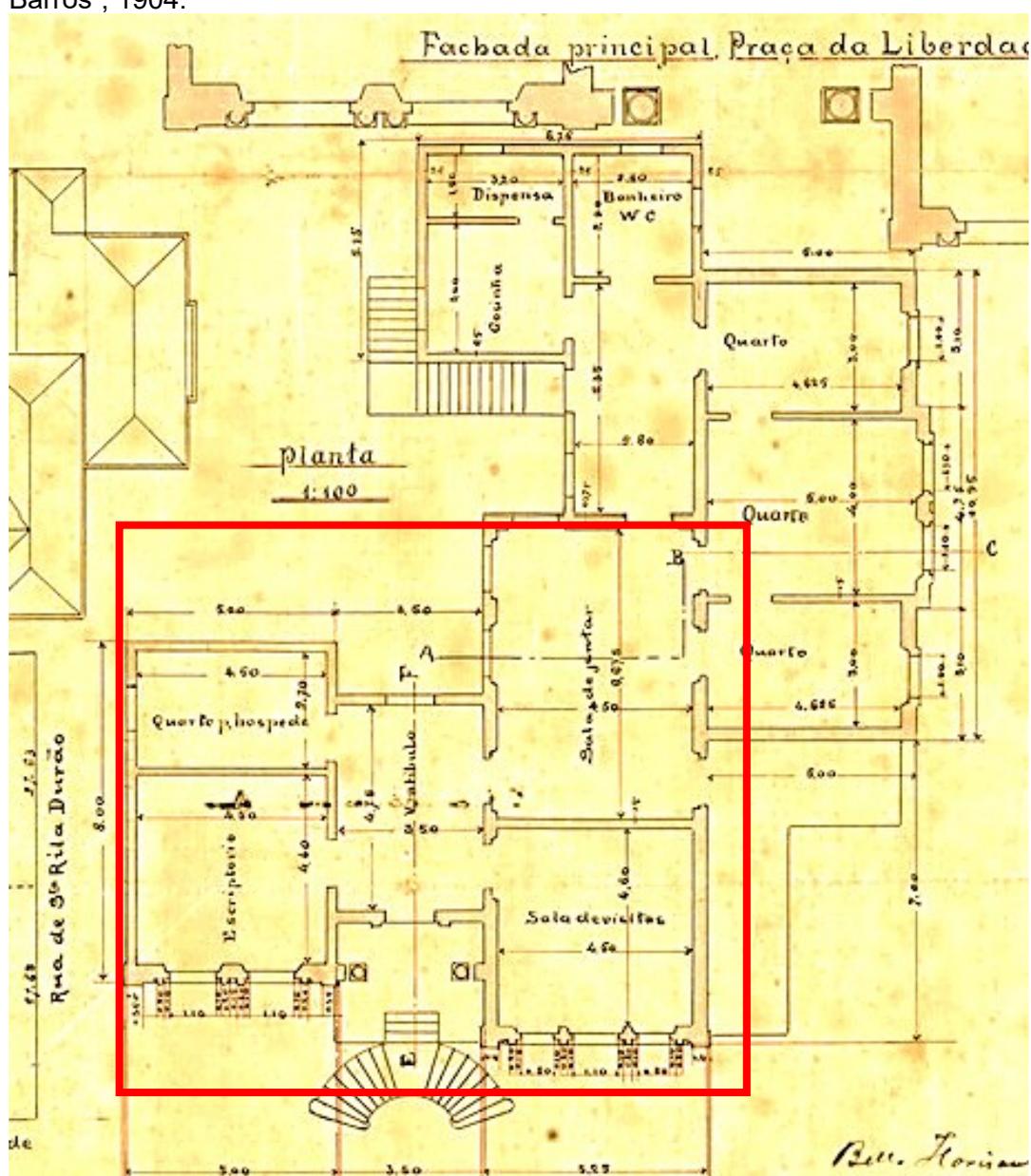


Fonte: Elaborado pela autora, com base em IEPHA, 2014.

Na análise da planta da casa verifica-se logo na entrada da edificação uma pequena ambiência responsável pela distribuição ao escritório, a um vestíbulo, à sala

de visitas, a um quarto de hóspedes e à sala de jantar (FIG. 83). Todas essas ambiências integram, portanto, a *zona de recepção* da casa e desempenham funções de abrigar a sociabilidade da casa definindo as delimitações do público na propriedade particular. Nota-se na planta arquitetônica que a locação da *sala de jantar* funciona estrategicamente como elemento de distinção entre as zonas da recepção, íntima da família e a de serviços.

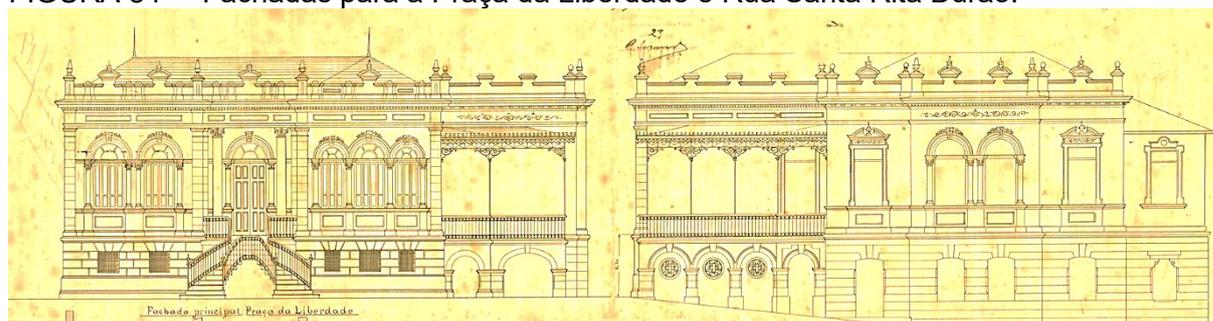
FIGURA 83 – Planta do “Prédio a construir-se nos lotes n.ºs. 1, 2, 3 e 4 do quarteirão n.º 19 da 5ª secção urbana, propriedade do Ex^{mo} Sr. Desembargador Hermenegildo Rodrigues de Barros”, 1904.



Fonte: APCBH/SMARU, 1904.

A respeito dos limites do convívio social na casa, Maria Ângela D'Incao (2004) revela que a vida burguesa no século XIX torna a vida interior da vida doméstica de tal maneira aconchegante que se delineiam áreas de convívio e áreas reservadas às distâncias sociais. A autora salienta que em muitas vezes as áreas de convívio, como as salas de visitas e os salões, são aquelas voltadas para o círculo restrito de familiares e amigos. Dois aspectos merecem ser destacados a respeito da implantação da casa analisada (FIGS. 84 a 86). O primeiro, é a edificação da moradia posicionada na esquina das vias públicas, porém, recuada do alinhamento do lote, distinção do privado. Nota-se que apesar da propriedade se configurar em 4 lotes, optou-se por um tímido recuo frontal e lateral, possivelmente para se garantir distância das demais construções no quintal e a garantia de espaço suficiente para jardins, terreiro e pomar.

FIGURA 84 – Fachadas para a Praça da Liberdade e Rua Santa Rita Durão.



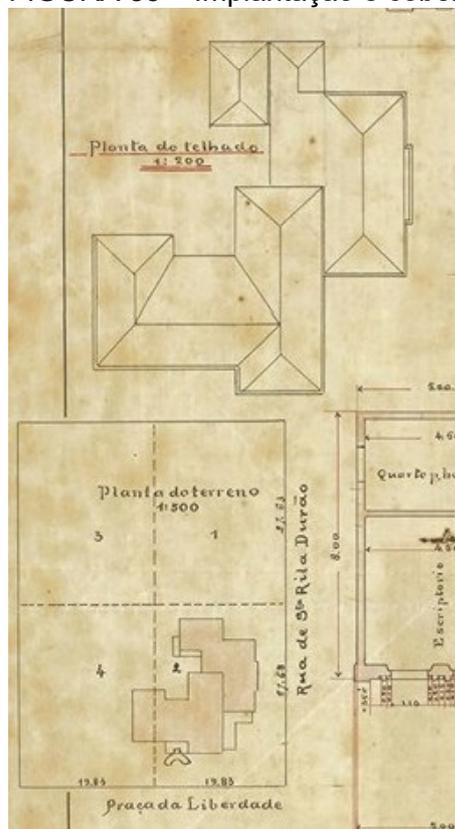
Fonte: APCBH/SMARU, 1904.

Na fotografia aérea de 1934 pode-se constatar que a edificação está envolta em arborização (FIG.86). É a própria casa, segundo Corbin (1987, p. 211), “que precisa evitar a confusão das emanções sociais e a promiscuidade miasmática das ‘atmosferas familiares’ justaposta”. Assim, para esse o autor se torna imperativo a proximidade de uma reserva de ar puro e o domínio sobre os fluxos aéreos constituem. “[C]erpear o ar confinado e os odores de mofo no interior das peças das casas tornam-se aqui a grande empresa higienista” (CORBIN, 1987, p. 212).

Os jardins têm função primordial no arejamento da casa. Cleser (1902) dedica um capítulo ao quintal e ao jardim. Essa autora orienta que a dona de casa deve ajardinar seu quintal e reservar um pequeno gramado coradouro das roupinhas das crianças. Também deve-se reservar o local para “suprir de temperos a cozinha

familiar”. Corbin (1987) assinala que os jardins das hortaliças e floral são distintos: “o jardim do prazer “é fechado por cercas vivas e a horta fechada por muros.

FIGURA 85 – Implantação e cobertura. FIGURA 86 – Implantação da casa analisada.



Fonte: APCBH/SMARU, 1904.



Fonte: MUSAL, 1934.

De acordo com a pesquisa de dados realizadas, nas casas da Capital das primeiras duas décadas, além da estrutura produtiva e de apoio à casa também ganha relevo a vegetação nos quintais. As edificações de apoio e elementos vegetais estão presentes tanto nas casas rurais, quanto nas urbanas do arraial e arredores. É nesse contexto da variedade de elementos e funções que o quintal alberga que se apresenta a seguir.

4.2 Não sendo casa é, no entanto, da casa

Na pesquisa sobre o habitar horizontal nos documentos da CCNC, nos periódicos analisados e nas entrevistas realizadas, verifica-se a presença das terras

cultivadas, tanto nas casas rurais e urbanas do Arraial, quanto nas casas urbanas e suburbanas da Capital. Naquelas, há constância das áreas de roça, de plantio de milho e café e do pasto e das áreas imediatamente contíguas à casa de moradia, designadas por *quintal*. Nos terrenos urbanos, predominam os quintais. Logo, percebe-se a perpetuação desse elemento no *habitar horizontino*, legado de cultivo e criação de outros tempos. Esse modo de viver, em complementaridade de casa e quintal, constitui-se como a fusão da ocupação e da fixação do homem no território mineiro desde a América Portuguesa, sob as orientações e diretrizes de implantação das povoações, na tradição portuguesa dos jardins e das *quintas* e, na cidade capital, nas determinações da CCNC.

Nas casas rural e urbana, supõe-se que o manejo da terra para fins produtivos tem laços com a fixação do homem e a criação de um universo individual da casa que se pauta pelos ciclos e ritmos da natureza. Perrot (1991), na *História da Vida Privada*, ao tratar das *maneiras de habitar*, identifica uma relação da casa com o manejo da terra. “[A]casa alarga-se à exploração; a casa, o *oustal* incluem as terras. Rudimentar e superpovoada, a casa-edifício é mais um instrumento de trabalho do que um interior” (PERROT, 1991, p. 312).

Terras de cultivo, terras de cultura e campos, roça, terras de criar, terras de planta, planta de milho, terreiro, quintal e pátio estão entre as designações constantes nas fontes pesquisadas e que se vinculam às atividades sujeitas a determinadas limitações do tempo nas casas rural e urbana. Nessa direção, as casas rurais e urbanas do arraial e da cidade possuem um modo de vida particular para cada unidade familiar que se pauta nos ciclos de produção, nos calendários agrícolas e nos ciclos da natureza. As casas rurais situadas no distrito do Belo Horizonte abrigam distintas atividades associadas em lavoura, criação de gado e beneficiamento de produtos agrícolas e que se apoiam, essencialmente, na mão-de-obra familiar e dos agregados.

É nessa direção que Francisco Coelho da Silva⁵⁶ declara *6 alqueires de terra de planta de milho no Pindahibas*; Mariana do Espírito Santo⁵⁷, *5 quartas de planta de milho e um pedaço de campo no sitio Sobradinho* e Izidora da Costa, *um pedaço de terras que leva meio alqueire de planta no Ribeirão do Onça*. Cabe salientar que a *Lei*

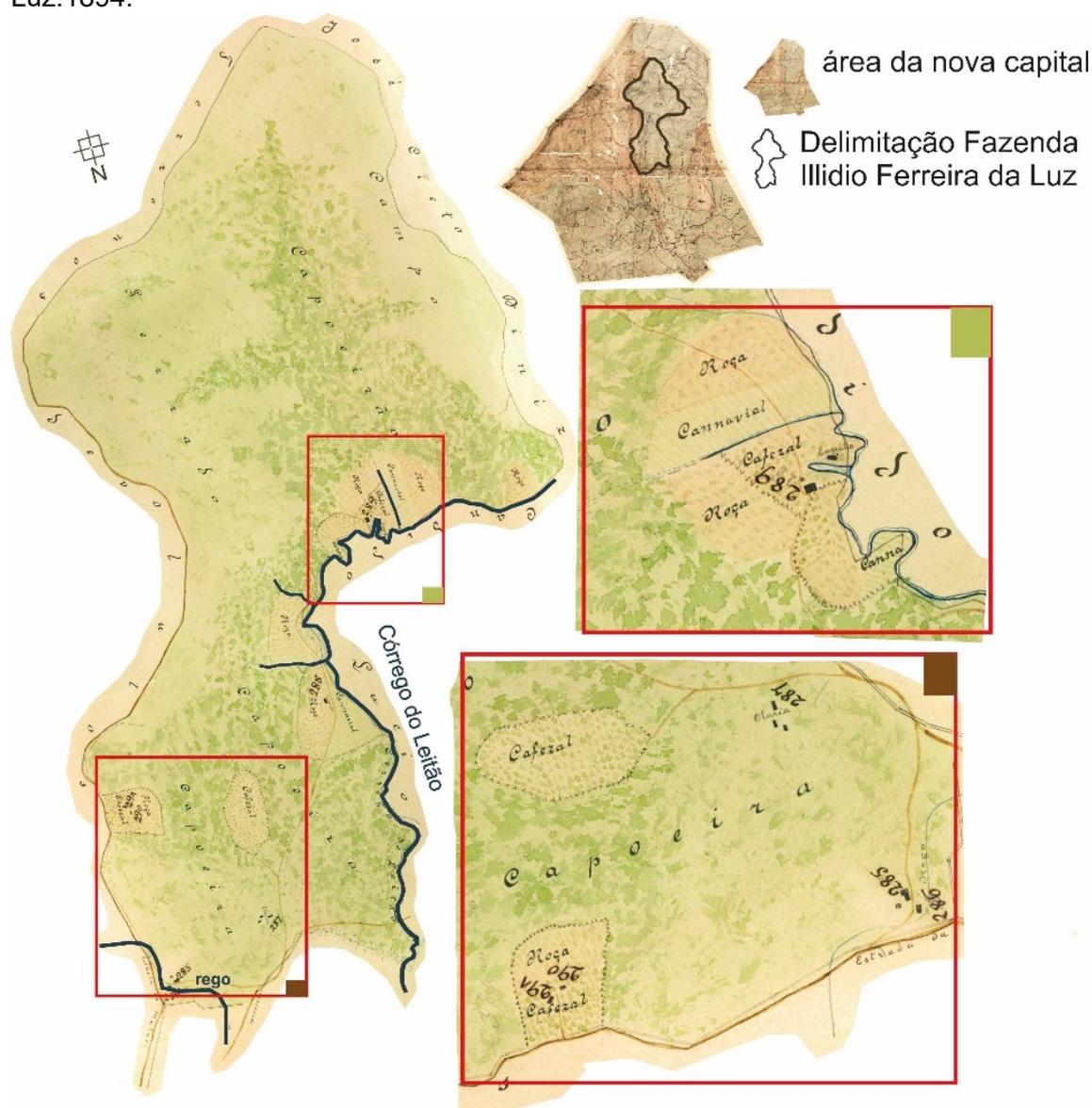
⁵⁶ Declaração nº102 do Registro de Terras 1855-1856.

⁵⁷ Declaração nº 95 do Registro de Terras 1855 - 1856.

de Terras vincula a ocupação da terra ao seu cultivo e, por isso, nota-se a constância das referências ao uso agrícola e pastoril da terra nas transcrições da declarações de terras.

Na fazenda de Ilídio Ferreira da Luz (FIG. 87) constata-se as edificações e as delimitações dos trabalhos de cultivo da terra: roça, cafezal, canavial, capoeira e capoeirão. A partir da casa da moradia, a edificação principal do conjunto, se organizam os anexos e os complementos que se vinculam às atividades domésticas e produtivas.

FIGURA 87 – Roça, canavial, cafezal, engenho e moradia. Fazenda de Ilidio Ferreira da Luz. 1894.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em APCBH/SMA, 1894.

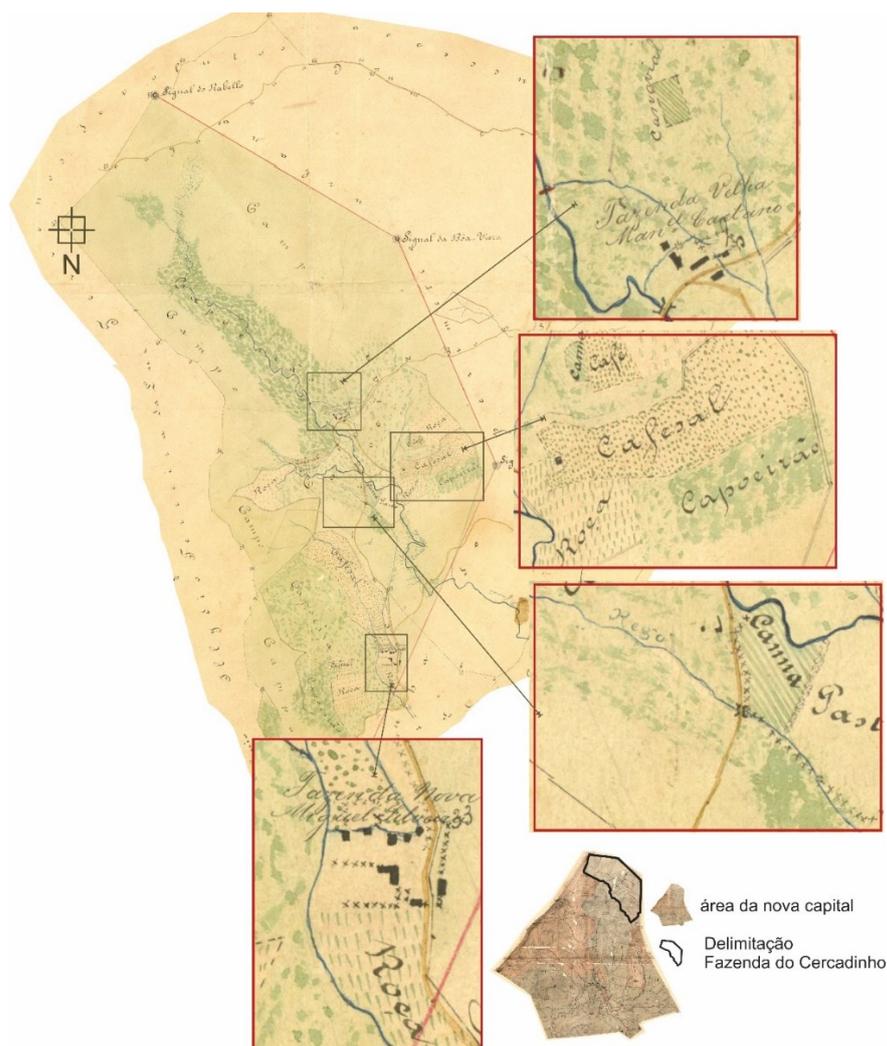
Segundo Lemos (2007, p. 48), “todas as propriedades agrícolas possuem em entorno de suas sedes uma constelação de pequenas construções, todas destinadas a atividades, de um modo ou outro, relativas à vida doméstica e ao cotidiano da família”. Contemporaneamente, o relato do agricultor do Vale do Jequitinhonha Antônio da Silva contribui para o entendimento sobre o plantio e o uso do solo. “[O] agricultor usa um quarto da terra boa pra plantar cana. O resto usa para plantar outra coisa: planta milho, feijão ou mandioca” (SILVA, 2019, p. 189).

Em relação a roça e a capoeira, segundo Freitas *et al*, (2012), a roça ou rocinha é o local onde os agricultores costumam plantar o cultivo anual no período das chuvas. Nas plantas das fazendas localizadas nos arredores do Arraial, a indicação de “capoeira” e “capoeirão” é constante (FIG.87). Segundo esses autores, a capoeira é corresponde à vegetação mais abundante, mas que sofre a ação do homem e se encontra em processo de recuperação. Nas declarações de terras dos anos de 1855-1856, são constantes as menções ao *plantio de milho*. O significado dessa expressão é esclarecido por José Newton Coelho Menezes (2007), no âmbito dos estudos para a Comarca de Serro Frio no século XVIII. Segundo o pesquisador, “produzir milho” significa ser produtor rural e, a referência ao tamanho de um terreno destinado ao plantio, constitui a capacidade de semeadura do cereal. Portanto, muito possivelmente, o uso dessa expressão nas declarações do Livro de Terras Públicas-LTP pode ser associado à exigência do cultivo da terra pela *Lei de Terras*. Vale destacar que a exigência legal do pagamento de uma taxa sobre o número de letras constantes da declaração torna-as, em sua maioria, “enxutas” em seus conteúdos descritivos. Por isso, faz sentido o uso da expressão *planta de milho* que atende tanto à exigência de cultura da terra da legislação quanto ao bolso do declarante

Na carta endereçada à CCNC, no ano de 1894, o proprietário da *Fazenda do Barreiro* relaciona os *maquinismos* vinculados à *aguada*: a roda de engenho de cana, os pilões para fazer farinha e descascar café e a roda de fazer farinha de mandioca e moinho. Ao conteúdo desse documento pode-se associar os relatos sobre os trabalhos quotidianos na casa rural de Castro (2019) no estudo sobre a agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. “A gente fazia aquilo para comer, mas também vendia no decorrer do ano, para repor o que precisava. Vendia carne, ovo, gordura e rapadura para comprar tecido, sal, querosene” (CASTRO, 2019, p. 17).

Na representação da *Fazenda do Cercadinho*⁵⁸ (FIG. 88) localizada nos arredores do Arraial, estão delimitadas a drenagem das águas, a vegetação de “capoeirão” e “capoeira”; os campos, as áreas de cultivo e de roça, as edificações. Observa-se na representação a indicação do córrego que dá nome à fazenda.

FIGURA 88 – Planta da Fazenda do Cercadinho, 1894.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em APCBH/SMA, 1894⁵⁹.

A indicação de “rego de água” possibilita o entendimento que há condução e a distribuição das águas para as atividades diárias. Esse elemento está presente

⁵⁸ Planta elaborada pela Comissão Construtora da Nova Capital no processo de tombamento de parte do imóvel rural denominado *Fazenda do Cercadinho* (COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL, 1894).

⁵⁹ Nota: APCBH/SMA. Notação AI.01.06.00-389(241).

também nas casas urbanas do arraial, conforme relato do engenheiro da CCNC sobre a presença de bica de água na maioria das casas do arraial (LEAL, 1895). Segundo Lemos (1999) esses elementos caracterizam a maneira de morar mineira. “Os mineiros, mais que todos, eram peritos nesse tipo de canalização no chão e na construção de aquedutos” (LEMOS, 1999, p.17).

Na planta analisada da fazenda do Cercadinho identifica-se dois conjuntos de edificações próximos à corpos d’água, que estão designados como *Fazenda Velha* e *Fazenda Nova* (FIG.89). Também, próximos a duas áreas de cafezais vê-se a existência de edificações. No entorno dessas edificações estão delimitadas as atividades conjugadas de agricultura e pecuária: áreas de pasto, de cana-de-açúcar, de cafezais e das roças de feijão, milho e mandioca.

Os documentos constantes do processo de tombamento da Fazenda do Cercadinho possibilitam a aproximação do modo de morar a partir da composição das edificações componentes da casa rural especificada na área delimitada para desapropriação. A *Fazenda Velha* compõe-se de uma “casa de habitação, um moinho, um engenho de café, um engenho de farinha de mandioca”. Cita-se a existência de “senzalas inabitadas e inabitáveis” e que não estão discriminadas no conjunto de edificações da *Fazenda Nova*, onde se tem “uma casa de habitação, moinho, engenho de farinha, moinho e engenho de açúcar e outras edificações”.

Retoma-se a planta da fazenda onde se vê-se a representação de edificações próximas a dois cafezais (FIG.89). No processo de tombamento há a descrição de uma outra casa conforme se constata nos seguintes trechos destacados do documento: “Candido Lúcio da Silveira e sua mulher Dona Rita Maria da Silveira “[...] pela casa e cafezal que possuem nesta fazenda, mas que não está descrito no inventário” e no trecho: “Candido Lúcio da Silveira [...] pelo seu cafezal [...] e casa existente no mesmo cafezal”. Essas descrições apontam que as terras da fazenda não são ocupadas por um só proprietário. Portanto, quando se diz, *Fazenda do Cercadinho*, não se sabe quantos núcleos familiares habitam na área da fazenda.

No arraial, os quintais estão também mencionados nas declarações de Francisco Alves do Vale, que possui terras *divisando com quintais de casas da Rua de Congonhas*; de Antônio Teixeira Ferraz, *um pasto e quintal, divisando com a fazenda do Capão* e de Firmina da Silva, *um quintal nas Pindaibas, em Venda Nova*.

Os quintais estão indicados na carta descritiva do coronel Júlio C. Pinto Coelho, do ano de 1890, apresentada por Barreto (1996). Coelho, imbuído pela campanha de mudança da capital, realiza o levantamento da localidade de Belo Horizonte e o encaminha ao governo de Minas Gerais juntamente com a referida carta (BARRETO, 1996). Destaca-se o relato referente a produção de alimentos no arraial,

[...] o milho, o feijão, o arroz, a batata, o aipim, o trigo (?) e toda sorte de legumes; a manga, a laranja, o abacaxi, a fruta-do-conde, o araticum, a jabuticaba, a uva, a maçã, o pêssego, a romã, a ameixa, a banana, o figo, o caju, a gabioba, o murici, a mangaba [...] aí prosperam admiravelmente e dão fartos e deliciosos frutos (BARRETO, 1996, p. 235).

No acervo iconográfico e textual da CCNC é possível localizar os quintais nas plantas das propriedades designados como *terreno cultivado: pomar, parte do terreno cultivado, parte inculto*. Como se trata de documentos de desapropriação, supõe-se que esses detalhes tenham sido arrolados pois incidem na avaliação dos imóveis. Na área definida para receber a nova capital do estado, entre as propriedades de Guilherme Vaz de Mello consta a chácara edificada nos arredores do arraial, adquirida por compra no ano de 1889. Observa-se no registro fotográfico o quintal murado no entorno da casa e o restante da propriedade dedicada à pastagem da criação onde lê-se: “pasto”. A propriedade está inserida em trecho do percurso da drenagem do Ribeirão dos Arrudas e o Córrego Acaba Mundo, em que a área envoltória da casa de moradia está indicada por *quintal* (FIGS.89 e 90).

Na planta analisada, no quintal estão alojados os telheiros, os depósitos, o moinho e os engenhos. Santos (1985) explica que o quintal em sua relação com a casa é definitivamente distinto da rua que pertence ao mundo externo. “[N]ão sendo casa é, no entanto, da casa; que apesar de externo, não é rua” (SANTOS, 1985, p. 49). Esse componente fundamental da casa brasileira está assim definido no dicionário de arquitetura Corona e Lemos (2017, p. 397): “o terreno cultivado ou não, anexo à residência urbana ou rural, servindo de pátio, terreiro, jardim, horta e pomar”. No *Diccionario da língua portuguesa* de Antônio de Moraes Silva (1823), o quintal compreende, na cidade ou na vila, ao pedaço de terra murada com árvores de frutas

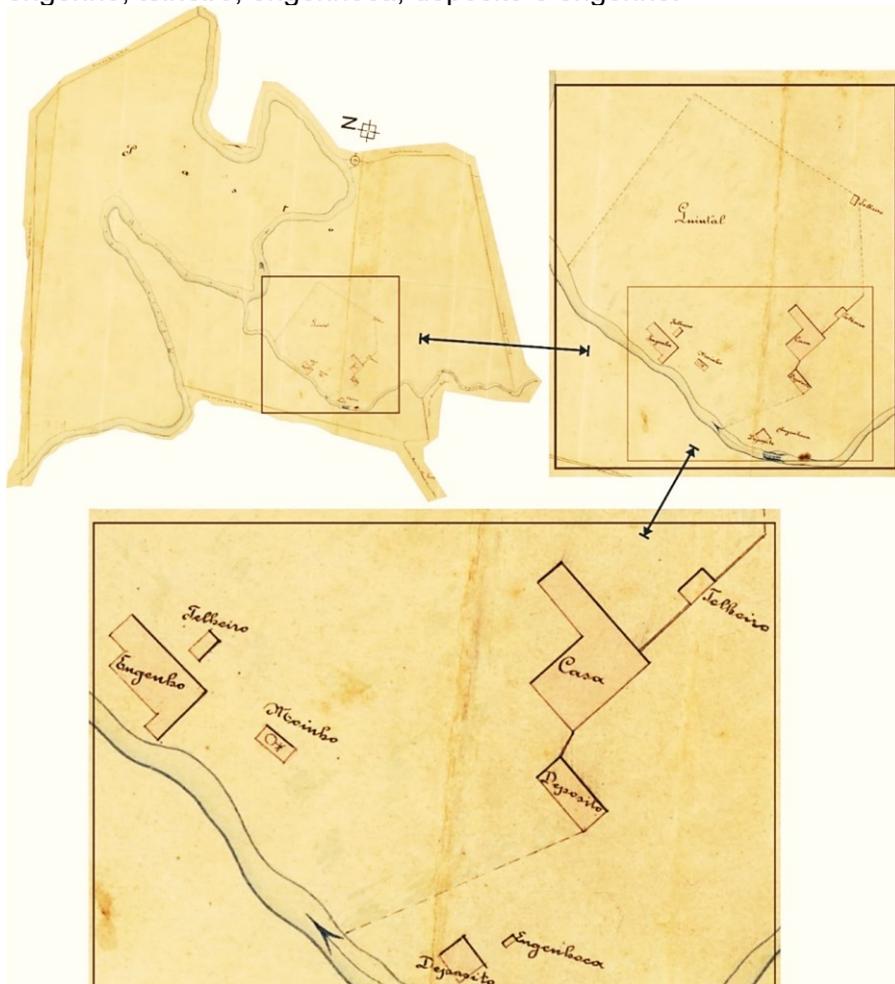
e companhia. Interessante os vínculos com os verbetes *quintaladas* que são muitos quintais; *quintalão*, o quintal grande; *quintalejo*, o quintal pequeno.

FIGURA 89 – A chácara e seu elementos da vida quotidiana.



Fonte: Elaborado pela autora com base em APM, 1894 - 1895

FIGURA 90– Chácara; repertório das práticas quotidianas e domésticas: pasto, casa, engenho, telheiro, engenhoca, depósito e engenho.



Fonte: APCBH/CCNC, 1894.

Dourado (2004), ao tratar da casa brasileira nos tempos coloniais, afirma que os quintais compreendem extensões das casas urbana e rural, é o local das atividades do dia a dia da casa e se configura como uma “despensa” que garante a subsistência da família. “[N]o campo, funcionaram como balão-de-ensaio da agricultura trazida pelo colonizador. Na cidade, os quintais formalizam os primeiros espaços verdes, bem antes da constituição de passeios e parques públicos” (DOURADO, 2004, p.85).

Há um esforço dos estudiosos para a definição desses ambientes que podem abarcar amplos usos. Trindade; Rebello e Kato (2015) consideram os quintais como as áreas de produção, localizados próximo da casa, onde se cultivam uma variedade de espécies agrícolas e florestais, envolvendo também a criação de pequenos animais domésticos ou domesticados. A pesquisadora Carolina Taqueda (2009)⁶⁰ utiliza o termo *jardins-quintal* para a análise das terras quilombolas no Vale da Ribeira em São Paulo. Esse termo caracteriza áreas que conjugam trabalho familiar e sua multifuncionalidade como um espaço estético, social, recreativo e utilitário (TAQUEDA, 2009). A diversidade dos usos que estão inseridos no quintal é destacada por Freitas *et al* (2010): o terreiro ou oitão, o jardim, a horta, o canteiro, a roça ou a rocinha, a capoeira, o baixio, a mata, a faxina, o curral, o chiqueiro, o fole e o monturo.

A valiosa análise das questões terminológicas elaborada por Carrapinha (1995)⁶¹ avalia os termos vinculados às parcelas horto frutícolas que possuem um sistema de rega e de vedação destinadas à produção. O *horto* se apresenta como uma parcela de terreno cercada, de pequena extensão, análogo ao *quintal*, onde se

⁶⁰ A importante pesquisa da dissertação se refere aos jardins, quintais e sistema agrícola nas populações quilombolas do Vale do Ribeira em São Paulo (TAQUEDA, 2009).

⁶¹ Segundo Carrapinha (1995, p. 32): “Uma análise às raízes etimológicas dos vocábulos em questão, horto e jardim, consolida as afirmações anteriormente produzidas. O estudo da raiz destes vocábulos conduz-nos a uma família de palavras com uma mesma raiz etimológica indo-europeia, *gher* e *ghort* cujo sentido é, respectivamente, vedação e espaço fechado. Descendentes desta família temos, em grego, *chortos* e mais tarde no latim, *hortus* – que evoluíram para *horto* ou *huerto* – designando pequenos espaços fechados, onde se pratica uma cultura intensiva de verduras, frutos e flores para consumo diário. Descendentes da mesma família indo-européia são, no antigo irlandês *gard*, no germânico antigo *geard*, no inglês, *Yard* e no franco, *gart*. Todas elas têm um idêntico significado de recinto cultivado ou pátio junto à casa. Evoluíram para *jardín*, em francês, *garden* em inglês, *garten* em alemão. Em suma, os termos horto e jardim, exprimem na sua origem, a mesma realidade. Apenas chegam a Portugal por caminhos diversos. O segundo impõe-se por vontade de igualar, copiar os modelos estrangeiros, como símbolo de europeização. É afinal, e não mais que isso, o rebaptizar de uma situação existentes, uma nova riopagem, sem produzir modificações na sua essência e na tradição mediterrânica que o horto continha. Este facto é atestado por Covarrubias, em 1611, na definição encontrada para jardim: *Huerto de recreacion de diversas flores y yervas olorosas com fuentes y quadros repartidos com muchas lazos y obras que llaman los latinos “topiaria” de massas de arrayan e de otras yervas*”.

cultivam hortaliças, legumes, plantas ornamentais e árvores frutíferas, sujeitas a uma técnica intensiva de produção; e sendo sinônimo de pomar, *vergel* e horta. O *horto* distingue-se, na dimensão, da *horta*; do *pomar*, pelo predomínio de árvores frutíferas; e do *vergel*, que exprime um “atributo verdejante, ameno, abundante, delicioso, aplicado ao horto”.

Historicamente, a presença dos quintais nas casas brasileiras pode ser encontrada em documentações administrativas e paroquiais e nos relatos de viagens. Na sentença proferida pelo Ouvidor de Villa Rica (SPHAN, 1944, p. 283) no ano de 1766 lê-se: “pagar as casinhas e chãos, as obras do quintal – tanque, ruas de canteiro, muros. No texto referente à fundação de vilas e povoados no Pará, do ano de 1756, onde se estabelece que as edilidades parenses (SPHAN, 1947, p.2 39-40): “não deviam esquecer, entre os seus melhores deveres [...] ao incremento da lavoura nos quintais das casas” bem como no ano de 1763, os vereadores ordenam aos munícipes que plantem nos seus quintais “ quatro pacoveiras, duas laranjeiras, um limoeiro, uma pimenteira, duas goiabeiras, dois cajueiros, dois mamoeiros, coqueiros, vinte e cinco pés de cacau, vinte de café”. Oliveira (2011, p. 13), ao estudar os jardins coloniais, os descreve:

[...] as espécies difundidas nas parcelas hortifrutícolas da urbe colonial, além de serem utilizadas para assegurar a subsistência diária, eram manifestações de cultura. Assim, observavam-se ali plantas de valor alimentar, condimentar, medicinal e ornamental, frequentemente organizadas pela criatividade dos moradores desses locais, sempre atentos às condições favoráveis do plantio, de acordo com as particularidades biofísicas de cada sítio.

Sabe-se que desde o século XVII, o cultivo de árvores, flores e jardins incorpora-se gradativamente ao cotidiano, torna-se um hábito comum à população urbana (THOMAS, 2010). Embora o quintal possua um vínculo formal com as diretrizes e normas da administração portuguesa e, posteriormente, com as diretrizes do governo de Minas Gerais e da prefeitura municipal da capital, essa maneira de ocupação dos terrenos está plenamente incorporada ao morar horizontal. Essa área envoltória da casa se torna complementar e fundamental à edificação principal que

abriga a casa, pois é por ela que se efetiva a plena realização das tarefas domésticas. O quintal na casa brasileira, para Nunes (1994, p. 262), “prolonga, a céu aberto, o interior da casa: tem o seu tanto de horta, o seu tanto de jardim e o seu tanto de pomar, podendo também funcionar como saguão ou pátio [...] abriga serviços e coisas que não caberiam no âmbito doméstico”.

A pesquisa demonstra que são habituais as atividades domésticas realizadas tanto na casa de moradia quanto nos espaços componentes do quintal como se constata na casa localizada na rua do Rosário no arraial. Na fotografia da CCNC (FIG.92) observa-se a área localizada imediatamente contígua à casa de moradia e que corresponderia ao *terreiro* (FREITAS ET AL, 2010, 2019).

No registro da CCNC, no terreiro formado por terra batida circula livre a criação de galinhas. Uma bacia e um cesto repousam na parede dos fundos da cozinha, o jirau está montado para "quarar" as roupas, secar as panelas e quem sabe aguarda para secar o café, presença constante nos quintais horizontinos (FIG. 91).

FIGURA 91 – Quintal da casa do arraial, Largo do Rosário.

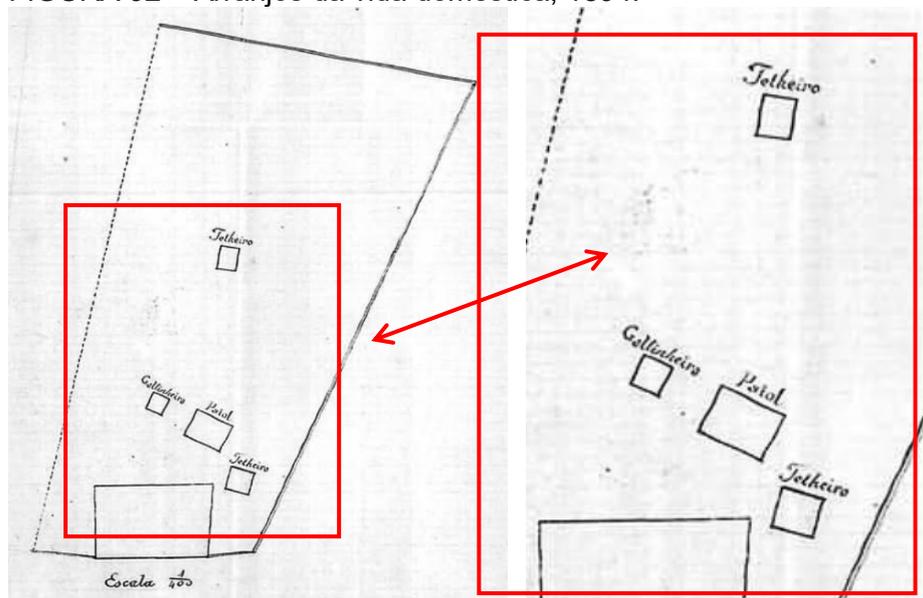


Fonte: MHAB/CCNC, 1894-1897⁶².

⁶² Nota: “Casa que pertenceu aos herdeiros de Francisco José da Silva Reis”, [1894-1897].
Notação: CCFot1896 011.

Esse arranjo também está indicado na planta da casa e quintal de Antônio Joaquim da Silveira (FIG. 92). Nessa planta estão representados os telheiros, o paiol e o galinheiro. A *cozinha de dentro*, que abriga o fogão de barro, constitui o local em que se cozinha os alimentos e recebe o auxílio do quintal. Os telheiros abrigam a lenha para os fogões, as atividades de abate, o fabrico do açúcar e da rapadura, as farinhas de milho e mandioca. Cleser (1902) orienta que no quintal deve-se reservar um galinheiro pequenino de arame ou de grades de madeira. Essa estrutura abriga, de acordo com Cleser (1902, p. 182-183): “doze a quinze gallinhas e um gallo communs, aos quaes se dá todos os dias os restos dos pratos, algumas folhas de couves, de alfaces, de gramas, as cascas socadas de ovos, água pura e um litro de milho”.

FIGURA 92 – Arranjos da vida doméstica, 1894.



Fonte: APCBH/SMA, 1894⁶³.

O engenheiro da CCNC assim relata a presença dos quintais no habitar horizontal: “Nos quintaes, cafeeiros e grandes laranjaes e outras muitas variedades de fructas, tudo plantado sem ordem nem methodo, com intervalos quase nulos, que atrofiam as arvores e fazem-lhes perder a beleza e a força” (LEAL, 1895, p. 13). A aparente falta de ordem e distinção do cultivo apoiado na mistura de arbustos, árvores e ervas num mesmo recinto resulta em espaços complexos, de caráter predominantemente empírico (OLIVEIRA, 2011). “[O]s aromas, as cores, as formas,

⁶³ Nota: Processo de tombamento da casa e quintal de Antônio Joaquim da Silveira, 1894. Notação: AI.01.04.01 - 310 (015)

os sabores e os tatos daí provenientes contribuía para o incremento das qualidades estéticas nos mencionados lugares [...] hortas e pomares reforçavam na escala urbana a noção de conjunto e a continuidade da paisagem” (OLIVEIRA, 2011, p. 13). Na cidade capital, a “ordem” dos quintais e da vegetação como recursos à salubridade urbana, fica estabelecida nas áreas públicas: na arborização das vias e das praças e parques. Na escala do lote particular, exigiu-se a introdução de plantas de cultivo e de espécies arbóreas. Assim se observa a casa e o quintal como excelência da moradia conformando o habitar horizontal (FIG. 93).

FIGURA 93 – Casas e quintais em Belo Horizonte, 1934.



Fonte: MUSAL, 1934⁶⁴.

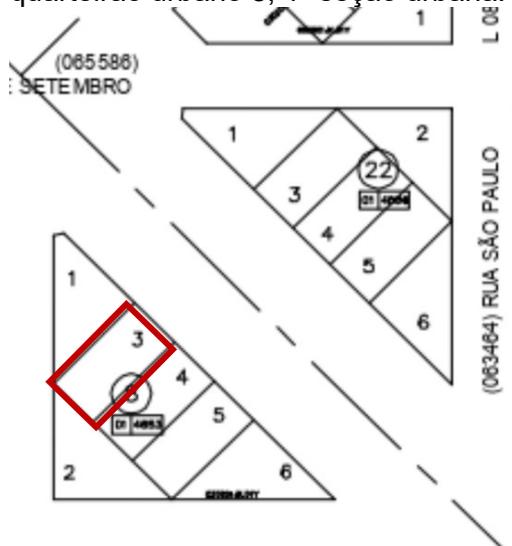
Nas plantas das moradas horizontinas da capital, são constantes os projetos de modificações com acréscimo de área construída, seja na própria casa de moradia ou nas edificações anexas. Os quintais, portanto, prosseguem como abrigo de *cozinhas de fora*, despensas, estrebarias, cocheiras, para lenha, para despejo e outras tantas atividades ligadas à casa. Observa-se na figura 93 os quintais e as casas de residências nos quarteirões localizados no entorno da Praça da Liberdade.

A casa de D. Maria Esteves, localizada no lote 3, quarteirão urbano 8, 1ª seção urbana datada de 1902 (FIGS. 94 e 95). No projeto arquitetônico tem-se a locação da casa de moradia e no quintal consta uma edificação de apoio a casa. Esse anexo compreende um quarto, um “lavenndairo” e um “lenheiro”. Também na planta de acréscimo no imóvel do comerciante sr. Fernando Jardim (FIG. 96) do ano de 1915

⁶⁴ Nota: Fotografia aérea Ministério da Defesa/MUSAL. 31-10-1934.

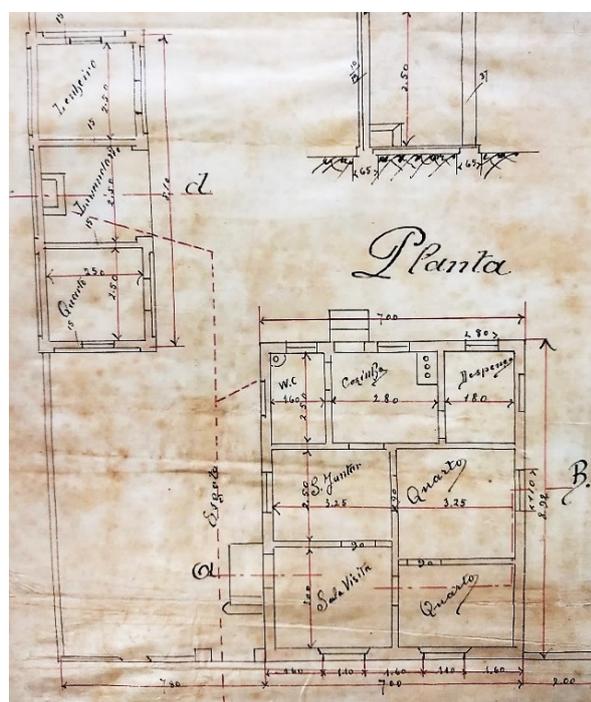
notifica-se uma edificação de moradia no lote e a proposta de um anexo localizado no quintal, que compreende cômodos para o funcionamento de uma oficina de carpintaria com divisão para um depósito de apoio e uma ambiência administrativa, designada “escritório”. Tudo indica que na casa da capital a presença do uso misto, do convívio dos mundos do trabalho e da residência se tornaram comunais. São também constantes os projetos de modificações e acréscimos de ambiências na própria casa e que avançam pelo quintal (FIGS. 97 a 102).

FIGURA 94 – Localização do lote 3, quarteirão urbano 8, 1ª seção urbana.



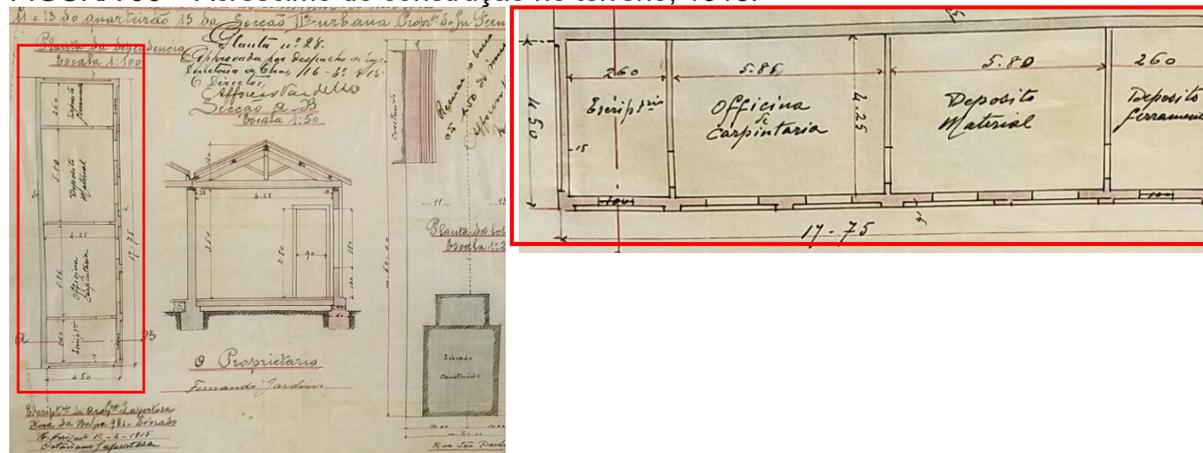
Fonte: PBH, 2011.

FIGURA 95 – Planta da casa e anexo, 1902.



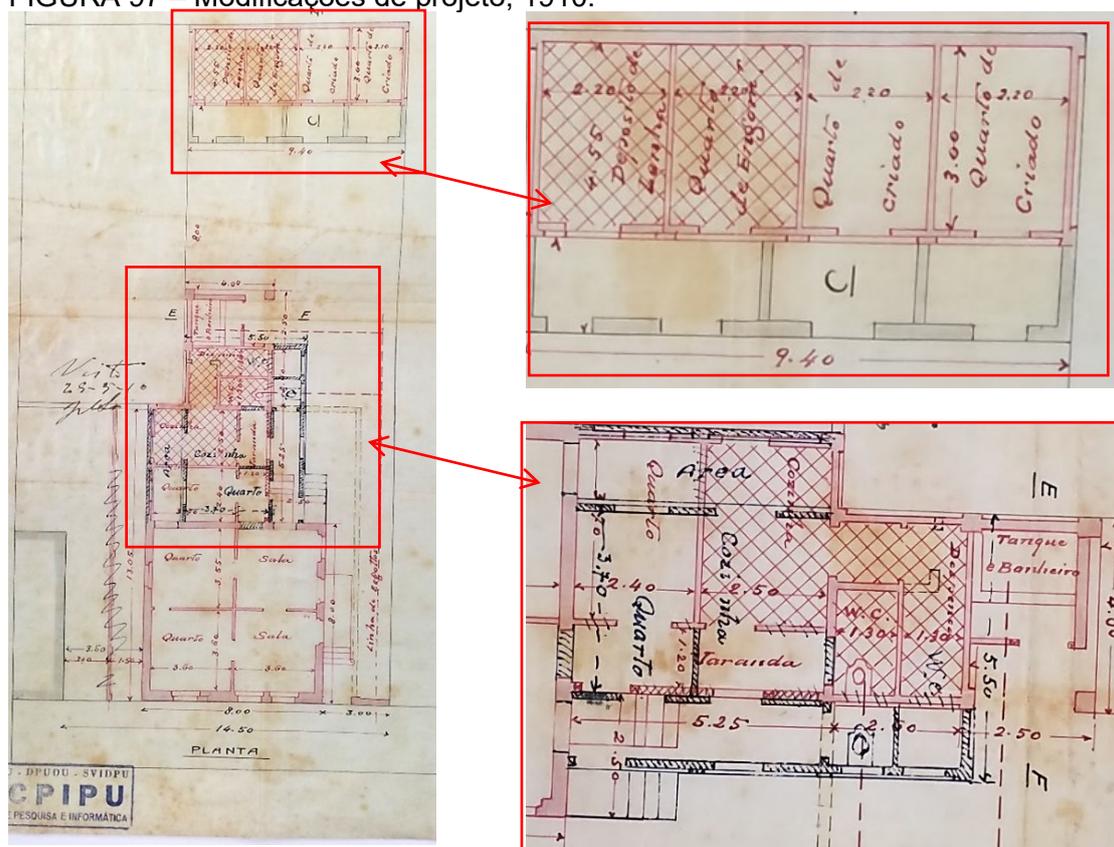
Fonte: APCBH/SMARU, 1902.

FIGURA 96 – Acréscimo de construção no terreno, 1915.



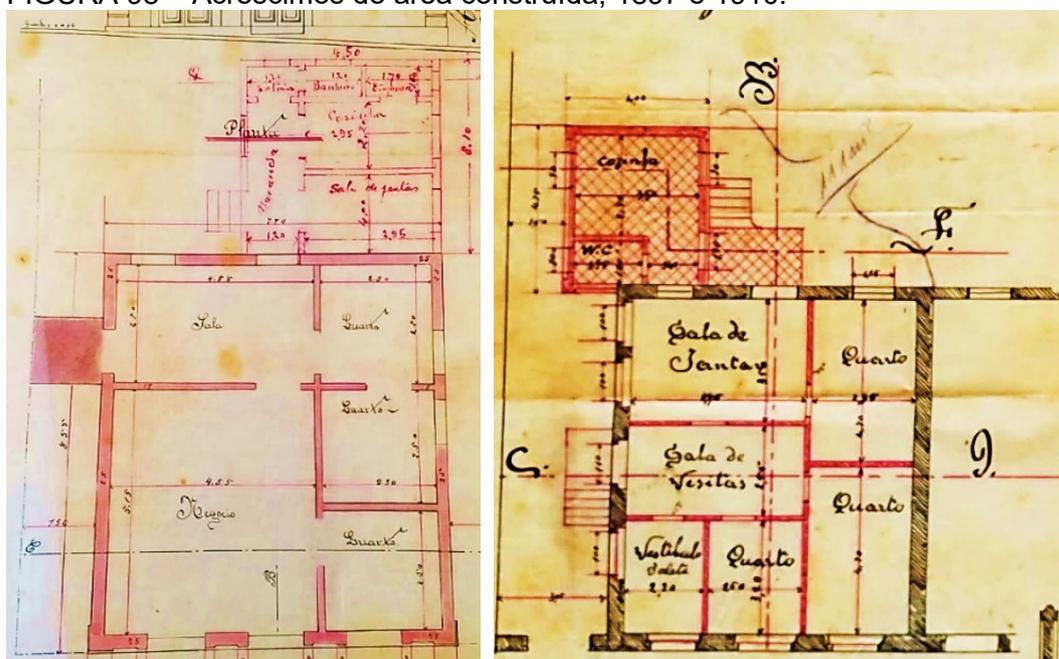
Fonte: APCBH/SMARU, 1915.

FIGURA 97 – Modificações de projeto, 1910.



Fonte: APCBH/SMARU, 1910.

FIGURA 98 – Acréscimos de área construída, 1897 e 1910.



Fonte: APCBH/SMARU, 1897.

Fonte: APCBH/SMARU, 1910.

No “Projecto a edificar nos lotes 15 e 16 do quarteirão 16 da Secção IIª urbana de propriedade do [...] José Garavello” de 1904, constata-se a edificação da moradia

associada aos negócios e um “barracão” com os usos “depósito de capim”, “cochera” e “guarda varejo” (FIG.99).

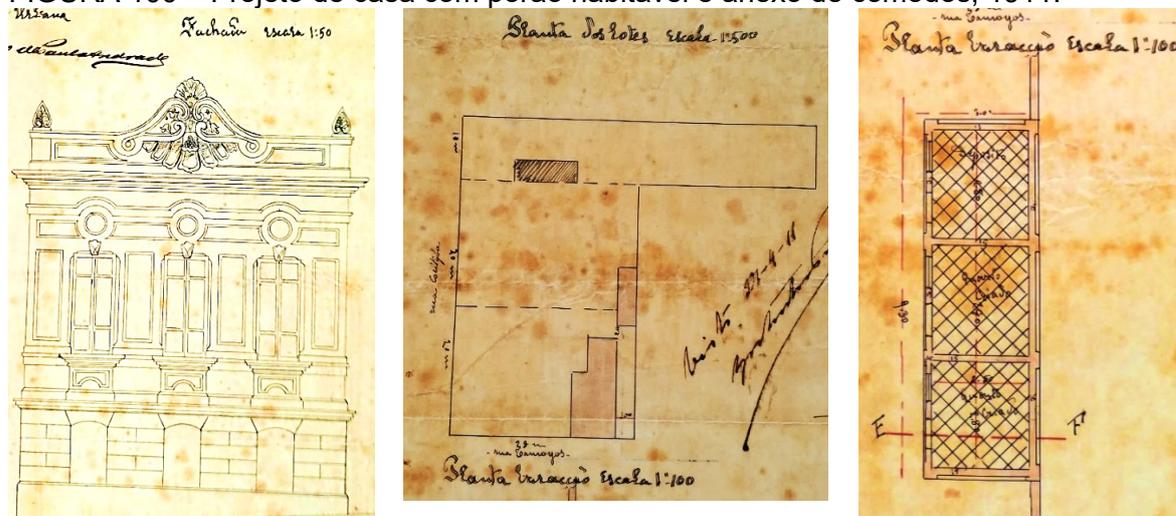
FIGURA 99 – Construção de apoio localizada no quintal, 1904.



Fonte: APCB/SMARU, 1904.

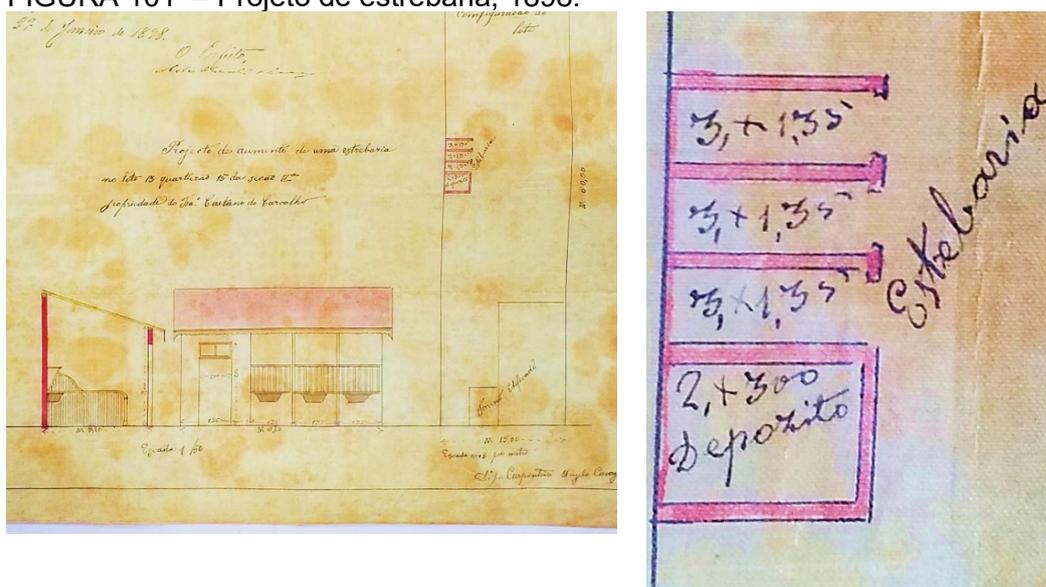
Na planta “Projecto de casa a se construir no barracão no lote n. 16 quart.15 Secção IIª urbana de propriedade do Ilmo. Senhor Leopoldo de Paula Andrade” de 1911, o projeto apresenta a casa com porão habitável e um anexo com cômodos com as indicações “quarto de criada” e “depósito”. Observa-se a construção anterior de um pequeno barracão (hachurado em preto na planta de implantação) (FIG. 100). Também são constantes os projetos de acréscimo de cômodos ao quintal que abrigam as estrebarias e cocheiras (FIGS. 101 e 102).

FIGURA 100 – Projeto de casa com porão habitável e anexo de cômodos, 1911.



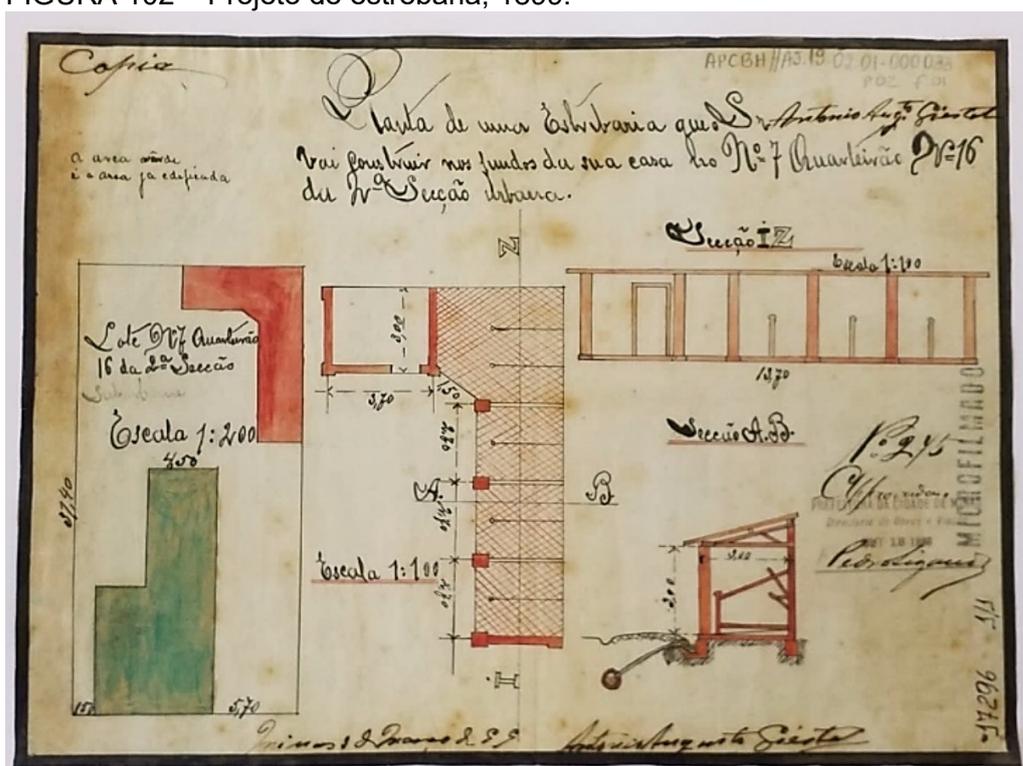
Fonte: APCBH/SMARU, 1911.

FIGURA 101 – Projeto de estrebaria, 1898.



Fonte: APCBH/SMARU, 1898.

FIGURA 102 – Projeto de estrebaria, 1899.



Fonte: APCBH/SMARU, 1899.

Outros elementos que se destacam no quintal são os espaços dedicados aos jardins e às hortas. Corbin (1987) os designa “jardim floral” e “jardim de hortaliças”. No jardim de hortaliças, não se pode deixar de apontar a constância do “remédio

caseiro” por meio dos chás feitos em casa para tratamentos dos mais diversos, com as ervas colhidas no próprio quintal ou adquiridas em quintais vizinhos (FREYRE, 1979). Corbin (1987) aponta que apesar dos jardins se localizarem contíguos à casa são, contudo, distintos dessa e, ao mesmo tempo, conferem amplitude a ela.

Uma entrevistada nesta pesquisa relata os remédios e os doces vindos do quintal: “mãe fazia a arnica em casa para passar em machucado, em local que estava dolorido. Pegava a arnica e coloca com álcool em potes de vidro. Do terreiro também tirava a jaboticaba que fazia geleia”⁶⁵. Em outro depoimento, o entrevistado⁶⁶ diz que sua mãe sempre fez os “chás de boldo, cidreira e hortelã”, colhidos do quintal.

Nos séculos XVIII e XIX, clubes e sociedades se dedicam ao estudo da história natural e botânica do campo e artistas pintam a fauna e a flora que surgirão nas estampas para o mercado de luxo e nas gravuras coloridas ou preto-e-branco para um mercado mais amplo (THOMAS, 2010). Como no interior da casa, os espaços integrantes do quintal devem ser organizados e limpos uma vez que representam a extensão do espaço interno privado. A respeito do asseio do quintal, Cleser (1902; p.182) orienta: “deve ser limpíssimo”. “[M]uitas moléstias de crianças, bem como febres, enxaquecas chronicas, etc. provém do lixo e das poças d’água nos quintaes”.

No século XIX, segundo Corbin (1987) o jardim apresenta-se como um elemento que permita “desfazer as ameaças do sedentarismo”. Assim, o jardim adquire a função de fruição alia as questões estéticas, olfativas à possibilidade de exercitar-se em caminhadas e o favorecimento da respiração. Os jardins passam a abrigar toda uma “complexa arquitetura vegetal” composta de abrigos com folhagens e corredores verdejantes (CORBIN, 1987).

Há um movimento de transformação no modo de viver que introduz a natureza tanto na vida pública e quanto na privada: nos parques e passeios públicos como espaços de recreio e novas práticas sociais nos jardins das residências e no interior destas, em seus elementos decorativos do mobiliário até os papéis de parede (BENEVOLO, 1981). O uso dos jardins como lazer e passeio, pode ser notado no registro fotográfico de 1915, nos jardins da Praça da Liberdade (FIG.103). Em meados do século XIX, o jardim se consolida como elemento fundamental da vida burguesa.

⁶⁵ Entrevista A.

⁶⁶ Entrevista C.

O jardim assegura, para Peter Hall (2006, p. 71), “[a] tranquilidade da vida privada e proporcionando um quadro ideal para a vida em família”.

FIGURA 103 – “Nos jardins do Palácio da liberdade”, 1915.



Fonte: VIDA DE MINAS, 1915.

Essa gama de funções que os jardins da casa passam a abrigar se ajustam na escala da cidade ao papel da arborização na higiene e embelezamento das cidades, na disseminação da *promenade*, do *footing* e da prática dos esportes nos ambientes públicos. A ideia de movimento inserida no jardim, para além da jardinagem pode ser constatada nos registos fotográficos relacionados aos “jardins” do Palácio da Liberdade como locais que abrigam atividades diversas de caminhadas, práticas de esportes e espaços de contemplação e do silêncio (SEGAWA, 1996) (FIG. 103). A seguir, apresenta-se a trajetória de uma casa.

4.3 O percurso de uma casa horizontal

Nelson Coelho de Senna⁶⁷ e sua esposa D. Emília Gentil Horta Gomes Cândido⁶⁸ chegam à nova capital no contexto da transferência do funcionalismo

⁶⁷ Nasce na cidade do Serro, Minas Gerais, no dia 11 de outubro de 1876, e falece em Belo Horizonte, em 2 de junho de 1952.

⁶⁸ Encontra-se a seguinte notícia no *Diário de Minas*, no ano de 1900: “GAZETINHA (...) Ao ilustrado advogado d’este foro, dr. Nelson de Senna, e a sua exma. Esposa enviamos parabéns pelo nascimento de seu segundo filho, Mucio Emilio, e agradecemos a participação que gentilmente nos enviaram” (DIÁRIO DE MINAS, 1900,p.3).

público de Ouro Preto. No ano de 1895, Senna integra o quadro de funcionários da Secretaria de Polícia de Minas Gerais e, posteriormente, da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em que é chefe de gabinete⁶⁹. No ano de 1897, ainda acadêmico da Faculdade de Direito, leciona no Externato do Ginásio Mineiro⁷⁰ em Ouro Preto. Portanto, é funcionário público estadual com direito à lote na nova capital.

No *Termo de sorteio dos lotes destinados aos funcionários estadoaes* publicado no *Minas Geraes* cabe à família Senna o lote 5, quarteirão 16, seção urbana V⁷¹. No *Índice de registro de lotes urbanos* do APCBH constam as escrituras de Senna para os lotes do quarteirão 16: no ano de 1898 lote 6; no ano de 1901, lote 5 e em 1912, lote 10 (FIGS. 104 e 105). Também constam as escrituras nos anos de 1901, lotes 20 e 21, quarteirão 10, seção VII; de 1906, lote 8, quarteirão 17 seção II e no ano de 1912 a escritura do lote 6, quarteirão 12, seção IV.

No *Minas Geraes* no ano de 1899 publica-se a venda dos lotes suburbanos 6, 7, 8 e 9, quarteirão 2, seção suburbana II⁷² e a aprovação de planta e a expedição de alvará de construção para esses lotes⁷³. Embora não tenha relação com o projeto analisado, é importante destacar que Senna possui lotes urbanos e suburbanos. Com relação ao projeto analisado, no mês de junho 1899 encontra-se publicada a licença de construção dos lotes 5 e 6, quarteirão 16 seção V (DIÁRIO DE MINAS, 1899, p. 2).

Consta a seguinte publicação no *Minas Geraes* de 11 de dezembro de 1896: “Faz saber aos que o presente edital virem, ao dele noticia tiverem, que neste meu cartório estão se habilitando para se casarem civilmente os nubentes dr. Nelson Coelho de Senna e a exma. sra. d. Emília Gentil Gomes Candido. – Elle, solteiro, com vinte e um anos de idade, natural da cidade do Sero, deste Estado, morador em Ouro Preto, filho legítimo do major Candido José de Senna e da exma. sra. d. Maria Brazilina Coelho de Senna, residentes no Serro. – Ella, solteira, com vinte e um anos de idade, natural da cidade de Marianna e moradora neste districto de Ubá, filha legítima do coronel Antonio Gentil Gomes Candido e da exma. sra. d. Francisca Elisa Horta Candido, fazendeiros neste districto” (MINAS GERAES, n.333, 1896, p.6). Anno V.

No *O Pharol* tem-se a notícia: “Cumprimentos: (...) Passou hontem o anniversario natalício da exma. sra. D. Emília Gentil de Senna, virtuosa consorte do conhecido homem de letras dr. Nelson de Senna, advogado em Bello Horizonte” (O PHAROL, 1902, p.2).

⁶⁹ Cf. verbete Nelson Coelho de Senna. CPDOC (200-) e periódico MINAS GERAES, 1896, n.120, p.5.

⁷⁰ Está noticiado no *Minas Geraes* de 1896: “O ESTADO DE MINAS: (...) Foi designado para reger interinamente a cadeira de história do Externato do Gymnasio Mineiro o nosso companheiro Nelson de Senna” (MINAS GERAES, 1896, p.1).

⁷¹ Consta na documentação da CCNC de 10 set. 1896 carta com o assunto “casas p.funcionarios” com a confirmação da manutenção “ao senhor Nelson Coelho de Senna o direito de lote e à construção de casa na nova capital”.

⁷² MINAS GERAES, n.132, 1899, p.2.

⁷³ MINAS GERAES, n.336, 1899, p. 1.

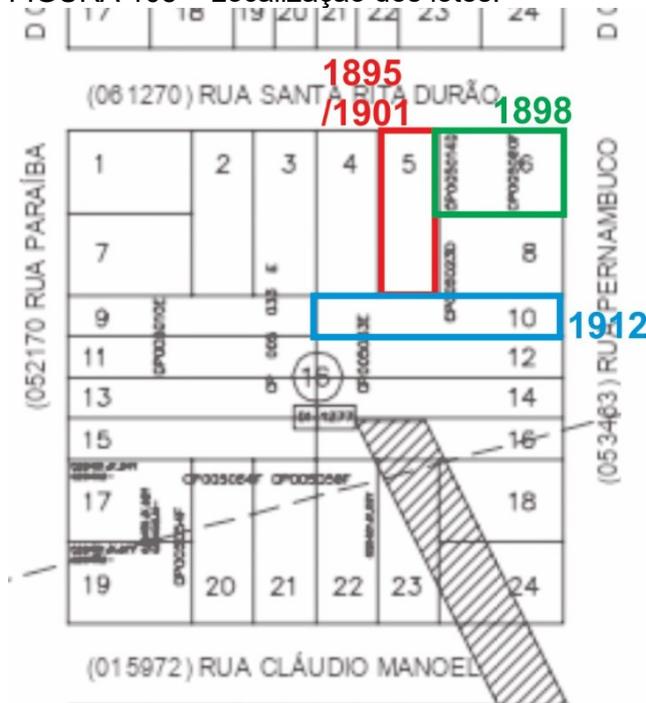
Todavia, o conjunto de projetos analisados referentes aos lotes 5 e 6 do quarteirão 16, 5ª seção urbana constantes no APCBH têm início no ano de 1903.

FIGURA 104– Localização da V Seção Urbana quarteirão 16, lotes 5, 6 e 10.



Fonte: APCBH, 1895.

FIGURA 105 – Localização dos lotes.

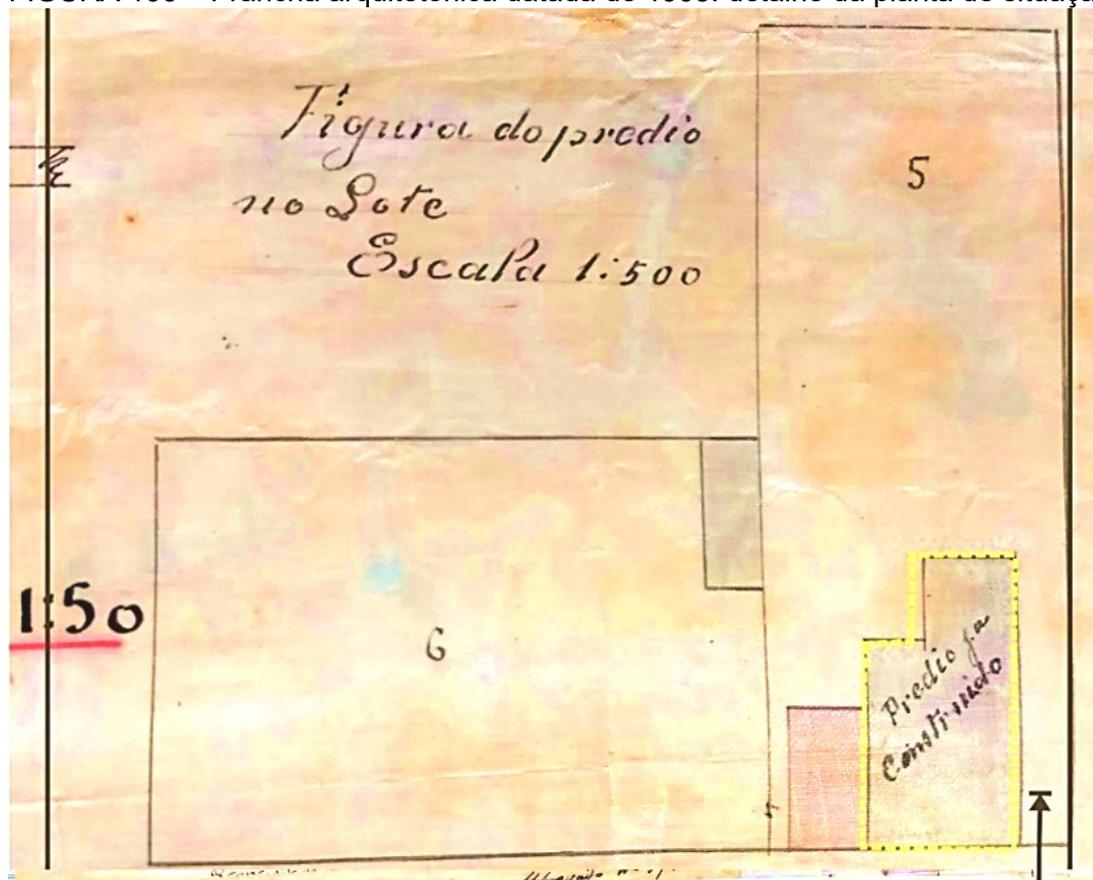


Fonte: PBH, 2011.

Esse projeto de junho de 1903 com o título “Vista da planta de um aumento a fazer-se ao prédio já construído no lote 5 [...] de propriedade do III.º Sr. D.ºr Nelson Coelho de Senna”. Na planta consta a indicação textual “Typo B” no topo da prancha. Essa indicação, possivelmente, faz referência à casa dos funcionários “Tipo B” elaboradas e executadas pela CCNC, contudo, não se constatou a planta arquitetônica original da casa. A proposta de alteração da edificação do ano de 1903 propõe o acréscimo de duas ambiências: um quarto e um escritório (FIGS. 106 e 107).

Embora a representação em planta baixa da edificação seja ligeiramente distinta da representação da planta de situação, é possível compreender as representações espaciais e culturais da moradia considerando o conteúdo das pranchas dos anos de 1905 e de 1919. No projeto de 1903 consta a planta da casa em formato retangular e na planta de situação da casa está representada em “L” como demonstrado nas figuras 106 e 107.

FIGURA 106 – Prancha arquitetônica datada de 1903: detalhe da planta de situação.

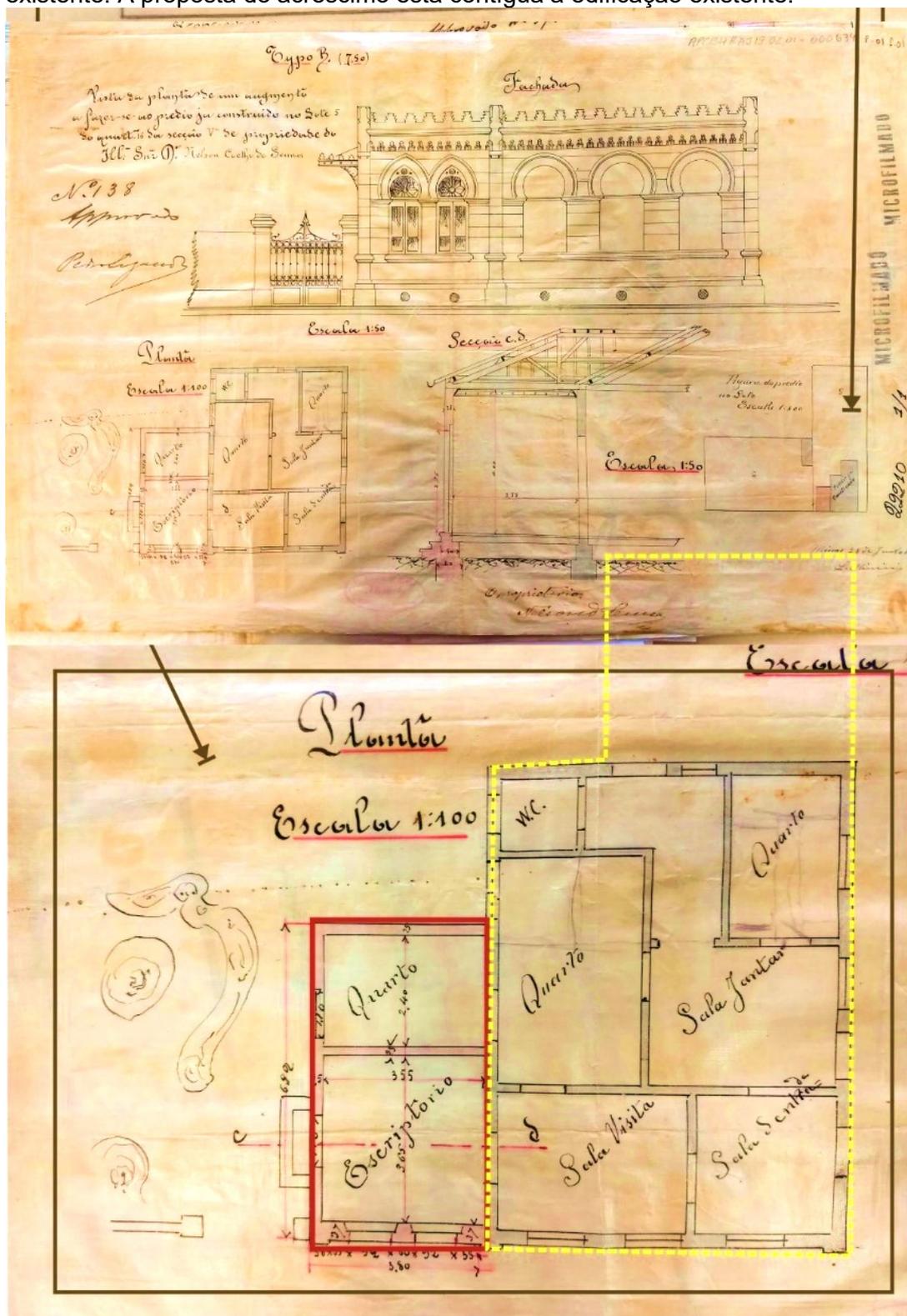


Fonte: Elaborado pela autora, com base em APCBH/SMARU, 1903.

Nota-se na figura 108 que há uma edificação localizada na divisa dos lotes 5 e 6 no canto superior do lote 6, que se supõe corresponder a um conjunto de cômodos ou um telheiro que abriga o apoio aos serviços da casa. Como se constata nas plantas analisadas, esses cômodos são comumente utilizados para o armazenamento de lenha, lavanderia, quarto de engomar, entre outros. A indicação dessa edificação reforça a existência da complementaridade do quintal à casa, que abriga as atividades e a infraestrutura de apoio.

Na planta percebe-se que a ligação entre a casa e o quintal se realiza por uma pequena circulação criada pela *sala de jantar*. Os dois quartos existentes têm acesso por essa sala. A ambiência designada por *sala de entrada* parece exercer a função de restrição à entrada da casa em que se recebe os estranhos ou as visitas mais cerimoniosas, pois ainda não há o alpendre que também exerça essa função.

FIGURA 107 – Prancha arquitetônica datada de 1903: Em amarelo, a edificação existente. A proposta do acréscimo está contígua à edificação existente.



□ acréscimo 1903 ▤ delimitação edificação conforme planta de situação

Fonte: APCBH/SMARU, 1903.

A modificação proposta em 1903 compreende o aumento da planta, com o acréscimo de duas ambiências: um escritório e um quarto. Aparentemente, o quarto acrescido possui acesso individual, isolado do restante da casa, talvez servindo à hospedagem. Sabe-se que Senna formado em direito e exerce a atividade da advocacia na nova capital, como se constata nos engenhos publicitários veiculados nos anos de 1899 e 1902 (FIGS. 100 e 109).

FIGURA 108 – Anúncio de 1898 do escritório de advocacia de Senna.

ANNUNCIOS

**Escritorio de advocacia
NELSON DE SENNA**

incumbe-se nesta comarca da Capital do Estado, e nas vizinhanças, de causas cíveis e criminaes, cujo andamento promove com toda dedicação e pontualidade.

CIDADE DE MINAS
Rua de Santa Rita Durão
NOVA CAPITAL MINEIRA

Fonte: GAZETA DE OLIVEIRA, 1898.

FIGURA 109 – Anúncio de 1902: “Escritorio de advocacia Dr. Nelson de Senna”.

Advocacia e Procuratorios

ESCRITORIO

**Dr. NELSON COELHO DE SENNA E CORONEL
ANTONIO GENTIL GOMES CANDIDO**

Incumbem-se de trabalhos perante todas as repartições publicas do Estado e da União, como sejam: Secretarias do Governo, Junta Commercial, Caixas Economicas estaduais e federal, Administração dos Correios, Delegacia Fiscal, etc. etc.

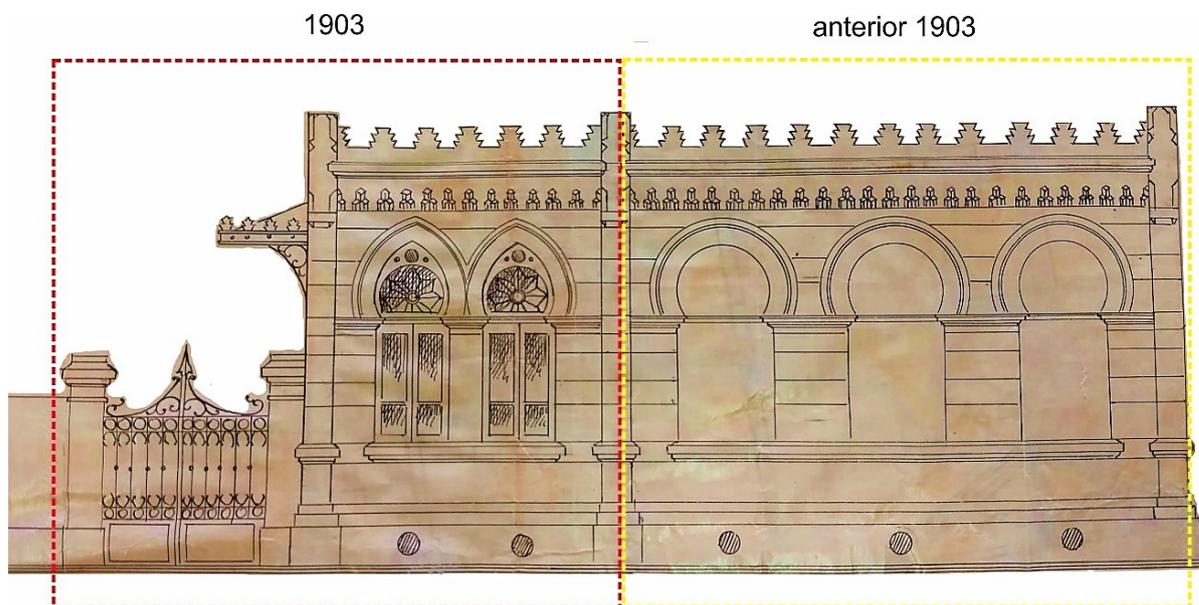
BELLO HORIZONTE

RUAS: Santa Rita Durão e Thomé de Souza

Fonte: O CONTEMPORANEO, 1902.

A ambiência acrescida na de 1903 e indicada como “escritório” se destina a abrigar a atividade intelectual do dono da casa. O escritório reforça a particularidade dessa ambiência que é dedicada ao trabalho intelectual. Na representação da nova fachada, vê-se a indicação de um gradil, que é inserido no limite do terreno e de uma cobertura recepciona quem chega pela via pública (FIG. 110). Além disso, a representação de um jardim posicionado contíguo à área acrescida, indica o cuidado com a recepção dessa área. Carvalho (2001) salienta que o escritório compreende a ambiência vinculada à absoluta privacidade masculina e sua localização acentua a ligação com o espaço externo, o espaço público.

FIGURA 110 – Fachada proposta e fachada existente, 1903.



Fonte: APCBH/SMARU, 1903.

O escritório de Senna está registrado na fotografia de 1910 (FIG. 111). Apesar de ser a ambiência de trabalho, Senna posa com a esposa e filhos. Na foto, Senna volta o olhar sobre a escrita ou a leitura, pois esse é o seu local de trabalho e estudos, seu refúgio. Sobre a mesa estão dispostos livros e papéis que caracterizam a intimidade e a atividade intelectual desenvolvida nessa ambiência.

Júlia Almeida (1895) descreve essa ambiência masculina composta de estantes de nogueira envidraçadas, contendo cerca de trezentos volumes bem arrumados e catalogados pelo marido. “Ao centro, sobre o parquet encerado e sem tapetes, assentava bem uma mesa quadrada, ampla, em que papéis podiam ser manuseados à vontade. Uma cadeira de leitura estendia convidativamente os seus grossos braços de couro [...]” (ALMEIDA, 1895, p. 1). Cleser (1902) orienta que a ambiência *escritório* deve ocupar um local tranquilo da casa e possuir mobília simples e sólida e de muito asseio composta de estante envidraçada para os livros, o soalho encerado e sem tapetes, três a seis cadeiras e poltronas de couro, uma confortável cadeira de leitura e uma mesinha e um cesto de lixo.

FIGURA 111– “No gabinete”, 1910.



Fonte: NOVO HORIZONTE, 1910.

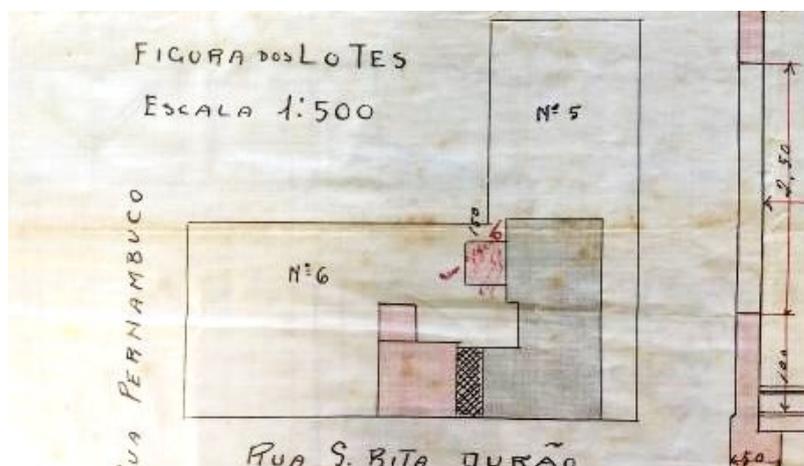
O projeto datado de outubro de 1905 intitulado “Planta de um aumento a fazer-se ao prédio edificado nos lotes 5 e 6 [...] de propriedade do III^{mo} D^{or} Nelson Coelho de Senna”, apresenta o acréscimo de três ambiências à casa de moradia com a proposição de dois quartos e uma cozinha está locada contígua ao banheiro (FIG. 112). Não constam as indicações dos usos dos cômodos da edificação existente. Contudo, o que interessa apontar é a frequência dos arranjos de modificações e acréscimos na própria casa e em seu quintal como práticas constantes no cotidiano do habitar horizontal.

No ano de 1912, consta uma planta de um barracão composto por três cômodos construído nos fundos do lote 5 (FIG. 113). Não há a indicação de uso dessas ambiências no projeto. Contudo, sabe-se a partir da planta de 1903, demonstrada na figura 108, que os cômodos construídos nos fundos dos lotes se prestam ao auxílio e apoio aos serviços da casa de morada e que há uma dependência existente no lote 6 contígua à casa, portanto, configura-se, pelo menos, a existência de duas dependências existentes no quintal.

No ano de 1919, consta o “Projeto a construir-se nos lotes 5 e 6 quarteirão 16 da Vª seção urbana propriedade do sr. D^{or} Nelson Coelho de Senna”. A planta contém a proposta de um novo acréscimo de uma ambiência indicada como “escritório e biblioteca” e um quarto (FIG.114). Consta o levantamento da área edificada existente, todavia, sem a indicação dos usos. Nota-se à esquerda da casa uma representação de um piso, aparentemente ladrilhado, o que indicaria um alpendre acrescentado à casa.

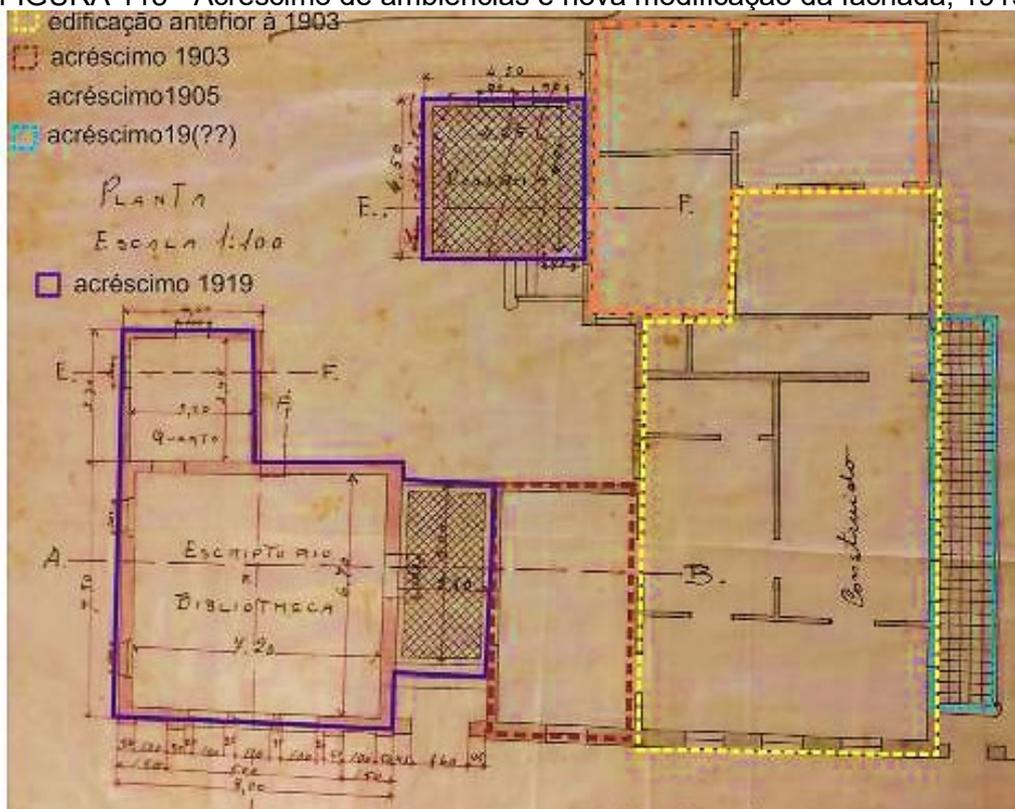
Esse elemento não está indicado nas plantas de 1903 e 1905 (FIG. 115). Possivelmente a sua inserção ocorre como demanda auxiliar à zona de recepção, a adaptar-se aos gestos de civilidade e boas maneiras do comportamento social. O alpendre acrescentado à edificação é visto no registro fotográfico da família no ano de 1910 (FIG. 116). Nessa ampliação de 1919 constata-se a mesma configuração de ampliação de 1903: um escritório/biblioteca e um quarto (FIGS. 114 e 115).

FIGURA 114 – Acréscimo de ambiências e nova modificação da fachada, 1919.



Fonte: APCBH/SMARU, 1919.

FIGURA 115 - Acréscimo de ambiências e nova modificação da fachada, 1919.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em APCBH/SMARU, 1919.

FIGURA 116 – A família no alpendre.

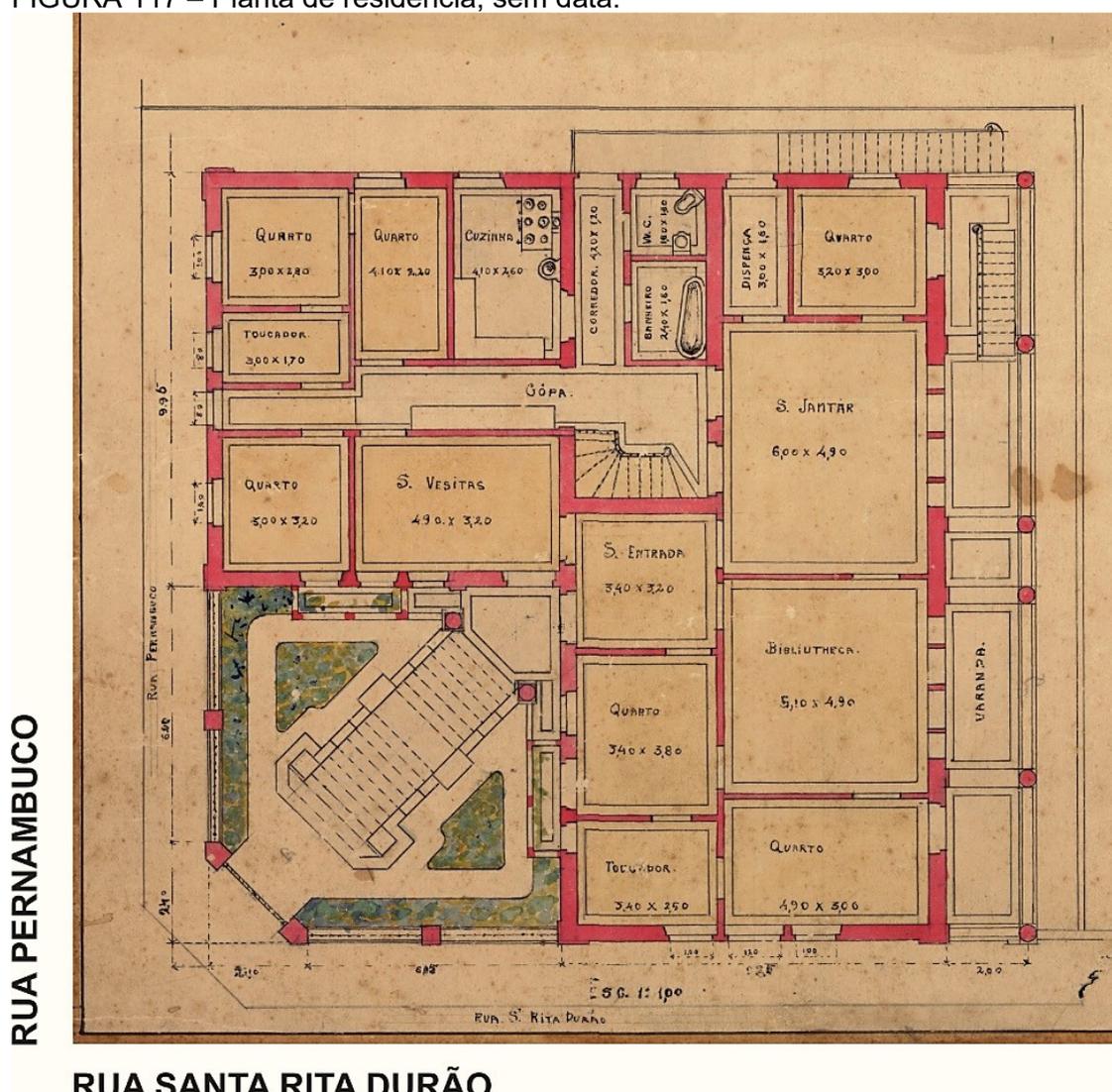


Fonte: Revista Novo Horizonte, 1910.

Existem mais duas plantas aprovadas referentes aos anos de 1928 e 1937, correspondendo, respectivamente, ao aumento da área na cozinha da casa e a planta seguinte, propõe a implantação de uma garagem. Essa ambiência destinada ao abrigo de automóveis começa a surgir nos projetos arquitetônicos a partir da segunda década do século XX representando os novos tempos que se anunciam na capital mineira, a acelerar o ritmo da cidade e da maneira de morar.

Em pesquisa realizada no APM, encontra-se a planta de arquitetura com o título “Projeto a construir-se a rua Pernambuco canto da rua Santa Proprietário o Ex^{mo} S^{nr} D^{tor} Nelson de Senna” com a assinatura “M.F. Tunes”, letras iniciais e sobrenome do arquiteto e marceneiro Manoel Ferreira Tunes (FIGS. 118 a 120).

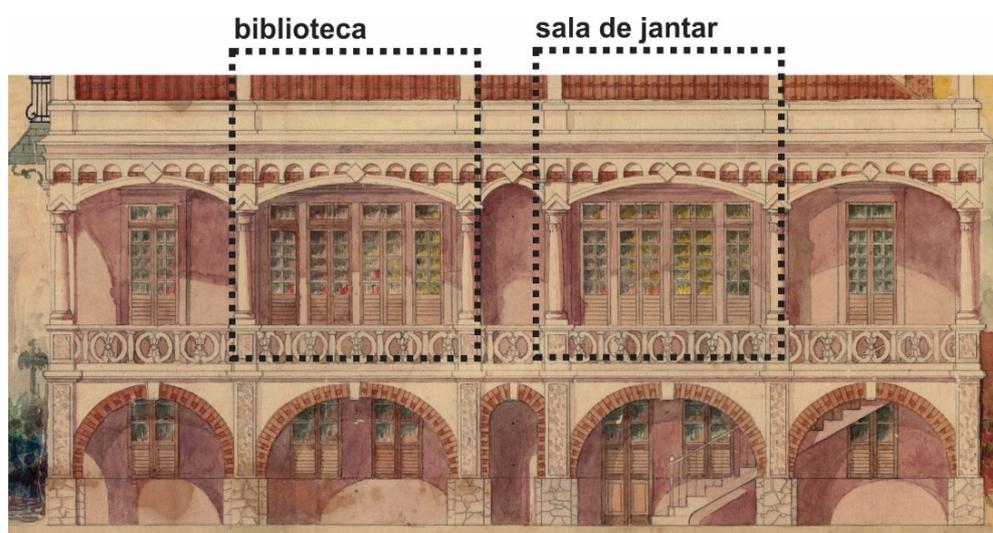
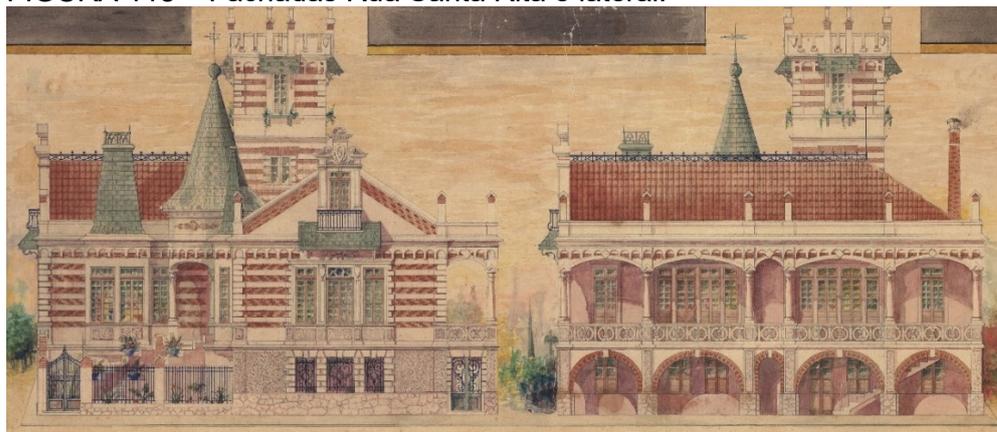
FIGURA 117 – Planta de residência, sem data.



RUA SANTA RITA DURÃO

Fonte: APM, [Data provável 1900].

FIGURA 118 – Fachadas Rua Santa Rita e lateral.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em APM, [Data provável 1900].

FIGURA 119 – Gradil e muro.



Fonte: APM, [Data provável 1900].

Na prancha não há indicação de data, na notação do APM, conta a data provável de 1900, no entanto, sabe-se que M. Tunes esteve em Belo Horizonte na década de 1910 envolvido na execução da Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem (IEPHA, 1996). A implantação da casa está localizada no lote 6 do quarteirão 16 da seção urbana V, portanto, proposta a ser construída contígua à casa anteriormente analisada que está instalada no lote 5. Na esquina das ruas, uma escadaria posicionada em um jardim conduz ao primeiro pavimento onde se localiza

a zona de recepção da casa, com acesso à sala de vistas e a uma sala de entrada. A sala de visitas, portanto, possui acesso independente das ambiências da casa e mais dois acessos: uma conexão com a sala de entrada e para a copa. A sala de entrada possui acessos para um quarto, para a sala de visitas, para a sala de jantar e para a biblioteca.

A biblioteca e a sala de jantar estão projetadas voltadas para a ambiência designada “varanda” cujos acessos ocorrem por vãos de portas. Na prancha arquitetônica estão representadas duas fachadas, em que se pode verificar os vãos de janelas da sala de visitas e a sala de jantar. Nas fachadas tem-se a indicação de um pavimento térreo e mais dois pavimentos, que não constam dessa prancha e do acervo do APM. Nessa planta, a designação “biblioteca” substitui o “escritório”. Um gradil e um muro delimitam a propriedade. Há dois portões. Na esquina das ruas, um portão faz o acesso do passeio público ao jardim e à escadaria. Um pequeno portão localizado à direita na rua Santa Rita conduz as ambiências localizadas no pavimento térreo, ao quintal e acessa a cozinha.

Acompanhar a trajetória da casa da família Senna a partir do conjunto de plantas nos acervos do APCBH e do APM procura demonstrar que a casa horizontal nessas duas primeiras décadas da capital não é estática. No decorrer do tempo, ora são anexadas ambiências na edificação principal de moradia ora são construídos apoios pelo quintal e ora se planeja a construção de uma nova casa. A configuração de lotes contíguos também tem importante destaque nessa análise, pois, como se observa na trajetória analisada os lotes são utilizados especialmente para a implementação das edificações de apoio e até mesmo para a implantação de uma nova edificação de moradia.

A inserção do alpendre e do jardim lateral, registradas em planta e em fotografia, auxiliam na demonstração das transformações que ocorrem paulatinamente no cotidiano doméstico horizontal. Também são constantes nas casas analisadas as ambiências masculinas que se demonstram pela presença do escritório, gabinete ou biblioteca. Por fim, verifica-se as ambiências da varanda/sala de jantar que se perpetuam e se transformam nas casas do arraial e da capital e a presença constante dos quintais como complementares à casa de moradia conformando o *habitar horizontal*.

CONCLUSÃO

A nossa questão nesta pesquisa tramita em torno *dos efeitos da modernização do século XIX que podem ser verificados na maneira de morar e na arquitetura da casa*. Especificamente estuda-se o habitar em Belo Horizonte, arraial e posterior cidade-capital, designado nesta pesquisa como *habitar horizontal*. Verifica-se a possibilidade de inserir *esse sítio na produção do espaço e nas relações e práticas sociais no contexto das materializações da modernização do século XIX*. Essa proposta de verificação conduziu naturalmente a um olhar para a cidade capital, mas também um olhar do antes, na composição do arraial, tratando-se da *modernização* como processo.

Um dos aspectos do processo de modernização do século XIX é a modificação das fronteiras do público e do privado e aqui escolhido como a maneira de realizar as aproximações sobre o *habitar horizontal*. Essas aproximações se referem à modernização como fronteiras do público e do privado em suas transformações de espaços, do cotidiano e da maneira de morar. Assim, efetivamente pesquisa-se as permanências e as modificações do público e do privado nas *trajetórias do acesso ao solo; nas relações quotidianas entre a casa, o trabalho e rua e no espaço habitacional*.

Os encaminhamentos da modernização estão presentes no modo de acesso à terra, na concepção de cidade capital, na infraestrutura urbana, no lote, na precisão das medições, na implantação e concepção das edificações e nas ambiências da casa. Na própria concepção da nova capital verifica-se que a própria ideia de uma cidade capital já carrega as simbologias da modernidade.

A República e a Constituição Mineira declaram *idades* toda e qualquer aglomeração sede do município. Esse *status* se vincula a ser um centro político, mas também se refere à centro de consumo e à centro cultural (SALGUEIRO, 2001). A idealização da cidade capital mineira constitui-se promessa de efervescência e dinâmica que a alinha a todas as cidades capitais do mundo.

Seguindo Baudelaire (2010) pela cidade moderna, aos poucos nota-se os gestos e os movimentos da *pompa da vida elegante*. Na capital mineira, no plano urbanístico e em sua ocupação, a modificação e a adaptação do *habitar horizontal*

ao mover-se nos corpos dos moradores, na elegância do andar e do vestir, nas saídas da missa, das matinés do cinemas, na caminhada, na *promenade* e no *footing* na avenida Afonso Pena ao longo do parque municipal.

Tal como exposto por Berman (2007), a *fluidez* e a *qualidade atmosférica* se imbricam na arquitetura da casa. As plantas arquitetônicas residenciais da capital desde o ano de 1896 a 1920 apontam a predominância de casas térreas e, por vezes, edificações de dois pavimentos. No decorrer do tempo, as moradias recebem paulatinamente acréscimos de áreas tanto para se adaptarem aos novos comportamentos sociais quanto às demandas domésticas. São também constantes os acréscimos dos anexos de apoio às atividades da casa. A análise dessa profusão de anexos conduz naturalmente à investigação da casa anteriormente existente e, logo, remete à análise dos documentos relativos às casas do arraial e seus arredores elaborados pela Comissão Construtora da Nova Capital.

A busca de vestígios de um modo de habitar que se perpetua no tempo resulta em desvelamento de uma maneira de morar que se funde em tradição e modernização. A vizinhança, desde os tempos do arraial é uma das escalas fundamentais da sociabilidades horizontinas. Na vizinhança se compra e se troca ovos, frutas e verduras. No depoimento de Vivacqua (1997), é o jardineiro do Palácio da Liberdade que, nas horas vagas, cuida dos jardins de sua casa. As professoras e professores de piano e de francês vão à casa. Também o comércio dos mais diversos chegam à casa pelas mãos da venda ambulante ou via estabelecimento comercial que efetua as entregas domiciliares. .

Essa troca e compra de produtos conduz à compreensão da importância dos quintais na vida da casa desde os tempos coloniais. Esse elemento exerce fortemente complementaridade à casa de moradia. A 'constelação de edificações' a que se refere o prof. Carlo Lemos (1989). De fato, perpetua-se no *habitar horizontal* contemporâneo a combinação casa e quintal como persistência na metrópole, herança dos tempos coloniais, da fixação do homem à terra. Nos quintais estão as edificações de apoio à casa, os telheiros que abrigam a 'cozinha de fora', a despensa, o tanque, a estrebaria, o engenho. Também no quintal estão as hortas, os galinheiros, os pomares. Também como extensão da casa, os quintais recebem as reuniões, os festejos, o chá e o café.

O encaminhamento da acomodação do modo de produção em escala mundial no século XIX conduz à implementação de medidas modernizadoras no Brasil que afetam o acesso à terra. Em 1822, suspende-se a concessão de sesmarias e em 1824, a Constituição reconhece-se a propriedade privada da terra. Esse movimento da questão fundiária culmina com a edição em 1850 da denominada *Lei de Terras*, Lei Imperial nº.601 e sua regulamentação no ano de 1854. Na Freguesia do Curral del Rei nos anos 1855-1856 procede-se o registro das declarações dos terrenos. Separa-se assim, em tese, público e privado.

Nas declarações do *Registro de Terras*, nota-se a frequência das formas de acesso à terra que ocorrem por partilhas de herança, mas também a compra e venda instalada e ativa como forma de acesso à terra na freguesia. Esse representa o início de um processo que atinge as cidades brasileiras, em seu desenvolvimento e expansão. Surge o loteamento, o lote, o loteador.

Na cidade capital de Minas Gerais, o loteador, o Estado, compra e parcela os terrenos que compreendem uma parte do distrito do Belo Horizonte em que estão inseridos o arraial, o povoado do Pinto, as terras de chácaras, os sítios e as fazendas e terras devolutas. Como agente modelador do espaço, dono de terras, o Estado procede a divisão da terra, colocando parte à venda e parte cedida a funcionários públicos, a proprietários em Ouro Preto, à comerciantes e industriais. O mercado de terras põe-se a movimentar as terras recentemente parceladas e em pouco tempo uma cadeia de adquirentes se forma, portanto, diversificam-se os agentes modelares do espaço.

A PLAMBEL (1979) aponta a que a desapropriação inicial não considera o espaço urbano como bem coletivo, mas sim, espaço comercializável. Com isso, incentiva a apropriação e o comércio de terras urbanas. Essa maneira de distribuição de terras gerou alta concentração de terras, expande a cidade para além do inicialmente apontado pela CCNC.

A forma de uso e ocupação dos lotes na capital ocorre constantemente tanto por junção de dois ou mais lotes quanto por suas divisões por desmembramentos. Os grandes terrenos da zona suburbana são sistematicamente desmembrados em pequenos lotes que adensam sobremaneira a nova cidade, aumenta o valor dos

terrenos, demanda a expansão da infraestrutura técnica e altera o zoneamento estipulado no plano urbanístico da CCNC (MONTEIRO, 1902)⁷⁴.

Na casa, as fronteiras do público e do privado se modificam na configuração das ambiências e na própria implantação da casa. No período medieval, as casas ainda não se constituem como local da vida doméstica. Rybczynski (2002) revela que a casa medieval se constitui como espaço público, e não privado, formado basicamente por uma ambiência em que se executam simultaneamente as atividades de cozinhar, de se alimentar, de dormir, de entretenimento e de negócios.

Verifica-se nas plantas analisadas no arraial a constância da ambiência designada *varanda*, local essencialmente do lazer e encontro da família que se desloca da casa urbana do Arraial para a casa da cidade capital com a designação *sala de jantar* dado este que se repete em projetos diversos pesquisados. Inicialmente, prevalece a localização da *sala de jantar* nos fundos da edificação e, gradualmente, ocorre um movimento na distribuição espacial arquitetônica que a posiciona junto à entrada da casa. Embora essencialmente voltada para a família, essa ambiência recebe visitantes, parentes e amigos em certas ocasiões de formalidades sociais e em eventos de datas comemorativas. Destaca-se também os elementos que imprimem fronteiras à casa: os alpendres, as escadarias, o jardim, os muros e os gradis. Esses elementos conferem distinção do privado à arquitetura da casa.

Em relação ao trabalho e à casa burguesa, há uma gradual distinção entre esses dois mundos por meio da especialização dessas ambiências. Desde o século XVII, a intimidade e a domesticidade associadas à casa, provocam o distanciamento do local do trabalho. Na casa analisada do arraial, verifica-se a existência do comércio, embora na mesma edificação, esse esteja apartado das ambiências da moradia. A mesma solução é encontrada nas casas analisadas na cidade capital. Como explicitado, o uso misto nas edificações, como as conjugações *casa e negócios*, *casa e escritório* são frequentes no *habitar horizontino*.

A ambiência 'escritório' ganha destaque no espaço habitacional horizontino como um local que alberga e mescla o gabinete masculino e o convívio social com o público, tanto que está posicionado na estrutura da casa junto a sua entrada da via

⁷⁴ MEIRELLES, 1912.

pública, o que revela o interesse em aproximar essa localização junto ao mundo exterior, do público.

Enfim, no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, o privado e o público são domínios que confluem em um complexo e codificado *habitar horizontino* que perpassam as *escalas do cotidiano*. As modernizações percebidas pelas fronteiras do público e do privado no habitar estão expressas nas caminhadas, no *footing*, na *promenade*, na fruição do espaços públicos, nos passeios das vias de circulação, nos limites e dimensões precisas dos lotes, nos recuos laterais e frontais na implantação da casa da capital, na separação da casa e trabalho, ainda que por ambiências distintas existentes na mesma.

Revela-se que as modificações sociais e culturais inseridas no âmbito das experiências de modernização do final do século XIX e início do século XX também alcança o programa arquitetônico, as ambiências e os elementos da arquitetura da casa de moradia. A casa distingue-se como local que acolhe as regras da civilidade, da vida elegante expressas nos eventos sociais e nos diversos elementos de sua composição; São *gradis*, guarda-corpos, muretas, jardins, monogramas, expressões da casa burguesa, das *regras de bem viver*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.145-177.

_____. A apropriação do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida Privada e ordem no Império. In: _____ (Org.). **História da Vida Privada no Brasil 2: Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). In: **História da vida privada no Brasil 4: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 83-154.

AMARAL, Aracy. Duas palavras. In: SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1996.

ANDRADE LIMA, Tania. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista**, v. 3, p. 129-191, jan./dez., 1995.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo: Editora Itatiaia/Editora USP, 1982.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ASSIS, Luis Fernandes. A mudança da capital na constituição mineira de 1891. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 141-181, jan./jun. 1997. Disponível em:< <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/973/3/000973.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte; memória histórica e descritiva: História Antiga**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

_____. **Belo Horizonte; memória histórica e descritiva: História Média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço**. Tradução de Aloísio Leoni Schmid. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

BOMENY, Helena. **Dois amigos e uma cidade**: a propósito dos modernistas e do centenário de Belo Horizonte. Texto CPDOC nº. 27. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Fundação Getúlio Vargas, 1997. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6603/769.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa, Portugal; São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1981.

BOTELHO, Tarcísio R. Terra e família: transmissão da propriedade rural nas famílias de Curral Del Rei, Minas Gerais, no século XIX. **30º Simpósio Nacional de História**. Recife, 2019. Disponível em: < https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564598827_ARQUIVO_ANPUH2019Paper.pdf >. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRITO, M. A.; COELHO, M. F. B. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais unidades autossustentáveis. **Revista Agricultura Tropical**. Goiás, p.7-38, 2000.

BRYSON, Bill. **Em casa**: uma breve história da vida doméstica. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CAIAFA, Janice. Produção comunicativa e experiência urbana. **Anais XXVIII Congresso Brasileiro da Ciência da Comunicação**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A mentalidade religiosa do setecentos: o Curral Del Rei e as visitas pastorais. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 13, n. 18, p. 11-28, nov. 1997.

CAMPOS, Ipojucan Dias. Casamento, custos e religiosidade: Belém, século XX (1916 – 1940). **Revista Fronteira**. Dourados/MS, v. 12, n. 21, p. 179-201, jan./jun. 2010.

CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. **Da essência do jardim português**. Dissertação de Doutorado em Arquitetura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. Évora: Universidade de Évora, 1995.

CARRARA, Ângelo. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 1, n. 1, p. 39-57, mar. 1981.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff. Bem-morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus. **As. Mus. Paul.** São Paulo, v. 4, n. 1, p. 165-200, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141996000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CARVALHO, Vânia C.; MENESES, Ulpiano T. B. **Gênero e artefato**: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material (São Paulo, 1870-1920). São Paulo: EdUSP; Fapesp, 2008.

CASTRO, Boaventura Soares. Nós no engenho. RIBEIRO, E. M. (Org.) In: _____. **Do engenho à mesa**: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. p.17-24.

CLESER, Vera. **O lar doméstico: conselhos para boa direcção de uma casa**. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert & C., 1902.

CONSTANCIO, Francisco Solano. **Novo dicionario critico e etymologico da lingua portuguesa [...] precedido de huma introdução gramatical**. Paris: Officina Typographica de Casimir, 1836.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Gritos e cochichos. In: PERROT, Michele. (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Lucio. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A. M.; CARNEIRO, M. J.; PAULA, S. G. (Org.) **Pensando a família no Brasil**: da colônia a modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 115-136.

_____. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEJEAN, Joan. **O século do conforto**: quando os parisienses descobriram o casual e criaram o lar moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DIAS, Francisco Martins. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Bello Horizonte: Typhografia de Bello Horizonte, 1897.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2004.

DOSTOIÉVSKI, F. Notas de inverno sobre impressões de verão. In: _____. **O crocodilo e notas de inverno sobre impressões de verão**. São Paulo: Editora 34, 2000.

DOURADO, G. Vegetação e quintais da casa brasileira. **Revista Paisagem e Ambiente**. São Paulo, n. 19, p. 83-101, 30 dez. 2004. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40221>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
_____. **A sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -EMBRAPA. **Sistemas de produção**. 2000. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-tecnologica/tecnologias/sistema-de-producao> >. Acesso em: 10 dez. 2019.

FARIA, S. C. História da Família e Demografia Histórica. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997, p. 241-258.

FARIAS, T. M.; PINHEIRO, J. Q. Vivendo a vizinhança: interfaces pessoa-ambiente na produção de vizinhanças "Vivas". **Revista Psicol. Estud.** Maringá, v. 18, n. 1, p. 27-36, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'El Rei**: espaço e poder nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. [Livro eletrônico]

_____. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2020.

FREITAS, Ana Valeria L.; *et all*. Plantas medicinais: um estudo etnobotânico nos quintais do Sítio Cruz, São Miguel/RN, Brasil. **Revista Brasileira Biociências**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, 2012. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/view/1833>> Acesso em: 10 jan. 2020.

FREITAS, Ana Valeria L; *et all*. O que é o quintal para os agricultores de São João da Varzea no Rio Grande do Norte? RN, Brasil. **Revista Verde**. Pombal, Paraíba, Brasil, v. 14, n.2, abr.-jun., p.289-302, 2019 doi: 10.18378/rvads.v14i2.6174. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/335374102_O_que_e_o_quintal_para_os_agricultores_de_Sao_Joao_da_Varzea_no_Rio_Grande_do_Norte >. Acesso em 10 jan.2020.

FREYRE, Gilberto. **Oh de Casa!** : em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de Homem. Recife: Arte Nova, 1979.

_____. **Casa grande & senzala**. 16. Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

_____. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2006.

FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, angu e couve**: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo horizonte: Edição 411; Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1966.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Belo Horizonte e o comércio**. 100 anos de história. História oral Edmar Salles. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=49381>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Belo Horizonte & o comércio**: 100 anos de história. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

_____. **100 anos de modernidade**: anuário da arquitetura de Belo Horizonte. Políticas Públicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. Iluminuras da Sedição: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira. **Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano**. Ouro Preto; Mariana/MG, Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, Universidad Pablo de Olavide-UPO, de Sevilla e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico-IEPHA, 2006. Disponível em:< <https://www.upo.es/depa/webdhum/a/const/arte/4cb/pdf/J%C3%B3nia%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. **As. Mus. Paul**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul.2020.

GASSEN, Valcir. **A Lei de Terras de 1850 e o Direito de Propriedade**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas. Florianópolis, 1994. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/76176/96758.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

GARCIA, Luiz Henrique A.; *et all*. **De outras terras, de outro mar: experiências de imigrantes estrangeiros em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004. [Catálogo de exposição].

GARIN, Eugenio. **La revolución cultural del Renacimiento**. Tradiccíon castellana de Domènec Bergadà. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, Grupo editorial Grijalbo,1984.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra: e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e Mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia L.; VILLALTA, Luiz C. (Org.). **As minas setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 321-335.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOULART, Fernanda Guimarães. Costurando conversas de varanda: expressões ornamentais, subjetivas e memoriais em fachadas e palavras da cidade de papel. **Revista Palíndromo**. Belo Horizonte: v. 12, n. 27, p. 115-119, maio/ago. 2020. Disponível em: < <http://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/17267/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLSTON, James, 1993: **Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil**. Disponível em: < http://www.fau.usp.br/cursos/onstruçã/arq_urbanismo/disciplinas/aup0535/Bibliografia_Basica/Holston,_James._Legalizando_o_Illegal_propriedade_e_Usurpacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 2. [Sertões brasileiros].

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Brasília: IBGE, 2000.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-IEPHA. **Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte: 1894-1940**. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997.

ISHAQ, Vivien. **Irmadades**. Arquivo Nacional. História Luso-Brasileira. Publicado em: 24 jan. 2017. Disponível em: < http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3171&Itemid=351>. Acesso em: 20 abr. 2020.

JABLONSKI, Bernardo. Até que a vida nos separe: o enfoque psicossocial. **Temas psicológicos**. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 65-73, ago. 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2020.

JOÃO DO RIO. **O chá e as visitas**. Crônica, Folhetim, Teatro. São Paulo: Carambaia, 2019.

KATO, Allan Thomas Tadashi A diferenciação social refletida no espaço urbano: as vizinhanças no Brasil no início do século XIX. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul.-dez., 2015.

LA RONCIÈRE, Charles. A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In: DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada 2**: da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.166-312.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e o desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Caloute Gulbekian, 2011.

LEAL, Fábio Nunes. O Arraial do Bello Horizonte. In: REIS, Aarão. **Revista Geral dos Trabalhos**: publicação periódica descritiva e estatística feita com autorização do governo do Estado sob a direção do engenheiro-chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro: H Lombaerts & C, abr.1895.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. **Aprendendo a pensar**. Petrópolis: Vozes, 1992.

LEBRUN, François. As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE MOS, Carlos A C. Transformações do espaço habitacional ocorridos na arquitetura brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista**. Nova Série, n.1, 1993. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a09v1n1.pdf>> Acesso em: 18 jul.2020.

_____. **A república ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. **Revista Arqtextos**, fev. 2012. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.141/4214>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

LEMOS, Carlos.; CORONA, Eduardo. **Dicionário da arquitetura brasileira**. Romano Guerra Editora, São Paulo; 2ª edição, 2017.

LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana – Belo Horizonte, 1897/1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998. p.79-125.

_____. **Antigas e novas centralidades**: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres. **Revista Paisagem e Ambiente**. Ensaio. V. 7. São Paulo: FAUUSP, 1994.

MADEIRA, N. R; REIFSCHNEIDER, F. J. B; GIORDANO, L. B. Contribuição portuguesa à produção e ao consumo de hortaliças no Brasil: uma revisão histórica. **Hortic. Bras.**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 428-432, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-05362008000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2020.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil 3**. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MARTINS, Beatriz Borges. **A vida é esta**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Martins, 2013.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 151- 177.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo, Hucitec, 1999.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: terra de quem? São Paulo: Nobel; Edusp, 1991.

_____. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARTIGNETII, Giuliano. Propriedade. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.1021 - 1034.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. Sport, medicina e arte: a 'ciência encantada' do corpo nas obras de Thomas Eakins. **Hist. cienc. Saúde**. Manguinhos/RJ, v. 17, n. 1, p. 33-50, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2020.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). **As. Mus. Paul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 69-92, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000200069&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MOTA, Nelson. At Home com a Burguesia do Porto: fronteiras entre o Público e o Privado. In: SANTOS, Carlota. (Coord.). **Família, Espaço e Patrimônio**. Porto, Portugal: CITCEM, 2011, p.519-545. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10716.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MUZZI, Geraldo Affonso. **Belo Horizonte**: Cidade dos sonhos. Edições Vercial; Edição: 1 (8 de agosto de 2013) eBook Kindle.

NAVA, Pedro. **Balão cativo**. Companhia das Letras, 2012. eBook Kindle.

NUNES, Benedito. Casa, praça, jardim e quintal. **Revista Ciência & Trópico**. Recife, v.22, n. 2, p. 253-264, jul./dez. 1994.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. Jardins coloniais brasileiros, lugares do útil ao agradável. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, n. 16, p. 5-20, jul.-dez. 2011. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/revista16.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**: a França no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PARK, Robert Ezra. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In, VELHO, Octávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara: 1979.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2000. (Coleção Historial).

PEDERZOLI, A.; JULIÃO L.; PASSOS, L. M. C.. Moradia do Curral del Rei. In: JULIÃO, Letícia (Org.). **Velhos horizontes**: um estudo sobre a moradia no Curral Del Rei. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 1997.

PEREIRA, S. J. Isidro. **Dicionário grego-português e português-grego**. 4 ed. Porto: Livraria Apostolado da imprensa, 1969.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In: _____. **História da vida privada 4**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.

_____. O nó e o ninho. **Revista Veja 25 anos**: reflexões para o futuro. São Paulo: abril, 1993, p.75-81.

_____. Funções da família. In: _____. **História da vida privada 4**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

_____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2011.

PLANEJAMENTO URBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE-PLAMBEL. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte 1897-1970**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; PLAMBEL, 1979. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocument o=40673>>. Acesso em: 20 dez.2019.

_____. **Conjunto urbano Praça da Estação de Belo Horizonte: acervo historio Cultural**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; PLAMBEL, 1981.

PRIOR, Hélder; SOUSA, João Carlos. A mudança estrutural do Público e do Privado. **Observatorio Journal**. v.8, n.3, p. 1- 16, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542014000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PRIORE, M. Ritos da vida privada. In: SOUZA, L. M. (Org.) **História da vida privada no Brasil 2**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 275-330.

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. In: PERROT, M. (Org.) **História da vida privada 5**: da primeira guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAPOPORT, Amos. House Form and Culture. **Foundations of Cultural Geography**. Series. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc., 1969, p. 46-48.

REIS, Aarão Leal Carvalho. **Revista geral dos trabalhos**: publicação periódica, descritiva e estatística, feita com autorização do governo do estado. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242462>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil 2**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.95 -141.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

_____. Sobre a história da urbanização: história urbana. **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, n. 34, p. 15- 18, 1991.

_____. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Evolução Urbana do Brasil 1500-1720**. 2 ed. São Paulo: Pini, 2001.

REZENDE, M. E. L., Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: REZENDE, M. E. L; VILLALTA, L. C. (Org.). **Minas Setecentistas, I**. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, pp. 25-53.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa**: pequena história de uma ideia. Rio de Janeiro: Record, 2002.

RYKWERT, Joseph. **A casa de Adão no paraíso**: a ideia da cabana primitiva na história da arquitetura. São Paulo: Estudos Perspectiva, 2003.

_____. **A sedução do lugar**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais**: Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais: Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. RESENDE, Maria Efigênia Lage. Estudo crítico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo**: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **O trabalho do fogo**: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RODARTE, Mario M. S.; PAIVA, C. A. Domicílios enquanto unidades de produção e reprodução: a família na Minas Gerais Oitocentista. **IX Congresso Brasileiro de História Econômica; 10ª Conferência Internacional de História de Empresas da**

Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Curitiba/PR, 2011. Disponível em:< <http://www.abphe.org.br/arquivos/mario-marcos-sampaio-rodarte-clotilde-andrade-paiva.pdf> >. Acesso em: 29 jul. 2020.

RODRIGUES, J. Wash. Móveis antigos de Minas Gerais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, p.79 -98, 1943.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/NOBEL, 1997.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SACRISTE, Eduardo. **Que es la casa**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Columbia, 1968.

SAIA, Luís. Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 211 – 275, 1944.

SANTOS, Clemiton Pereira dos; MAIA, Letícia Pereira de Andrade (Org.). **Do latim ao português**: identidade, linguagem e ensino. Editora Appris, 2016. [Edição Kindle]

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Haussman. **Revista USP**. São Paulo, n. 26, p. 195-205, 30 maio 1995.

_____. **Engenheiro Aarão Reis**: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

_____. **Cidades capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência. São Paulo: Editora USP, 2001.

SALATINO, Antonio; BUCKERIDGE, Marcos. "Mas de que te serve saber botânica?". **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 30, n. 87, p. 177-196, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200177&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANTOS, Carlos N. F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói; São Paulo: Editora UFF; Projeto editores, 1988.

SANTOS, Carlos N. F.; *et all.* **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Projeto Arquitetos Associados, 1985.

SANTOS, P. F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A medida do progresso**: as elites imperiais e a adoção do sistema métrico no Brasil. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997. Disponível em:< <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6789/1093.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 6 maio 2020.

SECRETO, María Verónica. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. **Raízes**. Campina Grande, v. 26, n. 1-2, p. 10–20, jan./dez. 2007.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.

_____. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **O declínio do homem público**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SCHAPOCHNIK, Nelson; SEVCENKO, Nicolau. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial. 1999. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Antônio das Graças P. Rapadura. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). **Do engenho à mesa**: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Tomo Primeiro. A-K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

_____. **Diccionario da lingua portuguesa**. Rio de Janeiro; Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense, 1890. V. 1.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981.

SILVA, L. M. O.; SECRETO, M. V. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 109-141, 28 jan. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643133>>. Acesso em: 13 set. 2020.

SILVA, Lygia O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

_____. Políticas de Terras e Fronteira. **III Seminário Internacional de Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico**: Regularização Fundiária. Campinas: Instituto de Economia UNICAMP, 2017. Disponível em: <<http://governancadeterras.com.br/2017/artigos-sgtde-2017/>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SIMMEL, Georg. **A mulher e a moda**. 2008. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_a_mulher_e_a_moda.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

SOARES, Carmen Lúcia. **Figuras da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas, S.P: Autores Associados, 2005.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

TAQUEDA, Carolina Santos. **A etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale-do-Ribeira/SP**. Dissertação apresentada ao Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências. São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-02032010-100910/publico/Carolina_Taqueda_2009.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2020.

TAUNAY, Afonso de E. **Relatos sertanistas**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Regularizar a terra**: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá. Tese apresentada na Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2006. Disponível em: < <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2006/GIROLAMO%20DOMENICO%20TRECCANI.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

TRINDADE, E. F. S.; REBELLO, F. K.; KATO, O. R. Quintais agroflorestais: diversidade, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. **7º Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais**. Brasília/DF: EMATER-DF; Embrapa, 2009. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/661196>>. Acesso em: 25 set. 2020.

THOMPSON, J. Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. **Matrizes**. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 11-36, dez. 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.4, p. 9-27 jan./dez. 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a02v4n1.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2020.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Arquitetura, Arte e Cidade**: textos reunidos. LEMOS, Celina Borges (Org.). Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural, 2004.

VILARINO, Marcelo de Andrade. **Festas, cortejos, procissões: tradição e modernidade no congado belo-horizontino**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, p. 28-43, jul./dez. 2007.

VITA. Enlace Sinval do Couto – Diva Brant. **Revista Vita**. Belo Horizonte, n 14, jul. 1914.

VIVACQUA, Eunice. **Salão Vivacqua: lembrar para lembrar**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1997.

Fontes Primárias

Relatórios e mensagens

AZEVEDO, Francisco Bressane. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 16 de setembro de 1903**. Prefeito, 1902-1905. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1905. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1904-1905-Francisco-Bressane.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRANDÃO, Benjamin. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamin Brandão em janeiro de 1910, sobre assumptos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910.

JACOB, Benjamin. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 28 de setembro de 1907**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1907. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1906-1907-Benjamim-Jacob.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1907. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1907-1908-Benjamim-Jacob.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MACHADO, Cristiano Monteiro. **Mensagem apresentada pelo prefeito Cristiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de outubro de 1929 e relatórios anexos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1929.

MEIRELLES, Olyntho Deodato dos Reis. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911, pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles em novembro de 1910**. Belo horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1910.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em setembro de**

1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1912. Disponível em:< <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1911-1912-Olyntho-Meirelles.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MONTEIRO, Bernardo Pinto. **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro.** Período 1899 – 1900. Disponível em:< <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1899-1900-Bernardo-Pinto-Monteiro.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro.** Período 12 de setembro de 1899 – 31 de agosto de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1902. Disponível em:< <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1899-1902-Bernardo-Pinto-Monteiro.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito, em setembro de 1902, referente ao período de 1899-1902.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1902. Disponível em:< <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1899-1902-Bernardo-Pinto-Monteiro.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

Leis e decretos

MINAS GERAIS. Decreto 1273, de 11 abr.1899. **Aprova a planta organizada que dá novos limites às zonas urbana, suburbana e colonial desta capital.** Disponível em:< <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=1273&comp=&ano=1899>> Acesso em: 19 jan. 2020.

MINAS GERAIS. Decreto nº.1085, de 12 dez.1897. **Declara instalada a cidade de Minas e para ela transferido o Governo.** Disponível em:< <https://www.almg.gov.br/consulte/construcao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=1085&comp=&ano=1897>> Acesso em: 10 out. 2019.

MINAS GERAIS. Lei Adicional n. 3, de 17/12/1893 **Fixa o lugar em que deve ser construída a Capital do Estado, e dá outras providências.** (Revogada pela Constituição Estadual, de 30/07/1935). Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/construcao/completa/completa.html?tipo=LEA&num=3&comp=&ano=1893>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

MINAS GERAIS. Lei n. 223, de 15/09/1897. **Cria desde já na cidade de Minas (Nova Capital) uma comarca de quarta entrância, com a denominação de Belo Horizonte.** Disponível em:< <https://www.almg.gov.br/consulte/construcao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=223&comp=&ano=1897>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MINAS GERAIS. Lei n. 302, de 01/07/1901. **Muda para “Belo Horizonte” a denominação da Capital do Estado de Minas Gerais.** Disponível em:< <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=302&comp=&ano=1901>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

almg.gov.br/consulte/construção/completa/completa.html?tipo=LEI&num=302&comp=&ano=1901> Acesso em: 19 jan. 2020.

MINAS GERAIS. Lei n. 3342, de 08/10/1885. **Transferindo da freguesia do Curral Del Rei para a da Contagem, as fazendas dos Coqueiros, Olaria e Jatobá.** Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/construção/completa/completa.html?tipo=LEI&num=3342&comp=&ano=1885>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

Material cartográfico

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Planta geral da cidade de Minas.** APM-104. Notação atual: Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Companhia de artes gráficas do Brazil. Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=107&op=1>. Acesso em: 9 jan. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Bairro da Serra:** Bello Horizonte. NUNES, C. [Belo Horizonte, MG]: [s.n.], [192-]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1575953/icon1575953.jpg. Acesso em: 18 jan. 2020.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. **Fazenda de Ilidio Ferreira da Luz.** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Fundo: Secretaria Municipal de Administração. Título: [Fazenda de Ilidio Ferreira da Luz]. Notação: AI.01.06.00-389(213). Data: 23 maio 1894.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. **Planta cadastral do Arraial de Bello Horizonte.** Rio [de Janeiro]: Lit. H. Lombaerts, 1894. 1 mapa, col., 38,5 x 67,3cm em f. 50 x 82,5. Escala 1:5.360 Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1133137/cart1133137.jpg>. Acesso em: 6 jan. 2020.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. **Planta da casa de Ana Joaquina de Faria – Rua de Traz.** Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte (APCBH). Fundo/Coleção: Secretaria Municipal de Administração. Notação: AI.01.06.00-389(058). Disponível em: <[http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=AI.01.06.00-389\(058\)&strTipo=MAPAS%20E%20PLANTAS](http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=AI.01.06.00-389(058)&strTipo=MAPAS%20E%20PLANTAS)>. Acesso em: 22 fev. 2020.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. **Planta da Fazenda do Cercadinho.** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Fundo: Secretaria Municipal de Administração. Notação: AI.01.06.00-389(241). Data: 21 nov. 1894. Disponível em: <[http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=AI.01.06.00-389\(241\)&strTipo=MAPAS%20E%20PLANTAS](http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=AI.01.06.00-389(241)&strTipo=MAPAS%20E%20PLANTAS)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. **Planta geral da cidade de Minas:** Construção sobre a planta e cadastral de Bello Horizonte. 1895. Disponível

em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart535046/cart535046.jpg>. Acesso em: 6 jan. 2020.

FREIRE, José Joaquim. **Plano geral da cidade do Pará em 1791 tirado por ordem do Ilm^o e Exm^o Snr. D. Francisco de Sousa Coutinho Governador e capitão general do estado do Grão-Pará e Rio Negro**: levantado pelo tenente coronel de Artilharia com exercício de engenheiro Teodósio Constantino de Chermont. (Pará, 1791). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Divisão de Manuscritos. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/construção/a-metropole-da-amazonia-400-anos-da-cidade-de-belem/cartografia-e-arquitetura/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Planta CP 023-023-G**. 11 mar. 1898. Belo Horizonte. PBH, 2015. Disponível em: <<http://portal5.pbh.gov.br/plantacp-img/026023G.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Planta Geral da sexta seção urbana. Planta CP 026-058-M**. Belo Horizonte. PBH, 1996. Disponível em: <<http://portal5.pbh.gov.br/plantacp-img/026058M.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Comarca do Sabara pertencente a Capitania de Minas Gerais**. Biblioteca Nacional. Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica: do século XVI ao XVII. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/mappa-da-comarca-do-sabara-pertencente-a-capitania-de-minas-gerais/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Manuscritos

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de minas gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. Disponível em: <<https://actd.iict.pt/eserv/actd:Cuc011/CU-MinasGerais.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SABARÁ. **Capitação de escravos em Vila Real, Macaúbas, Capão, Ponte da Igreja Velha, Ponte do Capitão João Velho Barreto, Roça Grande, Rio das Velhas Abaixo até Macaúbas, Raposos, Rio das Velhas Acima, Congonhas e Curral Del-Rei**. 1720 -1721. Notação: CMS-002. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmsdocs/photo.php?lid=157>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE SABARÁ. **Livro 4^o**. De Notas Curral Del Rei (1868 -1872). Notação CMS-024. Acervo documental da Câmara Municipal de Sabará. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmsdocs/photo.php?lid=2129>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. **Carta do dono da Fazenda do Barreiro ao engenheiro-chefe sobre proposta de aquisição de sua propriedade**. 10 nov. 1894. Notação: CC Da 03/015. Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

Disponível em:< http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=CC%20Da%2003/015&strTipo=DOCUMENTO%20TEXTUAL#>
Acesso em: 05 jan. 2020.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. **Processo de tombamento da casa e terreno do viúvo e herdeiros de Luiza M. Carvalho – Fazenda do Cercadinho**. AI.01.04.01 – 310 (349). Acervo do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte. Disponível em:< [http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=AI.01.04.01%20-%20310%20\(349\)&strTipo=DOCUMENTO%20TEXTUAL#](http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=AI.01.04.01%20-%20310%20(349)&strTipo=DOCUMENTO%20TEXTUAL#)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Impressos

A CASA de São Francisco em Mariana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 276-324, 1944.

A PROSPERIDADE valiosa de um estabelecimento histórico: Há 30 anos a “Padaria e Confeitaria Brasil” fornecia o pão aos constructores de Bello Horizonte. **Revista Semana Ilustrada**. Belo Horizonte, n.76-77, dez. 1928.

ALFREDO Camarate. **A Notícia** (1904). Rio de Janeiro, anno XI, n. 24, p. 2., 28 e 29 de jan. 1904. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&pesq=onstru%20camarate&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 7 set. 2019.

ALFREDO Camarate. **A Notícia** (1904^a). Rio de Janeiro, anno XI, n. 24, p. 2, 4 e 5 de fev. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&pesq=onstru%20camarate&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 7 set. 2019.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. Da sala à cozinha. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 29 jan.1895. Anno XI. n. 3772, p.1. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_02&PagFis=5397&Pesq=J%C3%BAlia%20Lopes%20de%20Almeida>. Acessado em: 13 maio 2018.

ANNUNCIOS Sabará. **A Actualidade**: Órgão do Partido Liberal (MG). Ouro Preto, 12 nov. 1878. Anno I, n. 129, p. 3. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=230359&pesq=>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

ANNUNCIOS. Advocacia e Procuratorios. **O Contemporaneo**. Sabará. n.6, p.3, 20 jul. 1902. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=225509x&pesq=>>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ANNUNCIOS. Alfredo Camarate. **Minas Geraes**. Ouro Preto. Anno II, n. 195, p. 8., 21 jul. 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=291536&pesq=>>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ANNUNCIOS. Armazem de Molhados João de Salles Pereira. **Minas Geraes**. Ouro Preto. Anno II, n. 221, p. 8. 1893c, 17 ago. 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=291536&pesq=&pagfis=2763>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ANNUNCIOS. **Correio Oficial de Minas**. Ouro Preto, Anno III, n. 505, p. 4. 01 dez. 1859. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717576&PagFis=852&Pesq=damazo%20da%20costa%20pacheco> >. Acesso em: 12 out. 2019.

ANNUNCIOS. **Novidades** Província do Rio. Anno II, n. 212, 28 set. 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830321&pesq=constru%20camarate&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 6 set. 2019

ANNUNCIOS: Escriptorio de Advocacia Dr. Nelson de Senna. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, Anno I, n.6, p.3, 1899.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Rua Cláudio Manoel**. Belo Horizonte, 1935(?). Autor: Fernando Lutz e Cia. Ltda. Coleção Municípios Mineiros. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/construção_docs/photo.php?lid=29267>. Acesso em: 9 jan. 2020.

BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: documentos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, 1929. Disponível em:< http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1568.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BARRETO, Abílio _____. O ciclismo e o “Velo Club”. **Revista Alterosa**. Belo Horizonte, Anno VII, n. 67, nov. 1945.

_____. Quando Belo Horizonte tinha apenas um ano.: as festas do Clube das Violetas em 1898. **Revista Novidades**. Belo Horizonte, n. 72, fev. 1944.

_____. Uma noite de natal no Curral d’El Rei. **Revista Alterosa**. Belo Horizonte. Ano III. n. 21., dez. 1941. [Edição especial de natal].

CASA Gagliardi. **Revista Tank**. Belo Horizonte. Anno II, n. 15, nov. 1920.

COELHO, Naly Burnier. O sonho do bandeirante. **Revista Alterosa**. Belo Horizonte, n. 319, p. 18-24; 48-50, dez. 1959. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&pesq=fazenda%20do%20leit%C3%A3o>>. Acesso em: 6 out. 2019.

DE PALANQUE. **Novidades**. Província do Rio. Anno I, n. 178, 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830321&pesq=constru%20camarate&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 5 set. 2019.

EM SCENA e nos camarins. **Novidades**. Província do Rio. Anno IV, n. 260, 21 nov. 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830321&pesq=onstru%20camarate&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 6 set. 2019.

ET CETERA. **Novidades**. Rio de Janeiro. Anno I, n. 100, 13 maio 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830321&pesq=constru%20camarate&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 6 set. 2019.

EXPOSIÇÃO regional sabaraense. **A Província de Minas**. Ouro Preto. Anno VI, n. 296, p.1, 5 dez. 1885a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747b&Pesq=curral%20del%20rei&pagfis=433>> Acesso em: 04 jun. 2020.

EXPOSIÇÃO regional sabaraense. **A Província de Minas**. Ouro Preto. Anno VI, n. 296, p. 1, 15 dez. 1885b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747b&Pesq=curral%20del%20rei&pagfis=441>> Acesso em: 04 jun. 2020.

FLORICULTURA Lempp. **Revista Semana Ilustrada**. Belo Horizonte, Anno I, n. 52-53, jun., 1928b.

FORAM pelo dr. Prefeito concedidas as seguintes licenças. Cidade de Minas. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, Anno I, n.137, 14 jun. 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800694&pesq=%22nelson%20de%20senna%22>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

GAZETINHA. **Diário de Minas**. Cidade de Minas, Anno II, n.101, p.3, 8 mar. 1900. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800694&pesq=%22nelson%20de%20senna%22>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

GUIA histórico dos municípios do Pará. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 233-322, 1947.

MARQUES, A. de Assis Martins; OLIVEIRA, J. Marques de (Org.). **Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais**. Freguezia da Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral D'El-Rei. 1864. Rio de Janeiro: Typographia da Actualidade. 1 anno, 164p., 1864. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=393428&pagfis=170&url=http://memoria.bn.br/docreader#> >. Acesso em: 16 out. 2019.

NOVA capital. Minas Geraes: órgão oficial dos poderes do estado. **Minas Geraes**. Ouro Preto. Anno LVI, n. 127, p. 15, 14 e 15 maio 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=6892&Pesq=eduardo%20edwards> >. Acesso em: 20 ago. 2019.

NOVIDADES. Província do Rio. Anno I, n. 178, 1887a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830321&pesq=alfredo%20camarate&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 5 set. 2019.

O ESTADO de Minas. Ouro Preto. Anno VII, n. 453, p.1, 20 abr. 1896.

PEQUENOS anuncios. Casa. **A Noite**: Diário vespertino de Belo Horizonte. Belo Horizonte, n.114. p.3., 1915. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=872865>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

PREFEITURA da Cidade de Minas **O Contemporaneo**. Sabará. Anno VIII, n. 21, p. 2, 24 jan. 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=15843&Pesq=jose%20carlos%20vaz%20de%20mello>>. Acesso em: 27 out. 2019.

PRESTOU juramento o súbdito portuguez Alfredo Camarate naturalizado brasileiro. **Diario de noticias** (1887). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&pesq=constru%20camarate&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 7 set. 2019, p.1.

RELAÇÃO dos proprietários de casas em Ouro Preto com direito a lotes de terreno para construção na futura capital do estado, conforme a lei n. 3 de 17 de dezembro de 1893. **Minas Geraes**. Ouro Preto, 30 jul. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/291536/per291536_1895_00203.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

RIANCHO, Alfredo [pseudônimo de Alfredo Camarate]. Por Montes e Vales. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, n. 26, p. 100-101, 1985.

RIANCHO, Alfredo. Abecedário Caseiro II. **Minas Geraes**. Ouro Preto. Anno II, n. 247, p. 1, 13 set. 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=2923&Pesq=alfredo%20riancho>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

RIANCHO, Alfredo. Por montes e vales XI. **Minas Geraes**. Ouro Preto. Anno III, n. 103, p. 1, 18 abr. 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4032&Pesq=alfredo%20riancho>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

Entrevistas

Entrevista A: Regina Batista Lima, realizada em 10 maio 2019, Belo Horizonte/MG.

Entrevista B: Vânia Rossetti Calijorne, realizada em 15 ago. 2019, Belo Horizonte/MG.

Entrevista C: Marcos Baptista Lima, realizada em 12 out. 2019, Belo Horizonte/MG.